

Apresentação

"Eu vou começar dizendo, na minha opinião, o que é um museu. Eu acredito que um museu, qualquer que seja, deve responder a uma questão fundamental: o que é a condição humana? De todos os museus que eu conheço, incluindo o venerável British Museum, nenhum responde completamente esta questão e, entretanto, nenhum a ignora. Todas estas instituições, mesmo as menos pretenciosas, como a Casa de Anne Frank, trazem apenas um elemento de resposta. Na verdade, acontece uma grande conversa entre os museus do mundo. Cada um deles parece querer dizer o que pensa da natureza humana, seja apoiando e enriquecendo as declarações recíprocas, seja as contradizendo."

(Neil Postman, 1989)

Há dez mil anos, as áreas correspondentes ao Vale do Paranapanema, São Paulo, têm sustentado diferentes formas de apropriação, transformação e interpretação dos recursos naturais, pelos mais distintos grupos humanos.

Inicialmente, os caçadores-coletores ocuparam os terraços marginais e as regiões próximas aos afloramentos rochosos e, nestes locais, deixaram as marcas dos seus acampamentos e de suas oficinas líticas. Marcas que sobreviveram ao tempo e, portanto, testemunham uma vivência cotidiana de homens e mulheres que construíram um universo cultural sabidamente mais complexo.

Os depósitos naturais de argila, os sinais das antigas aldeias perceptíveis em suaves vertentes de colinas, as vasilhas de cerâmica, as lâminas de machado e tantos outros vestígios, indicam que esta região serviu, também, de cenário para o estabelecimento de aldeias de grupos de horticultores.

As terras e as águas que pertencem a esse vale foram submetidas ao processo predatório de colonização. A partir do século XVII, povos, especialmente os Guarani, tiveram seus limites de alma e de subsistência delimitados pelos exploradores, religiosos e governantes da metrópole ibérica.

A sucessão de rupturas sócio-econômicas e culturais, ao longo dos últimos séculos, é responsável pela constituição de núcleos urbanos bem definidos que se transformaram em cidades importantes para este Estado.

Ao mesmo tempo, a configuração de ciclos econômicos sobrepostos, abriu caminhos entre as diferentes regiões do vale e deste com outras áreas do território brasileiro. Essas rotas impostas pelas idéias de progresso e consolidadas em distintos movimentos políticos causaram aproximações e estranhamentos entre as pessoas do Paranapanema. Separaram as sociedades em demarcados territórios urbanos e hierarquizaram as populações das cidades e dos campos.

A chegada de forasteiros - migrantes e imigrantes - trouxe novos horizontes para a dialética social desta região, diversificando os sinais e símbolos culturais, orientando-os para a constituição de um perfil patrimonial singular. Este, por sua vez, integrou-se às características culturais de outras regiões, para compor as identidades paulista e brasileira.

Essa sucessão de tempos tem amparado as continuidades e rupturas do cotidiano dos grupos humanos do Vale do Paranapanema que, a partir da década de sessenta, é alvo de outro tipo de intervenção.

Nesse período, um grupo de arqueólogos, liderado por Luciana Pallestrini, deu início às pesquisas arqueológicas no Município de Itapeva, evidenciando os testemunhos de uma antiga aldeia de horticultores ceramistas pré-coloniais que foi habitada há mil anos. A partir desta data, a resistente bacia hidrográfica do Rio Paranapanema, passou a servir de palco para contínuos processos de pesquisa arqueológica por meio de prospecção, evidênciação e interpretação em relação às marcas das populações nativas de tempos mais recuados.

Assim, teve início a edificação de um novo segmento patrimonial vinculado às pessoas do referido vale: o **patrimônio arqueológico**.

Ao mesmo tempo, em outras regiões do Brasil, a realidade arqueológica do nosso passado também era desvelada. Este processo, que tem envolvido as mais diferentes estruturas institucionais e interagido com as distintas camadas da população, fez emergir uma avassaladora quantidade de vestígios que testemunham e documentam os horizontes culturais dos grupos nativos que habitaram este país.

Entretanto, é possível constatar que os estudos arqueológicos, responsáveis pela fidedignidade atribuída aos vestígios dessas populações, têm construído um rico e multifacetado universo patrimonial, ainda imperceptível para aqueles que interpretam o Brasil.

Este trabalho expõe esse problema, delimitado por fronteiras e barreiras de ordem museológica, uma vez que em grande parte o patrimônio arqueológico tem sido constituído, há séculos, a partir da lógica institucional dos museus. Ao lado da explanação desta problemática, o Projeto Paranapanema é a base para a aplicação de **modelos de musealização** para ser testada a seguinte hipótese: é possível estruturar um modelo de musealização capaz de mediar a produção do conhecimento arqueológico e a interpretação da identidade, objetivando a preservação do patrimônio.

Assim, este estudo pertence ao contexto científico que tem sido delineado para o **Programa Regional de Arqueologia da Bacia do Rio Paranapanema, Estado de São Paulo**, a partir da configuração de uma nova estrutura organizacional, implantada por José Luiz de Moraes, seu atual coordenador. Cabe mencionar que, preliminarmente, foi apresentado como tese de doutoramento à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em 1995, também orientada pelo Prof. Moraes.

Neste sentido, a referida estrutura abriu espaço, também, para pesquisas voltadas às questões patrimoniais que já se impõem, em função das três décadas de coleta, estudo, guarda, interpretação, produção acadêmica, convivência com diferentes populações, articulação com os poderes constituídos, elaboração de normas e leis, entre tantos outros aspectos que norteiam os projetos arqueológicos. Dentro deste âmbito, estão inseridos os problemas museológicos, uma vez que o Projeto Paranapanema nasceu no Museu Paulista da Universidade de São Paulo, é responsável pela criação do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mario Neme - em Piraju, São Paulo e hoje faz parte do novo Museu de Arqueologia e Etnologia da mesma universidade.

A redação deste trabalho, que está inserido em um complexo de preocupações e ações muito maiores, procurou atingir os seguintes objetivos:

- a) evidenciar que os problemas patrimoniais oriundos das pesquisas arqueológicas, desenvolvidas neste país, não têm servido como indicadores para a construção da memória nacional;
- b) demonstrar que a elucidação desta problemática corresponde a uma questão básica e estruturadora referente à consolidação da Arqueologia no Brasil.
- c) apresentar e analisar - enquanto estudo de caso - o perfil patrimonial do Projeto Paranapanema, considerando-o como o referencial essencial para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas inseridas no Programa Regional de Arqueologia da Bacia do Rio Paranapanema.
- d) propor processos de musealização capazes de redimensionar as características patrimoniais, no que diz respeito à salvaguarda e comunicação da informação gerada pelas citadas pesquisas arqueológicas:
 - elucidar as características deste processo, a partir de uma visão histórica sobre o fenômeno museu, conjugada com a apresentação dos aspectos disciplinares da Museologia, enquanto área de conhecimento.
 - apresentar modelos de musealização (propostas conceituais e metodológicas) que contemplem as particularidades patrimoniais do Projeto

Paranapanema e, ao mesmo tempo, indiquem pormenores constitutivos, essenciais para processos museológicos congêneres.

- e) caracterizar as questões inerentes ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, à origem e consolidação dos museus de Arqueologia e às distintas formas de apropriação patrimonial, como problemas concernentes às idéias e mentalidades, que estão apoiados em estruturas mentais de longa duração.
- f) contribuir para o desenvolvimento do Programa Regional de Arqueologia da Bacia do Rio Paranapanema - Estado de São Paulo, como também para um repensar em relação à formação profissional em Arqueologia, à organização das instituições arqueológicas deste país e às opções dos arqueólogos, no que diz respeito às suas responsabilidades sociais.

Para tanto, a redação privilegiou a estrutura apresentada a seguir. O tema central do trabalho começará a ser desvelado na Introdução, onde serão abordados aspectos da construção da história da cultura brasileira e o sistemático abandono das fontes arqueológicas, com a intenção de caracterizar uma estratigrafia de olhares interpretativos míopes em relação ao passado pré-colonial.

Após essa introdução ao tema central do trabalho, o primeiro capítulo desvendará a potencialidade dos processos de musealização em relação à integração do patrimônio arqueológico no *corpus* de indicadores da memória nacional. Neste sentido, o fenômeno museal será rastreado historicamente e terá ênfase a análise sobre o papel de coadjuvante que tem sido reservado para a Arqueologia nas instituições brasileiras. Em seguida, serão apresentados os aspectos constitutivos da disciplina Museologia e as respectivas bases conceituais que consolidam a musealização, como um processo de comunicação preservacionista.

O segundo capítulo concentrará as atenções específicas deste trabalho, ou seja: selecionar um projeto de pesquisa arqueológica, analisar a sua realidade patrimonial e apresentar propostas de modelos de musealização. Assim sendo, o Projeto Paranapanema apresentou-se como um adequado objeto de estudo para aplicação destes modelos, pois o seu desenvolvimento já está alcançando trinta anos de esforços concentrados, no sentido de evidenciar e entender a ocupação pré-colonial e colonial da região,

como também tem uma histórica cumplicidade com a instituição museu. Deve ser sublinhado que este projeto conta com uma organização científica e documental - rara entre os projetos brasileiros - que não só facilitou os estudos, mas que já evidenciou preocupações de ordem patrimonial.

A conclusão abordará as possibilidades de inserção das propostas delineadas para esse estudo de caso, em um universo maior correspondente aos problemas patrimoniais da Arqueologia Brasileira.

A elaboração deste trabalho privilegiou, além da linguagem escrita narrativa, a apresentação de outras formas de texto e mesmo de outros meios de informação.

Neste sentido, diversos quadros esquemáticos sintetizam as idéias e conceitos. Foram concebidos e apresentados com o objetivo de propiciarem uma leitura independente e conjunta das principais discussões que estão embutidas ao longo do texto. Os documentos escritos ou fotográficos, reproduzidos em diversas partes, devem ser compreendidos não só pelo seu caráter iconográfico, mas sobretudo pelo seu apelo iconológico, pois foram selecionados, justamente, a partir deste critério. A inclusão de fotos, cartas, trechos de relatórios, entre outros, além de dotar o texto escrito de fidedignidade, deve possibilitar apreciação do caráter simbólico destes testemunhos.

A apresentação dos mapas segue as normas do já estabelecido Plano Cartográfico do Projeto Paranapanema, elaborado por José Luiz de Moraes. Da mesma forma, as informações de caráter estrutural do projeto acompanham orientação maior, relacionada à coordenação geral do referido programa regional.

A inserção de explicações em notas de rodapé, prende-se à intenção de explicar aspectos ainda não tratados em bibliografia com ampla difusão, detalhar procedimentos de pesquisa ou dar crédito aos responsáveis pelos conceitos e idéias apresentados.

A bibliografia citada, de uma forma geral, foi selecionada de um elenco de autores muito maior, que será apresentado após as conclusões deste trabalho. As citações estão apresentadas na língua original, e foi mantida a ortografia dos textos.

INTRODUÇÃO

“Apaixonados ou indiferentes, aflitos ou irônicos, perguntavam-se sobre os dilemas básicos da sociedade nacional, de uma nação que se buscava atônita depois de séculos de escravidão; agrarismo e industrialização; cidade, campo e sertão; preguiça, luxúria e trabalho, mestiçagem, arianismo e democracia racial; raça, povo e nação; colonialismo e nacionalismo; democracia e autoritarismo.

A história do pensamento brasileiro está atravessada pelo fascínio da questão nacional. No passado e no presente, são muitos os que se preocupam em compreender os desafios que compõem e decompõem o Brasil como nação... Em diferentes gradações, em várias linguagens, uns e outros passam por ele. A questão nacional está sempre presente, como desafio, obsessão, impasse ou incidente”.

(Otávio Ianni, 1992)



.. uma possível leitura da estratigrafia do abandono.

O esquecimento das fontes arqueológicas: a estratigrafia do abandono e as trincheiras da Arqueologia.

A sociedade brasileira vem sendo interpretada, ao longo dos séculos, por meio dos mais diferentes estudos, baseados em distintas análises históricas, antropológicas, sociológicas, entre tantas outras.

Fenômenos de distintas naturezas têm servido de estímulos para esses estudos, desde aspectos gerais da nossa histórica organização econômica, até nuances muito particulares da culinária regional, passando por interpretações sobre a mestiçagem da população, pelos confrontos entre o erudito e o popular, entre o nacional e o regional e, muitas outras características que, uma vez analisadas e interpretadas, têm contribuído para o desenho do perfil da cultura brasileira.

Esse esforço de inúmeras gerações de intelectuais visa a extrair, a partir dos mais diferentes olhares, elementos que possam explicar a lógica da nação brasileira, em seus aspectos estruturais e conjunturais, buscando a compreensão das continuidades e rupturas. Temas vinculados à identidade e dependência culturais, às diferenças em relação a outros povos, às distintas formas de apropriação do meio ambiente tropical, cada vez mais estão presentes no estimulante universo de reflexão acadêmica.

Segundo Ianni (1992, p. 27), “muitos estão interessados em compreender, explicar, ou inventar como se forma e transforma a nação, quais as suas forças sociais, seus valores culturais, tradições, heróis, santos, monumentos, ruínas. Preocupam-se com o significado das diversidades regionais, étnicas ou raciais e culturais, além das sociais, econômicas e políticas. Meditam sobre as três raças

tristes, explicam a mestiçagem e imaginam a democracia racial... Debruçam-se sobre o passado próximo e remoto...”

Esses trabalhos, em sua maioria, parecem procurar um fio condutor que nos conduza da perplexidade - pela obrigatória convivência em um universo social com aspectos dramaticamente contrastantes - até o necessário equilíbrio das idéias que a multifacetada realidade cultural brasileira constantemente impede.

Explicar o Brasil parece que é tarefa de sempre, para aqueles que trabalham com o universo das idéias, manifestações e interpretações culturais. A vasta bibliografia referencial sobre a cultura brasileira aponta para esta afirmação. Consagrados autores, estimulados por diferentes fenômenos, apoiados em distintos suportes teórico-metodológicos e em diversas épocas, debruçaram-se em análises de toda natureza, com a finalidade acima apontada. Um estudo mais detalhado sobre as inúmeras obras de Sílvio Romero, Fernando Azevedo, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freire, Darcy Ribeiro, Raimundo Faoro, Caio Prado Junior, Nelson Werneck Sodré, Carlos Guilherme Motta, Renato Ortiz, Sérgio Micelli, Gabriel Cohn, Antonio Cândido, Alfredo Bosi, Marilena Chaui, entre muitos outros, mostra-nos uma multiplicidade de caminhos que devem ser percorridos (e o foram por estes autores) para o entendimento da história cultural deste país.

Os caminhos interpretativos, acima mencionados, algumas vezes mostraram atalhos opostos. Prendendo-se, por exemplo, nas sutilezas dos discursos de autores como Darcy Ribeiro e Alfredo Bosi é possível constatar esta afirmativa. O primeiro, em mais um esforço para explicar este país, reforça em um certo sentido a idéia de integração cultural. Valendo-se de instrumentos de análise antropológica, Ribeiro (1995, p. 20) afirma que... “a sociedade e a cultura brasileira são conformadas como variantes da versão lusitana

da tradição civilizatória européia ocidental, diferenciadas por coloridos herdados dos índios americanos e dos negros africanos. O Brasil emerge, assim, como um renovo mutante, remarcado de características próprias, mas atado genesticamente à matriz portuguesa, cujas potencialidades insuspeitadas de ser, de crescer só aqui se realizaram plenamente. A confluência de tantas e tão variadas matrizes formadoras poderia ter resultado numa sociedade multiétnica, dilacerada pela oposição de componentes diferenciados e imiscíveis. Ocorreu justamente o contrário, uma vez que apesar de sobreviverem na fisionomia somática e no espírito dos brasileiros os signos de sua múltipla ancestralidade, não se diferenciaram em antagônicas minorias raciais, culturais ou regionais, vinculadas a lealdades étnicas próprias e disputantes de autonomia frente à nação”.

O segundo autor apontado pergunta se... “foi a colonização um processo de fusões e positivities no qual tudo se acabou ajustando, carências materiais e formas simbólicas, precisões imediatas e imaginário; ou, ao lado de uma engrenagem de peças entrosadas, se teria produzido uma dialética de rupturas, diferenças, contrastes?”. O autor ainda acrescenta ... “Se procuramos extrair um significado comum e mais geral dos desencontros apontados, surpreenderemos a dialética de um complexo formado de tempos sociais distintos, cuja simultaneidade é estrutural, pois estrutural é a compresença de dominantes e dominados, e estrutural é a sua contradição. O olho do colonizador não perdoou, ou mal tolerou, a constituição do diferente e a sua sobrevivência” (BOSI, 1992, p. 29/30 e 62)

Entretanto, esses autores e todos os outros, não se valem de referências arqueológicas para suas explicações. Em suas bibliografias não constam títulos vinculados à produção científica dos arqueólogos que estudam os vestígios das sociedades pré-coloniais

deste território. As raras abordagens sobre os indígenas recuam no tempo, no máximo, até o período do contato com europeus (séc. XVI). Muito mais para explicar a natureza do processo de colonização no âmbito de uma contextualização mundial, do que para entender as diferentes manifestações sócio-culturais dos nativos, que aqui já viviam há muitos séculos.

Percebe-se, então, que os estudos arqueológicos, embora voltados para a identificação e compreensão das continuidades e mudanças dos processos culturais das sociedades nativas, nas suas mais diferentes características, raramente são considerados como fontes para a interpretação desta nação.

Considera-se que a ausência de um olhar interpretativo, capaz de identificar e resgatar da vivência de grupos pré-coloniais os elementos que deveriam colaborar com a compreensão da identidade nacional, pode ser uma das razões da posição estranha que ocupa o conhecimento produzido por meio de estudos arqueológicos. Estudos, estes, sempre respeitados, mas nem sempre inseridos nas explicações sobre o Brasil.

É possível afirmar que sobre os vestígios pré-coloniais acumularam-se várias camadas de sedimentos, ao longo desses quase quinhentos anos de ocupação estrangeira neste território, e que os arqueólogos vêm coordenando incessantes projetos de pesquisas em campo e laboratório, ao longo de mais de um século, com o objetivo de trazer à luz as marcas da vivência que esses grupos humanos deixaram.

Entretanto, constata-se que misturada aos mencionados sedimentos, esta superposição de solos esconde características da história cultural deste país. Desta forma, consolidou-se uma estratigrafia que sufocou e fossilizou os vestígios pré-coloniais, enquanto indicadores da nossa memória cultural.

Esta estratigrafia do abandono é responsável pelo esquecimento das fontes arqueológicas e pela sua circunscrição no terreno das memórias exiladas. Não é difícil interpretá-la, pois a vasta bibliografia sobre o Brasil - enquanto nação - traduz as idéias e mentalidades que têm conduzido as explicações sobre este país.

Neste sentido, o processo de colonização imposto pelos movimentos expansionistas europeus, impediu que as populações nativas controlassem o seu próprio destino cultural, pois como afirma Sodré (1989, p. 11)... “nas condições apresentadas pelo Brasil, no alvorecer do século XVI, a transplantação, como já esclareceu alguém, representou expediente historicamente necessário para permitir, rompendo o ritmo espontâneo de desenvolvimento, a passagem da extensa área de predomínio da comunidade primitiva, sob organização tribal - no estágio da pedra lascada - à fase mercantil, em que se insere como objeto de empresa de consideráveis proporções. A transplantação, no caso, importava em queimar etapas intermediárias. O processo tem todos os traços de mutalidade, de que será consequência, inclusive a destruição da comunidade primitiva indígena e de seus valores culturais”.

Apesar desta citação apresentar incorreções, pois os grupos que os europeus encontraram já dominavam outras tecnologias como, por exemplo, o polimento da pedra e a confecção da cerâmica, e mesmo apresentar uma visão evolucionista (“estágios” - “primitivo”), ela sublinha um aspecto determinante do processo de colonização, dentro do interesse deste trabalho: a intenção e a estrutura desta grande empreitada, que atravessou mares, era exclusivamente predatória e comercial. Neste sentido, as pessoas que foram aqui encontradas, não foram vistas como semelhantes. Ao contrário, serviram, apenas, como mão-de-obra, portanto sem direito à realidade presente e muito menos em ter um passado.

É importante frisar que, nesta época, a mesma sociedade européia que levava seus homens aos mares - para conquistar novas terras e consolidar-se economicamente - estava voltada para a busca de suas origens e de seu passado. É reconhecida a importância das escavações arqueológicas deste período na Europa, no que diz respeito à abertura de horizontes culturais que foi propiciada pelas descobertas dos vestígios da Antigüidade.

O abandono do passado, o desprezo pelas manifestações culturais nativas, o paternalismo descaracterizante dos religiosos, configuraram um relacionamento entre colonizadores e colonizados baseado, exclusivamente, na idéia de posse do corpo e da alma dos indígenas.

Da mesma forma, a ocupação exaustiva da costa brasileira não só deu início à depredação ambiental, como também destruiu os vestígios pré-coloniais dos grupos de coletores-pescadores (sambaquis) e de horticultores (aldeias).

A seqüência do processo de colonização reservou para os séculos XVII e XVIII algumas características que, se não foram por princípio destruidoras das marcas do passado, justificam outras razões de abandono.

De acordo com Teixeira (1993, p. 72), “As expressões culturais da colônia podem parecer distantes e indefinidas ao nosso olhar contemporâneo. Imagens, gestos, crenças, valores de visualização difícil, de conhecimento fragmentário. A névoa densa que cobre o passado colonial não chega, contudo, a encobrir o caráter mercantil da colonização, a convivência trágica dos colonizadores com os nativos, a dominação escravista, a correção religiosa, a relação predatória com a terra. Foi neste cenário que a colônia começou a produzir a cultura brasileira”.

Outra marca decisiva desta construção foi a opção e a imposição pelas letras, e pela linguagem escrita. Em contrapartida, a oralidade e os artefatos foram desprezados.

Cabe ressaltar que este desprezo por características culturais tão fortes dos nativos pode ser uma das principais razões para o esquecimento do seu passado. Como é conhecido, a oralidade é um elemento decisivo de comunicação entre os grupos indígenas. As histórias do passado, os mitos de origem, os ritos de passagem, as interpretações e representações do meio ambiente, entre tantos outros aspectos, têm na linguagem oral as possibilidades objetivas de preservação.

Da mesma forma, os artefatos reúnem características importantes para a compreensão dos processos culturais, no que diz respeito à escolha e tratamento de matérias-primas, às diferentes técnicas de confecção e possibilidades de uso.

Assim, o passado pré-colonial ficou subjugado a olhares estrangeiros e indiferentes aos seus vestígios.

Essas questões que delinearam o perfil do processo de colonização e a edificação de momentos da história cultural deste país, evidenciam as dificuldades interpretativas que, de certa forma, justificam esta estratigrafia do abandono. Ribeiro (1995, p. 30) lembra que... “Reconstituir esse processo, entendê-lo em toda a sua complexidade... parece impossível, reconheço. Impossível porque só temos o testemunho de um dos protagonistas, o invasor. Ele é quem nos fala de suas façanhas. É ele, também, quem relata o que sucedeu aos índios e aos negros, raramente lhes dando a palavra de registro de suas próprias falas. O que a documentação copiosíssima nos conta é a versão do dominador”.

Esses momentos que foram dando vida própria a um novo país e que negligenciaram a contribuição nativa, receberam um

novo impulso com a chegada de D. João VI e sua corte, à Colônia, em 1808. A partir desta data são implantadas estruturas culturais que corresponderam à abertura de gráficas, museus, bibliotecas, Academia de Belas Artes, teatros, entre outras. Sabe-se, também, do incentivo à exploração da fauna e flora com objetivos científicos que, a partir desta época, consolidou instituições deste e de outros países.

Entretanto, como salienta Sérgio Buarque de Holanda (1977, p. 3) mais uma vez, “a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.

As elites econômicas que, neste país, sempre dominaram o Estado, a Igreja, a Cultura, privilegiaram as manifestações eruditas - dos salões - e menosprezaram os fatos culturais populares. Com outras estratégias e possibilidades, os brasileiros que controlavam o poder ao longo do século XIX, não só continuaram desbravando o território e subjugando as populações encontradas, mas amparados em um forte poder econômico, estabeleceram o seu cotidiano de manifestações culturais a partir de inspirações européias.

Apesar do olhar romântico em relação ao indígena e de uma certa estupefação relacionada às práticas culturais dos escravos negros, a Colônia, o Império e a República não conseguiram conciliar - nos seus planos políticos - as vertentes básicas de nossos traços culturais. Ao contrário, elas foram se impondo pela própria pujança de suas características, pelas demarcadas possibilidades

regionais e, sobretudo, pela força de resistência, intrínseca a certos valores.

O fortalecimento de instituições científico-culturais, no início do século, ainda com expressão estrangeira, abriu horizontes para um olhar mais pormenorizado em relação às entranhas do processo cultural deste país. Entretanto, apesar dos inúmeros movimentos de intelectuais, do apoio político às instituições e do início dos cursos de formação para as ciências humanas, a forte imigração dos mais diferentes países trouxe, mais uma vez, símbolos e valores de fora, que se confrontaram com os significados autóctones.

Desta forma as distintas regiões brasileiras sofreram influências culturais bem determinadas.

De acordo com as idéias de Prous (1994, p. 17)... “Enfin les ‘Blancs’, bien sur, de couches très diverses et regroupés géographiquement en fonction de leurs origines: les descendants de Portugais, fortement métissés d’Indiens, dominant en Amazonie; métissés de noirs, dans le Nordeste. Les Italiens ont colonisé São Paulo depuis moins d’un siècle, tandis que les Allemands et les Polonais occupent l’intérieur des terres méridionales et les Açoriens de littoral sud... Cette situation complexe a des conséquences sur la pratique archéologique, mais tranforme aussi l’archéologie et l’historiographie brésiliennes en instruments de lutte et de domination sur le plan culturel”.

Realmente, a realidade cultural brasileira é complexa e muitos dos seus ingredientes já foram esboçados neste texto. Entretanto é impossível concordar, totalmente, com o autor acima citado. Até o presente, a história cultural brasileira não se serviu da Arqueologia como instrumento de luta. Ao contrário, como é apresentado neste trabalho, existe um movimento cultural que impôs uma leitura e diferentes interpretações no sentido inverso. Para

muitos, a nossa pré-história como nação está sendo procurada no contraditório processo de acumulação primitiva do capital europeu do séc. XVI, e não nas características culturais dos povos indígenas (COUTINHO, 1990).

Ao longo do tempo, as diferentes interpretações sobre o Brasil foram se distanciando cada vez mais das contribuições nativas. A grande exceção, pode ser identificada a partir da década de vinte deste século, com a multiplicidade de movimentos que misturaram, e às vezes confundiram, inquietações políticas, sociais e culturais. Percebe-se que, uma vez livres da metrópole, e da escravidão, os brasileiros poderiam enfrentar-se a si próprios e repensar esta nação com seus próprios olhos.

Neste momento, é singular a contribuição do movimento Modernista que propõe a redescoberta do Brasil, e das lutas preservacionistas deflagradas em São Paulo por Paulo Duarte e Mário de Andrade. Na ótica deste trabalho, deve receber atenção o impulso das descobertas arqueológicas em diversas partes do território brasileiro.

Em contrapartida, a industrialização acelerada que trouxe e garantiu uma certa autonomia ao Brasil, indiretamente devastou muitos territórios e destruiu os vestígios pré-coloniais. Deve ser ressaltado, também, que a burguesia - predominantemente imigrante - que sustentou o referido processo de industrialização, não tinha nenhuma razão em preservar um passado que não lhe pertencia.

Nesta estratigrafia do abandono, que sufocou os vestígios arqueológicos, outro elemento passou a representar uma sólida e, porque não afirmar, impenetrável camada, ou seja: a visão de que os processos preservacionistas representam oposição ao progresso.

Paulo Duarte, em seu célebre livro “Contra o Vandalismo e o Extermínio”, retratou muito bem as questões que estavam envolvidas (e ainda estão) nas lutas preservacionistas e reiterou a necessidade da criação de uma estrutura institucional para a preservação dos já considerados bens patrimoniais. Este, então jovem jornalista e político, deflagrou uma verdadeira cruzada em função do tratamento, guarda e uso da nossa herança cultural. Muitos intelectuais paulistas vincularam-se a esta luta e, deste esforço, nasceu o Departamento de Cultura do Município de São Paulo, com intenções estaduais e nacionais. Esta efêmera experiência, que foi extirpada em 1937, com o advento do Estado Novo, é mencionada neste trabalho pelo seu caráter exemplar em relação a muitos procedimentos que foram comuns à realidade cultural brasileira. Nesta mesma época, outros movimentos de caráter sempre regional, foram deflagrados por todo o país. Entretanto, este processo paulista aponta peculiaridades merecedoras de destaque, ou seja: a visão aberta e multifacetada sobre as inúmeras vertentes na nossa herança cultural, a imposição da criação de estruturas institucionais para o gerenciamento do nosso patrimônio e a necessária convivência entre movimentos culturais e processos políticos. Para este grupo, “a memória coletiva não tem poder retentivo bastante para guardar, senão transitoriamente, os grandes fatos, excelentes embora, do progresso material, mas lhe não falta fixação perene dos pormenores, até diminutos, dos acontecimentos que encarnam uma conquista espiritual” (DUARTE, 1938, p. 141).

Por um lado, esta citação revela aspectos interessantes das engrenagens que têm sustentado a história da memória coletiva deste país, mas, por outro lado, revela outro ingrediente fundamental da história cultural: as sucessivas visões paternalistas que estão na

gênese da criação de diversas instituições e mesmo nos textos de muitos intelectuais que pensam o nosso processo cultural.

Outra marca importante desse momento está vinculada à elaboração da obra “Macunaíma” de Mário de Andrade. Este romance, que já foi repetidas vezes analisado pelos mais diferentes olhares, chama atenção, sobretudo, pelo fato de que o herói da narrativa recupera o que está em jogo, o seu talismã perdido: o **muiraquitã**. Em sua luta contra o imigrante burguês, Macunaíma busca e obtém um símbolo que, sabidamente, corresponde à ancestralidade dos traços culturais tapajônicos (Amazônia). Este genial autor, além do seu grande e singular trabalho relacionado à preservação patrimonial, foi capaz de construir uma história épica, que explica o Brasil, a partir de um símbolo pré-colonial.

As últimas décadas assistiram a uma grande efervescência dentro das instituições culturais de cunho preservacionista, e tem ocorrido, também, a criação de diversos centros voltados à formação profissional para o tratamento do patrimônio. Neste contexto, a pesquisa arqueológica e a preservação dos vestígios pré-históricos, difundiram-se por todo o país, com legislação própria e apoiadas, sobretudo, nas estruturas universitárias.

Hoje, é de domínio público a perspectiva da existência de grupos nativos que ocuparam o país em tempos recuados. Os vários canais de comunicação de massa têm divulgado notícias sobre as pesquisas arqueológicas, empolgam-se com as datações dos vestígios e têm popularizado a imagem sobre o arqueólogo.

Entretanto, ainda persistem problemas estruturais que impedem a apropriação, por aqueles que explicam a nação brasileira, dos dados e informações sobre os povos nativos.

Cabe lembrar que a grande estrutura institucional voltada para a área cultural, implantada neste país a partir do Estado Novo, legou diversos museus históricos, que não contextualizaram os bens arqueológicos. Da mesma forma, a legislação federal de preservação do patrimônio existente deste 1937, foi desdobrada em 1961 em uma legislação exclusiva para os bens arqueológicos.

Outra questão que merece nota prende-se à influência sociológica nas pesquisas antropológicas. Neste sentido, as preocupações concentraram-se muito mais em entender a presença do **outro cultural** (brancos e negros), do que em verticalizar o conhecimento sobre a essência das sociedades indígenas e cruzá-la com os dados extraídos de seus territórios por meio da Arqueologia.

O abandono das fontes arqueológicas na configuração do quadro dos problemas interpretativos sobre a nação brasileira, aqui esboçado, pode ser entendido e particularizado em dois segmentos. Em um primeiro momento, considera-se que a imagem da Arqueologia está comprometida, em função de questões inerentes à produção do conhecimento, no que diz respeito ao desenvolvimento científico das pesquisas no território nacional. Em um segundo momento, pode-se afirmar que a comunicação do conhecimento produzido, por esses projetos científicos, está comprometendo e desfocando a imagem sobre a Arqueologia e distanciando-a do processo cultural contemporâneo. Este trabalho aborda este último momento.

Em uma certa medida é possível reconhecer que, o arqueólogo conseguiu maior visibilidade no Brasil, mas, o conhecimento por ele produzido ainda não foi assimilado e contextualizado no âmbito da sociedade brasileira.

Ulpiano B. de Meneses indicou algumas questões relevantes, às quais poderíamos atribuir as razões para este “exílio da

memória arqueológica”. Apontou, por exemplo, a ausência de “sítios arqueológicos espetaculosos como os Andes ou a Mesoamérica”, ou mesmo, a falta de espaço “no quadro de honra em que brilham outros grupos americanos, caucinados pela descoberta e difusão do cacau, do tabaco, etc.” (1987, p. 187).

Pedro Paulo Funari, por sua vez, tem reiterado sistematicamente que os problemas inerentes à história das pesquisas e instituições têm comprometido a natureza do conhecimento e as formas de acesso e devolução patrimonial dos bens arqueológicos deste país. Em seu artigo “Arqueologia Brasileira: visão geral e avaliação” (1994), ao lado de uma análise da historicidade das intervenções arqueológicas, este autor pondera sobre alguns problemas arqueológicos que os profissionais brasileiros não estão resolvendo a contento. Refere-se, neste caso, à antiguidade do homem da América do Sul, à abordagem ecológica das culturas pré-históricas no Brasil e às questões referentes à interpretação da arte rupestre.

Walter Neves lembrou a necessidade de um plano de emergência no que diz respeito à problematização das pesquisas arqueológicas que, além da clássica pesquisa exploratória, as equipes deveriam “adotar modelos dedutivos, apoiados sobre testes de hipóteses competitivas bem formuladas. Este plano deveria apoiar-se, sobretudo, em uma mudança de referenciais epistemológicos e, para tanto, a formação de recursos humanos deveria ser priorizada e, nas palavras deste autor... “de nada adianta investir maciçamente na formação de recursos humanos no exterior se não forem garantidas condições materiais e espirituais adequadas nas instituições brasileiras” (1988, p. 205).

Ao lado dos problemas institucionais, das opções epistemológicas e de formação de novos quadros de pesquisadores, existem também as questões legais vinculadas ao órgão federal que

tem por finalidade aplicar a lei que visa à proteção dos bens arqueológicos, mas não tem capacidade operacional para interagir em todas as áreas deste território.

Entretanto, os profissionais da Arqueologia Brasileira não têm dispensado muita atenção para os processos de comunicação museológica de suas pesquisas.

A partir da constatação de que a comunicação, em suas diferentes linguagens, é um suporte fundamental para a transmissão de idéias, elaboração de conceitos, construção de imagem e apresentação de objetos, contextualizando o ser humano em seu meio natural e cultural, considera-se relevante utilizá-la (pensá-la) como meio (mídia) viabilizador de um processo de preservação, que, por sua vez, é pressuposto fundamental para o desenvolvimento da pesquisa arqueológica.

Nesse sentido, pretende-se discutir neste trabalho os problemas inerentes à **comunicação museológica**, por considerá-la básica para o tratamento dos vestígios pré-coloniais e extroversão do conhecimento produzido por meio das investigações arqueológicas.

Portanto, este trabalho parte do pressuposto de que a última e mais recente camada dessa estratigrafia do abandono corresponde aos problemas relacionados à criação e desenvolvimento dos entrincheirados museus de Arqueologia no Brasil.

PRIMEIRO CAPÍTULO

A MUSEALIZAÇÃO DA ARQUEOLOGIA

1.1. MUSEUS DE ARQUEOLOGIA: UMA HISTÓRIA DE CONQUISTADORES, DE ABANDONO E DE MUDANÇAS.

Sob a identidade de “Museu de Arqueologia” acumula-se, nos dias de hoje, uma multiplicidade de características museológicas que indica um passado comprometido com aspectos relevantes da história dos museus, no que diz respeito à importância do colecionismo para estas instituições, como também, a evidente parceria com as diferentes fases das descobertas e da pesquisa arqueológica nestes últimos séculos.

Outro aspecto marcante dessas instituições está vinculado ao caráter universalista de seu conteúdo, constituído de coleções difusas no tempo e no espaço. Da mesma forma, pode-se afirmar que, nas últimas décadas, esses museus têm servido, também, para o tratamento patrimonial da memória local. Elevando-a, algumas vezes, ao patamar das referências nacionais e universais.

Os museus de Arqueologia existem em todos os continentes, ainda reconhecidos como centros de pesquisa, vinculados em sua maioria às universidades e responsáveis por parcelas significativas do patrimônio que tem sido preservado ao longo dos séculos.

Entretanto, cabe analisar algumas questões estruturais que têm consolidado essas instituições, como também evidenciar certos pormenores de sua trajetória que as distinguem entre si e de outros tipos de museu.

Como já foi explicitado anteriormente, este trabalho tem a preocupação, entre outros aspectos, de indicar os problemas de natureza museal que têm prejudicado a inserção das fontes arqueológicas no requintado e diversificado universo interpretativo da nação brasileira. Neste sentido, serão apontados, a seguir, alguns referenciais que têm caracterizado os museus de Arqueologia como um tipo particular no mundo e, em seguida, como tem sido a sua orientação no contexto brasileiro. Esta análise sobre a trajetória desses museus tem o objetivo de mapear os aspectos mais relevantes que os processos contemporâneos de musealização herdaram das experiências museológicas anteriores.

As coleções arqueológicas estão na gênese da história dos museus. Amparados em alguns séculos de investigação e interesse pelo passado, pelo exótico e pelo diferente, esses acervos foram constituídos, de uma certa forma, para diminuir a distância entre as sociedades que vivem em tempos distintos. Espelham, também, a colonização, o saque e a destruição de alguns povos por outros. Sobretudo, esses acervos, espalhados em museus de portes diferentes, podem sinalizar aspectos inerentes à longevidade e diversidade da herança patrimonial dos seres humanos.

Os séculos XVI e XVII registraram, com muita ênfase, a afirmação do colecionismo como um fenômeno resultante do interesse por uma cultura universal, humanística e científica, e também da estupefação com uma outra humanidade, que emergiu das viagens e descobertas, com traços físico-culturais estranhos ao universo medieval europeu.

Se as coleções estão na origem dos museus, cabe enfatizar que elas têm suas bases no mobiliário e oferendas dos templos; nos tesouros principescos; nos presentes, saques e despojos de guerra e conquistas e nas relíquias e objetos sagrados. Em qualquer

um desses segmentos é possível verificar a mesma atitude de identificação e retirada de objetos do uso cotidiano, para expô-los à contemplação dos deuses, dos mortos ou dos outros homens. Atitude, esta, comum às sociedades desde os princípios do processo de hominização.

No entender de Pomian (1984), este complexo universo das **coisas** e dos **semióforos**¹ que está nas entranhas das coleções e dos museus, significa o esforço dos homens para superarem a transitoriedade humana, na medida em que esses objetos permitem a relação do mundo visível com o invisível.

Os objetos arqueológicos desempenharam um papel relevante no universo acima referido, que deu um real significado às coleções do renascimento. O contato com a **obra antiga** é responsável pela abertura de novas possibilidades de apreciações culturais, de confrontos, interpretações e recriações da cultura clássica e uma maior dimensão temporal sobre a própria existência humana. Da mesma forma, o contato com objetos **estranhos** dos povos nativos da América e do Oriente contribuiu para que o europeu reorganizasse a sua visão de mundo, até então delimitada pelas muralhas medievais.

Nessa época as coleções passaram a representar, sobretudo, facetas do poder constituído e começaram a ser utilizadas como elementos de ostentação.

De acordo com Schaer (1993, p. 15 e 16)...“Les humanistes recherchent d’abord les vestiges de l’antiquité romaine. Objets d’un véritable culte, les traces matérielles laissées par la Rome classique prennent une immense valeur. On se soucie de leur conservation; les entreprises archéologiques se multiplient, fouilles ou

(1) Trata-se, de acordo com o autor, “de objetos que não têm utilidade, ... mas que representam o invisível e são dotados de um significado; não sendo manipulados, mas expostos ao olhar, não sofrem usura” (1984:71)

relevés topographiques, et, en 1462, le pape Pie II interdit la reutilisation, pour les constructions neuves, de matériaux tirés de monuments anciens, pratique jusque-là courante. Dans ce contexte, en même temps qu'ils étudient les manuscrits et redécouvrent les auteurs de la littérature latine, les érudits collectionnent ce qu'on appelle des "petites antiquités": inscriptions, objets usuels ou précieux, fragments de sculpture, et surtout médailles et pierres gravées. Ces objets sont considérés par les humanistes comme des illustrations originales des textes, ils donnent figure aux personnages, aux décours ou aux événements qu'évoquent les manuscrits".

O colecionismo se estendeu, a partir dessa época, pelos diversos e emergentes países europeus, configurando a existência de novos espaços consagrados à reunião de objetos de valor, a encontros sociais, a estudos, ao comércio de antigüidades, possibilitando a convivência entre as cortes principescas e as famílias burguesas em ascensão econômica.

É possível distinguir, neste misterioso e estimulante mundo do colecionismo, diversos e hierárquicos gêneros de colecionadores. Primeiro, pode-se destacar os "curiosos", identificados em especial no século XVI por aqueles que se interessavam por tudo, pelas coisas raras e insólitas. Em seguida, ainda a partir do mesmo período, apareceram os "amadores", que escolhiam e preservavam os objetos belos, sobretudo para seu prazer. Estes últimos configuraram, especialmente, o que pode ser chamado de uma sub-categoria de colecionador, que é o colecionador - amorador - mecenas.

Nas palavras de Benoist (1971, p. 8), "Le collectionneur proprement dit occupe un degré plus avancé parce que plus spécialisé et conséquent plus savant. C'est un mordru, un passionné qui veut tout réunir dans son domaine et surtout l'objet

introuvable qui couronnerait la série. Enfin si le collectionneur est en même temps un homme de goût, il devient un “connaisseur”, à la fois esthète et expert, capable d’en remonter aux compétences dans le champ de sa spécialité”.

É evidente que estas categorias distintas de envolvimento e difusão em relação ao colecionismo, às vezes, se sobrepuseram e ainda hoje podem ser percebidas entre aqueles que se dedicam a coletar/comprar, guardar/cuidar, organizar/estudar, expor/partilhar certas **coisas** e não **outras**, tanto públicas quanto privadas.

Esta maneira de ser e estar que define o colecionador e a coleção, também é percebida no âmago das relações que têm sido estabelecidas entre os profissionais de museus e, destes, com a sociedade a qual esta instituição se destina.

Certas atitudes sobreviveram ao cientificismo que marcou, posteriormente, no século XIX, a afirmação mundial dos museus. E não é difícil constatar que estão presentes, ainda, na contemporaneidade, mesmo considerando que estas instituições têm sido desafiadas, sistematicamente, por diferentes demandas sociais e impulsionadas pelas conquistas tecnológicas.

Os objetos arqueológicos foram valorizados no período renascentista, quando a arte, a história, a ciência e o estudo da natureza concentraram a atenção da elite política e econômica. Uma das expressões marcantes deste momento foi o surgimento das galerias de arte e dos gabinetes de curiosidades. “Sin duda, constituían el público comprador y coleccionista del Renacimiento, la nobleza y a la alta burguesia urbana, quienes - llevados tanto por su genuino interés como por el deseo de consolidar una posición social formaron colecciones cerradas para um grupo refinado y conecedor, integrante

de um círculo vedado al resto de la población” (HERREMAN, 1985 p. 483).

Esses espaços privilegiados de saber e poder, a princípio acumularam indiscriminadamente objetos curiosos, raros e belos, mas já em 1565 Samuel von Quiccheberg apresentou uma proposta de organização para o que considerou “o museu ideal”, dividida em três partes, a saber:

1) **Naturalia** - elementos da natureza - e **Artificialia** - produtos das obras do homem -; 2) **Antiquitas** e **História** - antigüidades clássicas - e 3) **Artes** (SCHREINNER, 1985).

É evidente que estas três divisões se confundem ou até se sobrepõem, mas é importante registrar que com elas teve início a organização interna das galerias e gabinetes. Posteriormente, esta organização se tornou cada vez mais complexa, determinando a orientação dos processos museológicos futuros.

Se as coleções de natureza arqueológica já faziam parte dos gabinetes de curiosidades, antiquários e galerias desde o século XVI, o processo de colonização que a Europa implantou em diversos continentes, bem como as conquistas napoleônicas, foram responsáveis pelo acúmulo desse segmento patrimonial em algumas instituições e/ou coleções privadas.

Neste âmbito, destacaram-se as coleções de Conrad Gesner e Félix Platter, que deram origem ao Museu de História Natural da Basileia; as de Cesalpini, Cospi, Aldrovandi, Ferrante e Marsigli em Bolonha; as dos Medici em Florença; as de Ludovico e Manfredo Settala reunidas em Milão; as do padre Kirchner que se transformou no Museu Kircheriano que ainda existe em Roma. (ALEXANDER, 1979; BENOIST, 1971; PENNDORF, 1987; SCHAER, 1993).

Merecem destaque, também, as coleções das grandes famílias de outros pequenos principados como os Doria em Gênova, os Este em Ferrara, os Borghese em Roma. Em Veneza, o cardeal Domenico Grimani legou, em 1523, uma importante coleção arqueológica à República (BENOIST, op. cit.).

Desta forma e seguindo o mesmo ideário que concentrou nas coleções uma série de características que as transformaram em símbolo de prestígio, inúmeras famílias principescas e burguesas iniciaram a organização de seus objetos, destacaram ilustres artistas ou estudiosos para conservá-los, e deram início à promoção de exposições para um restrito público, constituído pelos poderosos da Igreja e do Estado.

O gosto pelo colecionismo difundiu-se, também, entre outros tipos de colecionadores ... “médecins, avocats ou magistrats, comme le bordelais Pierre Trichet, les avocats au parlement d’Aix qui sont Borilly, Rascas de Bagarris et le célèbre Fabri de Peiresc, ou comme Pierre Borel, le médecin de Castres. A côté de souverains brillants, de princes philosophes ou des savants érudits, se détache la figure de “l’amateur”: Ferdinando Cospi, grand collectionneur de Bologne, présente sa collection comme “un passe-temps de jeunesse” (SCHAER, op. cit., p. 27).

Foi marcante a influência religiosa no perfil das coleções que se estabeleceram a partir do século XVII. Por um lado, católicos submeteram-se ao controle papal que ditava, inclusive, a orientação da produção artística e do próprio mercado de antiguidades. Por outro lado, os protestantes se orientaram pela liberdade individual do artista e do consumidor. Estas características foram determinantes, por exemplo, para o crescimento das coleções holandesas e configuraram o perfil das coleções dos países católicos que se viram impedidos de receber certas obras protestantes. A influência das

Igrejas deveu-se, sobretudo, em função de suas ações relacionadas ao poder estatal.

Assim, e de forma irreversível, é rompida a unidade que amparou o período medieval. De um lado, difundiu-se o humanismo renascentista nos países do centro oeste europeu, de outro lado, o protestantismo nos países nórdicos adiou a influência da cultura latina. “Neste sentido, pode-se afirmar que a Renascença alemã coincide com o último dos classicismos, justamente depois de ter sido superado, por iniciativa de homens como Kant e Goethe, o isolamento da cultura alemã em face da latina. É precisamente a índole anti-humanista da Reforma protestante que, pela fixação no irracional e no exclusivismo do mundo sobrenatural, deixa explicar essa tardança” (BORNHEIM, 1975, p. 7).

Deve-se ressaltar, entretanto, que esta tardia aproximação com a Antigüidade, no caso alemão, referiu-se a um novo olhar e uma nova interpretação em relação à cultura grega. Esse aspecto acentua ainda mais as diferenças entre as coleções que foram constituídas nas diferentes regiões européias, uma vez que até então a grande influência vinha de Roma e não de Atenas.

Nos últimos anos, diversos autores têm contribuído para a reconstituição da história do colecionismo e dos museus, elaborando importantes obras que têm servido de referência para aqueles que se interessam pelo tema.

Merecem destaque as contribuições de Germain Bazin (*Les Temps des Musées*, 1968), Luc Benoist (*Musées et Museologie*, 1971), Kenneth Hudson (*A Social History of Museums: What the Visitors Thought*, 1975), Edward P. Alexander (*Museums in Motion*, 1979) e Krzysztof Pomian (*Collectionneurs, Amateurs et Curieux, Paris-Venise : XVI^e –XVIII^e siècle*, 1987), uma vez que não só pontuam historicamente o surgimento das coleções, mas as relacionam

com os museus, nos diferentes continentes e ao longo dos últimos seis séculos.

A partir dessas obras, entre outras, é possível perceber que o colecionismo e todos os seus derivados sócio-culturais, pertencem intrinsecamente às estruturas de longa duração, no que diz respeito à história das idéias e mentalidades dos homens desde o Renascimento.

Neste sentido, deve ser enfatizado que a coleção e por consequência o colecionismo, ao longo do tempo, demonstraram sempre duas faces ligadas aos homens e às sociedades. Por um lado, a guarda, a valorização, a apropriação desenfreada dos objetos têm demonstrado a necessidade dos homens de transporem a sua própria finitude e, portanto, expõem a vulnerabilidade humana frente ao desconhecido, ao passado e ao inatingível. Por outro lado, esses mesmos objetos e coleções podem ser interpretados como fortes elementos de ostentação, de poder, de traição, de roubo, entre tantos outros aspectos que sempre evidenciaram a necessidade dos homens e das sociedades de demonstrarem a sua onipotência.

Segundo Aurora León (1984, p. 48), o fenômeno do colecionismo trouxe alguns valores culturais que não podem ser negligenciados... “En primer lugar, el coleccionismo afirma un mundo de preferencias ideológicas al definirse como defensor activo de la posesión única, no compartida... En segundo lugar, el coleccionismo incide en la función ideológica de la cultura. La clientela de arte representa a una clase determinada que dirige, controla e instrumentaliza los objetos de cultura en función de sus intereses y objetivos... En tercer lugar, el coleccionismo tiene un valor formativo - consolidante sobre el arte, la crítica y el gusto”.

A partir do que foi exposto anteriormente, é possível afirmar que, do ponto de vista da história das idéias e mentalidades, a

grande e mais forte herança que o colecionismo gerou está relacionada ao conceito de posse. A posse material e espiritual, o domínio não só das **coisas**, mas o poder de transformá-las em símbolos. Um poder pouco partilhado e que quando o era, tinha a real função de demonstrar ostentação.

Esta é a mentalidade que amparou o surgimento dos grandes e enciclopédicos museus a partir do final do século XVII.

Apesar desta mentalidade estar enraizada nessas instituições - o que ainda pode ser constatado - é possível identificar diferentes esforços para possibilitar a apropriação mais ampla dos objetos e coleções.

As publicações de folhetos e catálogos, a organização tipológica dos objetos, as preocupações com o estado de conservação dos espécimes da natureza, entre outros fatores, são responsáveis pela estruturação dos museus, no período já mencionado e representaram o início da abertura para o público.

Até esse momento, as coleções arqueológicas estavam inseridas no conjunto dos objetos de Arte, ou faziam parte dos acervos de História Natural. Embora ainda sem perfil definido, as “antigüidades” sempre representaram um papel relevante no âmbito do colecionismo e continuaram com espaço destacado na gênese dos grandes museus europeus.

Ao mesmo tempo em que, a partir do século XVII, o colecionismo voltou-se para a produção artística contemporânea, dando margens ao surgimento e proliferação dos “estúdios”, como também à valorização exacerbada dos artistas, algumas coleções transformaram-se no embrião dos futuros grandes museus enciclopédicos.

No que diz respeito às coleções arqueológicas, merece destaque o surgimento do Museum Ashmoleanum, na Inglaterra. Com

sua origem nas coleções de instrumentos científicos, objetos de Arqueologia e elementos de História Natural, de propriedade da família Trasdescant, este museu é criado em 1683 a partir da doação que Elias Ashmole - então proprietário da coleção - fez à Universidade de Oxford.

Deve ser assinalado, também, que a abertura desse museu em uma universidade indicou o prenúncio de duas características decisivas para a história destas instituições: museu como local público e museu como local de aprendizagem.

Diversos autores (BAZIN, 1967; HUDSON, 1975; ALEXANDER, 1979; LEÓN, 1984; HERREMAN, 1985; GUARNIERI, 1989; SCHAEER, 1993, entre muitos outros) analisam e esclarecem aspectos definidores da importância dos museus que surgiram entre o final do séc. XVII e início do séc. XVIII, em relação à configuração deste modelo institucional que ficou para sempre vocacionado para guardar objetos, estudá-los e divulgá-los.

Dessa forma, pode-se destacar a criação por decreto parlamentar, em 1753, do British Museum, integrado a uma biblioteca nacional e a um museu de Antigüidades, História Natural e Etnografia. Este museu foi constituído a partir das coleções do médico naturalista e humanista Hans Sloane, que dedicou parte de sua vida ao estudo e catalogação dos objetos.

Em seguida, em 1760, Guilherme IV abriu ao público a Galeria de Kassel; Frederico Guilherme III fez pública sua coleção que mais tarde foi unificada a outras coleções provenientes de diferentes palácios, dando origem ao Kunsthistorisches Museum de Berlim.

Segundo León (op. cit., p. 52 e 53), ... “Los museos italianos deben su apertura al público a motivos específicos. En los del Vaticano la iniciativa se debe a sucessivos Papas, quienes según sus

inclinaciones artísticas los fueron dotando con obras e incrementando el tesoro con el constante enriquecimiento de las excavaciones romanas. Bajo el impulso de los Papas en los siglos XVIII y XIX se fundam el Museu Sagrado, el Pio Clementino, la Biblioteca Vaticana, el Museo Egipcio, el Etrusco, la Pinacoteca Vaticana, los apartamentos Borgia... las colecciones de los Medici (Museu de los Uffizzi en Florencia) y los respectivos museos florentinos, aunque la colección Medici estaba en el siglo XIX tan acrescentada que se considero necessário proceder a una reorganización en la que se distribuyeron las esculturas del Renacimiento y las artes menores al Museo Arqueológico florentino, y la orfebrería y joyas al Museo de Orfebrería del palacio Pitti, permaneciendo en los Uffizzi una de las colecciones de pintura más significativas del mundo. Asi es como las obras de arte quedan descontextualizadas al ser esparcidas por varios museos, perdiendo su antigo carácter de colección”.

Essas afirmações de León acrescentam um outro aspecto relevante ao surgimento dos grandes museus. Ao lado das questões já mencionadas, referentes ao colecionismo, a criação dos citados museus significou não só mais um passo, embora tímido, em direção à apropriação coletiva desses bens patrimoniais, mas algumas vezes representou o desmembramento das antigas coleções em função de uma nova ordem, oriunda de novos interesses artísticos e científicos. Esta também tem sido uma constante na história dos museus, ou seja: a decomposição das coleções e a constituição de novos agrupamentos.

Merece menção, ainda como exemplo desse período, a criação do Museum d’Historie Naturelle de Paris, em 1745, que teve sua origem vinculada ao gabinete do famoso “Jardin des Plantes” dos reis, onde as coleções foram divididas pelas respectivas áreas de interesse científico, tais como, mineralogia, botânica, zoologia. De

acordo com Daubenton, seu organizador ... “l’ordre méthodique qui dans ce genre d’étude plaît si fort à l’esprit, n’est presque jamais celui qui est le plus agréable aux yeux” (SCHAER, op. cit., p. 40).

Ao mesmo tempo em que os estudiosos se preocuparam em ordenar, classificar e colocar a natureza em um sistema, ampliando o interesse e a acessibilidade destas coleções, os objetos artísticos e as antigüidades mereceram também atenção especial.

Tanto as coleções de cunho “científico”, quanto as de caráter “artístico” passaram a ser utilizadas como suportes de demonstração e de ilustração para aulas e estudo.

O surgimento de sociedades específicas com finalidades científicas ou de apreciação estética foram incentivadas e desdobraram-se por toda a Europa. Invariavelmente foram sediadas nos museus, proporcionando-lhes maiores possibilidades de inserção social.

Na segunda metade do século XVIII, sucessivas adaptações propiciaram aos palácios franceses Louvre, Versailles e Luxembourg, as condições adequadas para a apresentação de obras de arte e antigüidades. Deve-se destacar, como aponta a bibliografia, os cuidados com a iluminação, segurança e organização espacial das galerias, que já faziam parte das preocupações da época.

É impossível não destacar o papel desempenhado por Bonaparte no que diz respeito à transferência, em larga escala, de inúmeros objetos, monumentos e coleções inteiras para a França. Conforme as palavras de Schaer (op. cit., p. 69) ... “le 2 mars 1796, Bonaparte est nommé général en chef de l’armée d’Italie. Um mois plus tard, les troupes sont en campagne de l’autre côté des Alpes. Parmi les enjeux dont on rêve à Paris, il y a ces oeuvres canoniques entre toutes, les sculptures antiques et les peintures de la Renaissance.

Dès le début mai, Bonaparte écrit à Paris pour qu'on lui envoie "trois ou quatre artistes connus pour choisir ce qu'il convient de prendre". Le Directoire nomme une commission chargée de "faire passer en France tous les monuments des sciences et des arts qu'ils croiront dignes d'être dans nos musées et nos bibliothèques; on y trouve le mathématicien Monge, le chimiste Berthollet, les naturalistes Thouin et la Billardièrre, le peintre Berthélémy et le sculpteur Moitte".

Os trabalhos de escolha, coleta e traslado que eram realizados sistematicamente, faziam parte dos tratados de armistício e a entrada em Paris era sempre motivo de grandes festas e desfiles públicos.

Esse processo que envolveu o controverso perfil do império napoleônico, resultou em um acréscimo expressivo das coleções já suntuosas do Musée du Louvre, mas é significativo registrar que, ainda como desdobramento deste período, diversos museus foram criados ou revitalizados sob as ordens de Bonaparte, a partir de uma certa divisão das obras saqueadas. Pode-se afirmar que a França começou a implantar um sistema de museus coordenado por meio das deliberações centralizadas em Paris. Esta foi uma característica marcante para o desenvolvimento e implementação das instituições museológicas que este país legou para o universo da Museologia (WESCHER, 1976).

A bibliografia registra que essas operações de **transferências patrimoniais** foram monumentais, revestidas de toda pompa e marcadas pelo apoio e conivência dos estudiosos, ...além dos militares. Afirma, ainda, que esse duvidoso processo de apropriação teve sua base consolidada no ideário revolucionário que se instaurou na França, após a Revolução Francesa. Os movimentos revolucionários elaboraram um discurso no sentido de justificar esta

pilhagem, explicitando que as grandes obras da humanidade tinham que ser guardadas e apreciadas nos territórios livres.

Até os dias de hoje, poucas vozes se rebelaram em repúdio a essas transferências de fragmentos da vivência de sociedades do passado, para locais de concentração do poder. Ao contrário, esta será uma sedimentada característica que está na base das mais importantes instituições museológicas do mundo.

Entretanto, sabe-se das discordâncias do arqueólogo e historiador Quatremère de Quincy, em relação ao que chamou de “espírito de conquista”. Em sua obra “Lettres à Miranda”, escrita à época, ele denunciou esta atitude e afirmou que ela era totalmente contra o espírito de liberdade vigente. “Il y mettait en question ces musées pour lesquels on arrache les oeuvres à leur contexte, on isole de fragments de la vie artistique d’un peuple, d’une époque, d’un lieu”(SCHAER, op. cit., p. 71).

Apesar da relevância e do ineditismo da crítica, considerando que foi elaborada no século XVIII, deve-se reconhecer que este pensamento ficou isolado e inaudível até metade deste século.

Os apelos ao acúmulo, à raridade, à conquista, à espoliação, foram muito mais fortes e determinantes na história dos museus nos últimos dois séculos, do que a compreensão de que a significância dos objetos está intimamente ligada ao seu espaço e universo de significação.

Os museus precisaram receber violentas críticas e serem vinculados ao **mundo das coisas velhas e sem vida**, para darem início a uma reflexão sobre a sua natureza, repensarem a sua estrutura e redefinirem as suas formas de apropriação e devolução dos diferentes segmentos patrimoniais.

Entretanto, um olhar mais atento sobre os museus franceses, do início do século XIX, evidencia algumas características

que contribuíram, também, para a forma e função dessas instituições até os dias de hoje. Reconhecidos como centros de estudo e ensino, os museus também ficaram marcados, não só pelas inúmeras e sucessivas conquistas no que diz respeito à identificação, classificação e catalogação dos itens de seus acervos, mas também como instituições preocupadas com a conservação, segurança e melhor apresentação de suas coleções.

Assim, o século XIX teve início com os museus dispersos por toda a Europa, consolidados por grandiosas coleções e mergulhados em preocupações estéticas e científicas.

O processo de colonização, em seu auge nesse período, contribuiu para o crescimento dessas instituições, na medida em que houve uma intensificação das viagens de estudo para as colônias e conseqüentemente, o aumento das coleções recolhidas nas diversas partes do mundo e concentradas nos museus europeus. Assim sendo, foram viabilizados os estudos de Arqueologia, Etnologia e dos diversos ramos da História Natural. Estes, por sua vez, inspiraram a criação de novas instituições voltadas para estas áreas de conhecimento.

Em um primeiro momento, em muitos casos, essas coleções estavam vinculadas aos museus de História Natural, mas o desenvolvimento da Antropologia impulsionou a separação destes acervos. Em um segundo momento, a realização das Exposições Universais (COLLET, 1987) contribuiu para o questionamento sobre as formas de apresentação desses museus e desta maneira levou a museografia de suas exposições a novos horizontes. Portanto, esses museus começaram a ser alterados quanto à forma e conteúdo.

A chamada “idade de ouro” (ALEXANDER, 1979) da história dos museus - séc. XIX, foi marcada, sobretudo na Europa, pelo crescimento de museus dessa natureza, que apresentaram os

faustos dos impérios coloniais. Pode-se destacar a criação do Museum of Ethnology de Leiden (1837), Holanda; dos museus de Leipzig, Munique e Berlim, na Alemanha e, sobretudo, do Musée d' Ethnographie du Trocadéro de Paris, França (1884).

Nesses museus foi marcante a apresentação dos objetos, classificados especialmente por tipos, procurando demonstrar o desenvolvimento linear da humanidade e os progressos realizados pela espécie humana.

A importância das ciências, o apoio intensivo às pesquisas arqueológicas, a constituição da Antropologia Física e da Arqueologia Pré-Histórica em disciplinas, a organização de sociedades científicas específicas e de congressos internacionais, marcaram - a partir da segunda metade do século XIX - uma ruptura, que proporcionou aos museus de Arqueologia um caminho próprio no universo museológico.

Ao mesmo tempo em que os já mencionados grandes e enciclopédicos museus continuaram se reorganizando e criando novos departamentos em função das conquistas científicas e dos desdobramentos dos ramos do saber, as descobertas de Boucher de Perthes e de Lubbock, vinculadas ao estabelecimento de uma cronologia para a pré-história, impulsionaram o surgimento de outras formas institucionais relacionadas à Arqueologia. Data desse período o surgimento de museus ligados à pré-história regional e/ou nacional tais como: National Museet em Copenhague, Dinamarca (1807), Museum für vor- und Frühgeschichte em Berlim, Alemanha (1829), Pitt Rivers Collection, Oxford, Inglaterra (1851), Musée des Antiquités Nationales em Saint-Germain en Laye, França (1862), Nordisk Museet, Estocolmo, Suécia (1873), no que diz respeito aos nacionais "...À côté de ces grands établissements, tout au long des dernières décennies du XIX^e siècle, se multiplient des musées

archéologiques locaux en Angleterre et en France, les Heimat Museen en Allemagne et en Autriche, et les Musei di Storia en Italie, qui très souvent, comportent des collections préhistorique ou, comme on le disait à l'époque, "palethnologiques"(POMIAN, op. cit., p. 66).

Em Portugal, por exemplo, neste mesmo período e como resultado do apoio às pesquisas arqueológicas, surgiram inúmeros museus regionais onde as coleções desta natureza estavam presentes em quase sua totalidade. Apareceram, também, sociedades científicas locais seguindo o exemplo da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Foi proposta a criação de museus arqueológicos nas capitais dos distritos que eram supervisionados por uma associação científica local, ... "Na realidade, em alguns casos elas (instituições) não justificariam a criação de museus regionais ou locais. Gabriel Pereira parece ter solucionado esta questão ao propor em 1877, a criação de museus desta amplitude com o objetivo de mostrarem as belezas locais, raridades e industriais, aos visitantes interessados pondo deste modo, de parte, a criação de museus locais dedicados exclusivamente à arqueologia" (MOREIRA, 1989, p. 56).

Nos Estados Unidos, o mecenato privado incentivou a pesquisa e a divulgação científica, registrando-se como marco deste momento a criação da instituição Smithsonian, em Washington, através da doação do inglês James Smithson. Tendo seu início marcado pelas coleções e pesquisas voltadas à História Natural, a partir de 1879, de acordo com as idéias de Spencer Fullerton Baird - responsável pela instituição -... "a museum of research to further scientific inquiry and an educational museum to illustrate every kind of material object and every manifestation of human, thought and activity" (ALEXANDER, op. cit., p. 52).

É preciso destacar, dentro deste contexto, a criação do Field Museum of Natural History, em Chicago (1893), e sobretudo do

American Museum of Natural History, que foi impulsionado a partir do espírito determinante do naturalista Albert S. Bickmore, em Nova York (1869). Este considerou que uma grande cidade como Nova York deveria ter um grande museu e, para tanto, procurou o apoio dos importantes magnatas como Willian E. Dodge, Theodore Rosevelt (pai), Benjamin A. Field, Robert Colgate e J.P. Morgan.

Da mesma forma, o apoio financeiro de George Peabody foi fundamental para a estruturação do museu da Universidade de Harvard (1866). Nas palavras de Hinsley (1985, p. 51), “The Peabody Museum emerged during the transition between the two views, and its first decades reflected the difficulties of institutional and conceptual reorientation. Founded in the shadow of Agassiz’s powerful intelectual, social and financial presence in the Boston community, it was caught in the midst, of heated local debates over Darwinian evolution. And it faced a strong predisposition in established Boston circles against the worthiness of “primitive” peoples and their artifacts for the moral education of civilized nations. The outcome of such conditions was to give the Museum a marked disadvantage in raising funds and to place its officers in the position of brokering between patrons and fieldworkers, addressing different audiences in distinct voices”.

Os diferentes pontos de vista sobre fenômenos estudados pelas ciências e pelas artes causaram, sistematicamente, ao longo da história dos museus, antagonismos entre as instituições e seus respectivos financiadores, e têm sido responsáveis por polêmicas e rivalidades entre profissionais.

As antigas disputas pelas melhores e mais raras peças ou espécimes da natureza, comum entre colecionadores dos séculos XVI, XVII e XVIII, a partir do século XIX foram acrescidas de

disputas relacionadas às conquistas sobre a produção do conhecimento nas mais diferentes áreas.

Com uma outra face é possível identificar as mesmas atitudes vinculadas à posse das **coisas** e do **saber sobre as coisas**.

Essas divergências têm sido comuns até os dias de hoje. As instituições museológicas raramente atuam em conjunto e sinalizam suas divergências teórico-metodológicas por meio das publicações ou em encontros científicos. Entretanto, as qualidades e a quantidade das coleções ainda são atributos indicativos de valor e, portanto, alvos de disputa entre museus.

Nesse panorama, outra referência singular diz respeito à implantação do museu da Universidade da Philadelphia que, logo após a sua criação em 1889, empreendeu inúmeras e vultuosas expedições científicas. Desta forma, em algumas décadas, esta instituição conseguiu concentrar coleções arqueológicas significativas da Mesopotâmia, Egito, Mediterrâneo, China, África, Oceania, Austrália, e das três Américas.

Cabe ressaltar um movimento paralelo à criação de instituições de caráter eminentemente científico. Trata-se do surgimento do Metropolitan Museum de Nova York e do Fine Arts Museum de Boston, que despontaram como grandes instituições museológicas, apoiadas em um acervo significativo, à semelhança das instituições européias já mencionadas. Assim, transformaram-se em importantes centros de estudos sobre a Antigüidade.

A análise da inserção da Arqueologia nessas instituições norte-americanas, revela grande semelhança com o modelo museológico já delineado, nesta mesma época, nos países da Europa.

Entretanto, os museus dos Estados Unidos foram criados mais de duzentos anos depois de seus congêneres europeus e,

com isso, suas estruturas foram apoiadas em sólidas bases profissionais, além do marcante suporte financeiro que definiu o seu perfil privado.

Outro aspecto revelador, da eficiência das citadas instituições, está relacionado às suas vinculações com universidades, o que as tornaram excelentes centros de pesquisa, mas com acentuada vocação educacional.

A partir da segunda metade do século XIX, esses museus norte-americanos assumiram um papel de relevância no cenário científico internacional. Apoiados em sólidas bases financeiras, puderam dinamizar as publicações, os encontros científicos, as exposições e, sobretudo, as viagens científicas por diversos continentes.

Assim, seus acervos cresceram rapidamente com coleções do próprio país, da África, da Austrália e de outras regiões do Continente Americano.

De acordo com Margaret Lopes (1993, p. 244) “...O movimento de museus definidos por Coleman e retomado por outros estudiosos de museus, com diferentes ênfases locais e marcos temporais, caracterizou-se pelo estabelecimento de ampla rede de intercâmbio, que pôs em contato de diferentes modos e em diferentes circunstâncias, os museus que foram se criando por todos os continentes... Barther, curador do Museu Britânico e diretor da Museums Association visitou em 1893, vários Museus que eram bastante ativos nas colônias inglesas. Entre eles visitou os Museus da Austrália e Nova Zelândia, o South African Museum, na Cidade do Cabo, o Museu Nacional da Tasmânia, em Hobart e o Museu de Hong Kong”.

Antes do final do século, diversos países das Américas Central e do Sul criaram seus museus de História Natural,

incluindo quase sempre as coleções arqueológicas. Foi o caso do Uruguai, Peru, Colômbia, Argentina, Costa Rica, Venezuela, Chile, Bolívia e Brasil.

A bibliografia especializada sobre a história dos museus ainda não dedicou muitos títulos à análise da inserção da arqueologia nestas instituições. Entretanto, é possível identificar que as primeiras coleções de antiguidades foram, mais tarde, contribuir para o crescimento e proliferação dos museus de Arte. Enquanto que as coleções arqueológicas relacionadas a períodos mais recuados, foram integradas aos museus de História Natural ou aos Museus de Antropologia.

No entender de Pomian (op. cit.) os museus de Arqueologia diferem uns dos outros pela localização, arquitetura, organização interna e conteúdo, mas, de uma maneira geral, é possível apontar que a história do colecionismo, da pesquisa e da instituição museológica legou para a contemporaneidade dois processos independentes. Estes processos museais oferecem, na verdade, diferentes visões sobre a história cultural. Em alguns casos são complementares, em outros antagônicos, mas também demonstram as distintas formas de produção de conhecimento que envolve a Arqueologia e, sobretudo, as diferentes possibilidades de apropriação do conhecimento arqueológico produzido em museus. O autor mencionado indica e justifica a existência dos **museus arqueológico-artísticos** e os **museus arqueológico-tecnológicos**.

Em sua reflexão, voltada, especialmente, para o momento da extroversão institucional (exposição), esta diferença não se configura apenas em aspectos museográficos (embora relevantes para esta análise), mas diz respeito a períodos distintos da História das sociedades, e de suas diferentes formas de relacionamento com o passado.

Os museus “arqueológico-artísticos” são aqueles que expõem obras de arte e objetos preciosos que se impõem pela sua grandiosidade e, portanto, são apresentados isoladamente sem as respectivas referências de contexto. Objetos estes que, desde sua origem, foram criados como semióforos (estátuas, afrescos, relíquias etc.). Já os museus “arqueológicos-tecnológicos” preservam objetos que, antes de se transformarem em vestígios, foram resíduos (restos) de atividades humanas e sua inserção no universo do colecionismo e posteriormente dos museus traz uma nova realidade à questão museológica, ou seja: o tratamento museográfico de objetos despossuídos *a priori* de atributos estéticos.

Se o museu artístico floresceu em função da preservação e divulgação dos então considerados grandes momentos civilizatórios, marcados, por exemplo, pelos processos culturais egípcios, gregos e romanos; os tecnológicos mostram um recuado passado pré-histórico, norteador por objetos com formas e funções consideradas obsoletas no presente... “Seuls ces derniers, en effet, abritent à la fois des artefacts et des corps: des squelettes et des crânes humains, des vestiges d’animaux et de plantes, des spécimens de sols, de cendres, de tourbes. Le musée archéologique - technologique - et c’est là un de ses caractères distinctifs rejette ainsi la coupure entre la nature et la culture... À cet égard, il est plus proche d’un musée anthropologique ou ethnographique que d’un musée des beaux-arts, d’un côté, et, de l’autre, d’un musée d’histoire naturelle” (POMIAN, op. cit., p. 59).

Portanto, os museus arqueológicos vinculados à preservação do passado pré-histórico identificados como tecnológicos, inauguraram um novo **tipo** de instituição, ou em certos casos impuseram a constituição de outros departamentos dentro dos já consagrados museus. Esta foi, portanto, uma divisão tipológica no

âmbito da Arqueologia, que conduziu estes museus por diferentes e, às vezes, inconciliáveis caminhos. Estudar, preservar e comunicar coleções referentes à Antiguidade, obrigou as instituições e seus profissionais a procurarem parceria entre os historiadores, filósofos e filólogos; enquanto que as instituições que tratavam dos períodos paleolítico e neolítico (ou períodos paleoíndio, arcaico e formativo) buscaram conforto intelectual entre etnólogos, geólogos, geógrafos, biólogos (ou seja, naturalistas).

Este século começou encontrando os museus dispersos em todos os continentes, solidificados na idéia institucional de guarda e estudo de coleções ecléticas, provenientes, quase sempre, de distantes localidades. Instaladas em construções grandiosas e adaptadas (palácios, templos, castelos), consagradas como espaços do saber e do conhecimento, e apoiadas nas idéias do positivismo e do evolucionismo, estas instituições foram alcançadas pelos impactos sociais da industrialização e pelos movimentos nacionalistas dos países colonizados.

É possível afirmar que, os processos museológicos, perceptíveis desde as primeiras décadas, têm caminhado no sentido de desconstruir as relações existentes, até então, no que diz respeito à coleta, estudo e guarda dos objetos patrimoniais. Esta desconstrução pretendida e ainda em marcha, tem sido responsável pela implementação de novos segmentos no processo acima indicado, ou seja: a configuração de discursos expositivos e o incentivo à ação educativa para o público infanto-juvenil.

Neste sentido, essas instituições deram início à construção de um novo perfil museal para o tratamento da herança patrimonial. Sem abandonarem as responsabilidades de estudo e produção de conhecimento, assumiram - paulatinamente - as funções de canal de comunicação e agência educacional.

É evidente que essas novas funções têm sido assumidas às custas de um grande confronto com as tradições e mentalidades, consagradas neste fechado circuito dos museus. Assim, muitas instituições têm sido desmembradas, outras constituídas a partir de novos parâmetros e, mais ainda, certos processos têm início, levando os acervos porta afora dos museus e trazendo, para dentro, outras categorias de objetos até então não musealizados.

Esses movimentos, embora com tempos diferentes, têm ressonâncias em diversas partes do mundo e têm impulsionado a configuração de novas **formas institucionais e metodologias alternativas** para as antigas funções dos museus.

Este tema será tratado em outra parte deste trabalho, como também, os modelos propostos de musealização da Arqueologia refletirão essas preocupações.

Neste sentido, cabe frisar alguns aspectos fundamentais da inserção da Arqueologia no contexto museológico das últimas décadas.

Seria impossível, neste trabalho, traçar um histórico minucioso de todos os museus que têm atuado no campo da Arqueologia, pois corresponderia à abordagem de características de um cenário de escala mundial.

Assim sendo, foi necessário privilegiar algumas facetas e desdobrá-las a partir da análise de experiências museológicas merecedoras de destaque.

Entretanto, é importante salientar que as mudanças que ocorreram até o início deste século conduziram os museus a alguns caminhos sem volta, ou seja:

- 1) estabelecer critérios de guarda e controle para o volume, às vezes inacreditável, de objetos que

cresceu de forma irreversível dentro das instituições.

- 2) encontrar a maneira adequada para o diálogo com as distintas camadas da sociedade que, por sua vez, vêm impondo demandas diferentes às instituições.
- 3) delimitar o seu perfil de organismo preservacionista, científico e educativo, capaz de exercer uma específica função social.

Essas mudanças têm influenciado os museus em muitos sentidos, desde à arquitetura de suas instalações, até à configuração de um novo perfil de ação sócio-cultural, passando por problemas vinculados à busca de outros parâmetros patrimoniais que substituíssem as coleções.

É possível afirmar que durante este período os profissionais de museus procuraram, na verdade, **desconstruir** os alicerces até então consagrados, isto é: abandonar (mesmo que lentamente) o conceito de coleção, romper com as barreiras impostas pela consagrada arquitetura museológica e procurar dialogar com as distintas camadas da sociedade. Assim sendo, proliferaram os trabalhos extra-muros, as ações educativas, os projetos comunitários, as experimentações com objetos do cotidiano, entre outros. Da mesma forma e com muita ênfase, surgiram novos parceiros para as instituições museológicas e, portanto, novos problemas. Para os museus não tem sido um período tranqüilo, mas sim uma sucessão de momentos de convulsão. Confrontar-se com escolas e com o ensino formal, submeter-se às regras e impactos da comunicação de massa e ser colocado em segundo plano em relação a centros culturais, memoriais e casas de cultura, têm imposto o desenho de um novo contorno para a inserção social do museu, de difícil assimilação para seus profissionais.

Entretanto, é possível afirmar que este sinuoso e conflitante caminho tem conduzido os museus ao encontro com a sociedade presente, a partir de dois elementos básicos que, ao mesmo tempo, são definidores deste novo perfil institucional. Trata-se, sem dúvida, do seu compromisso com a comunicação da herança patrimonial que tem sido preservada; como também, da necessidade da visão processual e multidisciplinar para a implementação de programas de trabalho.

Desta forma, foram selecionados alguns exemplos, que serão comentados a seguir, por serem paradigmáticos no que diz respeito ao tratamento e extroversão da Arqueologia.

Neste mesmo período, as instituições museológicas brasileiras vêm se afirmando, permeadas pela nossa realidade sócio-cultural e patrimonial, e estimuladas por idéias e experiências do exterior. Esta análise será apresentada a seguir, no desdobramento deste capítulo.

Assim, as mudanças que começaram a ser constatadas nas exposições correspondem ao desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, que se espalharam pelos diversos continentes, evidenciando os vestígios dos grupos humanos, física e culturalmente diferentes da sociedade fruidora deste processo de comunicação que, no início do século, estava adentrando no auge da industrialização e consolidando-se em diferentes e impenetráveis camadas sociais. Ao mesmo tempo, os museus lançaram os seus sustentáculos na área educacional, passando a dar importância à vulgarização científica. Desta forma, inicialmente, as exposições foram consideradas como instrumentos de informação e educação e, gradativamente, as instituições foram organizando setores para atendimento especializado do público infanto-juvenil.

Jacknis (1985) analisa as discussões e as experimentações realizadas por Otis Mason e Franz Boas, no âmbito do American Museum of Natural History (Nova York - Estados Unidos). Enquanto o primeiro impôs apresentações evolucionistas e tipológicas, o segundo deu início à contextualização da vida em grupo. Boas, durante o período que esteve à frente do Departamento de Antropologia, daquela instituição, conseguiu apoio financeiro da iniciativa privada, garantindo a realização de grandes expedições científicas que terminavam sempre com montagens de exposições. Apesar da discordância sistemática da administração do museu, este antropólogo inovou consideravelmente os discursos expositivos. Chegou, inclusive, a instituir uma tipologia hierárquica em relação às exposições, apresentada a seguir: - exposições para:

- . entretenimento (mostras claras para serem apenas observadas e percebidas).
- . instrução (objetos apoiados em informações escritas, quadros sinóticos, mapas, etc).
- . pesquisa (mostras tipológicas para estudos)

Inovou, também, na apresentação museográfica, introduzindo cenários, manequins, desenhos, fotos, entre outros elementos. Desta forma, adentrou por um caminho estimulante para as exposições, mas que ainda hoje encontra dificuldades para a delimitação de seu perfil, ou seja: a transferência da atenção do artefato para o contexto cultural, abriu o espaço museal para a introdução de tantas possibilidades de linguagens de apoio, que o objeto (unidade de uma coleção) foi ficando em segundo plano.

Esta **conquista** comunicacional marcou, de forma indelével, a história das exposições de Arqueologia. Aquelas que contaram com a parceria da Etnologia, em especial, foram lentamente estruturando um universo próprio de potencialidades de apresentação.

Retomando as idéias de Pomiam (op. cit., p. 66 e 67), deve ser salientado que os ...“objets d’étude et reliques, les artefacts préhistoriques ont acquis à ce double titre une valeur à la fois cognitive et sentimentale - et par conséquent aussi marchande. Autant dire qu’ils sont devenus dignes d’être recherchés, protégés, exposés et admirés. Cette tâche a été assignée à de nouveaux musées, archéologiques ou à d’anciens musées d’antiquités nationales réaménagés. Issus les uns et les autres d’une rencontre du patriotisme et de la science, ils ont élevé les vestiges de la culture matérielle à un rang comparable à celui de l’art”.

Portanto, as influências foram recíprocas entre os dois tipos de museus arqueológicos apontados pelo autor acima referido. Enquanto que os métodos de pesquisa aplicados para o estudo do período pré-histórico influenciaram os estudiosos da Arqueologia Clássica, impulsionando-os para um olhar mais atento sobre o cotidiano da Antigüidade; os especialistas dos períodos mais recuados do processo de hominização passaram a se preocupar com características estilísticas e tipológicas dos vestígios encontrados.

As exposições espelharam esses processos de mudança. Às vezes distinguindo alguns departamentos dentro de um universo museológico, como ainda é o caso do American Museum of Natural History de Nova York (Estados Unidos), do British Museum (Londres, Inglaterra), do Musée du Louvre (Paris, França) ou mesmo do Metropolitan Museum (Nova York, Estados Unidos). Outras vezes, esses olhares metodológicos diferenciados no âmbito da Arqueologia obrigaram a criação de outras instituições.

A relevância de Franz Boas, como símbolo de um processo, ainda deve ser apontada, no que tange à estruturação das “Salas de Arqueologia Comparada”. Estes locais expositivos - existentes ainda hoje - colocaram em confronto vestígios

arqueológicos (e/ou etnográficos) de tempos e espaços distintos, como é o caso, por exemplo, do Musée des Antiquités Nationales em Saint Germain-en-Laye, França.

Se a contextualização do bem patrimonial arqueológico é o grande conceito que vem permeando os processos de extroversão museológica, não é possível negligenciar outro aspecto marcante que consolidou estas experimentações expositivas, ou seja: em geral elas foram preparadas a partir da realização de expedições científicas, organizadas pelas grandes instituições já consolidadas nesta época. Portanto, as rupturas e inovações neste árduo caminho em direção à divulgação científica, tem sua origem nas arcaicas mentalidades de espoliação e transferência patrimoniais, comuns à história dos museus.

Um olhar mais atento em relação à trajetória que transformou o Musée d'Ethnographie du Trocadéro em Musée de l'Homme (Paris, França) aponta, também, para mais uma questão paradigmática. Trata-se da difícil delimitação do papel político dos museus que tratam das sociedades.

Liderados pelo etnólogo Paul Rivet, um grupo de jovens profissionais², durante a década de trinta, envolveu-se neste grande processo museológico que criou uma nova estrutura institucional para abrigar as coleções das colônias, nas quais misturavam-se os vestígios arqueológicos.

A partir das palavras de Jamin (1989, p. 113) é possível compreender as idéias e mentalidades estruturadoras do Musée de l'Homme. "Rivet, cheville ouvrière de la formation

(2) É importante salientar que desta equipe constavam, entre outros, os nomes de Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Alfred Metraux, André Leroi-Gourhan, personagens decisivas para as áreas de Arqueologia e Etnologia, como também os nomes de Georges Henri Rivi re e Yvonne Oddon, fundamentais para a área museológica.

institutionnelle de l'ethnologie en tant que secrétaire général de l'Institut d'Ethnologie, titulaire de la chaire d'anthropologie du musée (chaire qu'il avait rebaptisée en 1929 "Ethnologie des hommes actuels et des hommes fossiles"), directeur du musée d'Ethnographie du Trocadéro, devint député Socialiste, conseiller municipal de Paris puis conseiller général de la Seine. En 1927, Rivet appartient à la Ligue contre l'oppression coloniale et l'imperialisme, créé à Bruxelles la même année et placée sous la présidence d'Albert Einstein. En 1934, après les manifestations sanglantes du 6 février organisées par l'extrême-droite, il fonde avec le philosophe Alain et le physicien Paul Langevin le Comité de vigilance des intellectuels antifacistes. Enfin, en septembre 1940, il fait partie d'un des tout premiers réseaux de résistance connu depuis sous le nom Réseau du Musée de l'Homme, aux côtés de Boris Vildé, Anatole Lewitzky et Yvonne Oddon ... Lors de ses voyages en Europe du nord et en Union soviétique au tout début des années trente, Georges Henri Rivière exprimera dans sa correspondance avec Rivet sa "fierté" de travailler à ses côtés comme sous-directeur du musée d'Ethnographie du Trocadéro, "au service d'une science qui se mêle si intimement à ses préoccupations sociales", ajoutant même (on est en 1932) que s'impose à ses yeux la nécessité d'une marche de notre société vers le communisme". L'engagement scientifique se doublait d'un engagement idéologique. Bien plus sans doute, le premier ne prenait sens et fonction, du fait de son objet - la culture, la société - qu'à la condition du second. Selon une formule bien établie et souvent mal comprise, la science ne pouvait être sans conscience, ce qui était une manière de rompre avec le positivisme du XIX^e siècle".

Esta longa citação apresenta de uma forma geral inúmeros aspectos reveladores sobre os museus desta época e,

particularmente, indica certas questões que, depois, estiveram na base do drama vivenciado por aquela instituição.

Em primeiro lugar, a convivência entre processos políticos e procedimentos científicos passou a nortear a vida dos museus e, em outras décadas, foi responsável pela estruturação de outros modelos museológicos preservacionistas. Em seguida, as palavras do autor mostram a importância determinante de certas personalidades à frente dos processos museais. Estes conseguiram moldá-los por meio de seus princípios ideológicos. Cabe também frisar que a experiência vivenciada por esta equipe, sobretudo em função das tragédias advindas da ocupação de Paris pelos nazistas, durante a Segunda Guerra Mundial, legou outra herança para os profissionais de museus, isto é: o reconhecimento da vulnerabilidade das intenções, projetos e processos museológicos frente a problemas externos.

Neste caminhar e durante o curto período em que foi possível atuar, Paul Rivet e sua equipe³ protagonizaram uma revolução na ordem museológica vinculada às ciências humanas. Aproximaram-se diretamente das colônias francesas, com o objetivo de organizar expedições e exposições; constituíram no âmbito do museu diversas associações científicas ligadas à África, América e Ásia, com o objetivo de reunir os interessados pelo estudos e destinos dos povos destes continentes e, mais ainda, inovaram nas estratégias museográficas.

(3) As informações e análises apresentadas correspondem à pesquisa por mim realizada, em 1991, no Centre de Documentation do Musée de l'Homme de Paris (França), no Fundo Paul Rivet (correspondência). Nesta ocasião tive acesso à correspondência trocada entre este etnólogo e os pesquisadores já mencionados, como também foi possível conhecer vários projetos museológicos que embasaram o surgimento deste novo museu.

Com o surgimento do Musée de l'Homme, as pesquisas em ciências humanas e por consequência as sociedades que eram alvo destes estudos ganharam ao mesmo tempo uma “tribuna” e uma “vitrine”. “Dès cette réorganisation, et sans que ceci ait été une simple cause de style, le Musée d'ethnographie se situe à gauche et ait comme un dispositif culture, voire idéologique, dont un des objectifs est de fonder en droit et en raison un nouvel humanisme au moyen duquel des combats seront menés contre le racisme, le fascisme et, dans une certaine mesure, contre l'imperialisme” (PIEILLER, 1987, p. 13 e 14).

Apesar desse esforço, a perseguição aos movimentos da Resistência Francesa e as próprias pressões políticas em função da guerra, foram responsáveis, a princípio, pela implosão da equipe, que teve que se dispersar e, em seguida, pela prisão e morte de diversos pesquisadores deste museu. Este esforço foi pulverizado e é possível constatar a sua influência em diversos sentidos. A importante contribuição metodológica de André Leroi-Gourhan, por meio da arqueologia-etnográfica; os singulares ensinamentos de Claude Levi-Strauss que correram o mundo; as revoluções museológicas deflagradas por Georges Henri-Rivière, que conduziram os museus aos ecomuseus e a participação de Yvonne Oddon na constituição do Centre de Documentation de l'ICOM/UNESCO, correspondem a algumas marcas muito precisas da influência deste processo.

Entretanto, o Musée de l'Homme que sobreviveu a este trágico momento se transformou em uma caricatura dessas idéias. Somente na década de noventa teve início um novo processo de mudança, procurando dar contemporaneidade a um museu que, com suas raízes científicas e ideológicas arrancadas violentamente, ficou relegado para um segundo plano.

Em um documento de trabalho intitulado “Renovation du Musée de l’Homme”, de 1993, o arqueólogo Denis Vialou (“responsable de la Cellule de Rénovation”) encaminhou as propostas de mudança, introduzindo-as com as seguintes palavras...

“Le scénario scientifique élaboré, sous la responsabilité de la Cellule de Rénovation, par la communauté scientifique du Musée de l’Homme avec le concours de collègues extérieurs spécialistes de mêmes domaines de recherches, a la force d’une proposition nouvelle: présenter aux visiteurs les hommes, leurs cultures, leurs relations présentes, dans une perspective de compréhension, en mettant en valeur les collections dans leurs contextes propres. Cela explique le terme enfin mis à la présentation exclusivement géopolitique, de type colonial, qui traduisait une vision statique, exotique, passéiste et, en outre, européocentrique. Cela justifie la diversité des points de vue que seront donnés au fil des quatre actes pour montrer la continuité génétique et la diversité biologique et culturelle de l’espèce humaine au travers de sa longue Préhistoire et dans ses populations actuelles”

Este texto evidencia outro aspecto comum aos museus, ou seja: são instituições que não preservam a própria memória, pois as intenções contidas na citação acima correspondem às idéias do grupo que gerou o conceito de Museu do Homem.

Se Franz Boas⁴, dentro dos interesses deste trabalho, pode ser indicado como um símbolo das exposições arqueológicas contextualizadas, Paul Rivet e Georges Henri Rivi re devem ser lembrados como propagadores de novos processos institucionais que contribuíram para a organização de museus regionais e comunitários, ou mesmo para a estruturação de museus nacionais em outros continentes.

Apesar de todos os esforços de inovação e mesmo de ruptura em relação às antigas mentalidades, ainda é possível identificar certas idéias remanescentes do processo de colonização, que tanto influenciaram a prática da Arqueologia e seus museus. Se neste texto foram enfocadas experiências dos Estados Unidos e da França, é possível afirmar que, pesquisadores de outros países, economicamente estabelecidos na primeira metade deste século, também estavam correndo o mundo, por meio de expedições científicas, com o objetivo de compreender as rotas e os processos da humanidade.

Assim, não só os museus do Hemisfério Norte continuaram crescendo, como também houve um claro incentivo à organização de instituições congêneres na América Latina, África e Ásia.

Neste contexto destacam-se diversos museus dos países da América Central e do Sul, voltados para os bens arqueológicos pré-colombianos. O complexo museológico, criado em 1966, no México, simboliza esta afirmação. Neste país, o Museu Nacional de Antropologia foi transformado em um espelho museográfico para que a população pudesse ser reconhecida e se reconhecer entre os vestígios de um passado monumental. Esta

(4) É importante salientar que entre as correspondências reunidas no Fundo Paul Rivet (no Centro de Documentação já mencionado) existe um número relevante

experiência é repetida - com menos ênfase - na Colômbia, Equador e Costa Rica, entre outros países.

Assim, é possível identificar que a Arqueologia tem servido, enquanto instrumental científico, para a construção de identidades, por meio dos recursos museológicos.

As identidades locais, regionais e nacionais têm se valido e muito, dos museus arqueológicos. As últimas décadas assistiram à proliferação destas instituições em espaços construídos ou a partir da reconstituição de sítios arqueológicos.

Também neste tipo de musealização é possível reconhecer uma multiplicidade de formas, mas sempre em íntima relação com o local do desenvolvimento das pesquisas.

Neste quadro destaca-se o Musée de Préhistoire d'Ile-de France (Nemours, França), inaugurado em 1981, a partir de um projeto que contemplou, em conjunto, a elaboração do espaço arquitetônico e da proposta museológica. De acordo com seu catálogo de apresentação (s/d) ... "le musée presente le panorama de la Préhistoire et de la Protohistoire de la région Ile-de-France - la plus longue période de notre evolution, depuis les premières traces de l'installation humaine vers - 40.000 - jusqu'à l'entrée dans l'Histoire véritable, avec la conquête systématique de la Gaule par Jules César, au 1^{er} siècle avant J.C."

Merece destaque, também, o Museu Monográfico de Conímbriga (Portugal), concebido em 1962 a partir das pesquisas e valorização de uma antiga e monumental cidade romana que foi ocupada entre a 1^a Idade do Ferro e os finais do século VI d.C. Instalado em edifício construído especialmente para fins museológicos, este espaço congrega áreas expositivas e laboratórios técnicos para os estudos arqueológicos.

Outro exemplo, com este perfil, encontra-se no Chile, apoiado na importância da região arqueológica de San Pedro de Atacama. O Museo Arqueológico R.P. Gustavo Le Paige S.J., da Universidade del Norte, impulsionou a criação do Instituto de Investigaciones Arqueológicas e, desta forma, consolidou o seu futuro científico. Esta instituição tem revelado os vestígios dos homens que, para sobreviver, tiveram que conquistar um dos desertos mais inóspitos do planeta. Estes vestígios, ultrapassam o número de 380.000 objetos. “Cada uno de ellos (excepto los cráneos), es una obra que fue hecha por manos atacameñas en un pasado remoto y en la que se ha manifestado la habilidad, el ingenio, el arte, el desarrollo tecnológico y cultural de este pueblo en sus diferentes momentos. Toda esta riqueza arqueológica constituye el Legado de los Atacameños”⁵.

Enquanto, em algumas regiões do mundo, os vestígios do passado que sobreviveram às investidas coloniais, às guerras e outras formas de espoliação entre os homens, têm sido reunidos e rearticulados em discursos expositivos nacionalistas; em outros locais, a relevância de áreas arqueológicas impõe a implantação de instituições museológicas. Em todos estes exemplos, transparece uma grande cumplicidade entre a apresentação dos bens patrimoniais que foram constituídos pelas sociedades extintas e a divulgação dos métodos e técnicas que são utilizados na pesquisa. Assim, os museus de Arqueologia representam uma exceção, ao musealizarem, simultaneamente, os processos de trabalho e o objeto de estudo.

A Arqueologia, também, tem sido um elemento básico na organização dos museus de cidade, por colaborar na explicitação das diferentes formas de apropriação e transformação de um território no passado. Os museus das cidades de Londres, Paris,

(5) Trecho extraído do catálogo de apresentação do museu (1984).

Lisboa e Amsterdam, por exemplo, são introduzidos por setores expositivos que apresentam vestígios arqueológicos.

Desta forma, fica evidente que a Arqueologia, está inserida em museus de reconhecida personalidade histórica.

Além dos grandes museus enciclopédicos de História Natural, Artes ou Antropologia, dos núcleos museológicos regionais, dos museus de sítio e de cidade, entre outros, a Arqueologia Industrial tem legado um novo panorama ao então tradicional universo patrimonial arqueológico.

Durante muito tempo esta área de conhecimento ficou restrita à evidenciação dos vestígios das sociedades extintas e, em geral, distantes no tempo e no espaço. Assim, os recortes patrimoniais provenientes deste universo sempre foram identificados com as “coisas do passado”. Entretanto, as últimas décadas têm acompanhado a contribuição da Arqueologia, no que diz respeito à evidenciação dos vestígios de períodos mais próximos. Não é raro encontrar a musealização de estruturas construídas, vinculadas aos processos de industrialização. Compondo, desta forma, um novo quadro de referências patrimoniais.

É possível afirmar que, a pesquisa arqueológica esteve envolvida, direta ou indiretamente, nos distintos processos museológicos que surgiram ao longo deste século, acompanhando as sucessivas rupturas que foram necessárias para reaproximar a sociedade de seu próprio patrimônio.

Cabe enfatizar, ainda, o surgimento do Musée Canadien des Civilisations, em Quebec. Esta instituição tem sua origem no início do século, tendo passado por inúmeras transformações até a implementação do novo programa que a transformou em “un musée pour le village global”, no final da década de oitenta. Apoiado em um edifício, que além da correta e grandiosa

arquitetura, foi concebido a partir de diversos estímulos simbólicos vinculados à cultura nacional, como também a escolha do local de sua construção foi planejada no sentido de inserir este edifício em uma área nobre e já consagrada pela população. O projeto arquitetônico acompanhou o planejamento museológico e ambos são dotados do que existe de mais moderno e tecnológico nesta área. A concepção que guiou a preparação das novas exposições ... “a été de mettre au jour ces identités, de permettre aux visiteurs d’explorer celles-ci et les liens qui les unissent à d’autres et, ce faisant, de saisir la condition humaine actuelle. Le musée national d’histoire humaine de notre pays constitue une vitrine des hauts faits culturels d’un peuple qui peut être fier de lui: les communications entre personnes de différentes langues; l’ingéniosité et l’économie dont les immigrants ont su faire preuve en s’adaptant à leur nouveau milieu; la richesse des styles architecturaux, artisanaux et artistiques; la fascination qu’exercent toujours les mythologies ainsi que les croyances religieuses et cosmologiques; la transposition réussie de traditions du pays d’origine dans un nouveau monde” (MAC DONALD, ALSFORD, 1989, p. 76).

Desta forma, os vestígios arqueológicos passaram a fazer parte da contextualização de um conceito de nacionalidade diferente, por exemplo, daquele esboçado museograficamente no Museu Nacional de Antropologia do México. Apesar dos dois países terem passado por processos de colonização e de imigração, hoje, fazem uma leitura diferenciada sobre a inserção dos indicadores da memória das sociedades nativas, em relação à complexidade cultural característica das nações do Novo Mundo. E, nos dois casos, o museu é um instrumento poderoso para a preservação e divulgação dessas idéias.

Na contemporaneidade, a convivência das sociedades com a pesquisa arqueológica tem alcançado outros patamares. O

desenvolvimento da Arqueologia Experimental tem propiciado a reconstituição de monumentos, de habitações, de tecnologias, de aspectos da vida cotidiana, entre tantas outras possibilidades. Estas conquistas, no que diz respeito ao conhecimento e interpretação das atitudes humanas do passado, têm servido para a aproximação com a sociedade atual. Se no início do século a parceria com a Etnologia garantiu um avanço considerável para os museus, em função das possibilidades comparativas entre os vestígios arqueológicos e os artefatos etnográficos; nos tempos atuais o desenvolvimento das experimentações arqueológicas tem propiciado a organização de parques para experimentações, reconstituições de cidades, etc. Dentro deste contexto existem inúmeros exemplos, sobretudo na Europa. Entretanto, destaca-se o Jorvik Viking Center de York (Inglaterra), que apresenta aspectos da vida dos vikings no século décimo, que podem ser apreciados (ou “vivenciados”) por meio de um passeio em um pequeno carro. Instituições com este perfil, que são assemelhadas aos museus ao ar livre, proliferaram consideravelmente nas últimas décadas, pois trazem um grande aporte financeiro para suas regiões, em função do incentivo ao turismo cultural. Diversos países exploram comercialmente a pesquisa arqueológica por meio da organização desses centros, que têm exercido, sem dúvida, uma grande influência nos museus tradicionais. De acordo com Rahtz (1989, p. 172 e 173) “o novo conceito de museu é muito diferente, e será muito mais eficaz para a instrução pública, como mencionei em relação à Velha Aldeia de Sturbridge ou do Centro Viking de York. Este foi criado por uma nova geração de museólogos, “engenheiros do lazer” ou, como eles mesmos se chamam, “imaginadores”.

Outro exemplo merecedor de destaque é o Archéodrome de Beaune, na Borgonha (França). Trata-se de um grande parque com áreas abertas destinadas, por exemplo, à

experimentação de tecnologia lítica, ao cozimento da cerâmica, à reconstituição de habitação. O público tem acesso a todos os setores, organiza seus próprios roteiros e, às vezes, tem a possibilidade de participar das experimentações. Entretanto, uma avaliação ocorrida em 1988, apontou para a necessidade de introduzir a visita ao parque com uma exposição (seguindo modelo tradicional), sobre métodos e técnicas arqueológicas, para que o público tivesse a possibilidade de compreender as diversas operações científicas, que estão vinculadas aos “momentos” que podem ser apreciados durante a visita ao parque. Existe, ainda, uma grande controvérsia sobre a eficácia dessas instituições no que diz respeito à preservação dos indicadores da memória, mas, sem dúvida, elas representam um grande esforço de aproximação entre a Arqueologia e as sociedades que as mantêm. Roy (1993)⁶ salienta que ...“Sans en nier les nécessités (“tourisme culturel”), ces réalisations de type “parc de loisirs” sont menacées par les dérives de simplifications abusives et les surenchires en matière de musée-spectacle. Les “produits culturels” fabriqués par les agences d’ingénierie culturelle ne doivent pas être confondus avec les musées qui sont avant tout des services publics à préoccupation pédagogique et culturelle. Parcs de loisirs et d’attractions doivent demeurer distincts des musées”.

Após este breve caminhar pelas experiências mais relevantes que, durante este século, contribuíram para a abertura dos grandes, monolíticos e enciclopédicos museus, passando pela regionalização dos fenômenos museais e pela parceria com outros sistemas já estabelecidos como é o caso da escola e do turismo, chega-se à constatação de que a extroversão do processo arqueológico é

(6) Trecho extraído da conferência “Origines et devenir des musées d’aujourd’hui”, apresentada no âmbito do Simpósio Internacional “O Processo de Comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia”, realizado no MAE/USP em 1993.

extremamente complexa e que não há um modelo que dê conta deste multifacetado cenário.

Entretanto, é importante salientar mais uma experiência atual, que se não cobre todas as facetas da preservação e da divulgação arqueológica, equilibra muito bem as variáveis contidas nos processos que buscam identificar e gerenciar os indicadores da memória.

A partir das palavras de Claudio Torres, arqueólogo e coordenador científico dos projetos realizados em Mértola (Portugal), é possível entender a problemática cultural que vem sendo desvelada por meio da Arqueologia ⁷:

“Chegar pelo rio

O primeiro olhar foi certamente do rio onde se levanta imponente o promontório rochoso, refúgio das primeiras comunidades de pescadores, cuja memória há muito se perdeu.

Como outras cidades-porto mediterrânicas, Mértola ocupa um sítio excepcional muito cedo demandado por mercadores e aventureiros que aqui vinham trocar os brocados e especiarias do Oriente por lingotes de ouro e prata.

Uma poderosa muralha cerca ainda o casco antigo que trepa em cascata até à antiga alcáçova onde se erguem as ruínas do castelo. Durante muitos séculos foi considerada a mais poderosa fortaleza do Ocidente Ibérico.”

Claudio Torres

(7) As análises aqui apresentadas são resultado de um estágio de estudo realizado no Campo Arqueológico de Mértola em 1993.

O “Campo Arqueológico de Mértola” ou a “Vila-Museu”, localiza-se à margem do Rio Guadiana, que em um passado remoto foi uma importante via comercial, fazendo de Mértola um destacado centro para o desenvolvimento da Península Ibérica.

Entretanto, segundo palavras do Presidente da Câmara, esta terra, ... “com outras de raia interior, conta-se hoje entre as mais pobres do país, com uma população envelhecida, sem alternativas econômicas capazes de fixar os mais jovens, atraídos cada vez mais pelos grandes centros urbanos do litoral. O desenvolvimento industrial não será certamente o nosso futuro, por falta de estruturas mínimas, de vias de escoamento e de mão de obra especializada. Por isso, desde o início, a Câmara Municipal de Mértola optou por um significativo investimento cultural, apoiando a investigação arqueológica e histórica regionais o que, pouco a pouco, tem vindo a dar os seus frutos. Hoje, Mértola, além de ser um prestigiado polo de investigação científica, transformou-se num atrativo cultural e turístico capaz de gerar riqueza e bem estar para seus habitantes”⁸.

Esta opção pela cultura como meio para o estabelecimento de estratégias para o desenvolvimento de uma população, faz deste campo arqueológico um projeto científico voltado para a valorização de uma comunidade a partir do estudo de elementos fundamentais de sua trajetória.

Até o final do século passado Mértola ainda desempenhava um relevante papel, pois o porto fluvial mantinha um movimento significativo devido ao escoamento da produção da Mina de São Domingos, mas, sem dúvida, as pesquisas Arqueológica e Histórica têm revelado um acúmulo de experiências humanas nesta região, de inigualável importância no contexto português.

(8) Trecho extraído de “Mértola-Vila Museu”, catálogo editado em 1990.

Durante cinco séculos Mértola foi um grande centro de escoamento mineiro e agrícola do Baixo Alentejo, fazendo com que mercadores do Império Romano se estabelecessem no local. O período islâmico deu continuidade ao fluxo comercial, transformando esta vila em capital do território. Depois da conquista cristã de 1238, por cavaleiros da Ordem de Santiago, as rotas comerciais se desviaram cada vez mais do Rio Guadiana para os estuários dos Rios Sado e Tejo.

Conforme afirma Claudio Torres, no catálogo já citado, - “Mértola era, no 25 de Abril - já encerradas as Minas de São Domingos - um povoado adormecido, em que já morrera a última carreira fluvial, sua única e primeira razão de ser”.

Esta Vila-Museu se traduz, para os próprios habitantes atuais e visitantes, a partir de diversas zonas de escavações associadas a núcleos museológicos (exposições), como o Núcleo Visigótico - localizado no Castelo e voltado para aspectos da arquitetura; o Núcleo Islâmico que reúne significativa coleção de arte islâmica, especialmente o conjunto cerâmico; o Núcleo de Arte Sacra com objetos litúrgicos coletados em igrejas que foram abandonadas; o Núcleo Romano - evidenciado no momento da reconstrução da Câmara, espaço este que originalmente abrigou um conjunto de casas.

Ao lado desses Núcleos Museológicos que apresentam mostras didáticas com explicações sobre os respectivos períodos de ocupação, foi recentemente instalado o Núcleo Paleo-Cristão ligado às ruínas de uma basílica, localizadas sob a construção de uma escola pública erguida em 1920.

O centro histórico constituído por ruelas, casa brancas e circunscrito às ruínas das muralhas, a atual Igreja Matriz instalada em uma antiga mesquita, a Casa do Ferreiro com todos os instrumentos de trabalho, o Convento de São Francisco - fronteiro à

Vila que tem sido dinamizado através de exposições de artes plásticas e espetáculos de dança e música, são outros pontos referenciais desta Vila-Museu.

Embora Mértola já tenha sido alvo de pesquisas em outras épocas, foi no final da década de setenta que teve início as atividades sistemáticas do Campo Arqueológico. Este, por sua vez, priorizou a musealização imediata do conhecimento produzido a cada momento das investigações, com o principal objetivo de recuperar a identidade de uma população que foi “fossilizada” por um processo de desenvolvimento que transferiu sua atenção para outras regiões do país.

As escavações ininterruptas por todos os lados da Vila evidenciam uma estratigrafia que comprova as sucessivas ocupações desta região em função do Rio Guadiana, que há muito tempo deixou de ser um referencial para a atual população. Os conhecimentos construídos com o apoio das pesquisas em História e Arqueologia, ao mesmo tempo em que estão colaborando para que os mertolenses contemporâneos se reencontrem com a Vila de Mértola, estão propiciando também um novo olhar para esse rio e todo seu entorno ecológico.

Para tanto, a equipe do Campo Arqueológico deu início a um movimento social procurando despertar a comunidade para a preservação do Rio Guadiana. Deste movimento nasceu a Associação de Defesa do Patrimônio de Mértola que, apoiada em sistemática pesquisa, está propondo a constituição do Ecomuseu do Rio Guadiana. Conscientes que os bosques mediterrânicos que povoaram esta região estão muito comprometidos em função das queimadas da pastorícia e da fundição do ferro, esses profissionais concordam que os poucos ecossistemas que guardam resquícios das comunidades biológicas primitivas, mostram como hoje ainda é

assegurado um equilíbrio dinâmico. Entretanto, “a urgente necessidade de salvaguardar tais valores passa por esforço de conservação integrada, a partir de uma cautelosa intervenção no meio, que não destrua irremediavelmente um equilíbrio dificilmente recuperável”⁹.

Se no caso de outros processos museológicos o poder oficial ainda desempenha papel relevante, como o grande mantenedor das coleções patrimoniais e financiador dos projetos arqueológicos, em Mértola a ação preservacionista está seguindo outro curso.

A partir de projetos de pesquisa científica, financiados pelos mais diferentes órgãos externos a Mértola, é criada uma estratégia de recuperação dos espaços e devolução à população. Neste sentido e em função da relevância dos estudos realizados pela equipe do Campo Arqueológico, são flagrantes a independência de orientação e a estabilidade dos trabalhos em relação ao poder oficial.

É possível constatar que a ação do Campo Arqueológico extrapolou os limites portugueses, pois em função da relevância das pesquisas, da eficiência dos núcleos museológicos, da organização de congressos e publicações internacionais, Mértola está se transformando em um marco, reconhecido pela comunidade científica de outros importantes centros.

A princípio, esta região foi vista pelos arqueólogos como um território com potencialidades arqueológicas viáveis para a evidenciação dos vestígios mouros e, em consequência, as pesquisas poderiam propiciar novos olhares em relação a uma faceta abandonada da identidade portuguesa. O desenvolvimento dos trabalhos, além de atingir esses objetivos, deparou-se com uma realidade social miserável que estava sobreposta aos vestígios. Entretanto, a orientação científica

(9) Ecomuseu do Rio Guadiana - proposta da Associação de Defesa do Patrimônio de Mértola, 1991.

das pesquisas e dos processos de musealização teve, não só a preocupação de “desfossilizar” a comunidade, mas também de estabelecer e implementar novas possibilidades de sobrevivência.

Sem abandonar o rigor científico, sem precisar travestir a pesquisa arqueológica em parque de diversões, sem praticar o entesouramento inconsequente e sem negligenciar a potencialidade dos processos de musealização, o Campo Arqueológico de Mértola traduz o perfil contemporâneo da importância dos estudos, da preservação e da comunicação museológica dos bens patrimoniais arqueológicos.

Cabe mencionar que, em tempos passados, a ruptura em alguns processos museais deu-se em função da orientação ideológica de alguns personagens desta trajetória, como foi o caso, por exemplo de Boas, Rivet e Rivière. Da mesma forma, o nome de Claudio Torres deve ser lembrado como responsável pelo perfil da ação deflagrada em Mértola.

Antes de detalhar as questões brasileiras, neste panorama histórico referente aos museus de Arqueologia, deve ser sublinhado que, estas instituições têm singular importância num quadro geral da evolução e desenvolvimento dos museus. Além de terem sido permeadas pelas idéias de “conquista”, de “abandono” e de “mudanças”, legaram experiências que contribuíram para o aperfeiçoamento dos processos museais.

Nos planos do tratamento e interpretação, da herança patrimonial, estas instituições estão consolidadas nas seguintes características:

- a) musealização das áreas de pesquisa, *in loco*, por meio da constituição de museus de sítio, da reconstituição de vestígios construídos e do

salvamento arqueológico de áreas vulneráveis aos processos de desenvolvimento.

- b) organização de Depósitos de Pesquisa, ou seja: “un endroit où sont mis à l’abri des objets découverts dans une ou plusieurs fouilles afin d’être classés, inventoriés et étudiés en attendant d’être déposés dans les salles d’exposition ou les réserves d’un musées” (NÉGRI, 1992 p. 7). Estas estruturas de apoio, tanto da pesquisa, quanto dos museus, têm-se espalhado por diversos países.
- c) apresentação de discursos expositivos embasados na contextualização dos objetos arqueológicos, no tempo e no espaço.
- d) vinculação aos princípios da Educação Patrimonial¹⁰, para a sensibilização e apropriação dos bens arqueológicos em relação ao grande público, a partir dos museus ou dos monumentos.

Assim, é possível afirmar que a Arqueologia chegou a este final de século fortalecida **nos museus e pelos museus**. E os museus de Arqueologia são também identificados como museus de identidades, museus de sociedades e museus de civilizações.

(10) Conceito orientador de metodologias de trabalho a partir da realidade patrimonial, que se originou na Inglaterra, com a “Heritage Education” na década de oitenta.

1.1.1. MUSEUS DE ARQUEOLOGIA NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE COADJUVANTES

A historiografia brasileira tem uma dívida para com os museus deste país. Raramente, o fenômeno museal serviu de estímulo para os olhares decifradores dos profissionais desta área de conhecimento. As continuidades e rupturas intrínsecas a estes processos têm merecido, até o momento, análises pontuais. Antropólogos e sociólogos, também, pouco têm orientado suas reflexões para o estudo das comunidades museológicas, seus impasses, trajetórias e suas formas de ser.

Os caminhos da convivência institucional, as maneiras alternativas como os profissionais de museus brasileiros têm lançado mão da experiência internacional, as razões subjacentes à constituição das inúmeras coleções que se espalham pelo país, são apenas alguns aspectos inerentes a um universo infinitamente maior e mais complexo. Universo este a ser científica e sistematicamente explorado.

Essas instituições que, a princípio foram transplantadas para este país, mas, depois, foram constituídas dentro de um quadro de necessidades brasileiras, existem, aqui, há quase dois séculos. Durante este tempo, têm selecionado, coletado, estudado, guardado e exposto, fragmentos da experiência humana e espécimes da natureza, para os quais este território tem servido de cenário.

Com temporalidade diferenciada, gerações de profissionais entram e saem do circuito museal brasileiro, conhecendo muito mais as experiências estrangeiras do que o seu próprio passado. Estas pessoas, estes grupos e estas corporações, têm estudado e trabalhado para proteger e recriar a história patrimonial de um país

com mil faces, muitas memórias e uma identidade moldada na diversidade.

Essa **gente de museu** não tem apresentado um perfil uniforme, ao longo do tempo, ou no presente. Entretanto, tem compartilhado diferentes esferas de um poder, que, por sua vez, é pouco conhecido de outros segmentos da sociedade.

Administrar a memória ou manipular as referências patrimoniais - a partir de objetos, coleções e acervos - pressupõe um domínio seguro de métodos e técnicas, de conservação da materialidade e da retenção documental dos sentidos e significados destas evidências materiais da cultura. Da mesma forma, gerenciar o equilíbrio entre os objetos expostos e as inúmeras possibilidades de linguagem de apoio - com o objetivo de propor um discurso expositivo - representa uma grande potencialidade de intervenção na vida do público. E o que dizer da responsabilidade de educar, por meio dos museus, a partir de objetos?

Essas características, com suas pequenas peculiaridades têm permitido, aos museus, a constituição de limites - que, para alguns, são muralhas - formadores de um universo particular, permeado de idéias e mentalidades que direcionam os temas das exposições, organizam as reservas técnicas do acervo, definem os códigos de identificação das coleções, entre tantas outras responsabilidades museológicas. Estes limites têm permeado, sobretudo, as decisões que valorizam ou desprezam certos segmentos patrimoniais.

Entretanto, são raras as abordagens dessas questões. Pode-se afirmar, inclusive, que contam-se nos dedos as instituições museológicas que mantêm arquivos e que preservam os documentos da sua própria trajetória.

É importante reconhecer que, ao mesmo tempo em que os brasileiros têm convivido com essas mentalidades museológicas, experimentaram, também, mudanças políticas agudas, que conduziram o país do Império à República, aproximaram e afastaram as regiões em disputas por suas particularidades, mergulharam a sociedade em sucessivos golpes militares e governos ditatoriais. Um período em que reiteradas ilusões foram despertadas pelas intermitentes lutas pela democracia sócio-político-cultural.

Quando os museus aqui chegaram (1818) este país estava deixando de ser colônia portuguesa. Durante este período, o Brasil envolveu-se em guerra com o Paraguai; recebeu levas de imigrantes dos mais diferentes países da Europa e da Ásia; aboliu a escravidão, mas não assimilou facilmente a influência negra; desterrou sistematicamente os seus povos indígenas; urbanizou-se e implantou indústrias; destruiu suas florestas; alterou o eixo do poder do litoral para o sertão; tornou-se latino-americano, pulmão do mundo e um país do futuro!

A todos esses processos, os museus estão relacionados, ou para abrigar a memória de seus fatos ou omitindo e esquecendo.

Se existem poucas obras que analisam as mentalidades museológicas brasileiras intra-muros, o mesmo pode ser afirmado, no que diz respeito ao relacionamento da sociedade deste país com os seus museus.

Compreender as idéias e mentalidades daqueles que criaram e transformaram instituições museológicas significa, por exemplo, esmiuçar algumas histórias de vida de personagens como Hermann Von Ihering, Ladislau Netto, Gustavo Barroso, Affonso Taunay, Heloisa Alberto Torres, Regina Real, Mario Barata e Marília Duarte Nunes. Estes, implantaram as estruturas primordiais. A análise

sobre os processos que propiciaram rupturas e mudanças, a partir da década de cinquenta, indica a necessidade de um olhar atento aos projetos de Pietro Maria Bardi, Vinicius Stein Campos, Walter Zanini, Ligia Martins Costa, Ernani da Silva Bruno, Solange Godoy e Maurício Segall. Além desses profissionais, cabe ressaltar a importância de estudos, por exemplo, sobre a continuidade programática das gestões de Aracy Amaral, Fábio Magalhães e Maria Cecília França Lourenço à frente da Pinacoteca do Estado, ou mesmo, sobre o pensamento de Ulpiano B. de Meneses, na década de sessenta, orientando a implantação do Museu de Arte e Arqueologia, ou reformulando o Museu Paulista na década de noventa. A gestão de Ana Mae Barbosa, que colocou o Museu de Arte Contemporânea entre as prioridades da Universidade de São Paulo, também não pode passar despercebida, para aqueles que se interessam pela história dos museus dos anos noventa.

Acompanhar a implantação de processos museológicos, ou analisar a inserção de museólogos neste complexo universo de museus, significa prestar atenção na atuação de Gisele Paixão, Pedro Federsoni, Adolfo Frioli, Claudia Ferreira, Tereza Scheiner e, sobretudo, de Marcelo Araujo. Isto, só para citar nomes de profissionais que têm deixado suas marcas no eixo Rio de Janeiro - São Paulo.

É importante lembrar, também, a presença de alguns intelectuais, de destaque, que de fora dos museus, indicaram caminhos. É o caso de Mario de Andrade, Paulo Duarte, Câmara Cascudo, Gilberto Freire, entre outros.

Nos últimos anos, têm surgido alguns artigos, dissertações e teses que começam a desvelar essa história, analisando-a dentro de uma crescente complexidade.

Os trabalhos de Abreu (1990), Alencar (1987), Almeida (1995), Barbuy (1995), Bogus (1985), Bruno (1984 e 1995), Cintra (1980), Gaspar (1993), Grinspum (1991), Grossman (1988), Kuniyoshi (1985), Lopes (1988 e 1993), Mieli (1993), Oliveira (1986), Rússio (1977 e 1980), Santos M.C. (1981 e 1993), Santos (1989), Silva (1989), Vernaschi (1989), entre outros, contribuíram para esclarecer aspectos históricos da instituição museu e para divulgar metodologias e projetos museológicos. Ao lado de algumas dezenas de artigos contemporâneos, estas dissertações e teses compõem um quadro analítico sobre a realidade brasileira, somado a alguns textos escritos anteriormente, por Barroso (1946), Branco Ribeiro (1945 e 1957), Busch (1937), Campos (1965), Holanda (1958), Real (1946), Trigueiros (1956 e 1958), Valladares (1946) e Venâncio Filho (1938).

Neste círculo muito fechado, destacam-se, também as contribuições de Mario Chagas e Maria de Lourdes Parreiras Horta que, em diversos artigos, aulas, conferências e apresentação em congressos, têm discutido os problemas da Museologia Brasileira, ou mesmo contribuído para sua constituição.

No plano teórico e crítico o nome de Waldisa Rússio C. Guarnieri desponta na vanguarda solitária das necessárias abordagens conceituais.

Para o interesse deste trabalho, existem poucas abordagens. Como já foi visto na Introdução, a estreita vinculação entre o desenvolvimento da pesquisa arqueológica e das instituições museais não tem sido uma preocupação dos arqueólogos. Apenas alguns artigos esclarecem certos pormenores da atuação arqueológica de extroversão e educação, a partir de museus. Esta afirmação refere-se, sobretudo, aos textos de Alves (1990, 1991), Duarte (1938, 1960, 1970, 1977), Bruno (1983, 1984a e 1984b, 1985, 1986a e 1986b,

1989, 1992, 1994 e 1995), Bruno & Caldarelli (1982), Bruno & Neves (1989) Bruno & Vasconcellos (1988), Bruno et alli (1991), Guedes (1991), Hirata et alli (1989), Lima et alli (1993), Nunes (1966), Scatamacchia et alli (1988, 1990 e 1991), Silva (1992) e Tamanini (1991 e 1994).

Neste universo, o trabalho elaborado por Eliana Teixeira de Carvalho, editado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira, “Indexação Institucional de Pesquisa e Acervo em Arqueologia” (1991), permite mapear a localização das coleções, a distribuição geográfica dos indicadores da memória pré-colonial que têm sido preservados, os temas das exposições, entre muitos outros aspectos que ainda serão abordados.

Os poucos catálogos das exposições arqueológicas ajudam a desnudar as idéias e intenções que têm sustentado a musealização da Arqueologia neste país.

Essas observações e nomes mencionados não pretendem exaurir o tema ligado à divulgação, análise e troca de informações sobre a comunicação da Arqueologia neste país. Estão indicados neste trabalho, apenas, para apontar que o conhecimento sobre as idéias, métodos e avaliações das inúmeras iniciativas museológicas, está pulverizado em algumas dissertações, teses e artigos de periódicos especializados.

A partir dessas considerações, deve ser destacado que, o Brasil surgiu no cenário museológico internacional no século XIX, durante o período áureo destas instituições, em um momento de grande impulso das Ciências Naturais. E os museus surgiram para os brasileiros, no final do Período Colonial, em um século decisivo para a autonomia desta nação.

Neste sentido, a organização dessas instituições significou mais um passo em direção à independência e progresso das

elites nacionais. Ao mesmo tempo, serviram de bases sólidas para as investidas científicas que este território e a população despertavam em diversas partes do mundo.

Esses museus, identificados como instituições de pesquisa e preservação dos bens culturais, foram instalados, em um primeiro momento, na capital e, em seguida, proliferaram por diversas regiões do país. Nasceram quando a Arqueologia Pré-Histórica estava dando seus primeiros passos na França, em que os ricos países, com industrialização emergente e imbuídos de uma ética expansionista, organizavam sistematicamente grandes expedições científicas, envolvendo diversos continentes em suas empreitadas neo-colonizadoras.

As idéias que impulsionaram a criação de instituições museológicas, subservientes aos modelos europeus e norte-americanos, pode ser identificada com a necessidade de demonstrar ... “tanto a unidade (o Estado Nacional), quanto a força do poder que une a Nação (Casa Reinante, Parlamento, etc); força demonstrada na ostentação de riqueza, cultura e saber... [como também] no movimento paulatino de conquista do espaço físico, cultural e político da burguesia; demonstra não aprisionamento do saber, mas do universo circundante, na sua maior extensão possível, nas mãos do colecionador” (ELIAS, 1992 p. 139 e 140).

A criação, a implantação e o desenvolvimento do Museu Nacional (Rio de Janeiro, 1818) exemplifica as considerações acima referidas. Entretanto, a constituição do Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, 1866), do Museu Paulista (São Paulo, 1895) e do Museu Paranaense (Curitiba, 1874), apontam para as diferenciações, disputas e enriquecimento localizado, comuns ao desenvolvimento do país. Estes museus foram constituídos para catalogar, estudar e expor - à exaustão - os elementos dos universos natural e humano, como as

outras instituições que se espalhavam pelo mundo. O domínio sobre a região, a partir dos museus, significou, sobretudo, a sua relevância em relação à nação.

Esta mentalidade, que tem sido percebida em outros horizontes nacionais, serviu-se dos museus para indicar a dimensão do progresso regional. Da mesma forma, esta “visão de mundo” marcou - para sempre - a história das instituições museológicas deste país.

Tanto o Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém, Pará) pode ser visto como um dos frutos do enriquecimento regional, em função do ciclo econômico da borracha, quanto o Museu Paulista é identificado como um dos produtos gerados por São Paulo e seus cafeicultores.

Merece destaque, também, o fato de que nesta época o Brasil já era alvo das coleções de instituições estrangeiras e o surgimento dos museus deste país coincida com a vinda de cientistas, como Carlos Frederico Hartt, Emílio Goeldi, Hermann von Ihering e outros (ELIAS, 1992, op. cit.).

Segundo Schwarcz (1989, p. 21)... “A formação e a instituição de museus no Brasil devem ser situadas no interior de um movimento maior ao qual Sturtevant (1985) deu o nome de A Era dos Museus. A partir de fins do século XIX e até meados da década de 1920, inicia-se o período de apogeu de um tipo de instituição que passou a cumprir papel cada vez mais relevante enquanto local de ensino e produção científica”

A mesma autora, referindo-se especialmente às três instituições já mencionadas, aponta que, no período entre os anos 1870 e 1930, estas conheceram o nascimento, apogeu institucional e decadência. Deve ser acrescentado, ainda, que nesta época os museus brasileiros abrigaram pesquisadores das grandes instituições européias

e discutiram (principalmente através das publicações) os temas científicos, em consonância com os grandes centros de pesquisa.

Esse esforço, que somente nos últimos anos tem merecido análises mais detalhadas (SCHWARCZ, 1989; ELIAS, 1992 e LOPES, 1993), pode ser identificado como uma evidente tentativa de tirar o país do obscurantismo, por meio da catalogação, estudo, guarda e demonstração de suas características sócio-ambientais.

Entretanto, as raízes fincadas pela colonização, conseguiram, neste processo, mais um aliado. Os museus serviram, também, para separar o universo cultural da elite (erudito), do universo de vida (popular) das camadas menos favorecidas da população. Como afirma Bosi (1992, p. 59), “O desentendimento parece, aqui, estrutural. O critério erudito em causa conhece uma história própria, que mergulha nas lutas culturais da matriz européia: é a oposição entre as Luzes com seus padrões neoclássicos e o obscurantismo barroco, devoto e semipopular, visto sumariamente como um fato a ser superado. O espírito dessa luta, quando penetra a ideologia da classe dominante no país colonizado, se manifesta sob a forma de julgamentos cortantes dos outros estratos culturais, não só puramente populares como também os que se exprimem na fronteira entre o iletrado e o culto. O elitismo se tornaria, assim, um componente inarredável do processo ideológico latino-americano na medida em que as idéias gerais da evolução, progresso e civilização não se casavam com valores da democracia social e cultural. O gosto oficial do século XIX e do começo do século XX separou, por força da própria divisão de trabalho e de poder, os valores do colonizador e os do colonizado, decaídos a não-valores. Assim, o colonizado vive sempre ambigualmente o seu próprio universo simbólico tomando-o como positivo (em si) e negativo (para outro e para si como introdução do outro)”.

A sociedade brasileira, deste século, herdou esta visão dúbia em relação aos museus: ao mesmo tempo em que trouxeram “progresso” e “futuro”, não evidenciaram o seu cotidiano. Portanto, dificultaram a compreensão e interação com esses centros do saber.

As três primeiras instituições criadas no Brasil mantiveram, desde o início, coleções arqueológicas envolvidas nos horizontes de interesses da História Natural e, assim foi, durante todo o período de apogeu dos museus científicos, ou seja: até a década dos anos trinta deste século.

O avanço nas especializações científicas, que foi compartimentando o conhecimento, é responsável por uma sensível mudança neste quadro. Por um lado, as áreas foram assumindo autonomia disciplinar, como foi o caso da Zoologia, Geologia e Botânica, por outro, o grande impulso voltado para a Antropologia privilegiou os grupos indígenas vivos.

Assim, tem início a trajetória de coadjuvante institucional que pode ser imputada à musealização da Arqueologia no Brasil.

Com exceção do Museu Paulista, que iniciou sua decomposição ainda na década de 1930, os outros três museus citados mantiveram suas coleções e pesquisas voltadas aos recursos naturais deste país e à cultura material dos grupos humanos brasileiros e mesmo de outras regiões.

Inicialmente, como já foi apresentado, esses museus foram constituídos em torno de um modelo importado da Europa e Estados Unidos e sem nenhuma vinculação com as tradições da população local. Abrigaram diversos pesquisadores (exploradores, naturalistas, cientistas) estrangeiros, empenhados em estudar a fauna e flora do Novo Mundo, como também em investigar a diversidade cultural das sociedades nativas, ao longo do tempo e do espaço.

Embora muitas coleções tenham sido levadas para outros países, a presença desses pesquisadores acabou incentivando novas gerações de estudiosos brasileiros.

Entretanto, mais tarde, essas instituições tiveram que dividir seu espaço central com universidades e instituições de pesquisa; foram alvo das acirradas disputas regionais - configuradas acima de tudo na criação dos Institutos Históricos e Geográficos - e assistiram (com maior ou menor participação) às mudanças ocorridas no, então, jovem país republicano.

Outro aspecto que deve ser apontado neste trabalho, prende-se às estruturas mentais que estiveram à frente desses processos museológicos. Como já foi apresentado, as mentalidades de diretores ou de pesquisadores conduziram os caminhos destas instituições em diversas partes do mundo. No Brasil, ocorreu o mesmo. Margaret Lopes, em sua tese “As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no Século XIX” esmiúça essa problemática, entre tantos outros temas. A autora afirma que, ...“Buscando sua inserção no mundo civilizado, no movimento internacional dos museus, na comunidade científica européia e americana, os diretores dos Museus brasileiros buscaram seus referenciais, quer para seus trabalhos em seus campos específicos de conhecimentos científicos, quer para suas idéias museológicas nos seus países de origem, onde estudaram ou naqueles que se constituíram nos Museus e centros de investigação mais afamados no século passado” (1993, p. 338).

A partir desse momento, ou seja, desde o início de suas vidas, os museus foram rivais. Este século marcou poucas e imperceptíveis parcerias, como já foi apontado na Introdução.

Alfredo Mendonça de Souza, em seu trabalho “História da Arqueologia Brasileira”, evidencia a importância de Ladislau Netto para os estudos de Arqueologia no Brasil. Esse

pesquisador que estudou em Paris com Boucher de Perthes, e defendeu as pesquisas sobre o passado deste país, afirmou: ...“Desde o ano de 1867 que tenho empregado a maior diligência em reunir no Museu Nacional o material que podesse ministrar suficiente base ao estudo dos primitivos habitantes do solo brasileiro. Na falta de eficazes elementos em que se achava e ainda hoje permanece este Museu, um só meio se me deparou desde então capaz de auxiliar-me em semelhantes instantes. Esta foi a imprensa diária, à qual recorri, de facto, desde aquelle anno de 1867, despertando a atenção pública em favor de tão attrahente e valioso assumpto” (1991, p. 66).

As palavras de Ladislau Netto, ainda segundo Mendonça, despertaram um grande interesse da opinião pública e o apoio integral da Corte. Entretanto, revelaram a situação difícil em que já se encontrava o mencionado museu.

Todavia, Ladislau Netto, que para muitos é o pai da Arqueologia neste país, pode ser considerado, também, como o símbolo de um efêmero momento de relevância desta área de conhecimento nos museus brasileiros. Assim, com grande apoio do poder imperial, diversas expedições à Amazônia foram concretizadas, em 1882 foi organizada a importante “Exposição Antropológica Brasileira”, as pesquisas nos sambaquis foram impulsionadas, entre outros aspectos. E este cientista chegou à direção do Museu Nacional e lá permaneceu de 1875 a 1893. É evidente, para olhares atuais, a importância de Ladislau Netto para o desenvolvimento da Arqueologia no Brasil, mas a recente historiografia sobre museus brasileiros tem apresentado outras possibilidades de leitura. O minucioso trabalho de Margaret Lopes, já mencionado, revelou que durante a gestão do referido cientista, o Museu Nacional manteve quatro Seções Científicas, sendo que a quarta e última correspondia à “Numismática, e Artes Liberais, Arqueologia e Usos das Nações

Modernas”. Da mesma forma, este trabalho indicou que a grande ênfase voltou-se, sobretudo, para a numismática e objetos correspondentes à Antiguidade Clássica.

As coleções do Museu Nacional foram enriquecidas com doações da Amazônia, com vestígios dos sambaquis de Santa Catarina e São Paulo e materiais distintos, oriundos de diversas regiões do país. Neste período (1870), o museu apresentava: ...“dez salas de exposição: do andar superior do edifício, a primeira sala (nº 1) era ocupada pela biblioteca (ainda não aberta ao público). No segundo salão (nº 2) estavam as coleções zoológicas de mamíferos e pássaros; na primeira e segunda saletas da entrada (nº 3 e 5) o gabinete geológico das rochas brasileiras, organizadas por províncias no interior dos armários; o terceiro salão (nº 4), que correspondia às três grandes janelas centrais do prédio era ocupado desde a fundação do museu pela coleção mineralógica, outra saleta (nº 6) abrigava as antiguidades pompeanas e autóctones; a sala nº 7 continha parte da coleção de numismática e objetos etnográficos da África, da Nova Zelândia, da Índia, dos Esquimós, das Ilhas Alentas e de Sandwich; a saleta nº 8, as antiguidades egípcias. A sala nº 9 era ocupada por variadas coleções numismáticas, arqueológicas, etnográficas e objetos das artes liberais. O salão nº 10 abrigava a coleção de botânica e no pavimento inferior, a única sala aberta ao público exibia a maior parte das coleções zoológicas, a coleção teratológica e, provisoriamente, parte da coleção paleontológica” (LOPES, 1993, p. 124).

Esta descrição da apresentação museológica do Museu Nacional, “no auge de sua atuação”, revela aspectos que devem ser destacados. Em um primeiro momento, percebe-se que esta divisão dos sentidos e significados correspondia a uma ordem internacional, que separava e catalogava o universo então conhecido. Em um segundo momento, constata-se a inserção dos vestígios

arqueológicos neste complexo mundo dos semióforos. É verdade que, nesta época, a Europa principiava as descobertas pré-históricas e os museus de Arqueologia, ainda estavam tentando entender a inserção desses vestígios em um painel cronológico, repleto de fragmentos de esculturas, vasos, afrescos e estelas funerárias da Antiguidade. É curioso observar, a partir desta descrição, que ainda hoje, esta apresentação - ou fragmentos dela - pode ser vista neste museu.

Enquanto o Museu Nacional cresceu no seu afã catalogador, outros museus foram criados e mantiveram com ele um estimulante contato, que foi, desde a organização de expedições, até intercâmbio de coleções. O referido museu chegou a enviar diversas coleções para instituições em Alagoas, Goiânia, Pernambuco, Paraná, Amazonas, Bahia e São Paulo.

“Essa proliferação de museus e as reformas do Museu Nacional, por um lado, foram frutos da consolidação de diferentes elites locais e de iniciativas científicas regionais e integraram o conjunto de medidas implementadas pelo surto de desenvolvimento material do país do final do século, que incorporou a valorização da ciência como prática concreta e como instituição social na remodelação da face do país (FIGUEIRÔA, 1992, p. 91)”. Por outro, integraram o movimento de museus a nível internacional, ... “que também se renovava em consonância com as mudanças de paradigmas pelas quais passavam as Ciências Naturais, nesse final de século. Nesses contextos, marcados pela expansão das diferentes áreas disciplinares e instituições científicas e pelo incremento da especialização e profissionalização dos técnicos e cientistas, os museus brasileiros estiveram de sobremodo atuantes” (LOPES, 1993, op. cit., p. 168 e 169).

No que diz respeito à Arqueologia é possível afirmar que, as dezenas de instituições que se espalharam pelo país

mantiveram coleções desta natureza, como também, cresceu o número de colecionadores particulares.

A sempre citada “Exposição Antropológica Brasileira”, organizada no Rio de Janeiro, em 1882, reservou um considerável espaço para apresentação de objetos arqueológicos. Desta forma, de acordo com o Guia da Exposição, a “Sala Lery ...contém boa parte de fragmentos de louça antiga do Amazonas exumada pelos sñrs dr. Ladislau Netto, Derby, Ferreira Penna e Rhome, e dos sambaquis do sul retirados pelo professor Hartt, engenheiro Freitas e dr. Galvão e outros exploradores” (segue a apresentação de 39 fragmentos). A “Sala Hartt, exclusivamente ocupada por productos cerâmicos antigos, encerrada as coleções ultimamente organisadas pelos sñrs. dr. Ladislau Netto, Derby, engenheiro Gonçalves Tocantins e especialmente pelo digno correspondente do Museu Nacional Domingos Soares Ferreira Penna, além de alguns vasos exumados pelo dr. José Lustosa da Cunha Paranaguá, e de outros expostos pelos Museus Paraense e Paranãense e Instituto Archeológico Alagoano” (segue a apresentação de 207 objetos). Este guia indica, ainda, uma sala para vestígios ósseos, outra para material arqueológico do Perú e Guiana Holandesa - de propriedade do Imperador. Ainda, na “Sala Gabriel Soares acham-se expostos muitos productos da arte plumaria brasileira, adornos, tecidos e vestes de muitas tribus do Brasil. Nella estão igualmente as colleções archeolithicas do Museu Nacional, da sñra. d. Amélia Machado Cavalcanti de Albuquerque e dos sñrs. cons. Caminhoá, J. Barboza Rodrigues e Tommaso G. Bezzi” (segue a apresentação de 170 objetos).

Esta separação dos grupos de artefatos, implica - para os olhos de hoje - na compreensão partilhada do patrimônio

arqueológico, por meio das concepções dos acervos arqueológico-artísticos e arqueológico-tecnológicos, já mencionadas.

No Brasil, até bem pouco tempo, a forma de apresentar isoladamente os objetos, destacando a sua raridade e opulência estética (concepção arqueológico-artístico) ficou consagrada. É possível, ainda hoje, constatar esta afirmação em alguns museus, sobretudo, no Museu Nacional.

Neste sentido, as conquistas deflagradas por Boas e Rivière, como já foi apontado, demoraram muitas décadas para influenciar os museus brasileiros.

É importante reproduzir, neste trabalho, o texto de apresentação da citada exposição antropológica, pois ele revela muito sobre as mentalidades que orientaram os museus na passagem do século.

“O presente guia menciona apenas de modo mui conciso, sem nomes indigenas e por grupos, os objectos que constituem a Exposição Anthropológica Brasileira, dando com tudo indicações de muitos dos artefatos expostos e bem assim dos quadros a oleo e das gravuras, estampas e photographias que não são accompanhadas de títulos. Nestas indicações teve-se o cuidado de mencionar sempre ao lado do nome do Museu Nacional como expositor o das pessoas que prestando todo o interesse ao mais bello e util festival até hoje realizado pelas Sciencias naturaes no Imperio do Brasil vierão trázer-nos o seu modesto ou poderoso apoio. É esta a razão pela qual ao lado do expositor de um unico objecto acha-se muitas vezes associado ao d’este Museu

que apresenta no mesmo grupo dezenas de objectos analogos. Quanto aos nomes dos doadores sendo elles os que perfeitamente interpretarão o verdadeiro e nobre intento d'este certamen que não é simplesmente expôr os artefactos e os documentos ethnographicos relativos aos nossos indígenas, mas reunil-os num só repositório público e ali, como presadas relíquias, offerecê-las ao culto da Sciência, é evidente que a esses nomes cabe logar de benemerencia, no catalogo da Exposição o qual, illustrado de numerosas xylographias e de muitas estampas lithogravadas, só poderá apparecer mais tarde, circunstancia esta que facilitará felizmente a inclusão neste documento dos objectos só por ultimo recebidos no Museu Nacional."

Este texto pode ser compreendido como a síntese deste século e meio de museus no Brasil. Por um lado, esboçou implicitamente o papel central, nas questões museológicas, que o Museu Nacional sempre exigiu para si. Por outro lado, as palavras expõem a vinculação estreita e até uma certa euforia desta instituição, em relação ao poder imperial. É importante destacar, também, a visão sagrada que se tinha em relação à produção científica e como os museus serviam bem a este propósito, apesar de serem considerados locais públicos.

As últimas palavras dessa apresentação revelaram problemas na consecução desses trabalhos, algo que se perpetuou nas estruturas das instituições museológicas, até os dias de hoje.

Os museus brasileiros entraram neste século, com coleções arqueológicas provenientes de coletas assistemáticas, como

locais de ensino e produção científica, como depósitos de objetos ordenados, atuando a partir de uma perspectiva enciclopédica, evolucionista e classificatória.

Apesar das similaridades, entre essas três instituições estruturadoras das idéias e imagens que se têm até hoje, neste país, sobre museus científicos - muitas diferenças marcaram suas distintas atuações. O Museu Nacional contou com grande apoio do Império, inclusive recebendo doações de coleções estrangeiras. O Museu Paraense Emílio Goeldi dedicou-se à uma abordagem regional, atuando como uma porta para compreensão da região amazônica. O Museu Paulista reuniu coleções ecléticas com o objetivo de agradar as exigências da elite local.

Nas décadas que permearam a passagem do século, esses museus tiveram posturas semelhantes, no que diz respeito à contratação de cientistas e contatos diretos com as instituições estrangeiras. Este período registrou, sobretudo, as divergências entre os profissionais dos referidos museus, especialmente entre seus diretores (SCHWARCZ, 1989).

Passados os primeiros impactos causados pelas lutas republicanas e pela própria proclamação da República (1889) - que trouxe outra ordem política - as instituições científicas, que se ressentiram a princípio com estas mudanças, orientaram seu foco de interesse para outros temas.

A partir da década de trinta, as questões nacionais passaram a merecer atenção de muitos intelectuais, diversas instituições museológicas foram criadas, leis preservacionistas foram promulgadas e a formação profissional para a área de museus foi intensificada.

Se a atenção anterior estava voltada para a identificação e análise das características ambientais e culturais que

davam ao Brasil um perfil muito singular, a partir do período acima mencionado, o interesse científico voltou-se para os indicadores que, a partir destas particularidades, poderiam constituir a nação brasileira. Distanciando-se, assim, muito das sociedades nativas e do passado pré-colonial.

Um revelador levantamento elaborado por Laurence Vail Coleman, e publicado pela American Association of Museum, em 1929, apontou a existência de coleções arqueológicas apenas no Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, no Museu Histórico Nacional e no Museu Nacional, ambos no Rio de Janeiro.

Esta estarrecedora omissão de coleções arqueológicas, se por um lado, aponta para um olhar ainda naturalista para os bens arqueológicos, ou mesmo capaz de confundí-los com os objetos etnográficos, por outro lado, registra o papel de coadjuvante que as coleções referentes ao passado pré-colonial têm ocupado no cenário museológico nacional.

Cabe, ainda, destacar que esta publicação menciona que no Museu Histórico Nacional ...“The Section of Archaeology and History occupies most of the space. Archaeology is not developed since that field is covered by the National Museum” (1929, p. 58). Quanto ao Museu Nacional, além de indicá-lo como “leader in the Scientific life of Brazil, and is one of the very important museums of South América”, salienta que ... “is notable for its research, exploration, publication and educational work, and also it is to be credited for many activities of which it was the parent” (1929, op. cit., p. 60).

Na mesma época em que este relatório foi feito, incentivou-se a criação e proliferação dos museus históricos e, em seguida, dos museus de arte. Nestes museus, os acervos arqueológicos

ou eram inexistentes ou ficaram deslocados. Muitos museus foram desmembrados e, neste processo, que impulsionou a saída das coleções de Ciências Naturais, outros tantos museus de Geologia, Botânica e Zoologia, foram criados. Assim, durante algum tempo, os objetos arqueológicos sucumbiram ao ostracismo, ocasionado por uma nova ordem científica.

Na década de trinta, em São Paulo, alguns jovens políticos, jornalistas e artistas protagonizaram um dos movimentos preservacionistas mais importantes deste século.

Esses moços paulistas, dentre os quais, destacaram-se Mario de Andrade e Paulo Duarte, dedicaram muita energia na preparação de um plano para a estruturação do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, que cobriu desde os vestígios arqueológicos até parques infantis. Estas idéias que começaram em saraus culturais, passaram por partidos políticos e revoluções e terminaram em exílios, aqui, e fora do país, contribuíram para a compreensão definitiva da problemática que está na base de qualquer trabalho preservacionista, ou seja:

- visão abrangente em relação aos múltiplos vestígios e indicadores da memória nacional.
- estímulo à preservação e elaboração de legislação própria a esta forma particular de construção das identidades.
- incentivo à ação e animação como método para a transmissão e preservação dos valores culturais.
- parceria entre projetos culturais, processos políticos e construção da idéia de cidadania.

No livro “Mário de Andrade por ele mesmo”, o autor Paulo Duarte, apresenta um conjunto de cartas que revela as intenções que, durante quase duas décadas, envolveram os projetos e as ações

desses criadores de instituições. No prefácio, Antonio Cândido lembrou que ... “Embora as circunstâncias de ordem social sejam decisivas, elas só se configuram em produto significativo e atuante segundo a carne e a mente dos homens que vivem o processo social. É possível dizer que, nos decênios de 1920 e 1930, outros homens teriam desempenhado as tarefas requeridas pelo momento; mas seria ridículo pretender que outros homens tivessem feito tanto e tão bem. Com a passagem do tempo, há de se avaliar devidamente a importância da sua contribuição; mas desde já é possível compreender que eles deixaram no seu país um sulco definitivo, na política, na educação, na leitura, nas artes, no movimento geral das idéias e (é o que sobressai neste livro) no estabelecimento de instituições culturais. ...A amizade descrita neste livro, através de uma correspondência fascinante e do relato de uma luta ombro a ombro pela cultura, pode ser vista como documento dêsse processo de integração das conquistas, artísticas, intelectuais e científicas ao próprio ritmo de vida do Brasil contemporâneo... Por isto, de certo modo o fulcro do presente livro é a história do Departamento de Cultura, feito para pesquisar, divulgar e ampliar ao máximo a fruição dos bens culturais” (CÂNDIDO, 1977, p. XIII e XVI).

Todo esse movimento de São Paulo tentou impulsionar a criação de museus, alterar os caminhos do Museu Paulista - então nitidamente um museu de história - e estabelecer as bases legais para a preservação patrimonial. Não conseguiu. O golpe getulista que implantou o Estado Novo, em 1937, destruiu essas iniciativas, expulsou do país vários de seus intelectuais e “exilou”¹¹ Mário de Andrade no Rio de Janeiro. Mas as sementes foram muito resistentes e, ainda hoje, as idéias desta geração têm sido revisitadas.

(11) Esta idéia pertence a Moacir Werneck de Castro, que a colocou no título do seu livro sobre o período de permanência de Mario no Rio de Janeiro (Castro, 1989)

É importante mencionar que Paulo Duarte, uma vez exilado na França, foi trabalhar com Paul Rivet no Musée de l'Homme e conviveu com os outros “moços”, já mencionados neste trabalho.

Enquanto Mário de Andrade tentou intervir em uma política de preservação nacional, no glorioso e decantado período Capanema, que ao mesmo tempo traçou a sua linha de atuação e impôs os tentáculos do Estado Novo nas esferas culturais, vários Museus Nacionais¹² foram instituídos a partir deste momento.

É possível arriscar e afirmar que este período representou - em função de uma conjuntura - um momento de trevas e obscurantismo para a musealização da Arqueologia no Brasil. Por um lado, as já mencionadas grandes instituições estavam sendo confrontadas no mundo todo, definitivamente, pelas especializações científicas e pelos desdobramentos dos museus em instituições monográficas. Neste movimento, os vestígios arqueológicos deixaram de “fazer parte” das Ciências Naturais e ainda não tinham conseguido estabelecer parcerias com os objetos etnográficos. Por outro lado, os planos museológicos nacionalistas, envolvidos em uma política cultural nunca vista no país, não orientaram as suas intenções para a preservação, apropriação e extroversão dos vestígios pré-coloniais. A nacionalidade começou a ser talhada, por diversos museus, com forte apoio estatal, sem levar em consideração a memória arqueológica.

A partir desse momento, teve início um processo em duas direções. Nas grandes instituições, as coleções arqueológicas ficaram, por muito tempo, relegadas para um segundo plano e muitas estão até hoje perdidas nas reservas técnicas.

Cabe lembrar que, desde 1936, Mário de Andrade foi cotejado pelos intelectuais mineiros que estavam à frente do “processo

(12) Museu Imperial, em Petrópolis; Museu da Inconfidência, em Ouro Preto; a revitalização do Museu Histórico Nacional, entre outros.

Capanema” e, neste sentido, encaminhou seu Ante-projeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, que previa a implantação (ou reestruturação) de quatro museus nacionais, apoiados em quatro livros de tombamentos. Um desses segmentos deveria contemplar o patrimônio arqueológico e etnográfico, que, para a compreensão de seu autor, correspondia às artes arqueológica, ameríndia e popular.

É evidente que esta proposta estava apoiada nas idéias, já mencionadas, do grupo paulista e, como foi depois constatado, foram alteradas sumariamente por ocasião da criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional em 1938.

Entretanto, a título de exemplo, é importante reproduzir neste trabalho, uma carta que Mário de Andrade enviou a Rodrigo de Mello Franco de Andrade, então coordenador do projeto que implantou o referido Serviço do Patrimônio. Como afirmou Lélia Coelho Frota, ...“De 1936 a 1945, ano de sua morte, Mário de Andrade manteve com Rodrigo Mello Franco de Andrade correspondência regular, que ficou arquivada na Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Razão principal destas cartas, que corre paralela à sólida amizade que ligava Mário e Rodrigo, dois intelectuais que maior responsabilidade demonstraram neste país pela dupla função de escritor e de homem público que exerceram: a organização e a estabilização de um serviço destinado a proteger e estimular a manutenção e a divulgação dos bens culturais brasileiros” (1981, p. 21).

Esta “organização” e “estabilidade” que quase destruíram a sensibilidade de Mário de Andrade, como atesta a sua vasta correspondência já publicada, revelou, também, alguns aspectos interessantes sobre as razões que consolidaram alguns caminhos e

descaminhos institucionais. Assim, este “multiplicado autor de Macunaína” escreveu:

“S. Paulo 29-7-36

Meu caro Rodrigo

Li seu projeto de lei que achei, pelos meus conhecimentos apenas, ótimo. Aliás, preliminarmente é preciso que eu lhe diga com toda a lealdade que dado o anteprojeto ao Capanema, eu bem sabia que tudo não passava de Anteprojeto. Vocês ajudem com todas as luzes possíveis a organização definitiva, façam e desfaçam à vontade, modifiquem e principalmente acomodem às circunstâncias, o que fiz e não tomou em conta muitas circunstâncias porque não as conhecia. Não sou nem turrão nem vaidoso de me ver criador de coisas perfeitas. Assim não tema jamais me magoar por mudanças ou acomodações feitas no meu anteprojeto.

O caso por exemplo do museu etnográfico é típico. Dou toda a razão a d. Heloísa... em última instância. O que fiz foi teoria e acho bom como teoria. Sustentarei minha tese em qualquer tempo. Um Museu Etnográfico deve estar separado dum museu de história natural. Se um organismo e se os burocratas desse organismo forem, não digo perfeitos, mas apenas bem intencionados e eficientes, um museu de história natural não recusará nunca sua colaboração eficaz a outro de etnografia que a pedir.

Mas sucede hélas que a qualquer pedido de colaboração, os nossos organismos ficam enciumados, ou não colaboram ou colaboram de má vontade. Hoje sei disso com terrível melancolia. Entre nós: no início do meu Departamento me veio a idéia de ajuntar no Brasil cópias de todas as músicas de índios brasileiros existentes em museus e arquivos estrangeiros. Há certamente deles na Alemanha e parece que nos Estados Unidos também.

Com virgindade e abundância de coração, ofereci colaboração ao Museu Nacional, propondo-lhe ficar com as glórias da iniciativa, tanto mais que tinha mais completas e federais credenciais pra conseguir o desejado. Até hoje nada se fez, mais de um ano já passou e a própria d. Heloísa, que respeito e admiro enormemente, não achou tempo pra escrever um ofício a Berlim, iniciando as negociações. Ela tem perfeitas razões em saber que a colaboração entre organismos diversos é ineficaz...

Concordo pois inteiramente com as razões técnicas que ela dá como início da carta. Com o resto da carta não posso de forma alguma concordar. Imaginar mesmo em ponto de dúvida que eu penso que um museu é apenas colecionar objetos, só não é ofensa porque não tenho vontade de ficar ofendido. Achar que o SPAN é sentimental, pra se defender de não querer reorganizar o Museu Nacional, não pode provir da verdadeira Heloísa

Alberto Torres. O SPAN é um organismo de todo em todo cultural com forte base econômica. Achar isso sentimental é desvirtuar a própria essencialidade da coisa.

Mais outro argumento curioso: D. Heloísa ao entender Etnografia, pelas suas próprias especializações, só pensa em “etnografia ameríndia”, ao passo que eu, pelas minhas especializações, entendo principalmente “etnografia popular”. Se não me engano, no meu trabalho mostrei que a etnografia ameríndia, podia estar ajuntada à arqueologia. E tudo isso não fará um desgraçado mal que fique no Museu de História Natural que é o M. Nacional. Mas a Etnografia do nosso povo brasileiro, tem creio que só uma sala no M. Nacional, e essa é a parte pra mim mais importante, os Ameríndios pertencendo principalmente à ciência pura, e o povo brasileiro em seus costumes e usanças e tradições folclóricas, pertencendo à própria vida imediata, ativa e intrínseca do Brasil. Não dei, nem me cabia dar, a organização interna e detalhada de cada museu, mas imagine um museu etnográfico fornecendo modelos de decoração, processos de fazer rendas, chapéus de palha etc. música e danças etc., generalizando, entradiciona-lizando, protegendo contra o progresso mortífero etc. Não é só expor (a coisa me está doendo...) mas agir. Minha biblioteca infantil tem um coral que está cantando a Nau Catarineta com músicas nordestinas; minha

Discoteca está gravando Carlos Gomes, e filmou danças populares de Mogi das Cruzes.

Minha Documentação Social está com filmes tirados especialmente entre índios de Mato Grosso, pra nós. Minha divisão de Expansão Cultural está com um curso prático de etnografia, ensinando como se colhe documentos. E assim é. E cansei. Um Abraço do Mário” (1981, op. cit., p. 60 e 61)

Esta carta denunciou, evidentemente, que a administração científica do Museu Nacional reagiu negativamente às idéias e intenções da nova ordem institucional proposta por Mário. É interessante destacar a forma como o autor defendeu as suas idéias, esboçando a necessidade de um planejamento estrutural para as questões patrimoniais, que pudesse extrapolar certas conjunturas. Da mesma forma, aparecem as disputas e rivalidades que, como já foi mencionado, selaram para sempre o relacionamento entre instituições neste país.

O mais importante, no entanto, é o fato de que, através dessas palavras e de tantas outras, esse genial intelectual demonstrou suas idéias e, mais do que isso, seu interesse pelos museus.

Nos anos que se seguiram, o universo museológico brasileiro não experimentou mais a parceria e a convivência dos grandes nomes nacionais. É importante destacar que a trajetória dos museus se ressentiu e muito destas ausências.

Nos anos cinquenta, lentamente, novos museus de Arqueologia foram constituídos em algumas partes do país.

A partir desse momento, o país passou a ser decifrado arqueologicamente por equipes estrangeiras - especialmente - francesas e norte-americanas. Estes “programas” ou “missões” -

dependendo da origem - tiveram uma singular importância para o encaminhamento das estratégias de pesquisa e formação de pessoal, mas pela própria origem, não tiveram grandes envolvimento com as instituições museológicas. O tratamento e a comunicação dos vestígios recuperados, a partir de grandes intervenções arqueológicas, não foram considerados como prioridades.

Neste período, surgiram instituições como o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá¹³. Após mais de três décadas de tentativas frustradas para instalar um museu nas dependências do Colégio dos Jesuítas - grande monumento da arquitetura do século XVIII, o esforço de José Loureiro Fernandes, arqueólogo e preservacionista, levou a Universidade Federal do Paraná a assumir esta instituição e abrigá-la no seu quadro de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade.

É importante frisar que, a partir desse momento, diversas universidades abrigaram ou criaram instituições arqueológicas. Esta afirmação indica um outro viés da problemática abordada. O envolvimento com a universidade (ou pelo mundo universitário), revelou-se como mais um elemento que afastou os museus de Arqueologia para um espaço coadjuvante. Como afirmou De La Penha (1993)¹⁴ ...“À medida em que os arqueólogos e etnólogos tornavam-se mais acadêmicos e tendiam às recém estabelecidas universidades, observamos o início do esvaziamento dos museus e o consequente desprestígio das coleções científicas. Essa guinada para as universidades ocorreu acompanhada por mudanças teóricas resultando na abertura de novas áreas de estudo, muitas vezes com maior visibilidade e status científicos”.

(13) esta instituição surgiu com o nome de Museu de Arqueologia e Artes Populares.

(14) Essas afirmações constam do texto apresentado pela autora, no âmbito do Simpósio “O processo de comunicação nos Museus de Arqueologia e Etnologia” - MAE/USP.

A Universidade de São Paulo, na década de sessenta, abraçou duas instituições já existentes, o Museu Paulista e o Instituto de Pré-História e criou o Museu de Arte e Arqueologia. É curioso frisar que estas instituições, embora paulistas e vocacionadas para as ciências humanas, trouxeram olhares muito distintos sobre os mesmos fenômenos. O Museu Paulista, como já foi visto, surgiu como um museu enciclopédico, foi decomposto ao longo do tempo e embrenhou-se em projetos de escavações arqueológicas, por exemplo, como o Projeto Paranapanema. O Instituto de Pré-História foi consolidado a partir de experiências guerrilheiras de Paulo Duarte à frente da Comissão de Pré-História de São Paulo, criada a princípio para a preservação patrimonial dos sambaquis litorâneos. Quando esta instituição entrou para a esfera universitária, o fez com a intenção de criar o Museu do Homem Americano. Entretanto, os descaminhos universitários implodiram este projeto. O Museu de Arte e Arqueologia, surgiu a partir do apoio do mecenas Francisco Matarazzo Sobrinho, que teve a idéia de criar no Brasil um museu... “onde se tornasse possível, através de peças originais e réplicas, desenvolver-se entre as nossas novas gerações um conhecimento amplo, e sobre bases científicas, das civilizações mediterrâneas” (catálogo MAA-1964:1). Posteriormente, este museu reuniu coleções africanas e brasileiras e alterou seu nome para Museu de Arqueologia e Etnologia. A problemática museológica que envolveu estas três instituições será alvo de análise pormenorizada em outra parte deste trabalho.

Esse movimento arqueológico-universitário, se, por um lado, garantiu a pesquisa, por outro, estrangulou as atribuições museológicas. A universidade, no Brasil, ainda não abriu espaço para a compreensão das particularidades e potencialidades dos museus. Toda a lógica acadêmica tem se mostrado adversa para com os

museus. Esta tendência cresceu, consideravelmente, nos anos setenta e oitenta e, paulatinamente, as estruturas arqueológicas universitárias, abandonaram a identidade museológica e se auto-definiram como institutos, núcleos, laboratórios, centros, ou simplesmente, departamentos. Esta perda da identidade museológica tem grande responsabilidade nas questões inerentes à comunicação arqueológica.

Neste sentido, o processo curatorial termina na análise e guarda dos vestígios e, evidentemente, na preparação dos exigidos trabalhos acadêmicos. As exposições, quando existem, raramente têm sido elaboradas a partir de princípios museológicos. A musealização do patrimônio arqueológico, da posição de coadjuvante, passou a ser abandonada.

Deve ser ressaltado, também, o outro lado desse processo. Na medida em que os museus foram se tornando universitários, ficaram isolados do circuito federal ou estadual da política museológica brasileira.

Por exemplo, todo apoio concedido aos Museus Nacionais e outras instituições do IPHAN/DPHAN/SPHAN/Fundação Nacional Pró-Memória/IBPC¹⁵, todas as reformas estruturais e administrativas e as múltiplas formas de intercâmbio cultural não têm atingido os museus universitários.

A partir da década de sessenta, a UNESCO patrocinou a vinda de profissionais da área museológica que realizaram avaliações sobre diversas instituições brasileiras. Em uma primeira fase, em 1964, Paul Coremans coordenou os trabalhos que tiveram início a partir de uma análise dos problemas do DPHAN e

(15) Estas siglas referem-se aos diferentes nomes que os órgãos federais têm assumido nos últimos cinquenta anos, a saber: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Direção do Patrimônio Histórico Nacional, Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural

apontou a necessidade da criação de um Ministério da Cultura. Em uma segunda fase, Jean Favière dirigiu as avaliações que duraram de julho a agosto de 1972 e foram direcionadas para os museus. O relatório elaborado a partir destes estudos revelou diversos pontos que merecem menção.

“Les problèmes muséologiques posés par le Musée National sont extrêmement nombreux tant en raison de sa déplorable situation actuelle que du projet de transfert.

Ils ont été étudiés par Monsieur Jean Gabus. Les décisions à intervenir ne pourront manquer de tenir compte des données ci-après:

- le Musée National est un musée très populaire à Rio; le public qui le fréquente em grand nombre appartient à toutes les classes sociales, même les plus modestes. Si démodée que soit sa formule actuelle, il est un instrument réel de culture populaire. On peut craindre qu’une fois transféré dans les édifices du campus universitaire et isolé de la vie carioque, il perde cette fonction d’éducation permanente qui le rend extrêmement sympathique.
- la recherche par les autorités fédérales des éléments nécessaires à la constitution du Musée de l’histoire et du développement du Brésil dont la création est proposée d’autre part, s’orientera probablement, pour une part, vers les importantes collections de réserve du Musée National” (1972, p. 8).

Este estudo, que analisou instituições do Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Brasília e São Paulo, abordou poucas questões relacionadas ao tema desta tese. Apontou a necessidade de fusão dos museus da Universidade de São Paulo que tratam de Arqueologia e Etnologia e, como já foi visto, indicou a situação dramática do Museu Nacional.

Entretanto, devem ser salientados os pontos abordados na conclusão do “Rapport de mission de M. Jean Favière - Les Musées Brésiliens et le developpement social et économique du pays - 1972”¹⁶

“Pour que les musées brésiliens contribuent réellement au développement social, économique et culturel du pays, ce qui n’est pas actuellement le cas de la majorité d’entre eux, et que, notamment ils participent à l’effort nécessaire d’information et de formation de toutes les catégories de public, il importe que

- les musées existants revoient les perspectives de leurs programmes, généralement très liés encore avec une conception traditionnelle unidisciplinaire du Musée, dans le sens d’une intégration des matériels et des disciplines dont ceux-ci relèvent,
- les musées créés ou projetés ne puissent faire l’objet d’études poursuivies et encore moins entrer dans la voie de la réalisation sans qu’un avis favorable ait été formulé sur l’opportunité de leur création par des instances qualifiées:

(16) Estes documentos foram encontrados no Centre de Documentation de l’ICOM-Paris, durante pesquisa por mim realizada em 1991.

- a) de l'Union pour les Musées à la charge d'organismes fédéraux (Ministère de l'Education et de la Culture, autres ministères, Universités, fondations d'intérêt national)
- b) des Etats pour tous les autres musées
- les professionnels de musée soient entraînés, non seulement à un travail scientifique et muséologique, mais aussi à des actions de rayonnement en direction du public, principalement en matière d'éducation et de tourisme grâce à
- une refonte d'ensemble de l'enseignement muséologique brésilien
- la création de musées - pilotes.

Le Consultant propose que soient envisagées un certain nombre de mesures qui, si elles étaient retenues par les autorités brésiliennes, pourraient être mise en oeuvre progressivement avec l'appui de l'U.N.E.S.C.O" (1972, p. 25 e 26).

Estas considerações foram acompanhadas de sugestões relacionadas à **legislação patrimonial** (abertura do campo de aplicação), à **administração dos bens patrimoniais** (reorganização geral, elaboração de inventário, programas de salvamento, utilização pública de patrimônio), **plano museológico** (orientação sistemática à criação de novos museus e reorganização dos antigos, redefinição da vocação das instituições) e **formação profissional** (organização de seminários regulares nas diversas regiões do país).

O relatório ainda indicou a necessidade da criação de “museus pilotos”, em escala nacional e regional, e o estabelecimento de um programa de conservação, entre outros aspectos.

Além dessas análises de ordem geral, essa intervenção analítica de profissionais da UNESCO, em relação a nossa realidade patrimonial-museológica, da década dos anos setenta, ainda legou uma avaliação pontual, elaborada por Jean Gabus, sobre alguns museus. Vinculado ao tema deste trabalho, interessa salientar que o Museu Paulista da Universidade de São Paulo foi apresentado como ... “un musée d’histoire qui évoque l’histoire coloniale de São Paulo”, que apresenta “une salle... consacrée... à l’archéologie de São Paulo (poterie foncée des Tupis Guarani)”. Foi apontado, também, que o nível educativo das atividades do museu é insuficiente.

O Museu de Arqueologia e Etnologia e o Museu do Homem Americano foram apresentados da seguinte forma:

“Musée d’archéologie et d’ethnographie à l’Université

Bonne collection de Santarem d’environ 300 pièces obtenues par l’aquisition de la collection privés du professeur Ulpiano Bezerra de Menezes. Malheureusement, ces objets ne proviennent pas de fouilles systématiques, si bien que toutes les informations scientifiques, stratigraphiques, typologiques, coupes, etc. sont absentes. Les seuls moyens d’identification restent donc les confrontations typologiques avec des oeuvres identifiées. C’est l’objectif des fouilles en cours à Santarem.

D'autres collections intéressantes présentent la culture Nasca (Pérou) Vicus (Pérou), Chimu (Pérou), Chanca.

Les vitrines employées, l'éclairage, la présentation sont d'un bon niveau. Toutefois, l'information éducative pourrait être complétée à l'aide de textes et de moyens graphiques plus complets.

Musée de l'homme américain (A l'Université, section de zoologie).

C'est une petite exposition d'environ 100 m². Il s'agit de l'évolution anthropologique et physique de l'homme présentée par une succession de crânes moulés. Seuls originaux: deux ensembles de Sanbaqui de Maratua (São Paulo) et de Sanbaqui Mar Casado (São Paulo). A part ce matériel, qui mérite l'attention du visiteur, le reste est sommaire, ainsi que les tableaux de l'évolution humaine, qui correspondent à un niveau scolaire, mais nullement universitaire" (GABUS, 1972, p. 5).

A musealização da Arqueologia, ou melhor, os vestígios arqueológicos aparecem nesse relatório, também, em um museu instalado em um Convento do séc. XVII, em João Pessoa¹⁷ (Paraíba) com ...“présentation archéologique déplorable”.

Os museus Paraense Emílio Goeldi e Nacional foram analisados separadamente. O museu de Belém foi visto como uma instituição em crise, com problemas financeiros, de ordem científica e instalado precariamente. Entretanto, este documento revelou a existência de um estudo elaborado por um grupo de trabalho e coordenado pelo diretor da instituição, Paulo Almeida Machado -

(17) O autor não indica o nome e nem a localização do referido convento.

“Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Museu Paraense Emílio Goeldi, Plano Diretor, Belém-Pará 1970” - que já havia apontado todos os problemas e sugerido a redefinição de sua atuação em relação à Amazônia, a partir do delineamento de novas linhas de pesquisa e inventário patrimonial. Quanto à instituição do Rio de Janeiro, acima referida, o relatório chamou a atenção sobre a relevância da localização (área de fácil acesso à população menos privilegiada) e apontou o recorrente estado de abandono... “Ces visiteurs appartiennent à toutes les couches de la population et paraissent prendre plaisir à découvrir tous les aspects de la vie, de l’environnement, de la culture, de l’histoire qu’apporte un musée national. Pourtant, l’aspect muséographique du musée, par conséquent présentation, cartes, textes, sont de très mauvaise qualité. Certaines vitrines, dans lesquelles les objets sont tombés ne peuvent plus être ouvertes, les clés ayant disparu, dans d’autres cas, décoloration, présentation très sommaire, éclairage insuffisant ou simplement défectueux et non réparé. Les dépôts sont en petit nombre et insuffisants, aussi bien quant à la place que quant à la méthode de classification” (GABUS, 1972, op. cit., p. 12).

Esses estudos e relatórios estão sendo apresentados, com maior detalhe, em função da relevância dos nomes de seus autores em um quadro internacional sobre museus. Da mesma forma, estes documentos foram elaborados em um período extremamente significativo, tanto para a Arqueologia, quanto para a Museologia, desenvolvidas neste país.

No que diz respeito à Arqueologia é importante lembrar que, nesse momento, diversas equipes estavam começando a trabalhar (em Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, entre outros), proliferando os enfoques e metodologias e abrindo novos horizontes institucionais. Deve ser ressaltado, inclusive, que

apesar das influências estrangeiras, diversos futuros líderes e coordenadores dos, ainda hoje, grandes projetos nacionais, estavam iniciando a sua atuação, com uma característica que marcou para sempre a Arqueologia neste país: o isolamento territorial correspondendo ao isolamento científico (as consagradas trincheiras, aludidas na Introdução). É importante salientar que, a partir desse momento, e com raras exceções, configurou-se mais uma etapa do abandono da Arqueologia, ou seja: as instituições que foram criadas abandonaram a identidade de museu, e com isso sinalizaram, claramente, que tinham o interesse de produzir conhecimento e comunicar-se com seus pares.

A Museologia internacional, por sua vez, estava vivenciando um grande momento, cujo maior símbolo pode ser identificado nas realizações do Seminário de Neuchâtel (Suíça), e do Seminário de Santiago do Chile, patrocinado pelo ICOM/UNESCO¹⁸, que apontou os caminhos para os museus encontrarem a sua função social. Assim, este período decisivo para as instituições museológicas, assistiu à proliferação dos processos extra-muros, dos museus comunitários, ecomuseus e da consagração do conceito de patrimônio integral. Constata-se, então, que enquanto os estudos da UNESCO estavam sendo realizados, este país estava sustentando o início de um divórcio entre a pesquisa arqueológica e os processos museológicos. As equipes de Arqueologia estavam preocupadas com o seu próprio universo de descobertas, abrindo frentes de pesquisa, esquartejando os sentidos e significados dos conjuntos de vestígios retidos nos solos deste país. As equipes de Museologia, por sua vez, estavam procurando os caminhos do diálogo, da comunicação, da dessacralização, da educação por meio dos museus. Foram rotas inconciliáveis.

(18) Este tema será retrabalhado em outras partes deste texto.

É possível afirmar que, este momento registrou atitudes e decisões que marcaram para sempre os caminhos que poderiam ligar a Arqueologia e Museologia.

Deve ser destacado, também, que nos anos setenta, o país sucumbiu aos problemas impostos pela ditadura militar, que atingiram e muito a consolidação de planos na área cultural (IANNI, 1978 e 1979; MARTINS, 1978; ORTIZ, 1985; entre outros).

Ainda para verticalizar este desencontro estruturador dos futuros processos é importante transcrever as conclusões indicadas por Jean Gabus:

“CONCLUSIONS

Ces conclusions furent présentées au ministre de l'éducation, M. Jarbas Passarinho, au Palais de la culture à Rio, le 4 septembre 1972 à 18 heures, en présence de M. Renato Soeiro, directeur de l'IPHAN.

1. Un séjour d'un mois n'autorise guère de jugement de valeur, sinon quelques constations et suggestions.
2. Assistons à **prolifération** des musées (niveaux, conception, présentation très différents). La moyenne est plutôt insuffisante. Mais un avantage: les collections existent.
3. Conditions d'entretien difficiles: **budgets d'entretien insuffisants ou non prévus**, dépôts humidité de 90 à 100 degrés, termites. Certains musées ferment leurs portes après deux ans et parfois restent fermés dix ans.
4. Donc revalorisation par **investissements nouveaux en hommes et en argent**, mais en exigeant des musées qu'ils remplissent leurs fonctions:
 - (a) de conservation, restauration
 - (b) de communication par les recherches scientifiques, les publications, les expositions temporaires et permanentes conçues selon exigences de la muséographie moderne.
 - (c) leur rôle éducatif, didactique

- (d) leur collaboration avec les écoles, les universités
 - (e) leur présence enfin - présence de diffusion des connaissances - dans la société, parmi toutes les couches sociales. Quand 50% de la population est illettrée, l'information muséographique dispose des ressources audio-visuelles et du langage de l'émotion.
5. par conséquent: regroupement et concentration des musées, choix, sans négliger l'importance des musées régionaux, foyers de protection et de diffusion des cultures locales, références de leur individualisme.
6. Moyens: argent et **formation** des conservateurs ou directeurs de musées par un **stage** à Rio d'une durée d'un mois, calqué sur le stage pilote Unesco/ICOM organisé en Europe sur le plan francophone à Paris, Bruxelles et Neuchâtel, sur le plan germanophone en Allemagne (Congres de Munich, organisé par l'Association des musées allemands) pour l'enseignement de la muséologie dans les universités. Expériences continuées en Inde, à Mexico, devraient être poursuivies sur les mêmes bases à Rio.
- Parallèlement: **programme de l'enseignement** de la muséologie dans les universités de Rio, Brasilia, Salvador serait remanié (Projet Lygia et adjonction Unesco). Nous disposons encore dans ce domaine des diverses expériences des

pays de l'Est, qui firent l'objet de congrès à Moscou, Prague ou Brno.

La préparation à ce stage exigerait de chaque participant (une vingtaine) l'envoi, deux mois à l'avance, des problèmes de son institution, avec les données générales sur **les conditions locales** (moyens financiers, et besoins réels). Ainsi, le stage partira de problèmes concrets, marqués par différenciations régionales, donc résultats efficaces parce que réponses des experts seront déjà réfléchies et préparées.

7. Protection renforcée des oeuvres d'art par les mesures juridiques, soit **création** à Rio d'un service spécialisé subordonné au patrimoine.
8. Organisation générale des musées à réexaminer sur base des expériences en cours dans divers pays et des propositions (avec organigramme) des "Colloques" de Neuchâtel (ICOM et UNESCO) concernant les problèmes des musées dans les pays en voie de développement.
9. Brésil dispose de collections remarquables, d'hommes qualifiés. Le reste est organisation, argent et, beaucoup, prise de conscience par l'Etat de **l'importance accrue de la culture** à l'ère des civilisations technocrates. La culture doit rester de qu'elle est de fait: le promoteur de tout progrès" (1972, p. 15 e 16).

Nos últimos vinte anos, apenas alguns esforços de caráter nacional foram empreendidos. Sabe-se que muitas das questões apresentadas nas conclusões acima referidas não foram alvo de

atenção. A normatização da legislação patrimonial (arqueológica) ainda não se preocupou com a extroversão museológica. O órgão federal para esse fim tem passado por sucessivas mudanças de identidade, como já foi apontado, o que dificultou o seu entrosamento com as instituições estaduais, municipais e privadas.

Neste sentido, o cenário brasileiro da Arqueologia musealizada é desolador, pois falta um plano global que proponha à sociedade (ou pelo menos ao público), as explicações da ocupação pré-colonial deste território, de uma forma organizada e sistêmica. São raros, também, os intercâmbios entre instituições, no que diz respeito à troca de exposições, ou quanto ao diálogo sobre metodologias de trabalho de ação educativa.

Apenas alguns museus mantêm em dia as suas reservas técnicas, as suas salas de exposições ou mesmo a sua atuação extra-muros.

O envolvimento mais explícito com a população, pode ser percebido, por exemplo, na atuação de algumas instituições, a saber:

- Museu Paraense Emílio Goeldi (Belém) que vem sistematicamente alterando a sua estrutura, estabelecendo a área de Museologia no âmbito da Difusão Científica, reformulando as suas exposições e ação sócio-educativo-cultural. Neste momento, esta instituição acabou de elaborar um “Planejamento Estratégico” (1993), entendido como um pré-investimento para apoiar e mobilizar a comunidade institucional no fortalecimento do Museu Goeldi como Centro de Excelência. Assim, entre tantas outras alterações de procedimentos e métodos de trabalho, a equipe do museu deu início à preparação da nova exposição de longa duração que tratará a historicidade da constituição da Bacia Amazônica, as inúmeras formas de apropriação e transformação das sociedades humanas que

este território tem sido alvo, e as questões inerentes à preservação da biodiversidade. Com isso, a instituição espera apresentar um discurso expositivo argumentativo sobre os problemas amazônicos que, ao lado da intensa atividade pedagógica e dos projetos extra-muros, colocam esta instituição, mais uma vez, em uma posição de vanguarda.

- Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade Federal da Bahia (1980), situado no Terreiro de Jesus (Salvador), em um antigo colégio de jesuítas (séc. XVII), possui um dos acervos arqueológicos mais representativos do Nordeste, inclusive os vestígios das primeiras escavações realizadas na Bahia, em 1959, no Sambaqui da Pedra Oca e mesmo as coleções reunidas pelo arqueólogo Valentín Calderón. Esta instituição vem verticalizando as suas linhas de pesquisa e multiplicando a sua atuação educacional e extra-muros.
- Museu de História Natural da Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Arqueologia (Belo Horizonte, 1976) reúne as coleções mais importantes e estudadas da região, tem atuado em alguns projetos expositivos com outras instituições e, no momento, está iniciando a reformulação de sua exposição básica.
- Instituto de Arqueologia Brasileira (Rio de Janeiro, 1961), com atuante presença na liderança científica deste país, esta instituição sempre dispensou especial atenção às suas exposições, bem como vem colaborando com outros museus e desenvolvido trabalhos extra-muros.
- Museu de Arqueologia de Itaipu (Niterói, 1977), surgiu de uma iniciativa da atuação regional do então IBPC, já mencionado neste trabalho. Instalado nas ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa, este museu é um dos poucos exemplos de aproveitamento

museológico de bens imóveis revitalizados pela Arqueologia e com atuação voltada para o turismo e público infanto-juvenil.

- Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (Goiânia, 1970), vem pautando a sua atuação em sólida base científica e dinâmica atuação comunitária extra-muros. Deve ser destacada a sua contribuição nas constantes reformulações das exposições e projetos educativos.
- Museu Paranaense (Curitiba), ao longo de sua trajetória sofreu várias alterações, com momentos de euforia e períodos de abandono. Entretanto, sempre privilegiou a Arqueologia e dinamizou as exposições e a atuação junto ao público.
- Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville (1972), pode ser apontado como a melhor expressão da musealização da Arqueologia regional. Como um museu monográfico, ele tem procurado atuar em três frentes: pesquisa, preservação e comunicação. Este museu sempre estimulou a sua vocação comunitária e educacional.

Essas instituições, vinculadas a algumas outras que têm tentado superar seus problemas estruturais e de gestão programada como, por exemplo, Museu Julio de Castilhos, em Porto Alegre, o Museu Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina, o Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, o Museu de Arqueologia e Etnologia de Paranaguá da Universidade Federal do Paraná e o Museu Arqueológico do Rio Grande do Sul, em Taquara, ao lado de algumas iniciativas de setores do IPHAN, resumem o quadro brasileiro - representativo - no que diz respeito à musealização do passado pré-colonial.

Merece menção, ainda, a inserção dos vestígios arqueológicos no projeto Ecomuseu de Itaipu, incorporado à Itaipu Binacional. A partir da consolidação deste projeto hidrelétrico, teve início a implantação de um processo museológico, comprometido com

os pressupostos da Nova Museologia e da Educação Ambiental. De acordo com Moro¹⁹, ...“Dentro desse processo, as memórias antigas entram num sistema ativo de preservação e são tratadas como elementos para o desenvolvimento, da mesma forma que os elementos dinâmicos novos, a serem adquiridos, e aqueles que serão agregados no futuro. Tal visão fará com que memórias sejam elas de interesse arqueológico, etnográfico, científico, tecnológico... passem a ser integradas como um todo harmônico, buscando uma alimentação frequente pelo diálogo profundo, oriundo de um trabalho de participação conjunta.”

Entretanto, uma análise mais pormenorizada sobre essa experiência²⁰ leva à consideração de que a área menos trabalhada, por meio da museografia ou dos projetos educativos é justamente a Arqueologia.

Considerando que na década dos anos setenta o Brasil possuía quatrocentos museus, conforme os estudos da UNESCO já mencionados, e que no final dos anos oitenta, este número alcançou a cifra de mil e duzentas instituições, de acordo com as informações do extinto Sistema Nacional de Museus, é possível indicar que os museus vinculados à Arqueologia não assumiram uma posição de destaque.

Neste mais de um século e meio de existência, os museus não se ocuparam, ou não privilegiaram o passado pré-colonial. Assim, a Arqueologia não tem sido utilizada por estas instituições, em toda a sua dimensão, na perspectiva de conduzi-las ao perfil de museus de sociedade e museus de identidade.

(19) Texto extraído do “Livro Texto Ecomuseu de Itaipu” que contou com a coordenação editorial da Fundação Mudes, s/d.

(20) Análise realizada a partir de publicações e comunicações em cursos e eventos científicos apresentadas pela equipe do Ecomuseu de Itaipu.

Como foi visto, os vestígios pré-coloniais sempre estiveram presentes entre as coleções arqueológicas, mas em uma constante posição de **coadjuvantes** no cenário museal.

Muitas dessas instituições ainda estão apoiadas nas coleções que foram organizadas pelos **heróis**, que por volta dos anos cinquenta, salvaram muitos desses vestígios. Outras, encontram-se atônitas com as vantagens e os desafios que os projetos de Arqueologia de Contrato têm propiciado, mas poucas têm conseguido assimilar, no que tange às responsabilidades curatoriais, o volume considerável de vestígios recuperados em tempos reduzidos. Existem, também, os museus que abandonaram, por completo, os objetos arqueológicos.

Desta forma, a Arqueologia Brasileira ainda aguarda uma discussão, uma revisão e um planejamento, referentes aos problemas da musealização dos indicadores da memória do passado pré-colonial, sobretudo, para conseguir integrá-los na dinâmica da sociedade deste país.

Este trabalho pretende apresentar uma contribuição pontual ao propor modelos de musealização para o Projeto Paranapanema e relacioná-los à problemática museológica comum ao cenário brasileiro.

1.2. A DECAPAGEM E A EVIDENCIAÇÃO DO SOLO MAIS RECENTE: A CONTRIBUIÇÃO DA MUSEOLOGIA.

A problematização das hipóteses arqueológicas procura, sobretudo, elucidar os processos de continuidades e mudanças dos diferentes grupos humanos. Por um lado, essa busca orienta-se para a compreensão das possibilidades de dispersão dos vestígios materiais (evidências culturais) em um território e, a partir de diferentes metodologias, esses vestígios acabam sendo retirados de seu local de origem e reunidos em uma instituição. Por outro lado, muitos destes estudos partem dos objetos já reunidos em instituições, com o objetivo de entender o perfil das sociedades que os produziram. De uma forma, ou de outra, a evidência material da cultura é um elemento de crucial importância para estas análises.

Assim, como já foi visto neste trabalho, não só os museus têm uma íntima vinculação com a Arqueologia, mas a Museologia - enquanto disciplina - apresenta uma acentuada cumplicidade com esta área de conhecimento.

Cabe salientar que a Museologia oferece à Arqueologia uma oportunidade especial de aproximação sistemática com a sociedade presente, uma vez que vincula suas principais preocupações em dois níveis, a saber:

- 1º) identificar e analisar o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio.
- 2º) desenvolver processos técnicos e científicos para que, a partir dessa relação, o patrimônio seja transformado em herança e contribua para a construção das identidades.

Os vestígios das sociedades que correspondem ao interesse de estudo da Arqueologia, são, também, elementos da herança patrimonial, tratados e comunicados pela Museologia.

Seriam olhares diferentes sobre o mesmo fenômeno, como acontece em relação a diversas áreas de conhecimento? A resposta é negativa. São olhares complementares e cúmplices.

A Arqueologia evidencia facetas das sociedades, descobre peculiaridades de um passado às vezes esquecido e faz aflorar os indicadores da memória, mas não tem potencialidades efetivas de comunicar-se em larga escala com a sociedade presente. Já a Museologia se estrutura como a área de conhecimento específica para viabilizar essa comunicação, mas depende, evidentemente, da produção de conhecimento próprio às áreas que estudam os indicadores da memória, como é o caso da Arqueologia.

O problema básico deste trabalho surge da constatação de que os estudos arqueológicos realizados no Brasil ficam restritos ao conhecimento de especialistas. Portanto, é necessário implementar processos adequados de comunicação que, por sua vez, têm a potencialidade de resgatar a pesquisa arqueológica e toda a importância do conhecimento por ela produzido.

Como já foi apresentado anteriormente, o problema da divulgação da Arqueologia tem suas raízes na própria história das pesquisas, nas questões que envolvem a preservação patrimonial e na atuação e eficiência dos museus.

Neste sentido, e levando-se em consideração a cumplicidade acima mencionada, constata-se que processos de musealização podem contribuir para a reversão do panorama traçado na Introdução.

Assim, faz-se necessário verticalizar alguns pontos inerentes ao universo disciplinar da Museologia, retomar algumas

idéias que foram esboçadas no histórico sobre os museus de Arqueologia e explicitar algumas facetas dos aspectos constitutivos de um processo de musealização.

A partir de uma perspectiva histórica é possível considerar que, desde os primeiros trabalhos escritos sobre coleções, já se encontrava o prenúncio de uma área de conhecimento que apenas neste século seria estruturada.

Segundo Guarnieri (1989, p. 7)... “O holandês Quiccheberg, em Munique, em 1565, ao elaborar a primeira tentativa de uma teoria das coleções de museu, talvez não pudesse avaliar o pioneirismo de sua contribuição numa área totalmente nova ou que seria seguido, posteriormente, por Major, no século XVII, afirmando o caráter disciplinar da Museologia; por Neickelius, em 1727; por Diderot, em 1765, com seu ensaio sobre a organização racional do Louvre; por Lafont Saint Yenne, durante a Revolução Francesa, postulando em panfletos por “museus para o povo”; por Goethe e seus lúcidos textos sobre a atividade museal (aumento das coleções, arranjo estético, função educacional dos museus)”.

Desta forma, até este século, muitas evidências comprovam que o fazer museal impôs, a partir de uma reflexão crítica, a constituição de um universo particular para a edificação de sua epistemologia. Esta trajetória tem sido lenta e ainda hoje confronta-se com o número reduzido de profissionais preocupados com a estruturação teórico-metodológica desta disciplina, com poucas escolas de formação, e com um objeto de estudo extremamente diversificado que dificulta as análises comparativas.

A identificação das associações mentais, que têm contribuído para a formação do pensamento museológico, tem sido lenta e dispersa em diversas partes do mundo. Esta realidade epistemológica que envolve a Museologia tem dificultado, também, a

elaboração de princípios básicos e hierarquizados do raciocínio sobre o fenômeno museal.

É possível reconhecer que as preocupações museológicas correspondem às questões inerentes à preservação, organização, comunicação e educação patrimoniais. Entretanto, o museu - enquanto instituição - ainda reúne e absorve grande parte dessas preocupações.

Segundo Pomian (1984), as sociedades humanas têm o hábito de eleger, selecionar, reunir e guardar objetos desde a pré-história. Com isso, fica evidente a relevância dos objetos no cotidiano dos homens e o lugar de destaque que ocuparam as famosas coleções, ao longo da História, na tentativa de superar os limites da transitoriedade humana.

Se hoje pode-se afirmar a inquestionável importância dos objetos, é porque, ao lado do exercício humano de elaborar um artefato, sempre existiu alguma idéia de preservação.

Portanto, cabe enfatizar que os museus herdaram essa atitude e são responsáveis pela sua perpetuação, ao lado de outros modelos institucionais (arquivos-bibliotecas) e mesmo de outros processos sociais.

Considerando que os templos da Antiguidade, os gabinetes, galerias e antiquários e os museus enciclopédicos deixaram contribuições para a idéia de museu presente neste século, constata-se que o homem, ao longo do tempo, não deixou de lado a preservação de seus vestígios e que, de uma maneira ou de outra, mesmo privilegiando as marcas das elites, o museu é um fenômeno mundial.

Entretanto, na contemporaneidade, este modelo institucional divide sua atenção entre problemas preservacionistas e outros vinculados, por exemplo, a questões acadêmicas, definições administrativas e políticas, sem contar as dificuldades técnico-

científicas enfrentadas para acompanhar a evolução do conceito de preservação que caminhou mais rapidamente fora dos museus.

Reafirmando que a preservação é a função básica de um museu e que a partir dela estão subordinadas todas as outras, tais como **coleta** e **estudo** dos objetos e/ou espécimes da natureza; **salvaguarda** das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação) e **comunicação** (exposição, educação e ação sócio-cultural), salienta-se que o desempenho articulado de todas estas facetas preservacionistas deve estar vinculado ao exercício da disciplina museológica.

Em recente estudo, Peter Van Mensch (1994) apresenta um panorama sobre os principais caminhos que os teóricos têm apontado, no sentido de contribuir para a construção da Museologia como disciplina científica. Baseando-se na produção escrita e organizada no âmbito do ICOFOM - Comitê Internacional do ICOM²¹ para a Museologia, o referido autor indica que existem cinco segmentos de idéias, a saber:

- 1) a Museologia como estudo da finalidade e organização de museus;
- 2) a Museologia como o estudo da implementação e integração de um conjunto de atividades visando à preservação e uso da herança cultural e natural;
- 3) a Museologia como o estudo dos objetos de museu;
- 4) a Museologia como estudo da musealidade e,
- 5) a Museologia como o estudo da relação específica do homem com a realidade.

(21) International Council of Museum/ UNESCO

Revisitando essas idéias, constata-se que a preocupação desta disciplina está voltada para dois grandes fenômenos, conforme já foi apontado. Por um lado, a necessidade de compreender o comportamento individual e/ou coletivo do homem frente ao seu patrimônio e por outro lado, desenvolver mecanismos para que a partir desta relação o patrimônio seja transformado em herança e esta, por sua vez, contribua para a necessária construção das identidades (individuais e/ou coletiva).

Desta forma, enquanto área de estudo, a Museologia pode consolidar os museus já existentes e propiciar a criação de novos modelos. Em ambos os casos a noção de preservação é básica e o desdobramento dessa caminhada conceitual depende da compreensão do que é preservação (Quadro 1).

É possível enfatizar, lembrando Waldisa Guarnieri (1990, p. 10), que musealização pressupõe ou implica em preservar e enquanto ação museológica ela aproxima objetos e homens, revitalizando o fato cultural, ... “a preservação proporciona a construção de uma memória que permite o reconhecimento de características próprias, ou seja, a identificação. E a identidade cultural é algo extremamente ligado à auto-definição, à soberania, ao fortalecimento de uma consciência histórica.”

Compreende-se, então, que a Museologia fundamenta-se na idéia de preservação e que esta, por sua vez, tem a potencialidade de desencadear processos orientados para a construção da identidade. Constata-se que, os museus (e/ou processos museais), assumindo primordialmente a função preservacionista, podem desempenhar um papel relevante nas sociedades, sejam eles museus tradicionais ou novos processos museológicos.

As definições sobre preservação são muitas e datadas, mas estão sempre relacionadas à sobrevivência dos grupos humanos.

Quer seja pela identidade cultural do grupo, ou pela integridade dos seres vivos, quando se reflete sobre preservação está-se analisando outras idéias como os atos de selecionar, guardar, manter, ou mesmo repetir e transmitir.



(Quadro 1)

As reflexões anteriormente mencionadas estão sempre subordinadas ao universo patrimonial. Considerando que patrimônio é o conjunto dos bens identificados pelo homem, a partir de suas relações com o meio-ambiente e com outros homens, e a própria interpretação que ele faz dessas relações, observa-se, em um primeiro momento, que este universo é infinito. Em seguida, é fácil constatar que os museus têm preservado uma pálida imagem (por meio de algumas coleções) do que realmente seria a nossa herança patrimonial.

Reside aí, então, o primeiro grande problema sobre a função preservacionista dos museus e, por consequência, também, uma questão para a organização mental do pensamento museológico, ou seja: a necessidade de amarrar com laços mais sólidos as relações entre o universo patrimonial e aquele que hoje é partilhado como herança cultural, e que será legado para o futuro.

Neste sentido, conceitualmente, a Museologia tem avançado nas últimas décadas. Basta citar as considerações sobre Patrimônio Comunitário²² e Patrimônio Integral²³ que têm apontado para as responsabilidades extra-muros dos museus, ou ainda a noção de Referência Patrimonial²⁴ assumindo o lugar das exauridas Coleções e, desta forma, possibilitando um futuro objetivo para a preservação da cultura material e espécimes da natureza.

Entretanto, é perceptível o desajuste entre esses avanços conceituais e a carência de métodos e técnicas capazes de orientar essas novas perspectivas. Assim, identifica-se o segundo

(22) Entende-se por Patrimônio Comunitário o conjunto de bens partilhado por um grupo de pessoas em um espaço delimitado e ao longo do tempo, cuja preservação é importante para a identidade cultural do grupo.

(23) Entende-se por Patrimônio Integral o conjunto de bens que deve ser preservado para a identidade e integridade dos seres vivos.

(24) Referência Patrimonial: elemento extraído do universo patrimonial, significativo em relação a um conjunto maior, e que sua preservação pode representar o universo referido.

problema relacionado ao tema: a urgência de estabelecer novos parâmetros para a formação profissional e reciclagem daqueles que já estão à frente dos processos museológicos.

Uma das possibilidades para a formação está em aceitar que a Museologia está ligada à “administração da memória” (MENESES, 1991) e, neste sentido, deve-se reconhecer que este gerenciamento pressupõe um novo trabalho cultural e educacional, que atribui ao patrimônio novos usos e novas significações. Portanto, os museus estabelecidos tradicionalmente a partir de coleções, devem contar com profissionais aptos ao desempenho dessas tarefas, ou seja: compreender que o objeto é um suporte de informações e por isso ele deve ser preservado ao lado de outros meios de informação.

Assim sendo, as atividades básicas vinculadas à coleta, conservação, documentação, armazenamento, exposição, ação sócio-cultural e avaliação devem estar relacionadas a dois grandes blocos, a saber: salvaguarda e comunicação dos indicadores da memória. O desempenho desses dois blocos está vinculado a problemas éticos sobre o uso da herança patrimonial, às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais - mesmo os museus sendo universais e, sobretudo, à compreensão da vocação educacional de todas as tarefas museais. Trata-se, portanto, da imposição e estabelecimento de critérios de gerenciamento da informação contida no universo de intervenção museal.

Julga-se que, dessa forma, “novos profissionais” poderiam aproximar os museus tradicionais dos novos modelos, pois a oposição nesse caso não é saudável nem para os museus nem para os profissionais. É fundamental, então, compreender que tanto as coleções sectárias e elitistas, quanto as vertentes do patrimônio integral são indicadores da memória e, de acordo com a linha de

trabalho, podem servir para a “construção” e “releitura” sobre o passado e mesmo “ajustar” e “dinamizar” o presente. No caso específico da aplicação dos princípios museológicos ao universo científico arqueológico, essas duas linhas são fundamentais.

Assim sendo, a formação mais adequada para esses novos desafios indica que este profissional tem que estar apto para prolongar a vida dos objetos, mas também para propiciar a releitura das idéias do presente, dando novas interpretações aos acontecimentos do passado. E isso é preservação (LUCENA, 1991), isto é: instrumento para a organização mental dos princípios da Museologia e sua construção disciplinar.

A identificação e a delimitação da área de abrangência do pensamento e práticas museológicos, submetidos à problemática preservacionista, indicam a necessidade da convivência mental com as questões ligadas aos sinais, imagens e símbolos, ou seja: o reconhecimento, o tratamento e a extroversão dos sentidos e significados dos indicadores da memória. Adentra-se, portanto, nos campos da documentalidade e testemunhalidade dos segmentos patrimoniais que são alvo de musealização.

É importante reiterar que a, já clássica, definição de **Fato Museal**, elaborada por Waldisa Rússio Camargo Guarnieri (1990, p. 7) deve ser abordada neste momento. Segundo a autora... “é a relação profunda entre o Homem, sujeito que conhece, e o Objeto, parte da Realidade à qual o Homem também pertence e sobre a qual tem o poder de agir, relação esta que se processa num cenário institucionalizado, o museu”.

Reconhece-se, entretanto, que a intervenção museológica corresponde a um contexto bem delimitado do universo patrimonial: aquele de onde emergem os objetos e os artefatos. Para tanto, a noção de preservação, como base estruturadora do

pensamento museológico, é permeada pelos problemas ligados às “coisas” feitas ou transformadas pelo homem. E... “Objeto é tudo o que existe fora do Homem, aqui considerado um ser inacabado, um processo. Este ser inacabado, este processo condicionado pelo seu meio, capaz de criar, percebe o objeto existente fora de si; não só percebe, como lhe dá função, e lhe altera a forma ou a natureza, cria artefatos” (GUARNIERI, 1990, op. cit., p. 8). Como já foi apresentado, esta atitude humana tem sua sequência nos processos que levam às sociedades às ações de preservação. Neste sentido, cabe destacar que os objetos retêm as informações referentes aos sistemas sócio-culturais onde estão inseridos.

A Museologia se interessa, portanto, em administrar e conservar esta informação (e em organizar novas maneiras de informação), por meio da elaboração de discursos expositivos e estratégias pedagógicas.

Assim, fica evidente que as estruturas mentais que consolidam esta disciplina interagem com as idéias e conceitos preservacionistas de forma muito singular. Os processos de salvaguarda e comunicação, que são inerentes à musealização, particularizam o enfoque preservacionista da Museologia, dando-lhe caráter e dinâmica próprios.

Segundo Shanks e Tilley (1987), musealização é a elaboração de um sistema estético para criar significados. Esta definição verticaliza outro aspecto da disciplina museológica: este universo epistemológico é norteado pela noção de preservação, é organizado pelas características inerentes ao gerenciamento e administração da memória, mas trata, especificamente, da consolidação de um fenômeno de comunicação. Este, por sua vez, diz respeito à elaboração de experimentos e a sua construção teórica tem uma dependência efetiva da experimentação prática. Desta forma,

surge outra característica da Museologia: a sua identidade de disciplina aplicada que tem a potencialidade, também, de criar valores e significados.

Os processos de musealização, vistos como o eixo central da construção desta área de conhecimento, por um lado, contribuem para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos musealizados. Por outro lado, constroem novos valores e significados para estes objetos, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural. Neste momento, transparece não só a cumplicidade da Museologia com as áreas de conhecimento ligadas ao estudo dos bens patrimoniais, mas, sobretudo, a sua inerente submissão a questões ideológicas. Emerge, também, outro aspecto relevante a sua edificação disciplinar: junto aos postulados gerais e universais (Museologia Geral) impõe-se, com muita clareza, os problemas de ordem especial e particular (texto e contexto museológicos).

Vale ainda destacar outra característica dos processos de musealização que diz respeito a sua própria engrenagem. Como lembrou Guarnieri (1990, p. 8)... “Quando musealizamos objetos e artefatos (aqui incluídos os caminhos, as casas e as cidades, entre outros, e a paisagem com a qual o Homem se relaciona) com as preocupações de documentalidade e de fidelidade, procuramos passar informações à comunidade, ora, a informação pressupõe, **conhecimento** (emoção/razão), **registro** (sensação, imagem, idéia) e **memória** (sistematização de idéias e imagens e estabelecimento de ligações). É a partir dessa memória musealizada e recuperada que se encontra o registro e, daí, o conhecimento suscetível de informar a ação.”

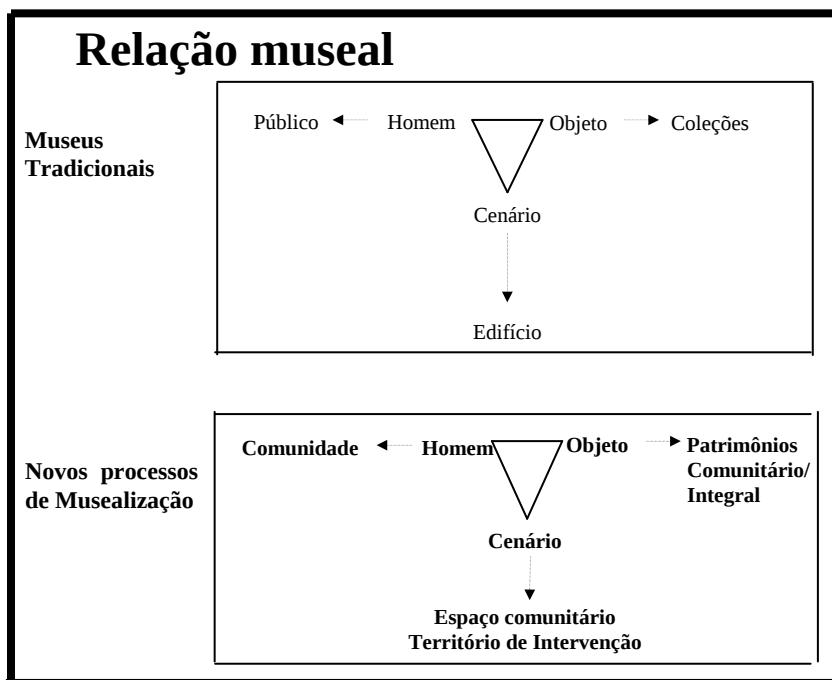
Esta citação expõe, com bastante pertinência, a vulnerabilidade da delimitação científica do território museológico em relação às pressões ideológicas. Cabe frisar que nas perspectivas de estudos museológicos apontadas anteriormente por Peter Van Mensch nota-se duas grandes linhas de abordagens. Por um lado, as definições pragmático-institucionais cobrem todo o universo mental e, por outro, as preocupações prendem-se à compreensão das relações entre o homem e o objeto. Esta dicotomia de linhas de pensamento também demonstra que a Museologia vem sendo estruturada a partir de distintos sistemas de idéias.

Uma terceira ordem de problemas que tem aflorado nos últimos anos, a partir do fortalecimento das discussões ecológicas, registra que tratar os problemas vinculados à preservação significa respeitar o conceito da biodiversidade. Nesse caso, é impossível não perceber a incapacidade dos museus tradicionais em tratar esse novo conceito, uma vez que as instituições museológicas passaram este século preocupadas em determinar suas especialidades, em desmembrar suas coleções e em contribuir para a organização de uma tipologia de museus, constituída por tipos estanques.

Deve-se ressaltar, também, que o universo profissional vinculado aos museus valorizou, e muito, a cultura material, tornando a instituição museológica antropocêntrica. Portanto, não devem ser negligenciadas as dificuldades que os museus estão enfrentando em compatibilizar seus atuais perfis em relação ao seu caráter preservacionista.

Partindo-se da noção de preservação, tendo como foco de análise um fenômeno de comunicação que tem a possibilidade de construir e reconstruir as relações entre a sociedade e sua herança patrimonial, a Museologia vem organizando seu campo teórico, particularizando-o entre aqueles que orientam as disciplinas aplicadas,

e testando-o por meio de inúmeras experimentações que ocorrem no âmbito dos museus tradicionais ou no âmago dos novos processos museais (Quadro 2).



(Quadro 2)

Desta forma, e lentamente, esta área vem organizando a hierarquia de suas estruturas mentais, superando paradigmas e colocando-se frente a novos desafios. Assim, têm surgido questões

inerentes aos limites e reciprocidades desta área com outras áreas científicas, como também movimentos de intelectuais que apontam para uma Nova Museologia.²⁵

Considera-se que os fenômenos museais tradicionais correspondem aos museus estruturados institucionalmente, que atuam a partir de coleções constituídas e exercem sua função social por intermédio da sua produção científica e de suas formas de intervenção comunicacional e educacional. Já os novos processos que procuram interagir extra-muros voltam-se para as perspectivas do trabalho comunitário. Como afirma Maure (1994, p. 85)... “Ces ‘nouvelles realisations’ ont - quelles que soient les différences - trois éléments principaux en commun; elles accordent toutes une importance primordiale à: l’identité locale, la perspective écologique, et la participation de la population. C’est dans l’interaction entre ces trois éléments, dans un cadre museal, que réside la nouveauté et l’importance du mouvement”.

Trata-se de um alargamento considerável dos horizontes epistemológicos, dentro do mesmo universo de preocupações, impondo desta forma metodologias adequadas.

Em recente reunião de profissionais realizada em Petrópolis (maio, 1995), no âmbito do I Encontro Nacional do ICOM-Brasil (International Council of Museums) foi elaborado um documento, no qual tive ativa participação, com as reflexões e propostas brasileiras, para ser apresentado na Conferência Geral do ICOM, em Stavanger, Noruega (julho, 1995).

O grupo que discutiu as questões teóricas apresentou as seguintes conclusões:

(25) Movimento definido durante a realização do “Ateliê Internacional Ecomuseus/Nova Museologia”, em Quebec-Canadá (outubro de 1984)

“Grupo de Interesse sobre *Museologia* (ICOFOM)

As discussões do grupo tiveram como perspectiva a reflexão sobre aspectos teórico-metodológicos da Museologia (de acordo com os objetivos do ICOFOM), considerando inclusive as questões referentes à formação profissional nesta área. Como resultado dessas discussões o grupo propõe:

- 1) o reconhecimento da Museologia como disciplina aplicada, com a potencialidade de mediar as necessárias relações entre preservação e desenvolvimento; neste sentido a ação da Museologia caracteriza-se, singularmente, por sua capacidade de transformar o **Patrimônio** em **Herança**. Define-se **Patrimônio** como conjunto de bens fruto das relações do Homem com o meio ambiente e com os demais homens, assim como as interpretações dessas relações. Define-se a **Herança** como a consciência da existência desse Patrimônio, assumido enquanto conjunto de signos que permitem a identificação do indivíduo em relação a si mesmo e ao grupo a que pertence, no tempo e no espaço.

A preservação e o conhecimento do Patrimônio levam à constituição da **Herança**, como base da identidade das comunidades, e de seu desenvolvimento;

- 2) a necessidade, por parte da Museologia, de um profundo conhecimento dos segmentos da

realidade social correspondente ao seu universo de aplicação;

- 3) a implementação de processos museais que identifiquem e reconheçam as comunidades de diferentes naturezas a que se destinam, e que procurem adequar as estratégias de ação, os procedimentos metodológicos e técnicas aplicados às peculiaridades destas diferentes comunidades. A avaliação permanente e sistemática desses processos deverá ser incorporada à musealização;
- 4) a garantia da participação das comunidades envolvidas em todas as etapas do processo museológico, considerando que a Museologia permite a transferência de seu conhecimento específico, de seus métodos e técnicas de atuação;
- 5) o reconhecimento do objeto central de estudo da museologia como um “fenômeno de comunicação”, construído a partir da articulação das múltiplas formas de relação entre o homem e o objeto em um cenário;
- 6) o respeito ao tempo inerente à construção dos fenômenos museais, determinado pelas singularidades das variáveis envolvidas nestes processos;
- 7) o reconhecimento de que as múltiplas possibilidades de aplicação de processos museológicos são meramente diferenças

metodológicas, que só vêm a enriquecer a unidade da teoria museológica.

Propõe-se assim uma nova ação museológica, capaz de alterar a visão tradicional de museu, num país como o Brasil, no qual a identidade reside exatamente na diversidade cultural, considerando-se que o “corpus” teórico de uma disciplina modifica-se na sua relação dialética com a realidade.

Formação de Pessoal:

- Considerando estes pressupostos, propõe-se que, no Brasil, a formação de pessoal na área da Museologia busque a preparação de profissionais críticos e capazes de atuar como mediadores na relação Preservação e Desenvolvimento, conscientes de que esta ação de mediação contribui para a construção dos valores sociais e para a estruturação da herança cultural.
- Neste sentido, a formação dos profissionais de museus deverá incluir conhecimento e treinamento em três níveis:
 - 1) a estrutura teórica, metodológica e técnica da Museologia;
 - 2) o perfil patrimonial da realidade brasileira em sua diversidade, semelhanças e contrastes;
 - 3) os recursos técnicos e os fundamentos teóricos da Comunicação, e de sua nova tecnologia.

Este tipo de formação visa capacitar a esses profissionais para uma ação social voltada para a educação integral; é indispensável assim

reformular-se a estrutura curricular dos cursos de Museologia, promovendo a interdisciplinariedade e a interação entre as diferentes áreas. É igualmente importante que a Museologia faça parte de outras áreas acadêmicas, responsáveis pela formação de profissionais que venham a atuar em museus.”

Entretanto, ainda são tímidas as suas inserções no mundo acadêmico. Faltam, em especial, uma profusão maior de periódicos especializados, cursos de formação e encontros científicos.

Apesar das considerações elencadas, é possível apresentar um quadro referencial desta disciplina (Quadro 3), afirmar que seu eixo está apoiado na compreensão, realização e análise dos processos de musealização (Quadro 4), e, no caso específico deste trabalho, que a Museologia compõe com a Arqueologia um cenário multidisciplinar, com o objetivo de contribuir para a solução de uma problemática percebida na dinâmica socio-cultural brasileira.

Constata-se, então, que a Museologia tem a potencialidade de conduzir para novos caminhos as questões referentes ao abandono da memória arqueológica.

Quadro Referencial da Disciplina Museológica (A)

Museologia geral:

- 1) Teoria Museológica:** conjunto de princípios que se articulam a partir da análise e das experimentações ou do estudo do fato museal e a respectiva sistematização - dessas reflexões - (categorias universais).
- 2) História dos Museus:** estudos voltados para a inserção desse modelo institucional nas suas respectivas sociedades, enfatizando a análise sobre mudanças de forma e conteúdo e identificando a origem e desenvolvimento de novos processos de musealização.
- 3) Administração de Museus:** experimentações estruturais e regimentais visando ao exercício profissional interdisciplinar e a aproximação com os órgãos mantenedores e com a sociedade em geral (gestão orientada e auto-gestão)

Museologia Especial:

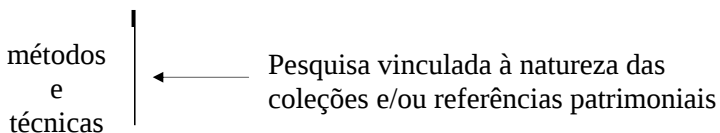
Os estudos acima elencados devem ser orientados a partir da identificação das características do fato museal, a saber:

- 1) Texto museológico:** relacionado ao tipo de museu ou processo museológico (natureza do acervo ou perfil das referências patrimoniais)
- 2) Contexto Museológico:** referente à sociedade onde o processo museológico está fixado ou o museu localizado.

(Quadro 3-A)

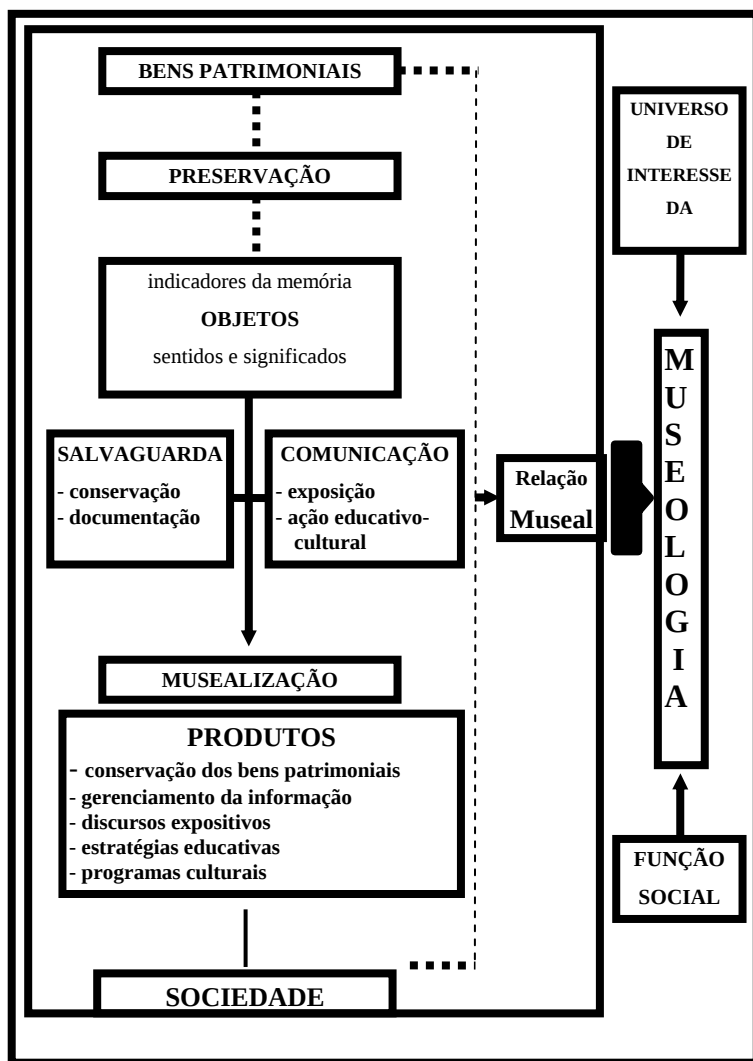
Quadro Referencial da Disciplina Museológica (B)

Museologia Aplicada



- 1) **Planejamento Institucional e/ou Elaboração do Programa para o estabelecimento do Processo de Musealização** (estrutura, cronograma, financiamento, etc)
- 2) **Formas de Aquisição das coleções ou da Apropriação das Referências Patrimoniais**
- 3) **Salvaguarda do Acervo e/ou Referências Patrimoniais**
 - conservação: intervenção/restauro/uso
 - documentação: inventário/banco de dados/gerenciamento da informação
 - armazenamento: temporário e/ou definitivo/Reserva Técnica
- 4) **Comunicação**
 - exposição: longa duração/temporárias/sistemas
 - serviço educativo: projetos pedagógicos sistemáticos
 - ação sócio-educativo-cultural: educação permanente
- 5) **Avaliação**
 - sobre os conteúdos
 - sobre o comportamento do público e/ou comunidade
 - sobre o processo museológico

(Quadro 3-B)



(Quadro 4)

SEGUNDO CAPÍTULO

PROJETO PARANAPANEMA: UMA AMOSTRA PARA A FORMULAÇÃO DE MODELOS DE MUSEALIZAÇÃO

2.1. O PERFIL PATRIMONIAL DO PROJETO

PARANAPANEMA: A CONTRIBUIÇÃO MUSEOLÓGICA PARA O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO.

A escavação arqueológica do Sítio Fonseca, situado no município de Itapeva, São Paulo, realizada por Luciana Pallestrini, em 1968, deu início ao Projeto Paranapanema.

Esses trabalhos evidenciaram as marcas pré-coloniais de uma aldeia de horticultores ceramistas, deixadas há mil anos, entre muitas evidências arqueológicas encontradas na área próxima ao referido vestígio.

Pallestrini e Moraes (1995, p. 4) relatam que ... “A metodologia de campo se baseou nas escavações de superfícies amplas, com o máximo de limpeza do solo para a evidenciação precisa das estruturas e de seus testemunhos inseridos. O concomitante quadriculamento do sítio foi executado pela adoção de coordenadas orientadas no sentido N-S e L-O, com 10 metros de lado. Subquadriculamentos internos, de metro em metro, foram realizados para aplicação da técnica de decapagens por níveis naturais, proporcionando a necessária interrelação dos vestígios. O método e as técnicas seguiram a linha de ação do Prof. André Leroi-Gourhan do College de France, adaptada aos sítios brasileiros por L. Pallestrini.”

A então jovem arqueóloga, após ter deixado o Instituto de Pré-História, no início da década dos anos sessenta, estruturou a área de Arqueologia no Museu Paulista, e, a partir desta

instituição, deflagrou o processo de pesquisa que conduziu a Bacia do Rio Paranapanema ao centro de interesse arqueológico do país.

Apoiada na mesma metodologia, Pallestrini deu seqüência às escavações na região e, com isso, formou várias gerações de profissionais.

A aldeia pré-colonial evidenciada no Sítio Fonseca era constituída de oito estruturas habitacionais, dispostas em semi-círculo, além das cinco urnas com restos humanos, que foram encontradas no interior do espaço delimitado pela aldeia. ... “Fonseca possibilitou a aquisição da experiência necessária para as escavações posteriores. Além disso, forneceu amostras de excelente qualidade para que se consolidasse na USP um programa de datações pelo método termoluminiscente (TL), pela equipe do Prof. Shiguelo Watanabe” (PALLESTRINI, MORAIS, 1995, op. cit., p. 4). E, mais do que isso, estes trabalhos arqueológicos começaram a desvendar o interior do Estado e, desta forma, alargaram o foco de interesse sobre a ocupação humana, no passado deste território. Cabe frisar que, até então, neste Estado, o grande interesse estava concentrado nas ocorrências arqueológicas litorâneas. Para tanto, vários sítios (sambaquis) já tinham sido evidenciados, algumas reuniões científicas abordaram a problemática referente aos construtores de sambaquis, e várias publicações, cursos, exposições tratavam, exclusivamente, deste tema arqueológico.²⁶

Seguindo a mesma conduta metodológica o Projeto Paranapanema teve continuidade com as abordagens dos sítios Barreiro dos Italianos e Jango Luiz, na região de Angatuba, então distrito de Campina do Monte Alegre. Assim, o interesse do projeto deslocou-se para as proximidades do município de Piraju e com as

(26) Esta referência diz respeito à linha de atuação de Paulo Duarte à frente do Instituto de Pré-História-USP.

novas evidenciações de uma planta de aldeia, no Sítio Alves, em 1969, foi possível dar início às análises comparativas.

Neste sentido, como pode ser visto na figura 1, ...
 “Uma linha comum foi observada: a disposição do conjunto de casas em determinada posição no espaço e os sepultamentos sempre externos à habitação” (PALLESTRINI, MORAIS, 1995, op. cit., p.5).

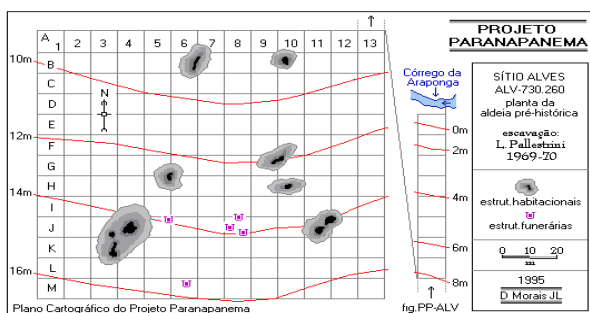


FIG 1

É importante frisar que ao longo da década dos anos setenta, este projeto expandiu-se, sobretudo, no trecho médio da Bacia do Paranapanema, dando ao Museu Paulista, não só uma identidade de instituição museológica de Arqueologia, mas o domínio sobre as questões arqueológicas deste Estado.

Desta forma, começaram a estruturar-se as bases da dimensão patrimonial do Projeto Paranapanema. Apoiadas, neste momento, em uma linha metodológica de influência européia, preocupada com a evidenciação de grandes extensões intra-sítio, com a compreensão da localização dos vestígios e a relação entre eles. Este

viés arqueo-etnográfico, que, ao longo do tempo, produziu monografias sobre cada um destes sítios arqueológicos, possibilitou também a comparação entre eles, moldando a identidade deste projeto.

As mesmas idéias e mentalidades que nortearam as intenções e as intervenções arqueológicas até aquele momento, impulsionaram, também, os trabalhos sistemáticos no Sítio Almeida, no município de Tejuapá. Definindo, desta forma, um período de interesse concentrado nas proximidades do município de Piraju, que mostrou-se bastante rico em ocorrências arqueológicas.

Este sítio, à semelhança dos outros, reunia os vestígios lito-cerâmicos, de ocupações sobrepostas. A camada mais recente evidenciou vestígios de ceramistas e abaixo, as outras demonstraram artefatos líticos de caçadores-coletores.

Após o Sítio Almeida, o interesse voltou-se para o Sítio Camargo que, em 1976, estava sendo destruído, pois era explorado como porto de areia. As cinco campanhas de escavações, ao longo de oito anos, neste sítio localizado na confluência do Rio Paranapanema com o Ribeirão das Araras, a 4 km de Piraju, evidenciaram, ao lado da cerâmica, artefatos líticos confeccionados com aprimorada técnica. As escavações arqueológicas retificaram os barrancos resultantes da exploração de areia e os transformaram em perfis estratigráficos para evidênciação dos níveis líticos de ocupação.

Em sua tese “A utilização dos Afloramentos Litológicos pelo Homem Pré-Histórico Brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima”, José Luiz de Moraes explicita que ... “O Sítio Camargo, além de constituir mais uma etapa do desenvolvimento do Projeto Paranapanema, apresenta novos e diferentes aspectos dentro da pesquisa, devido as suas características peculiares, paulatinamente observadas no decorrer das sucessivas missões de escavações:

- A existência de níveis líticos puros em profundidade, denotando a ocorrência de ocupações pré-históricas sucessivas em local favorável;

- A evidênciação de uma indústria lítica de elaboração requintada, com artefatos confeccionados por artesãos de grande habilidade, exímios conhecedores da técnica de lascar pedra;

- A apresentação de estruturas de lascamento com testemunhos evidentes da seqüência evolutiva da confecção de implementos; tais testemunhos correspondem às múltiplas tentativas de manipulação da matéria-prima pelo artesão pré-histórico, no sentido de obter um utensílio desejado;

- Nas estruturas de lascamento, a comprovação da seqüência de gestos técnicos que elevaram o artesão pré-histórico a obter implementos desejados; essa comprovação pôde, inclusive, demonstrar a existência de diferenças individuais face ao ato de lascar pedra: gestos análogos praticados por homens diferentes produzem artefatos de um mesmo tipo geral, mas com nuances peculiares decorrentes da personalidade de quem os manufaturou;

- O fato dos fenômenos geológicos ligados à gênese da matéria-prima utilizada terem sido observados claramente “in loco” no Camargo; a ocorrência desses afloramentos litológicos aptos ao lascamento foi fator de vital importância para a manutenção da ocupação pré-histórica por, praticamente, quatro milênios;

- a peculiaridade do Sítio Camargo apresentar a datação absoluta de ocupação pré-histórica mais recuada, até agora verificada no âmbito do Projeto Paranapanema (4650 ± 170 anos A.P.)” (MORAIS, 1983 p. 26 e 27).

Ao lado dos Sítios Fonseca, Jango Luiz, Alves, Almeida e Camargo, como também, de prospecções nas áreas circundantes, as escavações no Sítio Brito vieram para somar mais

dados e reiterar seu enfoque temático e monográfico. Os trabalhos neste sítio, localizado no município de Sarutaiá, tiveram início em 1981 e evidenciaram sucessivas ocupações, à semelhança das pesquisas anteriores. Entretanto, as datações recuaram até 7.000 anos.

Essas pesquisas e as respectivas datações apontaram para a seguinte cronologia (Quadro 1), abaixo apresentada:

Nome dos Sítios	Datações
Sítio Fonseca	1.076 anos ap
Sítio Jango Luiz	1.210 anos ap
Sítio Alves	1.020 anos ap
Sítio Almeida	460 anos ap
	1.500 anos ap
	2.400 anos ap
	3.600 anos ap
Sítio Camargo	1.030 ± 85 ap
	2.060 ± 230 ap
	4.650 ± 170 ap
Sítio Brito	3.930 ± 60 ap
	4.260 ± 60 ap
	5.080 ± 60 ap
	7.020 ± 70 ap

(Quadro 1)

É importante destacar que um dos frutos mais significativos desses procedimentos arqueológicos pode ser identificado na criação do **Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mario Neme**, em Piraju. Desta forma, a equipe sinalizou para mais um aspecto constitutivo do perfil patrimonial do

Projeto Paranapanema: a sua vocação para parcerias institucionais no interior do Estado.

Nesse mesmo momento em que a coordenação afinava as suas relações com a população, sobretudo de Piraju, também consolidava a “face arqueológica” do Museu Paulista.

Após esta primeira fase, a partir de 1987, o Projeto Paranapanema mudou de coordenação e acrescentou, à experiência anterior, um olhar mais agudo para a problemática da dispersão territorial dos vestígios de caçadores e horticultores.

Assim, a partir dessa data, sob a gestão de José Luiz de Moraes, este projeto constituiu equipes locais, cobrindo os extremos territoriais da Bacia do Rio Paranapanema e organizou-se como um **Programa Regional de Arqueologia da Bacia do Rio Paranapanema**. Assim, novos convênios foram assinados, como por exemplo, entre a Universidade de São Paulo-USP e a Universidade Estadual Paulista-UNESP, que consolidou uma equipe sediada na cidade de Presidente Prudente, que vem assumindo os levantamentos, prospecções e escavações arqueológicas. Da mesma forma, outro convênio entre a USP e a CESP-Centrais Elétricas de São Paulo, garantiu a presença de pesquisas arqueológicas nos grandes empreendimentos hidrelétricos no Paranapanema e seus afluentes, como nas hidrelétricas de Taquaruçú, Canoas I, Canoas II e Ourinhos.

“Com proposta de atuação em um território de aproximadamente 47.000 km², o projeto organizou-se regionalmente a partir da adoção de um quadro em que se distinguem unidades do tipo região, meso-região e micro-região. A menor unidade de referência é, todavia, a micro-bacia hidrográfica, parcela preferencial para o estabelecimento dos estágios de reconhecimento de área, levantamento, prospecção e escavação sistemática. De fato, a menor unidade de ação é a bacia hidrográfica. As unidades maiores são

constituídas pelo agrupamento de micro-bacias. A norma essencial que dita a forma de agrupamento gira em torno de fatores ambientais, principalmente os geológicos e os geomorfológicos, grandes balizadores da oferta de matérias-primas para a produção de artefatos líticos e cerâmicos: a justificativa está na marcante associação entre o patrimônio ambiental e o patrimônio cultural nos tempos pré-históricos” (PALLESTRINI, MORAIS, 1995, p. 11).

Para tanto, as estratégias metodológicas também foram acrescidas de outros processos de trabalho de inspiração norte-americana que privilegiaram quatro procedimentos básicos para uma abordagem regional: raciocínio indutivo e dedutivo durante toda a pesquisa, retroalimentação, entre os diferentes momentos de trabalho, organização de amostragem probabilística e formulação de técnicas analíticas relacionadas às hipóteses e ao material estudado.

Este “modelo” Redman, que havia sido sugerido por Neves (1994) para o conhecimento arqueológico do território paulista e possível troca de informações entre as diferentes equipes, passou a nortear a metodologia das pesquisas empreendidas pelas diversas equipes, ao longo do Paranapanema.

O inevitável envolvimento com os projetos das referidas hidrelétricas possibilitou a abertura de diversas frentes de pesquisa, para as quais foram estabelecidos sub-programas de salvamento, que tiveram os princípios de: consolidar as equipes locais e produzir trabalhos acadêmicos apoiados nos respectivos resultados. Estes processos de pesquisa foram orientados a partir de procedimentos comuns, como:

- reconhecimento da área a partir de fontes documentais.
- levantamentos com coletas testemunhais.

- propecção para aquisição de amostras sistemáticas e neste sentido identificar o elenco de sítios e aqueles que devem ser escavados.
- escavação de acordo com a metodologia já apresentada.

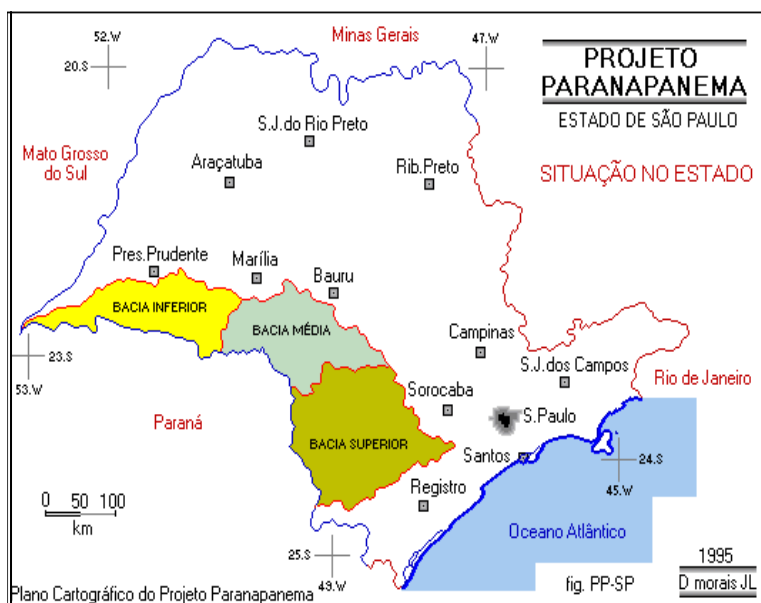
O desenvolvimento desses sub-programas, além de um reconhecimento abrangente da área, gerou oportunidade de trabalhos em mais três sítios que merecem destaque.

Em um primeiro momento, o Sítio Alvim (1983), localizado no município de Pirapozinho, indicou grande densidade de vestígios lito-cerâmicos e muitas estruturas de combustão, além de evidências da ocupação indígena do período colonial, reconhecida pela presença de telhas confeccionadas no século XVII. O Sítio Narandiba, por sua vez, distinguiu-se do panorama arqueológico até então delineado para a região do Paranapanema. Este sítio, que foi estudado por Ruth Kunzli, situa-se no município homônimo e, provavelmente, testemunha a existência de um local cerimonial, com gravuras sobre piso basáltico. Foi encontrada, também, uma série de evidências de estruturas de lascamento e de combustão.

Ao lado dos dois sítios já mencionados alinha-se, com a mesma importância, o Sítio Taquaruçu, com registros arqueológicos oriundos da ocupação indígena do século XVII. Os testemunhos da presença humana neste local e neste período correspondem a estruturas de combustão, líticos lascados, objetos em metal e, especialmente, telhas com logomarca da Companhia de Jesus.

Outros tantos sub-programas têm sido implementados, como também a utilização de procedimentos de pesquisa viáveis para a nova conjuntura do projeto, como, por exemplo, a fotointerpretação para o reconhecimento de área a ser investigada. O Projeto Paranapanema chegou aos anos noventa com

sua personalidade bem definida, a partir dos aspectos que foram abordados. Da mesma forma, as estratégias da coordenação dotaram este Programa de uma estrutura organizacional poucas vezes vista neste país. Assim, hoje, este programa é compreendido a partir da configuração de três bacias (superior, média e inferior), conforme figura 2, com equipes cobrindo toda a área e atuando a partir de procedimentos comuns, apoiadas por um plano cartográfico bastante sofisticado e uma nomenclatura já definida.



O quadro 2, a seguir, indica algumas características desta organização:

Bacia Superior: 21.263 km ²		
- meso-região	- Jurumirim	- 4.559 km ²
	- Itapetininga	- 2.620 km ²
	- Alto Paranapanema	- 3.289 km ²
	- Apiai	- 2.909 km ²
	- Taquari	- 4.517 km ²
	- Itararé	- 3.369 km ²
Bacia média: 14.423 km ²		
- meso-região	- Pardo Turvo	- 7.000 km ²
	- Médio Paranapanema de Piraju	- 1.775 km ²
	- Médio Paranapanema de Ourinhos	- 3.687 km ²
	- Canoas	- 1.961 km ²
Bacia inferior: 11.789 km ²		
- meso-região	- Capivara	- 6.373 km ²
	- Taquaruçu	- 3.366 km ²
	- Rosana	- 2.050 km ²

(Quadro 2)

Em sequência à estruturação do plano organizacional deste Programa Regional, José Luiz de Moraes dotou-o de mais um elemento: o SIG-Arqueologia-Sistema de Informações Geográficas para a Arqueologia. Trata-se da tentativa de utilizar os recursos

oferecidos pela informática para normatizar, agilizar e preservar as informações produzidas pela pesquisa arqueológica.

É importante frisar que, este novo elemento que veio trazer maior agilidade, indicou também as preocupações preservacionistas que há um certo tempo circundavam as decisões desta intervenção arqueológica no interior do Estado de São Paulo.

Dentro destes princípios relacionados à pesquisa, divulgação e preservação, despontaram as questões museológicas, pois desde o início o Projeto Paranapanema esteve vinculado a museus. Gerou a constituição de coleções de artefatos e reuniu vestígios de naturezas diversas, que, por sua vez, acabaram por se integrar aos acervos institucionais.

Assim, a problematização da hipótese deste trabalho encontrou o parceiro ideal ao confrontar-se com o perfil patrimonial do Programa Regional de Pesquisas Arqueológicas da Bacia do Rio Paranapanema, ou seja: trata-se de um longo e ininterrupto processo de investigação arqueológica, vinculado estreitamente à instituição museu e, ao mesmo tempo, apresenta uma história patrimonial com momentos bem delineados.

Neste sentido, esta realidade arqueológica foi considerada, desde o início, viável para o estudo de caso pretendido.

É importante frisar que, ao longo do processo deste trabalho, foi possível verificar valores muito particulares que a história do Projeto Paranapanema soube construir, como, por exemplo:

- a consolidação de reorientações metodológicas a partir do surgimento de novos desafios, sem desconsiderar as posturas iniciais.
- a implantação de um plano organizacional que privilegia a descentralização dos projetos e, ao

mesmo tempo, impõe um moderno e sistemático plano de gerenciamento da informação.

- a convivência harmoniosa, mas não ingênua, com as perspectivas descortinadas pela Arqueologia de Contrato.
- a preocupação com a inserção acadêmica dos problemas oriundos da expansão das pesquisas arqueológicas.
- a sensibilidade para perceber a abrangência dos problemas patrimoniais, a partir de um enfoque regional.

Assim, a elaboração dos modelos de musealização partiu de bases sólidas, pôde contar com documentação organizada e, o que tem sido mais importante, apoiou-se em um projeto arqueológico que tem passado, conta com um presente bem definido e que já está se preparando para um futuro (Quadro 3).

A apresentação do histórico das pesquisas nesta parte do trabalho, em hipótese alguma, pretende propiciar uma releitura ou uma análise sobre os procedimentos e decisões até aqui deflagrados por aqueles que têm conduzido os destinos dessa intervenção arqueológica na região sudoeste do Estado de São Paulo. Ao contrário, esse breve histórico teve a intenção de apresentar alguns personagens e cenários, algumas ações e metodologias que têm constituído o perfil do Projeto Paranapanema.

Desta forma, cabe frisar que a inserção das propostas de **modelos de musealização** no plano organizacional deste Programa Regional de Arqueologia, considera a parceria com a implantação do “SIG-Arqueologia” (Quadro 4). Enquanto este organiza, preserva e facilita o acesso às informações constituídas ao longo das pesquisas, como identificações e análises de sítios, planos cartográficos, fichas

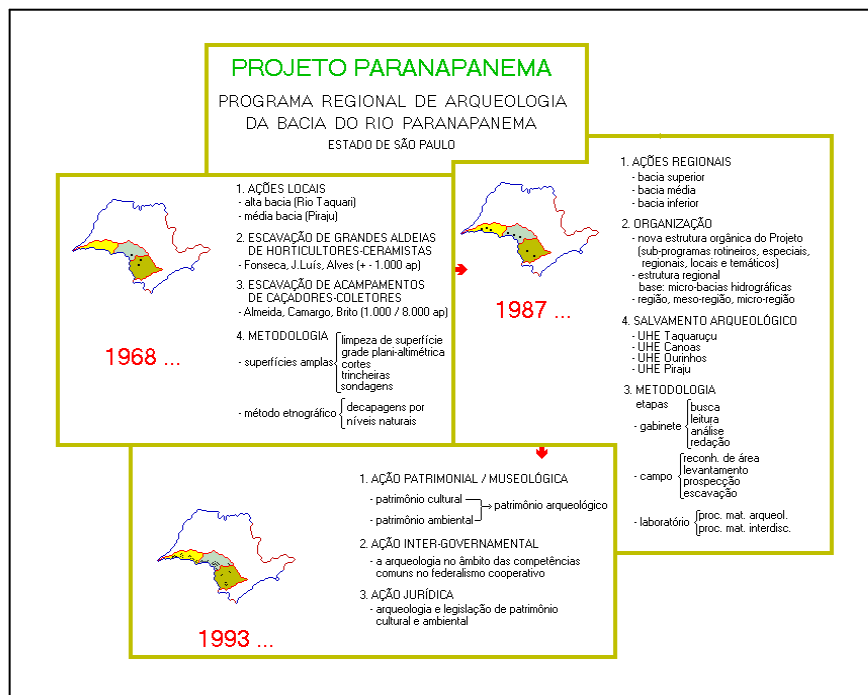
de trabalho, entre outros, os modelos de musealização, por sua vez, pretendem dar conta do gerenciamento e comunicação das informações contidas nos objetos arqueológicos que integram as coleções museológicas.

Para tanto, as três propostas apresentadas neste trabalho, com níveis de detalhamento bem distintos, têm o objetivo de interagir com os problemas básicos relacionados aos bens patrimoniais móveis gerados pelo Projeto Paranapanema, ou seja: a sua inserção em um museu com as características do Museu de Arqueologia e Etnologia, a otimização das experiências museológicas do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mario Neme e as perspectivas para convivência museológica com os vestígios abandonados nos museus do interior do Estado.

É evidente que o perfil patrimonial do Paranapanema permite outras abordagens museológicas, tanto derivadas das propostas aqui apresentadas, quanto originadas de outros processos²⁷, sem que isso caracterize, absolutamente, um potencial conflito, mas se constitua em um profícuo diálogo entre as diferentes e necessárias opções.

O mais importante será sempre a apropriação museológica dos bens móveis gerados pela intervenção arqueológica.

(27) Cabe menção à proposta de criação de um museu de Arqueologia em Presidente Prudente apresentada pelos Profs. Ruth Kunzli e José Martins Soares da UNESP.



(Quadro 3)

PROJETO PARANAPANEMA

Programa Regional de Arqueologia da Bacia do Rio Paranapanema

Pesquisa Arqueológica
Gerenciamento Patrimonial

MUSEU

Museu Paulista
Museu de Arqueologia e Etnologia

Luciana Pallestrini (1968-1987)

- arqueologia-etnográfica
- superfícies amplas
- aldeias de horticultores
- acampamentos de caçadores

José Luiz de Moraes (1987-até o presente)

- ação regional/plano organizacional
- diversificação teórico-metodológica
- salvamento arqueológico
- gerenciamento arqueológico

INFORMAÇÃO / CONHECIMENTO

SIG - Sistema de Informações
Geográficas

- utilização de recurso da informática
- gerenciamento do andamento das pesquisas
- acesso à informação

MCM - Modelos de Comunicação
Museológica

- tratamento e gerenciamento da cultura material
- extroversão do conhecimento
- educação patrimonial

PRESERVAÇÃO

2.2. A ELABORAÇÃO DE MODELOS DE MUSEALIZAÇÃO: A CONTRIBUIÇÃO DA MUSEOLOGIA PARA O GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO.

A partir do que foi exposto anteriormente, o Projeto Paranapanema oferece uma plataforma científico-institucional estimulante para a formulação de **modelos de musealização**, pois o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas tem sido permeado por questões museológico-preservacionistas.

Os modelos propostos a seguir foram formulados com os objetivos explícitos de apresentar alternativas museológicas para o gerenciamento e extroversão da informação, relacionados aos processos de preservação patrimonial.

Considera-se que as três proposições vinculam-se aos problemas básicos que giram em torno do referido projeto arqueológico. Entretanto, é possível identificar a multiplicação das propostas e a aplicação de alguns modelos em outras regiões do projeto.

O Modelo 1 - “Os Impasses dos Museus Tradicionais - Programa de Comunicação Museológica do MAE/USP” - dissecas as questões históricas e museológicas que estão na base da estruturação desta instituição e que direcionam a assimilação interna das pesquisas do Projeto Paranapanema, como também interagem com as perspectivas de tratamento e comunicação do conhecimento reunido e produzido no âmbito deste projeto.

Este modelo pode propiciar uma outra leitura, sob o ponto de vista da referida estratégia do abandono, pois os museus tradicionais como o MAE/USP - apesar de suas trajetórias particulares - têm um perfil comum e impasses semelhantes. As questões estruturais que já foram apresentadas, ligadas ao “poder”, ao

“sacralizado”, ao “enciclopédico”, ao “acúmulo de objetos”, se cruzam com os problemas conjunturais que, neste caso, estão implícitos à fusão de quatro instituições/acervos/memórias e à geração de um novo museu.

Já o **Modelo 2 - “A Integração das Referências Patrimoniais - Museu da Cidade de Piraju”** - parte da perspectiva de que o isolamento das fontes arqueológicas, em processos museológicos estanques, tem colaborado para a incompreensão das características culturais dos povos que nos precederam.

Da mesma forma, este modelo pode ser analisado a partir da relevância que os novos procedimentos museológicos têm legado ao tratamento das questões patrimoniais.

A escolha da cidade de Piraju, prende-se a sua própria relevância no âmbito do Projeto Parapanama, mas é importante destacar que este modelo pode ser aplicado em outras cidades, ao longo da área coberta pelas pesquisas.

O **Modelo 3 - “O Resgate dos Vestígios Abandonados - Museus de Interior”** - foi proposto com o objetivo de abordar um outro lado da problemática referente à musealização da Arqueologia. Trata-se da realidade arqueológica existente nestas instituições, mas destituída de qualquer envolvimento científico com as pesquisas em desenvolvimento no Estado de São Paulo.

Enquanto modelos de musealização, prendem-se a definições conceituais e estabelecimentos de critérios metodológicos. Estão apresentados, separadamente, a partir das características que lhes são peculiares.

Na ausência de uma política museológica universitária, estadual ou federal, preocupada com a musealização da Arqueologia, o Programa Regional de Arqueologia da Bacia do Rio

Paranapanema representa a linha de união entre os três modelos propostos.

MODELO 1

“PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA DO MAE/USP”

- os impasses dos museus tradicionais -

“O que estou querendo dizer, em outras palavras, é que neste país não temos projetos efetivos, significativos, que possam se traduzir de uma maneira mais produtiva em mensagens organizadas, em informação sistematizada, capazes de permitir o aperfeiçoamento da sociedade. Toda essa problemática do abandono dos museus, dos arquivos, dos institutos de pesquisa não é trivial, nem tampouco é à toa. Essa situação marginal; em que se encontram todos esses órgãos, instituições e iniciativas não é um acidente, não é uma coincidência. Está associada a uma visão de mundo que não os considera importantes e isso é o mínimo que se pode dizer. Em alguns casos, é pior; em alguns casos é porque são inúteis ou perigosos, logo, alguma coisa que se deve deixar minguar!”

Gilberto Velho (1991)

**Desenvolvimento da Proposta
(quadro referencial)**

Introdução: justificativas para o modelo.

1ª Parte: Contexto Institucional: a trajetória do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP.

1.1.) Conceito Museológico: A inserção das pesquisas arqueológicas do Projeto Paranapanema no âmbito do Programa de Comunicação do MAE/USP.

2ª Parte: Metodologia de Trabalho: a pesquisa museológica.

2.1.) Programa de Comunicação Museológica

2.2.) Projeto Banco de Dados

2.3.) Projeto Sistema de Exposições

Obs.: a descrição do modelo é apresentada a seguir

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVAS PARA O MODELO

As instituições museológicas tradicionais têm dispendido grandes esforços no sentido de capacitarem-se para o confronto com o público contemporâneo, habituado à eficiência da tecnologia, à pressão da comunicação ligada à propaganda e à crescente diversidade de formas de aprendizagem. Neste mesmo século, em que tantas transformações aceleraram o intercâmbio de informações, constata-se que os museus vêm assumindo múltiplas faces.

Esta mutação, embora lenta e desigual, se traduz nas mudanças de conteúdo e forma dessas instituições.

Cabe destacar, como já foi apontado, que há um certo constrangimento em pensar e realizar instituições que perpetuam objetos, enquanto o nosso cotidiano é permeado pela onipotência dos objetos descartáveis.

A bibliografia desta área indica que essa busca constante do equilíbrio entre continuidades e rupturas procura responder às responsabilidades de um modelo de instituição que vem conjugando atividades preservacionistas, de produção de conhecimento, de comunicação e de educação, entre outras.

Como já foi apresentado neste trabalho, há séculos os museus vêm reunindo um vasto e diversificado acervo patrimonial. Ao mesmo tempo, vêm acumulando idiossincrasias referentes às múltiplas maneiras de entender o perfil da produção de conhecimento baseada nesses acervos; à particularidade dos processos de comunicação e educação por meio dos objetos; e às dificuldades inerentes ao necessário processo de mudanças estruturais.

Nos dias de hoje, os museus devem ser democráticos, interna e externamente, gozar de autonomia, serem auto rentáveis,

precisam desenvolver seus trabalhos preservacionistas por meio de olhares mais abrangentes e diversificados e devem ter suas portas bem abertas para que, ao lado da elite intelectual e econômica, entrem, também, outros setores socialmente marginalizados.

De acordo com as propostas inseridas na “Declaração de Caracas” (1992) ²⁸ ... “O Museu da América Latina deve responder aos desafios que lhe impõe hoje o meio social no qual está inserido, a comunidade a que pertence e o público com que se comunica. Para enfrentá-lo é necessário:

- 1- Desenvolver sua qualidade como espaço de relação entre os indivíduos e seu patrimônio, onde se propicia o reconhecimento coletivo e se estimula a consciência crítica.
- 2- Abrir caminhos de relação entre o museu e os dirigentes políticos para sua compreensão e compromisso com a ação do museu.
- 3- Desenvolver a especificidade da linguagem museológica como mensagem aberta, democrática e participativa.
- 4- Refletir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria.

(28) documento celebrado em Caracas, Venezuela, no âmbito no Seminário “A Missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios”, promovido pela UNESCO.

- 5- Revisar o conceito tradicional de patrimônio museal a partir de uma nova perspectiva, onde o entorno seja o ponto de partida e de referência obrigatória.
6. Adotar o inventário como instrumento básico para a gestão do patrimônio.
7. Lutar pela valorização social do funcionário de museu em termos de reconhecimento, estabilidade e remuneração;
- 8- Priorizar na instituição museológica a formação profissional integral do funcionário de museu.
9. Estabelecer mecanismos de administração e capacitação de recursos como base para uma gerência eficaz”.

Essas são as demandas mais ou menos visíveis, que norteiam o universo museológico.

Ao lado de outras áreas de conhecimento, a Museologia vem se esforçando para contribuir com as necessárias transformações e/ou rupturas dos processos museológicos. Atuando, como a epistemologia do fenômeno museal, esta disciplina tem proposto diversos caminhos metodológicos para os museus tradicionais e tem procurado separar as questões conjunturais daquelas essenciais.

Fala-se e escreve-se muito sobre a importância dos aportes econômicos e políticos para o sucesso e eficiência dos museus. Estes são significativos, mas não o cerne da questão.

Ao contrário, a essência reside em entender que na contemporaneidade estes museus ainda têm um espaço próprio na dinâmica sócio-cultural, nos diferentes países onde se desenvolvem, desde que se organizem e atuem a partir de uma concepção processual.

Apesar das distintas trajetórias históricas, das peculiaridades do acervo e correspondente pesquisa, e mesmo dos diferentes perfis do público, estas instituições devem ter sempre muito clara a obrigatoriedade do estabelecimento de processos em três níveis, a saber:

- a) *planejamento institucional*: análise e revisão constantes da sua estrutura, das suas linhas de pesquisa, da sua política de acervo e da abrangência de suas responsabilidades preservacionistas, científicas, educativas e sociais.
- b) *gerenciamento da informação*: estabelecimento de sistemas que tenham a potencialidade de organizar, controlar e viabilizar a transmissão do conhecimento produzido por meio do estudo das coleções, a partir da história institucional e proveniente da implementação dos diferentes projetos.
- c) *comunicação museológica*: implantação de sistemas expositivos, pedagógicos e de ação cultural, inerentes à extroversão sistemática do conhecimento produzido, e gerenciado pela instituição museal.

É evidente que a natureza da área de conhecimento básico do museu (ou áreas), vinculada à especificidade de suas

coleções e linhas de pesquisa, é um dado fundamental na concepção e no desenvolvimento dos processos acima elencados.

Neste sentido, o modelo ora apresentado indica a problemática e a perspectiva que envolvem a inserção do acervo e do respectivo conhecimento produzido, em uma instituição com as características do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, a partir das pesquisas vinculadas ao Projeto Paranapanema.

Diferentemente dos outros modelos indicados a seguir, onde essas pesquisas arqueológicas representam um fator determinante para a implantação do processo de musealização, este primeiro modelo aponta para os problemas museológicos, vistos no âmbito de uma complexa instituição tradicional.

Pretende-se, desta forma, ressaltar que, embora a Arqueologia já tenha se apropriado dos caminhos apontados pela Nova Museologia para sua maior inserção social, não é possível desconsiderar que, em grande parte, o conhecimento arqueológico está ainda circunscrito a instituições museológicas semelhantes ao MAE/USP.

Assim, este modelo de musealização apresenta parâmetros metodológicos que interagem com os impasses dos museus tradicionais, procurando propiciar as bases para um trabalho museológico processual.

1ª PARTE: CONTEXTO INSTITUCIONAL: A TRAJETÓRIA DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

A constituição do novo Museu de Arqueologia e Etnologia na Universidade de São Paulo, em 1989, deu-se a partir da fusão dos setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista, do Instituto de Pré-História e do Acervo Plínio Ayrosa do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do antigo Museu de Arqueologia e Etnologia. Esta fusão foi recomendada por uma comissão constituída em 1986 pelo então Reitor Prof. Dr. José Goldemberg, através da portaria nº 2073, e coordenada pelo Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

Esta comissão²⁹ desenvolveu seus trabalhos, tendo apresentado um relatório final, onde justificou a necessidade da fusão acima referida, em função da semelhança das atuações técnico-científicas das instituições envolvidas e da perspectiva de crescimento profissional para todos os docentes e técnicos vinculados aos antigos grupos.

Este relatório final indica como vantagens desta fusão as seguintes propostas.³⁰

“4- PROPOSTAS:

- 4.1. - Reordenação de acervos, programas, recursos e redefinição dos organismos em causa.

(29) Membros da comissão: Profs. Drs. Caio del Rio Garcia, Eunice Ribeiro Durhan, Haiganuch Sarian, Thekla Hartmann, Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses e Boris Fausto.

(30) Propostas apresentadas no citado relatório

À vista do quadro exposto, impõe-se uma profunda reorganização de acervos, programas, recursos e objetivos das instituições analisadas. Os problemas apontados seriam resolvidos inicialmente, pela formação e desenvolvimento de dois novos museus, um de caráter antropológico (arqueológico e etnológico) e outro, de caráter histórico. Não se trata, pois, de criar mais museus ou extinguir qualquer deles, mas de ordenar a situação caótica vigente, para constituir dois museus coerentes e orgânicos.

4.2. - O Museu Antropológico:

Não haveria viabilidade de, hoje em dia, propor um Museu antropológico geral (tipo Musée de l'Homme, de Paris, ou Museum of Mankind, de Londres), nem teria muito sentido. Todavia, é plena-mente possível mobilizar o que existe na USP para criação de um grande museu antropológico, cujo horizonte último seria a formação cultural brasileira, no contexto da América Latina, envolvendo, portanto, as contribuições trazidas pelo Velho Mundo, pela América pré-colonial e pela África negra.

A condição preliminar seria a integração dos acervos hoje esparsos, com a consequente integração do pessoal, recursos e programas conexos.

A fundamentação de tal integração é a seguinte:

4.2.1. - A situação vigente de duplicação caracteriza desrespeito a preceito da lei federal, que é expres-samente reproduzido nos Estatutos da USP (parágrafo único do artigo 6º, conforme a Lei Federal 5540, de 28 de novembro de 1968, artº. 11, “c”).

4.2.2. - É de toda conveniência adminis-trativa e econômico-finan-ceira agrupar recursos dispersos para a consecução dos mesmos objetivos ou afins. Ressaltem-se, a este respeito, os benefícios que advi-riam para as condições de pes-quisa, conservação de acervos, exposições, publicações, etc...

4.2.3. - **Last, but not least**, as razões acadêmicas são determinantes:

- a. o enriquecimento, melhor sistematização e racionalidade de coleções hoje atomizadas;
- b. exploração, em todos os níveis (científico, cultural, educacional), das vantagens da complementaridade de certas coleções (p. ex., Arqueologia e Etnologia de populações das mesmas áreas do território brasileiro; ou o tratamento de problemas comuns em contextos diversificados: ancestralidade africana e mediterrânea, significações da imagem abstrata na África e América pré-colonial, etc);
- c. formação de massa crítica.
- d. articulação, sem prejuízo das especificidades operatórias particulares, das diversas sub-áreas da Arqueologia, que desde a década de 60 vêm buscando, em âmbito internacional, os benefícios da aproximação teórico-conceitual e metodológica,

independente-mente da
variação de cortes
cronológicos, geográficos,
cul-turais e técnicos. (Veja-
se, p. ex., a importância
integradora das abordagens
ecológicas com-parativas
nos contextos da
arqueologia clássica e pré-
colombiana)”.

É possível constatar que essas propostas estão embasadas nos principais dilemas dos museus contemporâneos, ou seja: rearticulação de acervos, organização programática a partir da definição de um conceito básico para a instituição, formação de massa crítica, aproximações teórico-metodológicas, entre outros.

Este relatório apresenta, também, um diagnóstico - embora pálido - das quatro instituições, no que diz respeito às quantificações e características das coleções arqueológicas e etnográficas, das áreas de pesquisa e dos respectivos especialistas e, sobretudo, registra um balanço das atividades científicas, editoriais, docentes e museológicas.

Este documento trata de forma muito atualizada, a conceituação de museu universitário e introduz uma inédita definição de processo curatorial:³¹, como pode ser apreciado a seguir:

“1.1. - Museus são organismos cuja natureza
e atividades peculiares se caracterizam
pela referência obrigatória e

(31) conceitos apresentados no citado relatório

permanente a acervos de coisas materiais, no desenvolvimento das responsabilidades da curadoria.

1.2. - **Curadoria** é o ciclo completo de atividades relativas ao acervo, compreendendo a execução e/ou orientação científica das seguintes tarefas:

- a. formação e desenvolvimento de coleções (segundo racional pré-definida dentro de uma política de acervo);
- b. conservação física das coleções, o que implica soluções pertinentes de armazenamento e eventuais medidas de manutenção e restauração;
- c. estudo científico e documentação;
- d. comunicação e informação, que deve abranger da forma mais aberta possível, todos os tipos de acesso, apresentação e circulação do patrimônio constituído e dos conhecimentos produzidos, para fins científicos, de formação profissional ou de carácter educacional genérico e cultural (exposições permanentes e temporárias, publicações,

reproduções, experiências pedagógicas, etc).

1.3. - Se o que dá especificidade ao museu é o acervo, o que dá especificidade ao acervo é a problemática científica (objetos de conhecimento) que ele permite desenvolver. O acervo, assim, tem que ter sistemática, coerência e abrangência (representatividade mínima dos problemas propostos). Nessas condições, não tem mais sentido pensar em museus enciclopédicos (modelo já agudamente contestado no final do séc. XIX) e sim em museus especializados. Museus mistos ou um único museu universitário seriam tão anacrônicos quanto a reinvenção da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tal como surgiu na década de 30.

1.4. - **Um museu universitário** não é apenas um museu **na** Universidade. Ele deve ser organismo que, sem perder sua personalidade própria, preenche por intermédio das atividades da curadoria, as responsabilidades gerais de pesquisa, ensino e prestação de serviços à comunidade -- objetivos primordiais

da Universidade. Estas funções são complementares, mas de mesmo nível e relevância, que as preenchidas em outras esferas universitárias (como os departamentos vinculados ao mesmo domínio do conhecimento) e não de **status** inferior. Além disso, os museus detêm um patrimônio cultural que, pela multiplicidade de fruições e leituras que permite (extravasando de muito os quadros formais da produção de conhecimento científico), constitui instrumento extraordinário de integração não só da Universidade, internamente, mas desta com a sociedade à qual deve servir. A plena exploração desse potencial cultural, portanto, é uma atividade da mais alta expressão social.”

A citada definição coloca a noção processual para a implementação de um museu universitário e, da mesma forma, vincula este processo às responsabilidades universitárias de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade.

É preciso sublinhar que a evolução da instituição museológica tem registrado, ao longo do tempo, a parceria com outras estruturas institucionais, tais como prefeituras, secretarias estaduais, ministérios, fundações públicas e privadas, entre outras. Entretanto, a vinculação com universidades representa possibilidade efetiva de reciprocidade, na medida em que o museu significa para elas a

possibilidade de concretizar a produção de conhecimento, o ensino e a prestação de serviços a partir dos objetos, coleções e acervos. A prestação de serviços à comunidade (via extroversão museológica) indica para os museus e para as universidades a cumplicidade entre instituições que devem servir à sociedade. Neste sentido, este documento acrescenta dados relevantes ao conceito de museu universitário.

Mesmo assim, a Universidade de São Paulo não tem dispensado muita atenção aos seus museus. Com exceção das instituições científico-culturais que surgiram na USP na década de sessenta ³², outro momento singular está vinculado ao surgimento do novo Museu de Arqueologia e Etnologia³³ e à elaboração dos regimentos e aprovação destas unidades museológicas em 1997.

Para tanto, a Reitoria nomeou uma outra comissão para implantação desta nova instituição e também indicou a possibilidade da construção de um novo e adequado edifício, além de ter agilizado as questões burocráticas relacionadas ao surgimento de uma nova unidade acadêmica.

Nesses anos que separam o momento da fusão da redação deste trabalho, é possível verificar que muitas decisões não foram cumpridas. Lamentavelmente, neste mesmo período, a Universidade de São Paulo atravessou profundas mudanças trazidas pelo novo estatuto, além de crises determinadas pela substituição de dois reitores. Estas questões prejudicaram a agilidade das decisões que uma unidade universitária, em formação, então necessitava. Em especial, deve ser registrado o prejuízo institucional causado pelo abandono irresponsável do projeto arquitetônico de construção de um edifício para abrigar o novo museu.

(32) Museu Paulista, Museu de Zoologia, Museu de Arte e Arqueologia, Instituto de Pré-História, Museu de Arte Contemporânea, Instituto de Estudos Brasileiros.

Entretanto, a fusão mostrou-se como oportunidade única de repensar um processo institucional do início e delinear seu caminho por meio da participação dos seus integrantes.

A segunda comissão³⁴, designada pela Reitoria para implantar a nova instituição, preocupou-se, inicialmente, com três fatores básicos para um museu, a saber: a **estrutura** (organograma e regimento), o **espaço** (edifício - áreas para todas as atividades curatoriais) e o **acervo** (da pesquisa básica à comunicação).

Os descaminhos causados por resistências internas e alterações na gestão universitária influenciaram para que a **estrutura**, após diversas versões, resultasse em um acordo que continua sendo alterado. O **edifício**, após o descarte do projeto elaborado, se resumisse em um espaço adaptado e marginal no Campus Universitário. Finalmente, o **acervo** (e com ele todo seu potencial de pesquisa), não despertasse reavaliações e nem mesmo propostas de articulação.

Esse contexto, agravado por problemas relacionados ao incompleto quadro profissional e à recorrente falta de recursos financeiros, tem amparado a edificação do novo MAE, muito mais baseada em **resistências** do que em **inovações**. É importante salientar que a história dos museus registra poucos processos congêneres.

Por um lado, rearticular museus, com certeza, não tem sido uma constante. Por outro lado, os processos de implantação e transformação de estruturas museológicas, conhecidos por meio da bibliografia, indicam a necessidade de **tempos longos**, como foi o caso da transformação do Musée d'Ethnographie du Trocadero em

(33) Resolução do Reitor nº 3560 de 11-8-89.

(34) A Comissão de Implantação foi constituída pelos seguintes membros: Profs. Drs. José Jobson de Andrade Arruda, Haiganuch Sarian, Thekla Hartmann, Lux Vidal, Dominique Gallois, Kabengele Munanga, pela Profa. Cristina Bruno e pelo conservador Augusto Froelich.

Musée de l'Homme (Paris, França) que durou de 1928 a 1937; ou mesmo do British Museum (Londres, Inglaterra) que ... “Ouvert au public em 1759, le British Museum voit donc son organigramme changer seulement à partir de 1860, après un siècle d'existence tranquille. On est frappé par la lenteur de ces changements. Aussi faut-il souligner qu'ils ne faisaient qu'adopter l'organisation du musée à son contenu modifié par l'entrée de nouvelles collections qu'on exposait en général bien avant la creation des départements correspondants” (POMIAN, 1988, p. 64). Assim, em 1860 o único departamento de antiguidades é dividido em três (antiguidades greco-romanas; moedas e medalhas e antiguidades orientais); em 1866 é criado o departamento de antiguidades britânicas e medievais e em 1921 as coleções de cerâmica e as etnográficas estruturam novos setores, que são novamente transformados em 1931, e muitas outras alterações acompanham a evolução desse museu até os dias de hoje.

O mesmo pode ser dito sobre o Musée du Louvre que, desde a sua criação em 1793 até a instauração do Projeto “Grand Louvre”, na última década, tem sido alvo de incontáveis transformações.

A organização do Museu da Fundação Calouste Gulbenkian (Lisboa, Portugal), na década de setenta, e do Musée Canadien des Civilisations (Quebec, Canadá) na década de oitenta, não levou menos de dez anos.

Estes são apenas alguns exemplos extraídos de um universo infinitamente maior e mais complexo. Entretanto, sinalizam para um aspecto básico: pensar e realizar processos museológicos corresponde à compreensão e manejo das articulações possíveis dos sentidos e significados, em três níveis:

- em relação à significância mutante das referências patrimoniais das coleções e acervos reunidos nos museus;
- em relação à significância que o público imprime às instituições museológicas e que vem se alterando rapidamente nas últimas décadas e
- em relação à significância particular e/ou coletiva que os profissionais vislumbram para a sua inserção no universo de trabalho museológico.

Em muitos países nos tempos atuais, essas transformações institucionais estão vinculadas a orientações maiores, que dizem respeito a políticas científicas e culturais. Não é o caso do Brasil e muito menos da Universidade de São Paulo.

Ainda não temos uma política planejada que possa orientar os museus universitários, na superação de seus problemas e na busca de sua particular contribuição social. Neste âmbito, é preciso destacar duas iniciativas: a primeira, está ligada à existência por dois anos (1987-1989) de um “Grupo de Trabalho sobre Museus” que atuou junto ao Instituto de Estudos Avançados da USP; e a segunda, corresponde ao Fórum Permanente de Museus Universitários que existe desde 1992.

O GT-Museus/USP reuniu semanalmente profissionais dos museus desta universidade, que discutiram problemas vinculados à carreira docente, ao regimento dos museus, à natureza e especificidade do trabalho museológico e que também organizaram eventos comuns. Já o Fórum é uma iniciativa que surgiu como resultado do I Encontro de Museus Universitários, realizado em Goiânia em 1992, e que ainda está procurando definir seu perfil e estabelecer uma plataforma de atuação.

A partir dessas considerações é possível ponderar que a “fusão” que deu origem ao novo MAE/USP ficou entregue à própria sorte e depende, quase que exclusivamente, da iniciativa dos profissionais que o integram.

A idéia da unificação dessas instituições, a bem da verdade, não é recente. Desde o final da década de sessenta travou-se um debate, no âmbito da universidade, sobre esse tema.

Pedro Paulo Funari (1994, p. 153) aborda esta questão ao publicar “Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: documentos inéditos”. Em um documento de 1977, intitulado “Pela Dignidade Universitária”, Duarte traça a sua versão sobre a então embrionária idéia de unificação do Instituto de Pré-História e Museu de Arqueologia e Etnologia, a partir da narração das atividades do então diretor do MAE/USP, em função da descaracterização universitária do IPH/USP. O autor explicita que ...

“Em 1972, o professor Ulpiano, respondendo, sempre em caráter provisório, pelo expediente do Instituto de Pré-História, apresentou ao Conselho Universitário, um projeto pelo qual seria transferido para o seu Museu de Etnologia e Arqueologia, “as atribuições conferidas ao Instituto de Pré-História, que ficará extinto”... Aí ficava claro que todos os passos anteriores do professor Bezerra visavam um único fim: enriquecer e ampliar o seu museu com o patrimônio inteiro de um laboratório de pesquisas, muito mais antigo do que o seu museu, patrimônio riquíssimo, com as suas instalações, as suas verbas, os seus aparelhos, até um pequeno mas rico museu voltado para os cursos ali dados, desde muitos

anos, a sua biblioteca especializada com muitas obras raras, as suas coleções, vultuoso material científico, sem contar numerosas publicações de pesquisas, que haviam acreditado o Instituto de Pré-História internacionalmente... Só depois que o Conselho Universitário aprovava, em primeira discussão, esse esdrúxulo projeto que desmoralizaria a própria Universidade, foi esta alertada, tendo dois dos membros do Conselho, já em caminho da discussão final, requerido vista do processo: o professor José Goldemberg, diretor do Instituto de Física e o professor Paulo Artigas, da Faculdade de Odontologia, hoje já aposentado, os quais apresentaram pareceres contra a grave equívoco a que estava sendo conduzido o Conselho Universitário”...

Além da curiosidade de encontrar o nome do Prof. Goldemberg, que depois promoverá a fusão, entre aqueles que impediram a unificação em 1972, as palavras impertinentes de Paulo Duarte, revelam que esse tema apresenta, desde sempre, distintas concepções.

Também as idéias e concepções do mencionado Prof. Meneses podem ser analisadas em correspondência³⁵ encontrada no Centre de Documentation de l'ICOM - Paris/França, reproduzida a seguir.

(35) A carta reproduzida a seguir pertence ao arquivo do referido centro e corresponde à documentação sobre o Brasil, alvo de pesquisa ocorrida em julho de 1991.

Sr. Gp.
Ar. 6



**MUSEU DE ARTE E ARQUEOLOGIA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

São Paulo, 16 20 janvier 1970

M. Hugues de Varine-Bohan
Directeur de l'ICOM
Palais de l'UNESCO
Paris - France

Cher Hugues,

Ça fait longtemps que je vous dois une lettre. Pourtant celle-ci ne concernera qu'un choix de nouvelles pour vous mettre au courant de nos problèmes les plus urgents et des projets immédiats.

La loi de la réforme de l'Université de São Paulo a été signée par le Gouverneur de l'État il y a quelques jours. Les musées ont finalement reçu un peu d'attention pour la première fois dans l'histoire de l'Université; il y a même tout un chapitre (deux articles assez longs) sur eux! Ils viennent juste après les "unités universitaires" (les facultés) et jouissent d'une autonomie satisfaisante, bien que la nomination du directeur, dont le mandat est de 4 ans, et des 3 membres du Conseil d'Administration soit de la compétence exclusive du Recteur, qui peut choisir même des non-spécialistes.

Voici donc les 4 musées déjà prévus: Musée de Zoologie (celui dont Paulo Vanzolini était le directeur et qui appartenait au Département de l'Agriculture de l'État), Musée Paulista (historique), Musée d'Art Contemporain et Musée d'Archéologie et Ethnologie, que j'avais proposé. L'existence de celui-ci est donc assurée. Seulement la loi ne dit pas quels sont les secteurs qui doivent s'intégrer par le composer, car ceci revient au Règlement Général, dont le projet est actuellement en cours de discussion. Il serait si simple de rassembler tous les secteurs qui appartiennent au même domaine (Musée d'art et d'archéologie, Musée ethnographique "Plínio Ayrosa", département d'anthropologie du Musée Paulista, Institut de Préhistoire) n'était-ce l'intervention de problèmes d'ordre personnel tout à fait injustifiables.

M. Euripedes Simões de Paula, Professeur d'Histoire ancienne et médiévale et ancien "Directeur" du Musée d'art et d'archéologie (1964-68) a pris aussi la direction intérimaire de l'Institut de Préhistoire lors de la mise en retraite forcée du directeur titulaire, l'année dernière. Cet institut, parfaitement inutile, s'occupe exclusivement d'archéologie brésilienne, doublant ainsi les fonctions du département d'Anthropologie du Musée Paulista. M. Simões de Paula, qui est un collectionneur de commissions, ne veut pas lâcher son dernier jouet: il a ainsi proposé la transformation de l'Institut en "Centre d'études préhistoriques", sans aucun rapport avec le Musée anthropologique. Je lui ai montré diplomatiquement l'absurdité de son plan et les dommages qu'il portait au Musée déjà créé par la loi. Rien qu'incapable de se fonder sur quoi que ce soit, il tient toujours à son idée. J'ai donc cherché le Recteur et plusieurs membres du Conseil de l'Université. Ayant trouvé l'occasion favorable, je leur ai exposé les buts de ce Musée d'Archéologie et d'Ethnologie en soulignant quelques idées que vous m'aviez suggérées en 1968: ce musée ne pourrait envisager en profondeur les problèmes anthropologiques de l'homme brésilien (son rôle premier) qu'en tenant compte de trois lignes de mire: l'héritage méditerranéen, l'héritage américain, l'héritage africain; d'où l'avantage de rassembler toute l'activité ayant trait à l'archéologie — qu'elle soit grecque, brésilienne ou péruvienne — et à l'ethnographie. Je leur ai dit, aussi, qu'un tel projet pourrait obtenir de l'ICOM un soutien officiel, pour que des demandes de sub-

CIDADE UNIVERSITÁRIA - CAIXA POSTAL 509 - SÃO PAULO



VNIVERSIDADE DE SÃO PAVLO

ventions soient adressées à des fondations internationales, telles Quilbenkian, Ford, Fullbright etc., en vue de la construction d'un bâtiment spécial sur le terrain qui nous a été réservé au campus. Je crois que ces arguments ont fait impression sur eux. Néanmoins, le jeu des forces à l'Université n'est pas toujours celui de la logique. Si vous n'y voyez pas d'inconvénient, je pense qu'une lettre de vous au Recteur (Prof. Dr. Miguel Reale, Magnifico Reitor da Universidade de São Paulo, Caixa Postal 8181 - S. Paulo) à propos de l'appui mentionné ci-dessus et de l'intérêt à rassembler tous les 4 secteurs, serait bien utile à la cause du nouveau Musée.

L'exposition d'art nègre que nous avons organisée en collaboration avec l'IFAN-Dakar (vous avez dû recevoir le catalogue) nous a coûté un grand effort et une somme qui dépassait largement les possibilités budgétaires du Musée, mais elle commence déjà à porter des fruits. En plus de la bonne réceptivité du public en général il faudrait signaler la visite du Recteur et de quelques "autorités universitaires", qui ont eu l'occasion d'entrevoir le rôle que pourrait jouer un secteur permanent d'art africain. Le Musée a été invité à faire présenter cette exposition à Brasília, au Congrès National, lors des commémorations du dixième anniversaire de la ville. D'autre part, la Société des amis du Musée (qui existe depuis le mois d'août) doit m'accorder US\$500,00 pour l'achat de pièces ethnographiques brésiliennes, en vue des échanges avec Dakar. C'est M. Bodiel Thiam, que vous connaissez peut-être et qui est venu du Sénégal pour aider au montage de l'exposition, qui doit s'occuper de cette affaire à son retour.

Le séjour de Mlle. Oddon parmi nous a été court mais utile. Elle serait disposée à revenir encore cette année (vers le mois de septembre?), de même que Singleton ou quelqu'un de son choix, pour quelque chose de plus long et plus articulé. Je vous parlerai plus tard de ces projets.

Zemini vous aura parlé du I Ve Colloque de l'Association des Musées d'Art du Brésil lors de son voyage à Paris, je suppose. Ci-joint vous trouverez un essai de traduction de notre "Charte de Principes". J'ai rédigé ce texte en pensant à des problèmes bien concrets et typiquement brésiliens, d'où la couleur locale de certaines affirmations. Le texte a été approuvé à Florianópolis, ensuite revu, l'an dernier, à Belo Horizonte. On tâchera de l'améliorer cette année à Curitiba, quand on discutera sur le musée d'art et le public.

J'ai expédié le n° V de Pédalo (où il y a votre rapport de mission en Amérique Latine) à plusieurs pays latino-américains et à Bairro Oleiro. Le n° VI, sous presse, aura la traduction de quelques documents du Congrès de Cologne et Munich. Quant aux nouvelles des musées latino-américains, j'attends toujours un mot de Vásquez. Je lui ai écrit de nouveau, avec le même résultat... (on dirait un brésilien...).

Je renouvelle mes vœux pour la nouvelle année. Que votre vie personnelle et professionnelle réponde à vos souhaits.

Bien amicalement,

Ulpiano T. Bezerra de Menezes

CIDADE VNIVERSITÁRIA-CAIXA POSTAL-8181- SÃO PAVLO
8105

Essas dissonâncias cognitivas têm sido uma constante neste longo processo que deu origem a esta nova estrutura institucional voltada à Arqueologia e Etnologia. Em 1989, docentes do antigo MAE/USP manifestaram-se contrários à proposta indicada no relatório já mencionado.

Tal manifestação causou reação do citado coordenador do relatório, e em correspondência³⁶ à Reitoria, datada de 18.05.89, reage afirmando...

“Os subscritores alegam que o MAE tem os seus objetivos definidos em torno do estudo de coleções arqueológicas e etnológicas das áreas fundamentais para o conhecimento antropológico do homem brasileiro, através de suas heranças mediterrânea e médio oriental, pré-colombiana e africana, o que está homologado por dispositivo no Regimento Interno redigido em 1985 e (não há porque esquecer) teve sua primeira formulação retórica em 1969. Ora, antes dos subscritores, foi a própria Comissão que afirmou ter o MAE apresentado propósitos definidos. O problema não está sem declaração de intenções ou enunciados regimentais, mas, como consta do relatório, na incapacidade de realizar satisfatoriamente os objetivos colocados como essenciais. Basta lembrar que, se o MAE tivesse, de fato, realizado tais objetivos, teria sido o paladino da integração das instituições congêneres, pois não é absolutamente possível dar conta, antropológicamente, desse “homem brasileiro” e

(36) Correspondência pertencente ao arquivo MAE/USP

dessas “heranças”, por intermédio de ações individuais, mantida a atual fragmentação”.

Durante os três anos que separaram a elaboração do mencionado relatório e a resolução da Reitoria, consolidando a fusão, diversos documentos semelhantes foram trocados entre os atores deste privilegiado momento para a história dos museus de Arqueologia no Brasil.

É importante salientar que a citação acima apresentada indica, também, dois aspectos interessantes a serem observados:

- a realidade museológica é infinitamente mais complexa do que pode ser registrado em documentos institucionais formais.
- a confirmação de que o conceito que foi definido para o novo MAE - a formação cultural do homem brasileiro - já pertencia à antiga instituição homônima, mas ainda não havia sido implementado totalmente.

Aliás, deve ser registrado que a autoria desse conceito pertence a Hugues de Varine Bohan, conforme documento³⁷ já apresentado neste trabalho e que vale a pena reiterar... “en soulignant quelques idées que vous m’aviez suggérées en 1968: ce musée ne pourrait envisager en profondeur les problèmes anthropologiques de l’homme brésilien (son rôle premier) qu’en tenant compte de trois lignes de mire: l’héritage méditerranéen, l’héritage américain, l’héritage africain”.

Essas visões distintas e particularizadas nas quatro diferentes unidades científicas envolvidas revelam, também, outro aspecto intrigante da área museológica, ou seja: os museus

(37) Trecho da carta de Meneses para Varine Bohan de 20.01.70.

contemporâneos são genuinamente instituições interdisciplinares, pois não há outro caminho viável para a consecução das tarefas curatoriais. Entretanto, nenhuma formação acadêmica das áreas envolvidas tem dado conta desse desafio, especialmente a formação em Arqueologia, desenvolvida nos diferentes centros deste país, como já foi apontado neste trabalho.

As definições sobre instituições museológicas explicitam que estas devem ser organismos voltados “para os outros” e muitas vezes, em função da área de conhecimento, são instituições que desenvolvem seus processos técnico-científicos “sobre os outros”, mas com dificuldades de entender e promover os trabalhos coletivos.

As manifestações aqui transcritas mostram, acima de tudo, as idéias e mentalidades que têm norteado a construção da memória desta instituição.

Ao longo deste tempo, este novo museu já alterou diversas vezes a sua estrutura, o seu organograma, e vem tentando traçar um perfil próprio de pesquisa, docência e extroversão do conhecimento.

Entretanto, pouca atenção tem sido dada a duas questões básicas:

- 1) como constituir um processo museológico levando-se em consideração que ele não nasceu de decisões internas e que o seu surgimento representou, também, rupturas drásticas em quatro distintos processos anteriores.
- 2) como implantar uma dinâmica processual que contemple a consecução de todos os itens apresentados na definição de curadoria museológica universitária.

Enfrentar essas duas questões implica em desafios muito maiores do que simplesmente conceber organogramas, estabelecer planos de trabalho, ou mesmo dar continuidade a projetos de pesquisa já organizados. Trata-se de tarefa infinitamente mais complexa que diz respeito:

- a) às esferas de preservação das memórias e da manipulação das tradições;
- b) às questões inerentes à evolução que as diferentes áreas de conhecimento têm sofrido, acarretando caminhos distintos para a formação e desempenho profissionais dentro de museus.

A unificação desses acervos e equipes de trabalho trouxe à esta nova instituição heranças teórico-metodológicas muito diferentes em relação ao exercício científico da Arqueologia e Etnologia e reflexão localizada a respeito da Museologia, enquanto disciplina aplicada.

Cabe destacar que as antigas instituições tiveram suas histórias marcadas por raras confluências de interesse científico. Ao contrário, as divergências foram muito mais evidentes, apesar de atuarem no mesmo campo de pesquisa e estarem vinculadas à mesma universidade.

É importante sublinhar que nenhuma das quatro unidades trouxe, para este novo processo, um perfil definido, por exemplo, sobre política curatorial científica, ou mesmo uma experiência institucional vivenciada em edifício tecnicamente adequado a museu. A problemática que envolve a documentação e conservação das coleções também não estava solucionada.

Com isso, chamo a atenção para o fato de que, além das já mencionadas dissonâncias cognitivas em relação à idéia da

fusão, as instituições envolvidas chegaram com problemas museais básicos.

Os setores de Arqueologia e Etnologia do Museu Paulista trouxeram à fusão a sua contribuição quase centenária de museu científico - que já havia passado por inúmeras transformações e rearticulações - e as suas enormes e valiosas coleções. É importante reiterar, neste momento do trabalho, que a origem das pesquisas do Projeto Paranapanema, no final da década de 60, corresponde à fase de singular importância para a afirmação desta instituição na área arqueológica. Na opinião de Elias (1984, p. 13), “nos últimos anos intensificaram-se as atividades de pesquisa nas áreas de Arqueologia e Etnologia. O Museu Paulista, através de seus pesquisadores, vem contribuindo de modo decisivo na formação acadêmica de pesquisadores, com trabalhos que são aproveitados a nível de mestrado e doutorado... Seu acervo permanece amplo e excessivamente aberto, em face das posturas atuais sobre museus. E a variedade de áreas de estudos, que indicam o campo de interesse de suas diversas direções, se, por um lado, confere-lhe um estatuto de Instituto, com ampla gama de estudos humanísticos (Arqueologia, Etnologia, História e Geografia), por outro lado, dificulta uma melhor orientação para o seu próprio futuro”.

Com estas palavras, a autora revela, com muita precisão, o dilema que o novo MAE recebeu como herança das antigas instituições, ou seja: iludir-se com a perspectiva de ser um instituto de pesquisa e com isso prejudicar o desenvolvimento de suas atribuições museológicas.

Esta ilusão, que não é uma peculiaridade do MAE, mas como já foi assinalado neste trabalho, corresponde a um direcionamento equivocado das instituições arqueológicas deste país,

pode ser encarada como uma das distorções que, historicamente, esses museus não têm conseguido superar.

O Instituto de Pré-História trouxe para esta nova instituição a sua trajetória traumática, calcada em sucessivas rupturas dos seus processos de pesquisa³⁸, mas também legou a idéia de que o trabalho arqueológico está apoiado em três bases, a saber: preservação patrimonial, pesquisa e transmissão do conhecimento por meio do ensino e atividades museológicas. É preciso ressaltar que esta instituição soube imprimir um modelar perfil aos trabalhos de laboratório científico³⁹: tratando-os de forma sistemática e dentro dos princípios curatoriais já expressos, essa dinâmica mostrou-se eficiente, tanto para a produção de conhecimento, quanto para a extroversão.

Este Instituto, à época da fusão, já registrava também, um consolidado processo museal (Bruno, 1984) apoiado em comunicação e educação museológicas.

O então Museu de Arqueologia e Etnologia ofereceu, à nova instituição, uma sólida atuação em pesquisa referente à cultura material, estreitamente vinculada à especificidade da produção de conhecimento a partir dos museus. As atividades científicas da Profa. Dra. Haiganuch Sarian e da equipe que atuou sob sua orientação comprovam essa afirmação, no que diz respeito aos estudos da área mediterrânea e médio oriental na antiguidade.

No momento da fusão, essa instituição também desenvolvia experiências educativas apoiadas no objeto enquanto instrumentalização do conhecimento (HIRATA et alli, 1989).

(38) esta afirmação diz respeito às subseqüentes e abruptas transformações que a instituição sofreu em reduzido período, a saber: 1962 - saída das arqueólogas Luciana Pallestrini, Niède Guidon e Silvia Maranca; 1969 - saída de Paulo Duarte, seu diretor e em 1985 - saída dos docentes Solange Caldarelli e Walter Alves Neves, todos nomes representativos da pesquisa neste país.

O Acervo Plinio Ayrosa transferiu para o novo MAE, além de suas valiosas coleções, a realidade de departamento de ensino. Aliás, experiência pouco vivenciada pelas outras três unidades, o que as tornaram sempre muito vulneráveis no âmbito universitário.

Este acervo tinha sido alvo, também, de adequada organização em Reserva Técnica e de projetos expositivos extra-muros.

Extraindo-se desta complexa conjugação apenas as experiências relativas à pesquisa e comunicação referentes à Arqueologia, é possível entender que o antigo MAE era um representante típico de um “museu arqueológico-artístico”, enquanto o IPH e MP tinham as suas tradições apoiadas na configuração do “museu arqueológico-tecnológico.” Acrescente-se, ainda, a essas diferentes realidades a inexistência de relações programáticas entre Arqueologia e Etnologia.

Os processos museológicos expositivos e educativos também seguiam caminhos distintos, consolidando sua relação com o público a partir de diferentes patamares.

Essas quatro “partes” que compuseram o novo MAE, chegaram à fusão trazendo seus próprios problemas. Por um lado ligados à falta de pesquisadores para diversos setores do acervo e com pouca familiaridade com a docência e, por outro lado, as discrepantes concepções sobre os discursos expositivos e estratégias pedagógicas, somadas às distintas organizações das coleções.

A partir deste breve enunciado, que indica alguns aspectos inerentes à fusão, é fundamental destacar que ela significou o encontro, o confronto, ou mesmo a indiferença e o desprezo em relação a memórias profissionais muito particulares. Neste quadro, o

(39) A implantação exemplar desse processo de trabalho deve ser creditada à Sílvia Cristina Piedade.

fato de trabalharem com Arqueologia e Etnologia em Museu passa a ser um mero detalhe, pois o fizeram por meio de distintos processos, gerando experiências institucionais e tradições profissionais absolutamente diferentes.

É possível verificar que o processo de fusão negligenciou essas questões. Não deu a devida importância à necessária preservação das “memórias” para que o “novo” pudesse surgir com bases sólidas. Neste sentido, fica evidente que a consolidação das novas estruturas levou um tempo maior, mas imprescindível, para a superação dos impactos causados pelas rupturas vivenciadas no momento da fusão. Também será necessário encontrar o caminho para o estabelecimento do processo curatorial adequado a este museu universitário.

A análise dos documentos produzidos pelas áreas de Arqueologia e Etnologia do MAE sobre suas linhas de pesquisa, indica que este novo museu tem sua principal preocupação centrada no estudo dos fenômenos que se relacionam nas sociedades que são representadas pelos diversos segmentos do acervo. Estudos específicos sobre formas de subsistência, estruturas econômicas, tecnologias, organizações sociais e políticas, manifestações religiosas e artísticas têm subsidiado o conhecimento produzido pelos pesquisadores da instituição.

Tendo como suporte ou ponto de partida esses fenômenos materializados (priorizando estudos de cultura material), as investigações em Arqueologia e Etnologia têm procurado elucidar a articulação das diversas facetas das sociedades, suas transformações e resistências, contribuindo para a compreensão dos processos culturais ocorridos na América, África, Mediterrâneo e Médio Oriente.

Deve-se ressaltar que os acervos das respectivas áreas geográficas, acima elencadas, apresentam lacunas do ponto de vista

temporal, de representatividade de muitos grupos humanos e, mais ainda, evidenciam ausências marcantes de muitos elementos relacionados às distintas dimensões da organização humana.

Pode-se considerar, também, que as coleções já constituídas (pelos mais diferentes critérios) raramente serão alteradas, com a evidente exceção daquelas provenientes das pesquisas arqueológicas realizadas no Brasil. Por outro lado, constata-se que em sua maioria, os pesquisadores (arqueólogos e etnólogos) que constituem o corpo científico do MAE não estiveram vinculados aos processos de coleta das referidas coleções. Muitos, inclusive, não concentram seus estudos na cultura material.

Este perfil, que hoje configura a produção de conhecimento desta instituição, implica em uma série de fatores que estruturam os diversos segmentos dos trabalhos curatoriais, técnicos e científicos, no que tange à conservação, documentação, exposição e educação.

Mais ou menos próximos das coleções e respectivos acervos, os projetos de pesquisa que já estavam em andamento antes da fusão, não sofreram alterações nos seus itinerários e, pode-se afirmar, inclusive, que as alternativas já vivenciadas de novas estruturas não impuseram vinculações teórico-metodológicas diferentes das que já estavam em curso.

Se por um lado, a curto prazo, não é visível a perspectiva de mudanças e redefinições científicas e acréscimos gerais ao acervo; por outro lado, a dispersão da área de abrangência técnico-científica da Museologia, em diversos setores da instituição, tem acarretado grandes dificuldades na configuração deste novo perfil museológico.

O isolamento das responsabilidades curatoriais, em distintos processos de conservação, documentação, exposição e

educação, torna mais longo e assimétrico um caminho que poderia ser linear.

Cabe ressaltar que nestas áreas do museu as resistências às mudanças também existem, fazendo com que muitos processos museológicos continuem atrelados às suas antigas realidades.

As citadas dissonâncias cognitivas, que são responsáveis por várias compreensões sobre o perfil desta instituição, corresponde a dois fatores básicos:

a) exigência de trabalho conjunto entre diversas gerações de profissionais com formações distintas, onde o conhecimento sobre museus tem naturezas diferentes ou mesmo é inexistente;

b) a imperativa preservação das histórias institucionais pregressas como um indicador de identidade profissional.

1.1. CONCEITO MUSEOLÓGICO: A INSERÇÃO DAS PESQUISAS ARQUEOLÓGICAS DO PROJETO PARANAPANEMA NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO DO MAE/USP.

O caminho para a superação dos impasses de um museu tradicional como o MAE, conforme o perfil anteriormente traçado, deve estar apoiado (quadro 1):

- 1º) Em um **planejamento estratégico** que oriente a aproximação entre as diferentes histórias institucionais, por meio da definição de uma política de acervo, traçada a partir do próprio estudo das coleções existentes e dos problemas

científicos inspirados pelas mesmas. Além de uma convivência metodológica entre as áreas de Arqueologia e Etnologia, deve ser prevista a problematização de hipóteses comuns em relação às três grandes áreas culturais cobertas pelo acervo institucional.

2º) No **gerenciamento da informação**, por intermédio da preservação dos indicadores das memórias precedentes e da organização, controle e armazenamento dos diferentes tipos de documentos que estão sendo produzidos no presente. Trata-se da realização de um **diagnóstico** sobre todos os meios de informação reunidos e/ou produzidos nas antigas instituições: das coleções às distintas formas de registro científico. A análise subsequente deve conduzir a três caminhos para serem percorridos concomitantemente, a saber:

a) Elaboração de critérios (de documentação e conservação) para organização da **Reserva Técnica**, com a finalidade de abrigar as coleções arqueológicas e etnográficas. Cabe destacar que a realidade do MAE, com a responsabilidade de proceder à salvaguarda de mais de 100.000 objetos (segundo algumas estimativas) e com a peculiaridade de manter certos tipos de vestígios arqueológicos, impõe a necessidade de estruturar, também, um **Depósito de Pesquisa**. Esta infra-estrutura aplica-se, especialmente, aos conjuntos de artefatos e outros vestígios referentes ao

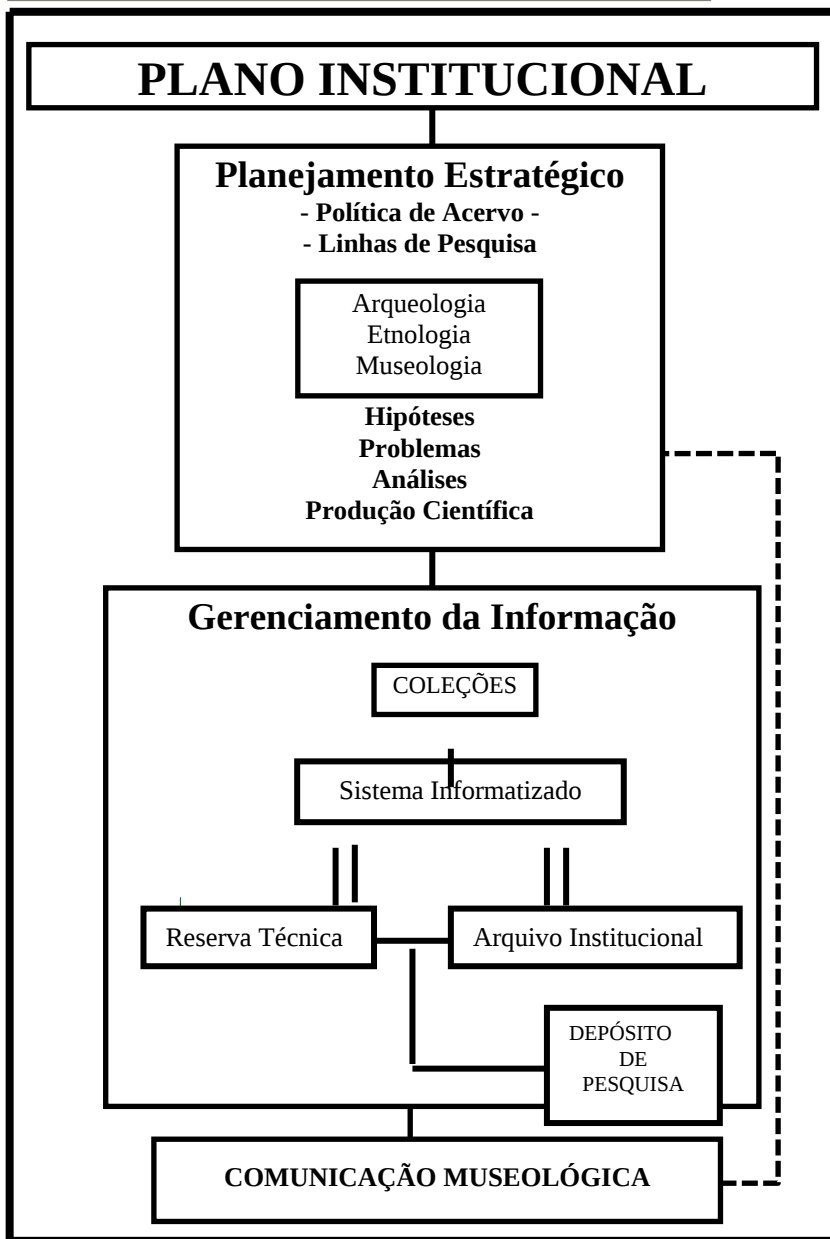
período pré-colonial brasileiro. Assim sendo, a Reserva Técnica seria o espaço adequado para o armazenamento das coleções inseridas no processo curatorial da instituição.

b) Organização do **Arquivo Institucional**, a partir da guarda dos documentos escritos, fotográficos, fonográficos e videográficos, vinculados à história do museu e dos seus projetos científico-culturais.

c) Implantação de um **Sistema Informatizado** para o armazenamento da informação e controle do seu fluxo. É preciso salientar que o perfil patrimonial do MAE implica na construção de um sistema, cuja célula básica deve estar apoiada no conceito de coleção.⁴⁰

3º) No estabelecimento de um **Programa de Comunicação Museológica** capaz de viabilizar a extroversão sistemática do conhecimento produzido nesta instituição e do acervo que está sob sua guarda, atendendo às diferentes expectativas do público.

(40) O conceito de coleção aplicável ao MAE deve ser elaborado a partir da arbitragem dos diferentes conceitos, até então em prática nas antigas instituições.



(Quadro 1)

A intenção de apresentar este modelo de musealização deve ser entendida a partir da constatação de que a divulgação e socialização das pesquisas arqueológicas - mesmo aquelas que são sistemáticas há mais de vinte anos e já produziram um significativo acervo - em um museu tradicional, correm o risco de se perder pela falta de planejamento institucional.

Neste sentido, não é difícil verificar que o acervo constituído pelas pesquisas do Projeto Paranapanema pode, também, ser esquecido na Reserva Técnica, para que uma próxima geração conclua que são objetos “sem procedência”, ou mesmo que esta divulgação continue restrita a um grupo de iniciados na literatura especializada.

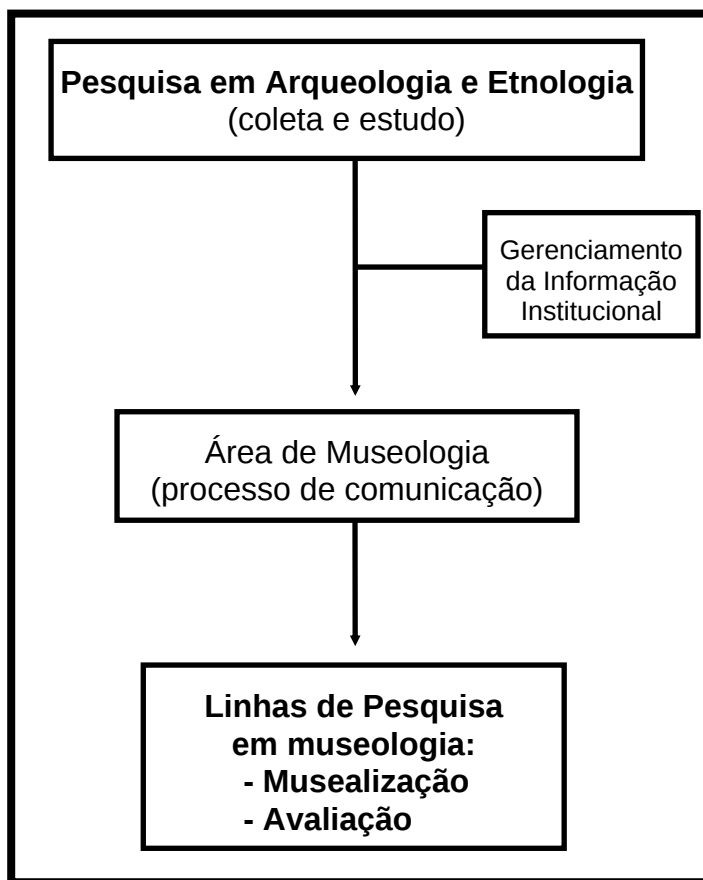
O patrimônio intelectual e as coleções provenientes das referidas pesquisas arqueológicas são de responsabilidade do MAE e, evidentemente, a sua salvaguarda e comunicação concorrem com outros projetos e outros segmentos do acervo que também necessitam da atenção institucional.

Ao mesmo tempo, é bastante comum, nos dias hoje, a implantação de **sistemas** para a organização e controle das pesquisas e do gerenciamento do acervo - com vistas à eficiência institucional - devendo-se, portanto, planejar o mesmo para os processos de comunicação.

Considerando essa realidade institucional e compreendendo que a Museologia é uma disciplina aplicada, e que no âmbito do Serviço de Museologia (1992 a 1995) e da Divisão de Difusão Cultural (1995), deve estar voltada para o fomento do processo de comunicação, a pesquisa museológica, nesta nova instituição, prioriza três caminhos de investigação (quadro 2):

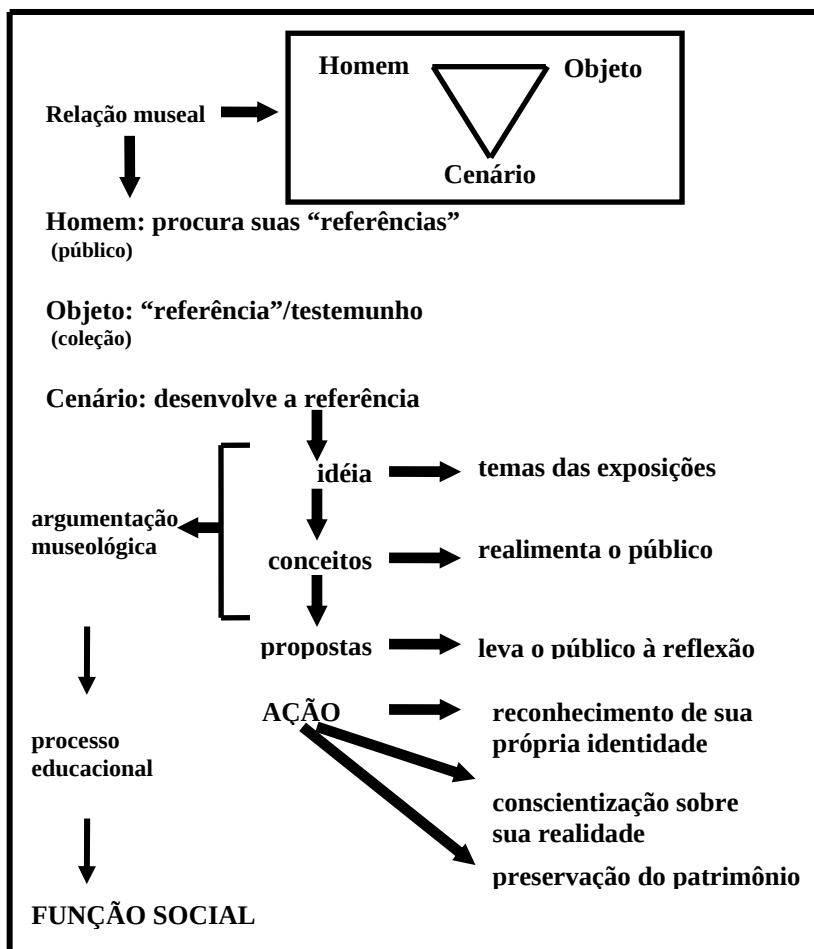
- 1) **pesquisa conceitual e/ou musealização:**
experimentações sobre o enfoque dado a um tema; com os respectivos recortes inseridos em um universo científico (Arqueologia e Etnologia), baseadas em acervos de América, África, Mediterrâneo e Oriente Médio e dirigidas para um público, a partir da identificação de seu perfil.
- 2) **pesquisa da mídia e/ou recursos museográficos:**
experimentações do tema e seus desdobramentos visuais, olfativos, sonoros, táteis, sua inserção no espaço e seus efeitos cênicos (do mobiliário à linguagem de apoio).
- 3) **pesquisa sobre o público e/ou avaliação:**
experimentações de processos avaliatórios que possam resgatar a reação do visitante padrão, incorporar suas respostas nos próprios projetos expositivos, reorientando-os para o aprimoramento do processo de extroversão e desencadeando mecanismos para atrair novos públicos.

Os momentos de pesquisa 1º e 3º incidem no segundo que, por sua vez, é a base dos experimentos. Desta forma o Programa Técnico-Científico de Museologia (Bruno, 1992) estabelece duas linhas de pesquisa, a saber: **MUSEALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO.**



(Quadro 2)

Esta proposta, em um primeiro momento, pretende contribuir para a configuração do novo MAE e, em um segundo momento, tem a intenção de produzir os elementos básicos para que o MAE se transforme em um **museu de sociedade** (VAILLANT, 1993), ou seja: que traduza para o grande público as manifestações, transformações e rupturas sócio-culturais relativas ao acervo que está sob sua guarda e defina - com ele - os seus caminhos institucionais, procurando atender às suas expectativas (Quadro 3).



(Quadro 3)

A partir da análise da trajetória da implantação do novo MAE, este **modelo museológico** está amparado nos seguintes princípios:

- 1) Desenvolver processos museológicos (expositivos) levando em consideração a história das antigas instituições e, com a preservação destas memórias, construir um novo perfil museal cuja identidade recairá justamente nos indicadores preservados;
- 2) Valorizar as coleções, a partir de suas diferentes configurações institucionais e desta forma contribuir para a construção de um conceito sobre coleção adequado ao novo MAE;
- 3) Estabelecer processos expositivos gerais, panorâmicos e sintéticos sobre as sociedades que têm sido alvo dos mais diferentes estudos pelos pesquisadores da instituição. Com isso, pretende-se o gradual distanciamento dos restritos campos de análise e a possível composição com outros campos e mesmo o conhecimento dos diferentes métodos de trabalho e perfis das demais coleções;
- 4) Desenvolver abordagens temáticas a partir de indicações das áreas científicas de Arqueologia e Etnologia, evidenciando de maneira pormenorizada os métodos e técnicas utilizados nos diferentes projetos científicos, bem como as respectivas abrangências e relações com as coleções do MAE. Entretanto, espera-se que as indicações temáticas individuais, gradativamente, possam ser coletivas, vinculando a Arqueologia e

Etnologia ou mesmo as áreas de estudo: América, África, Mediterrâneo e Médio Oriente;

- 5) Implantar um processo de comunicação a partir das mostras de longa duração com conceitos básicos, tanto sobre as sociedades em estudo, quanto sobre os métodos utilizados nesses referidos estudos. Este processo deve ser completado, sistematicamente, por mostras temporárias que devem dialogar conceitualmente e museograficamente com as anteriormente mencionadas;
- 6) Valer-se das avaliações museológico-museográficas realizadas pelas antigas instituições;
- 7) Encarar todas as atividades desse processo como experiências museológicas, procurando avaliá-las e sistematizar as análises na busca dos caminhos já apontados pela bibliografia, que indicam o compromisso dos Museus com a Museologia e, neste sentido, com a consolidação dos fenômenos museais tradicionais;
- 8) Desenvolver metodologia de trabalho que não só contribua para a estruturação da área de Museologia, no âmbito da Divisão de Difusão Cultural, mas amenize as distâncias impostas pela estrutura da instituição, entre esta área e os demais campos do tratamento museológico;
- 9) Implantar um Banco de Dados de Comunicação Museológica com o objetivo de organizar os procedimentos técnicos e preservar a memória dos

experimentos museológicos, para realimentá-los conceitualmente e museograficamente;

- 10) Incrementar as experiências extra-muros com o objetivo de desenvolver processos museais amparados nos conceitos da Nova Museologia.

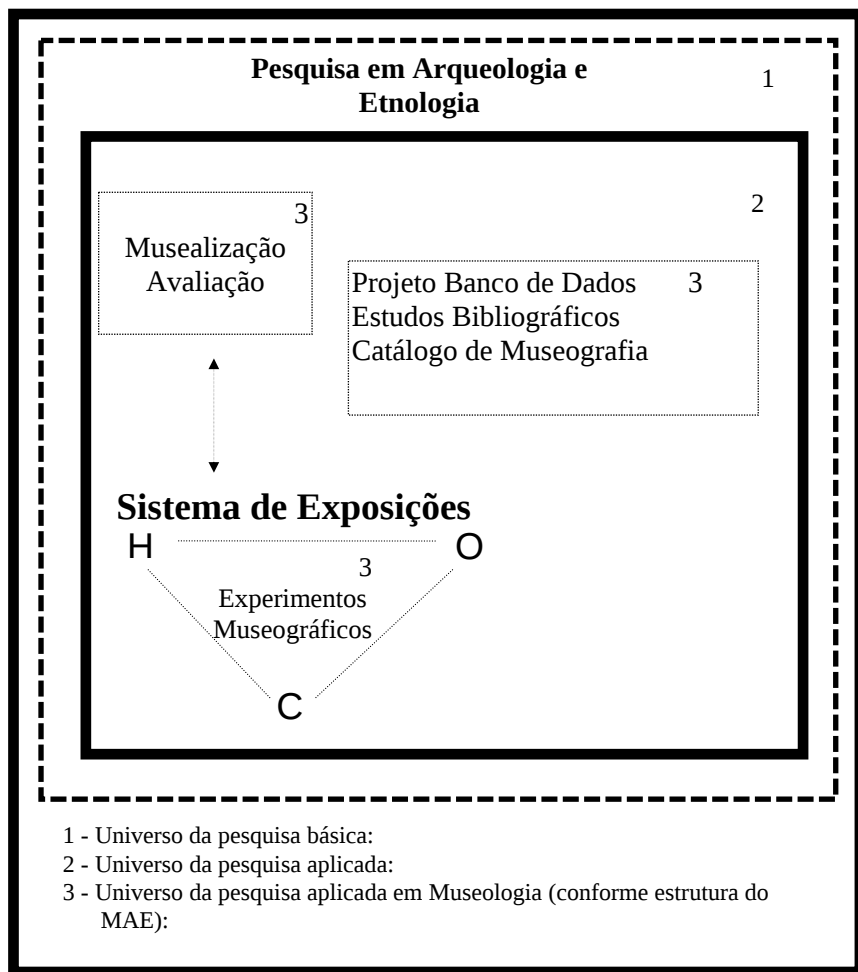
Os princípios acima mencionados serão aplicados ao longo do desenvolvimento do PROGRAMA TÉCNICO-CIENTÍFICO DE MUSEOLOGIA, mas também estão vinculados à **Musealização do Projeto Paranapanema**.

Nos outros modelos museológicos que estão sendo propostos para este programa de pesquisas arqueológicas, as preocupações estão centradas totalmente na musealização do citado programa. Neste, ora apresentado, a preocupação volta-se para a seguinte orientação, a saber: como manter o equilíbrio em um processo museal institucional (com o perfil do MAE/USP), sem valorizar certos segmentos em detrimento de outros. Como superar os impasses dos museus tradicionais.

2ª PARTE: METODOLOGIA DE TRABALHO: A PEDAGOGIA MUSEOLÓGICA

O Programa Técnico-Científico de Museologia, anteriormente mencionado, está estruturado em três níveis (Quadro 4):

- 1) Programa de Comunicação Museológica;
- 2) Programa de Formação Profissional;
- 3) Programa de Estudos Bibliográficos.



(Quadro 4)

Nesta oportunidade, será enfocado apenas o primeiro programa que está voltado para:

- a) a organização de um Sistema de Exposições;
- b) a estruturação de um Banco de Dados de Museologia e
- c) a implementação de Processos Avaliatórios.

2.1. PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO MUSEOLÓGICA

Os projetos expositivos estão sendo concebidos com os objetivos de discutir os problemas relacionados às sociedades estudadas pelos arqueólogos e/ou etnólogos e potencializar ao máximo o caráter informativo das coleções, buscando corresponder cada vez mais às necessidades e expectativas dos diferentes tipos de público. A configuração de um trabalho sistêmico de exposições apoia-se nas seguintes bases:

- 1) o compromisso do MAE - enquanto museu universitário - com a divulgação científica;
- 2) o perfil científico da instituição, a partir das considerações apresentadas anteriormente;
- 3) a disponibilidade espacial para a apresentação de discursos expositivos nas novas instalações;
- 4) a caracterização de uma hierarquia dinâmica, quanto aos conteúdos transmitidos, estabelecida entre as mostras de longa duração e temporárias;
- 5) a necessidade de desenvolver projetos extra-muros, acompanhando a própria dinâmica dos projetos de Arqueologia e Etnologia e intensificando o processo de comunicação museológica.

2.1.1. PROJETO BANCO DE DADOS

Trata-se da sistematização e armazenamento da memória referente às exposições de longa duração e temporárias, no que diz respeito aos temas escolhidos e aos respectivos enfoques conceituais ligados à Arqueologia e Etnologia. Da mesma forma, estão sendo preservados os documentos museográficos das diferentes montagens, referentes à planta-baixa, iluminação, climatização, mobiliário e linguagem de apoio. (Quadro 5).

A avaliação de cada experimento é parte significativa da organização deste Banco de Dados, na medida em que indica os caminhos para a comunicação museológica sistemática, procurando cada vez mais aprimorar os enfoques temáticos em relação às expectativas do público.

Este projeto teve seu início, em 1990, marcado pelo levantamento realizado pelo então Serviço de Museologia, junto aos arqueólogos e etnólogos, sobre os principais temas a serem musealizados. Em seguida, foi realizado um primeiro estudo visando à organização de um cronograma de exposições que estivesse, em um primeiro momento, vinculado aos compromissos dos projetos institucionais, tais como organização de cursos, publicação de livros ou mesmo a organização de eventos científicos. Em um segundo momento, o agendamento das exposições deveria seguir a proposta institucional que procura fazer das mostras temporárias projetos museológicos mais detalhados do ponto de vista da comunicação da pesquisa científica.

Tem sido possível realizar os experimentos museológicos previstos neste projeto e desta forma alimentar o Banco de Dados com elementos conceituais, com a respectiva documentação museográfica e as informações avaliatórias. Por

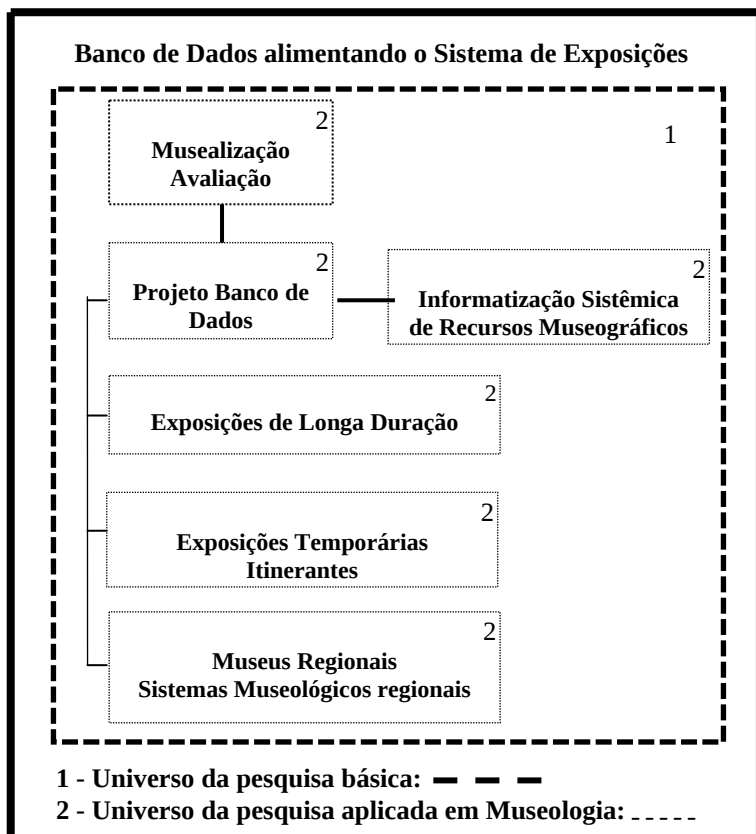
exemplo, as exposições temporárias “Índios do Brasil”, “Paulo Duarte: arqueologia de uma vida”, “Pré-História de São Paulo”, “Plumária Indígena Brasileira”, “Encontro de Culturas no Mediterrâneo Antigo”, se por um lado correspondem a eventos institucionais do MAE/USP, por outro lado, têm sido objeto de pesquisa museológica e têm contribuído para a organização deste Banco de Dados.

Estas experimentações têm sido complementadas com levantamento bibliográfico sobre exposições dessa natureza.

A concepção desse projeto e/ou seu desenvolvimento estão sustentados na elaboração e preenchimento de fichas de trabalho que darão a base para a informatização dos dados e imagens correspondentes.

Cabe ressaltar que o Projeto Banco de Dados sobre Comunicação Museológica tem dois objetivos principais, a saber:

- 1º- criar as bases para o desenvolvimento de pesquisa de natureza museológica e;
- 2º- desenvolver a pesquisa museológica a partir de metodologia que permita a necessária interdisciplinaridade nos museus.



(Quadro 5)

Este projeto articula-se a partir do seguinte desenvolvimento:

A) - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA: Sistematização informatizada e armazenamento da memória referente às exposições temporárias.

1. organização da documentação primária de museografia (projeto, planta baixa, desenho de mobiliário, linguagem de apoio e material de divulgação).
2. organização da documentação fotográfica: catalogação das fotos/ slides e armazenamento.
3. organização dos processos avaliatórios das mostras temporárias.
4. organização do arquivo de documentos da imprensa (continuidade de processos já em curso).

B) - ESTUDOS BIBLIOGRÁFICOS: Identificação, leitura e análise de material bibliográfico relacionado a processos museológicos aplicados à Arqueologia e Etnologia.

1. leitura e fichamento dos artigos sobre exposições museológicas, inseridos em periódicos sobre Antropologia, Arqueologia, Etnologia, História.
 - análise temática sobre os artigos.
 - análise quantitativa sobre os temas enfocados.
2. leitura e fichamento dos artigos sobre processos museológicos, inseridos em periódicos sobre Museu e Museologia.
3. análise dos Fichamentos Bibliográficos.

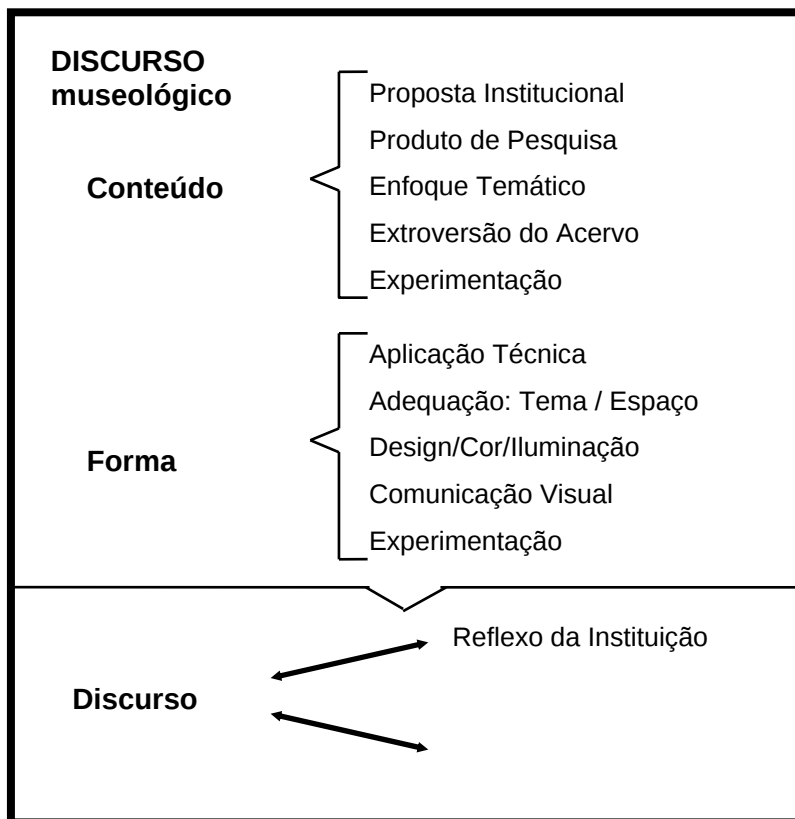
C) – PRODUTOS

1. implantação do Sistema Informatizado sobre Exposições de Arqueologia e Etnologia do MAE/USP.
2. estabelecimento do Banco de Dados sobre comunicação Museológica que dará a base para o desenvolvimento de pesquisas relacionadas à Musealização e Avaliação (linhas de pesquisa do Programa Técnico-Científico de Museologia).
3. realização de Seminários e cursos sobre os temas vinculados ao Banco de Dados.
4. elaboração de publicações sobre Comunicação Museológica.

2.1.2. PROJETO SISTEMA DE EXPOSIÇÕES

O desenvolvimento deste projeto deve consolidar os estudos museológicos a partir das linhas de pesquisa já mencionadas. Para tanto, todas as exposições estão sendo elaboradas, montadas e avaliadas, enquanto experimentos museológico-museográficos e alimentam a implementação do citado Programa Técnico-Científico (Quadro 6).

EXPOSIÇÕES: ESQUEMA BÁSICO



(Quadro 6)

EXPOSIÇÕES NA SEDE DO MAE: a elaboração de discursos institucionais.

As exposições desempenham um papel fundamental no que tange à extroversão do MAE. No momento em que este museu está ocupando um novo espaço no Campus Universitário (desde 1993), pode-se considerar que as possibilidades de comunicação aumentaram sensivelmente, pois este edifício - depois de plenamente reformado e adaptado - disporá de quatro espaços alternativos para apresentações de exposições:

- **Primeiro Espaço:** destinado às mostras de longa duração baseadas na comunicação dos conceitos fundamentais, referentes às problemáticas tratadas pelas áreas científicas, em suas pesquisas sobre a América, África, Mediterrâneo e Médio Oriente.

Este é o espaço, por excelência, vocacionado para apresentação de discursos expositivos panorâmicos, que tratem dos principais temas ligados às diferentes formas de manifestação e organização sócio-cultural representadas pelas coleções da instituição. Neste sentido, as linhas de pesquisa e os enfoques dos inúmeros projetos científicos do Museu, estão subliminarmente inseridos na elaboração do referido discurso.

A primeira experimentação, intitulada "*Formas de Humanidade*", tem como proposta temática a apresentação de um perfil sintético das sociedades que produziram as expressões materiais, que hoje estão reunidas no acervo da instituição. Esta exposição é dividida em três setores, a saber:

- **Setor A:** *Brasil Indígena*

. módulo 1: *Origens e Expansão das Sociedades indígenas*

. módulo 2: *Manifestações Sócio-Culturais Indígenas*

- **Setor B:** *África: culturas e sociedades*
- **Setor C:** *Mediterrâneo e Médio Oriente na Antiguidade*
 - . *módulo 1: Pré-História Europeia*
 - . *módulo 2: Egito*
 - . *módulo 3: Mesopotâmia*
 - . *módulo 4: Grécia e Roma*

Nos três setores impõem-se a abordagem dos mesmos enfoques temáticos que, por sua vez, correspondem aos estudos fundamentais que estão em desenvolvimento na instituição. As diferentes formas de subsistência e organização econômica, as conquistas tecnológicas que norteiam a elaboração e transformação dos artefatos, as formas de celebrações sociais que marcam e diferenciam o cotidiano dos grupos humanos, as distintas formas de representação e de apropriação da natureza, estão na gênese da construção deste discurso expositivo; ao lado das expressões artísticas e ritualísticas. As noções de diversidade - para as coleções etnográficas - e temporalidade - para as coleções arqueológicas, se cruzam na diagramação espacial que orienta o circuito de visita.

As preocupações que conduziram as discussões conceituais e a concepção museológico-museográfica desta exposição procuraram superar, sobretudo, as lacunas existentes no acervo e nas correspondentes linhas de pesquisa. Da mesma forma, esta narrativa museográfica está apoiada em códigos que estruturam a linguagem de apoio (etiquetas nominativas e ilustrativas, painéis ilustrativos e fotográficos, cenários, folhetos temáticos, mapas, etc).

Este esforço técnico-científico, que mescla conhecimentos arqueológicos, etnológicos e museológicos, está levando em consideração que ... "Le musée est la maison des objets des hommes, façonnés hier, aujourd'hui, ici ou ailleurs. Il abolit le Temps et l'Espace. A l'âge de éphémère et de la consommation, il

conserve, pour demain. Là résident sa singularité, son rôle et, son but. Mais ces irremplaçables collections d'objets originaux à deux ou trois dimensions sont aussi inutiles au visiteur qu'un livre entre les mains d'un illettré, si elles ne sont pas présentées de manière à être comprises ou aimées. De même qu'il faut savoir écuté clairement pour les lecteurs, les mots s'ordonant en phrase, de même les objets de musées s'articulent les uns avec les autres et prennent leur sens dans l'espace de salles que l'on parcourt comme on feuillette les pages d'un livre, celui de la création des hommes" (GIRAUDY, BOUILHET, 1977, p. 10).

O exercício coletivo necessário ao detalhamento temático, ao refinamento do enfoque conceitual, ao estabelecimento de idéias comuns, capaz de aproximar os três setores expositivos, já mencionados, encontrou barreiras naturais, no que diz respeito aos processos de aproximação e estranhamento pertinentes à trajetória da instituição. É evidente que a exposição aludida traduzirá implicitamente esta problemática.

Entretanto, este discurso museográfico - datado - demonstra, para um fruidor mais perspicaz, os limites e reciprocidades, não só entre as sociedades estudadas pelo MAE, mas, sobretudo, inerentes ao momento institucional.

- **Segundo Espaço:** destinado às mostras de longa duração baseadas na demonstração museográfica, referente aos processos técnico-científicos da Arqueologia, Etnologia e Museologia e os respectivos desdobramentos curatoriais específicos ao MAE. Trata-se de reservar um espaço para a fruição e reflexão sobre o funcionamento de um museu universitário, com o objetivo de despertar vocações, especialmente junto ao público infanto-juvenil.

Esta exposição, ainda em fase de elaboração, pretende apresentar, desvelar, demonstrar e divulgar os impasses da

interdisciplinaridade e da "edificação" de uma instituição museológica. A contextualização museográfica traduzirá os momentos fundamentais para a produção do conhecimento nas áreas de abrangência do MAE, por meio da reconstituição de cenários que ilustrarão as estratégias utilizadas em campo e laboratório. Por meio dos mesmos recursos, será apresentado o processo que conduz os objetos (coleções e acervos) porta adentro dos museus, pelas necessárias instâncias curatoriais, responsáveis pela análise, documentação e conservação. Este processo demarcará, também, os momentos de extroversão, por meio das exposições e ação-educativo-cultural.

- *Terceiro e Quarto Espaços*: indicados para os discursos expositivos temporários que devem verticalizar as temáticas científicas envolvidas nas exposições de longa duração. Por um lado, espera-se explicitar, com discursos expositivos de curta duração, os desdobramentos conceituais inseridos em "Formas de Humanidade". Por outro lado, pretende-se abordar sistematicamente as questões que envolvem os estudos específicos das coleções, do ponto de vista metodológico.

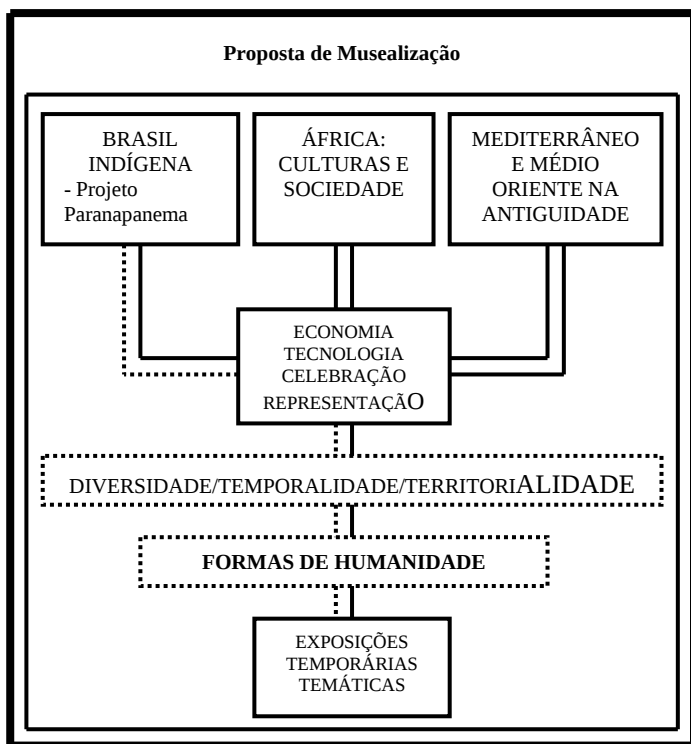
Estas exposições devem ser transformadas, periodicamente, em mostras itinerantes, com o objetivo de alargar o território de intervenção dos discursos museográficos do MAE e alcançar outros tipos de públicos, para cumprir a sua função social de museu universitário.

Os grupos humanos que ocuparam a região circundante ao Rio Paranapanema, no período pré-colonial, são alvo de atenção no setor "Brasil Indígena", da mostra "Formas de Humanidade". A abordagem das manifestações culturais dos Caçadores - Coletores e dos Horticultores, neste setor da exposição, corresponde - mesmo que indiretamente - à socialização do

conhecimento produzido por meio das pesquisas arqueológicas na região.

Deve ser sublinhado que as manifestações patrimoniais expressas nas coleções, referentes aos mencionados grupos humanos, devem partilhar o mesmo espaço expositivo com outras manifestações congêneres de grupos humanos que viveram em outro tempo e espaço. Da mesma forma, a divulgação temporária e verticalizada dos métodos e conteúdos que envolvem o Projeto Paranapanema, necessitam, também, de atenção.

O Programa de Comunicação Museológica do MAE/USP poderá, a médio prazo, contribuir para a difusão sistemática das questões arqueológicas inerentes à área cultural que é tema deste trabalho(Quadro 7).



(Quadro 7)

Finalmente, e não menos importante, é preciso salientar que os discursos expositivos vinculados ao mencionado programa de musealização, têm sido elaborados com explícita preocupação didática. Neste sentido, vale lembrar que o processo de fusão institucional ainda em curso desde 1989, reservou para o primeiro semestre do ano de 1995 mais uma mudança estrutural que, entre outros aspectos, garantiu a reaproximação evidente entre Museologia e Educação.

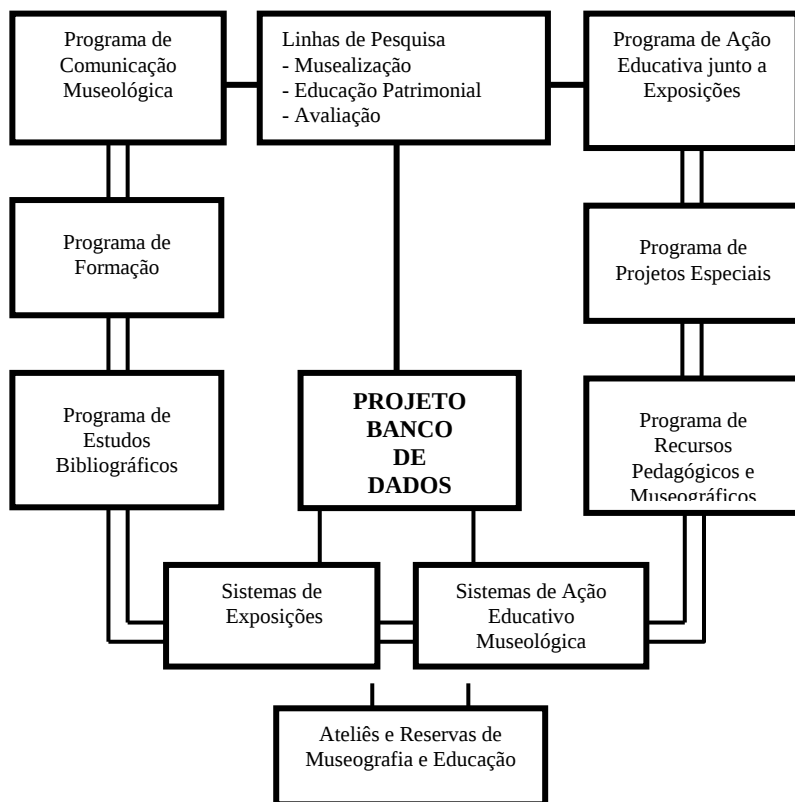
Esta nova estrutura coloca mais um desafio para a comunicação museológica, ou seja: além da rearticulação com os projetos educativos, este processo de socialização está inserido na área de Difusão Cultural.

Para tanto, já foi realizado um primeiro esforço de articulação, registrado no Plano Diretor Interno (1997) e que pode ser apreciado no quadro que relaciona os programas e estratégias de trabalho (Quadro 8).

Este novo panorama institucional potencializa as perspectivas de comunicação museológica, na medida em que vincula as duas possibilidades de apropriação das referências patrimoniais, a saber: por meio da semiologia dos objetos (tratamento expositivo) e da pedagogia dos objetos (tratamento educativo).

Considera-se, desta forma, que a recém instituída área de Difusão Cultural conta com estrutura, programas e estratégias adequados à implantação de um sólido processo de musealização.

Pesquisa Arqueológica e Etnográfica (acervo / informação)



(Quadro 8)

- este quadro foi elaborado a partir da análise dos projetos que estão em desenvolvimento no MAE/USP desde 1989 e sua estruturação contou com a participação dos técnicos Adriana M. Almeida, Camilo de Mello Vasconcellos e Judith Elazari.
- cabe mencionar que, em 1997, as linhas de pesquisa foram alteradas para : Expografia, Educação Patrimonial e Avaliação, considerando que musealização é a área que envolve as três linhas.

As pesquisas do Projeto Paranapanema estão embutidas, como já foi indicado, nas mostras de longa duração e são alvo específico de um dos Projetos Especiais (Quadro 9): "Museu da Cidade de Piraju".

Este, por sua vez, está contemplado no modelo apresentado a seguir.

As idéias e hipóteses inseridas neste modelo de musealização vêm sendo testadas em outras duas estruturas museológicas no país, a partir de propostas por mim apresentadas. Na Universidade Federal de Sergipe ⁴¹, Aracaju, a implantação do Museu Antropológico tem seguido a mesma orientação, ou seja: organizar o processo museológico a partir de uma visão sistêmica e hierárquica de comunicação expositiva. No Museu Paraense Emílio Goeldi⁴², em Belém (Pará), esta hipótese foi apresentada para a redefinição do Departamento de Museologia no âmbito da Divisão de Difusão Científica.

(42) Este trabalho está sendo desenvolvido desde 1987, por meio de uma consultoria para implantação do referido museu. Neste sentido, já foi apresentado um projeto, que, metodologicamente, indicou o início do processo a partir de um Núcleo Museológico que está implementando mostras temporárias temáticas e, agora, já está apresentando a exposição básica intitulada: "O Homem de Sergipe - seu processo histórico, suas particularidades e perspectivas".

(43) Este trabalho foi desenvolvido de 1994 a 1996, por meio de uma consultoria para viabilizar a área de Museologia, por meio da estruturação orgânica dos projetos expositivos e educativos, como já foi explicitado neste trabalho.

MODELO 2

"MUSEU DA CIDADE DE PIRAJU"

- a integração das referências patrimoniais -

"...os homens constroem os templos para seus deuses, as fortalezas dos soldados, os palácios para seus reis, destinam parques às suas vitórias, constroem casas para sua família, zoológico para seus animais raros, os museus para seu patrimônio cultural"

Giraudy & Bouilhet (1977)

**Desenvolvimento da Proposta
(quadro referencial)**

Introdução: justificativas para o modelo

1ª Parte: Conceito Museológico: a musealização da cidade

- 1) O Patrimônio da Cidade
- 2) As Pessoas da Cidade
- 3) Os Espaços da Cidade

2ª Parte: Metodologia de Trabalho: a pedagogia museológica

- 1) Banco de Dados
- 2) Núcleos Museológicos Temáticos

Obs.: a descrição do modelo é apresentado a seguir

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVAS PARA O MODELO

Em diversos países os grandes museus vêm modificando sua política cultural, repensando-se conceitualmente, sofrendo reformas quanto ao espaço arquitetônico e apresentação das coleções; como também os pequenos museus vêm experimentando novas estratégias para a aproximação com a população, procurando sustentar-se em uma atuação comunitária. Esses esforços, de natureza diferente, procuram fazer com que os museus superem o aspecto de "depósitos de objetos" e passem a servir à população.

Entre esses novos tipos de museus, surge o "Museu de Cidade", voltado para a preservação das estruturas, das referências e das formas de uma cidade. Esse modelo museológico procura ser o "local" privilegiado para a população encontrar as suas marcas patrimoniais e conhecer as suas tradições e rupturas culturais. É um museu para a população se ver, como também ser vista por pessoas de outras regiões. Em geral, reúnem vestígios do processo de urbanização, dos ciclos econômicos que sustentaram a consolidação da cidade, das famílias que formaram a população, entre outros referenciais. Preservam um patrimônio que possa garantir a identidade do espaço circunscrito de uma cidade e a vivência cultural partilhada por sua população.

Tanto quanto os outros tipos, os museus de cidade também devem desempenhar três funções fundamentais (BRUNO, 1990, p. 8 e 9):

"- Função Educativa: é a força importante das atividades museológicas e acarreta o desenvolvimento e aperfeiçoamento da capacidade intelectual, cultural, artística, ideológica, perceptiva e afetiva. Como afirma Léon (1978p. 306) - "trata-se de dispor a mente e a sensibilidade do visitante para o

encontro com as civilizações passadas ou atuais que possibilite uma via de reflexão profunda sobre si mesmo". Sob este aspecto, o museu deve oferecer uma educação objetiva e também subjetiva, renunciando às implicações doutrinárias e propiciando em cada espectador faculdades específicas, tais como: fantasias, curiosidades e ligações com a realidade. Por isso, é fundamental que as crianças aprendam desde muito cedo a conviverem com os objetos, exposições e museus. O Museu deve oferecer à criança situações que levem à reflexão, ao desenvolvimento do raciocínio, pois só assim estará contribuindo para a Educação Libertadora, que é aquela que, consciente e concretamente questiona a realidade do indivíduo, do outro e do mundo que os cerca, levando-os às transformações;

- Função Científica: deve estar presente no interior e exterior do museu. No interior, enquanto as exposições representam o desfecho de um trabalho iniciado com a coleta sistemática do material, sua posterior catalogação e análise. Ao mesmo tempo, o museu deve atuar exteriormente, através das exposições e também de suas atividades paralelas (discussões, cursos, publicações, etc), como propulsor na procura do conhecimento, próprio a uma instituição científica;

- Função Social: a mais importante de todas, uma vez que ela representa o encontro das duas anteriores e também o resultado de ambas, pois somente através do pensamento científico, o museu poderá contribuir para a educação e desempenhar papel significativo em uma sociedade".

Para o desempenho dessas funções, esta proposta apresenta algumas diretrizes museológicas básicas para a atuação do Museu da Cidade de Piraju, a partir das considerações já enunciadas por Moraes (1992, p. 27 e 28), quando aponta que "Piraju será considerada um espaço produtor de relações sociais (o tecido urbano,

as edificações, as praças e demais espaços de vivência)... Assim, optar-se-á pela musealização da cidade: Piraju e suas instituições serão consideradas espaços possíveis de intervenções culturais".

1ª PARTE: CONCEITO MUSEOLÓGICO: A MUSEALIZAÇÃO DA CIDADE

O desenvolvimento das atividades deste Museu partirá da idéia de que a cidade é um espaço de construção coletiva, ao longo de um tempo permeado por relações sociais cotidianas, ligadas ao trabalho, lazer, família e devoção. Este binômio espaço-tempo é sustentado pelas características ambientais do território, da mesma forma que é vulnerável às influências de agentes externos.

1) O PATRIMÔNIO DA CIDADE

O conjunto dos bens identificados por uma coletividade será o objeto central da atuação deste modelo museológico. Conforme aponta Lucena (1991, p. 10), "a expressão patrimônio cultural se aplica às coisas que cada grupo preserva, porque nelas estão a sua sobrevivência. A noção de patrimônio engloba objetos, técnicas, espaços, edificações, crenças, rituais, instrumentos, costumes, explicitados no cotidiano das pessoas".

Esses bens são definidos a partir da importância que possam ter no cotidiano da população. Cabe ao museu colaborar na identificação, estudo, conservação e comunicação das referências patrimoniais, sempre levando em consideração a sua relevância para as comunidades envolvidas que, por sua vez, podem ser constituídas de diferentes segmentos da população.

2) AS PESSOAS DA CIDADE

A atuação deste museu deve estar voltada para a identificação das expectativas das diferentes comunidades de uma cidade, procurando compreender os mecanismos de aproximação das pessoas e os respectivos envolvimento comunitários, que muitas vezes podem estar vinculados à faixa-etária, tipo de trabalho, poder aquisitivo, lazer, interesses políticos, prática religiosa, etc.

Deve-se entender que a comunidade de uma cidade não é homogênea, pois é constituída de classes e setores, tais como trabalhadores (campo e cidade), como também existem atritos entre os diferentes segmentos (integrados e marginalizados).

Entretanto, as pessoas de uma cidade são as reais construtoras de uma memória coletiva e devem ser consideradas como agentes neste processo museológico.

Cabe ao museu, a partir de um trabalho sistemático, encontrar os elos de união entre as pessoas (que as tornam Pira-juenses) e, também, identificar as fissuras internas, valorizando a diversidade nos usos e costumes.

Um museu de cidade deve servir de opção para quem quer conhecer outros aspectos da população, ao lado da sua própria imagem, como também outros caminhos do seu território, diferentes das suas próprias trilhas.

3) OS ESPAÇOS DA CIDADE

É fundamental que um Museu de Cidade estenda sua atuação para toda a área de intervenção de uma população, compreendendo as mudanças sócio-econômicas que vão dando diferentes contornos ao centro e à periferia.

Este processo museológico tem como características básicas a descentralização espacial, o respeito aos espaços culturais já institucionalizados e a revalorização de locais marginalizados. Sempre atuando dentro deste tênue limite existente entre preservação e desenvolvimento.

A partir das considerações conceituais apresentadas, o Museu da Cidade de Piraju atuará através da musealização de diferentes espaços, procurando atingir os diversos segmentos da população, na busca da valorização de três aspectos, a saber:

- a) o território de Piraju: o equilíbrio ambiental.**
- b) o ser pirajuense: o perfil da população.**
- c) os signos de Piraju: as referências patrimoniais.**

2ª PARTE: METODOLOGIA DE TRABALHO: A PEDAGOGIA MUSEOLÓGICA

A metodologia para esse tipo de museu deve seguir dois princípios básicos: por um lado, valorizar as instituições culturais já existentes e, por outro lado, estabelecer um processo que conte, fundamentalmente, com a participação da população.

Para tanto, o Museu da Cidade de Piraju está apoiado em duas grandes estruturas, a saber:

- a) Banco de Dados sobre a Cidade
- b) Núcleos Museológicos Temáticos

1) BANCO DE DADOS SOBRE A CIDADE

Este projeto está voltado para a organização e armazenamento de informações sobre a cidade. Começando pela informatização dos signos urbanos construídos (monumentos,

edifícios, praças), passando para os elementos ambientais da região e terminando pelas coleções já existentes nas diferentes instituições. Deve ser armazenada, também, a memória ligada às festas populares e outras manifestações culturais. Em seguida, este projeto deve servir como suporte para a atuação dos núcleos museológicos.

Seu desenvolvimento depende do cumprimento de algumas etapas preliminares, tais como: levantamento bibliográfico, realização de planilhas, elaboração de programa adequado para esse tipo de informatização, identificação dos primeiros itens a serem documentados.

Cabe ressaltar que é fundamental a parceria com as instituições culturais, como também com empresas que possam sustentar financeiramente o projeto.

A sede central do Projeto Banco de Dados pode ser instalada nas antigas dependências do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, ficando próxima à Biblioteca e Arquivo.

2) NÚCLEOS MUSEOLÓGICOS TEMÁTICOS

Com o objetivo de desencadear o processo museológico, esta proposta apresenta quatro sugestões temáticas para dar início ao desenvolvimento do Museu da Cidade de Piraju, a saber:

- a) Arqueologia Regional: os vestígios do passado.**
- b) Rio Paranapanema: a alma da cidade.**
- c) Tradição e Progresso: o café e a evolução da cidade.**
- d) Famílias: as pessoas de Piraju.**

Para cada um dos núcleos está previsto um processo de trabalho, um espaço de intervenção e um tipo de articulação junto aos diferentes segmentos da população.

A união entre os diversos núcleos deve ocorrer através da aplicação de projetos pedagógicos voltados ao público infanto-juvenil.

2.1. NÚCLEO MUSEOLÓGICO A:

"ARQUEOLOGIA REGIONAL: OS VESTÍGIOS DO PASSADO"

Trata-se da reorganização do Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, que reúne o acervo proveniente das pesquisas do Projeto Paranapanema.

Este núcleo deve atuar a partir de três bases: reserva técnica do acervo aberta ao público, exposições temporárias sobre as pesquisas em realização, vinculadas à mostra de longa duração e serviço educativo apoiado em arqueologia experimental.

A sua sede central deve permitir o desenvolvimento das atividades mencionadas, da mesma forma, ser uma referência cultural para os interessados em Arqueologia.

2.1.1. SEDE

O Galpão da Estação Ferroviária deve servir como sede para este núcleo, a partir de uma reforma e adaptação arquitetônica para o novo uso. Neste edifício devem funcionar as seguintes atividades:

Sala 1:

Exposição de Longa Duração:

- a) Processo de Hominização.
- b) Passagem do Homem para a América.
- c) O Homem no Vale do Rio Paranapanema.
- d) Métodos e Técnicas do Trabalho Arqueológico.

Sala 2:

Exposição biográfica sobre Mario Neme e Luciana Palestrini:

- a) Mário Neme: cronologia de uma vida.
- b) Luciana Palestrini: uma vida dedicada à arqueologia.

Sala 3:

Exposições Temporárias sobre os diversos programas de pesquisa arqueológica que fazem parte do Projeto Parana-panema.

Sala 4:

Espaço dedicado à guarda do acervo em armários de aço (com mezanino), sendo que uma das laterais é transformada em vitrina para o público ter acesso, também, às coleções. Estes armários devem ficar próximos à uma área destinada ao estudo e organização do acervo.

Sala 5:

Área destinada aos trabalhos públicos, como projeção de vídeo, atividades educativas, conferências, etc.

Este núcleo, de alguma forma, já é uma realidade em Piraju, em função da importância da atuação do Centro Regional Mário Neme. Nesse sentido, sua implantação está vinculada a duas questões: por um lado, à adequada preparação do espaço (Galpão da Estação Ferroviária) e, por outro lado, às estratégias pedagógicas que devem vinculá-lo aos sítios arqueológicos, ao cotidiano da cidade e às atividades dos outros núcleos.

Para tanto, este núcleo deve contar com as seguintes linhas de atuação:

- a) visitas monitoradas às exposições, seguidas de atividades educativas vinculadas à Arqueologia Experimental (em especial para o público infanto-juvenil);
- b) visitas aos sítios arqueológicos da região, em especial durante etapas de escavações (programas turísticos);
- c) organização de seminários, sessões de vídeos e debates sobre arqueologia;
- d) realização periódica de cursos, para o público infanto-juvenil, sobre arqueologia, e
- e) preparação de professores para o acompanhamento das atividades deste núcleo.

2.1.2. PROCESSO DE TRABALHO

- a) - reforma do Galpão da Estação Ferroviária.
 - detalhamento museográfico do projeto do mobiliário para a reserva técnica, uma vez que parcela substancial das instalações depende de

móveis, divisórias e portas especialmente planejadas.

- preparação do circuito entre os sítios arqueológicos.
- b) - elaboração de proposta para organização, guarda das coleções e realização dos respectivos estudos, como também, apresentação expositiva. Encaminhamento desta proposta às agências financiadoras, visando a contratação dos profissionais para o estudo, catalogação e possível publicação de um catálogo do Projeto Paranapanema.
- montagem das exposições.
- início das atividades pedagógicas
- c) - abertura integral do núcleo - inserção das visitas aos sítios arqueológicos em programas turísticos.

2.2. NÚCLEO MUSEOLÓGICO B

"RIO PARANAPANEMA: A ALMA DA CIDADE"

Este núcleo terá sua atuação voltada para as questões ambientais, utilizando o Rio Paranapanema como eixo temático, em função de sua importância para a cidade. Partindo da idéia de que este rio ocupa espaço significativo na construção da memória de Piraju, considera-se fundamental fomentar processos participatórios em que a população possa expor a "imagem" que tem do Rio Paranapanema.

Para tanto, o Museu da Cidade deve desencadear duas linhas de atuação para consolidação desse núcleo, a saber:

- a) estudo e organização da documentação existente, com apoio de entidades ambientalistas e acadêmicas.
- b) desencadear campanha pública, com apoio da imprensa (jornal, rádio), com o tema "Mostre o Rio que voce vê", com o objetivo de levantar as diferentes imagens que a população foi guardando sobre o rio. Neste processo, documentos em diferentes suportes (fotos, desenhos, textos, etc) podem surgir e, após a devida catalogação devem ser expostos em local próximo ao rio e, em seguida, percorrer as escolas da cidade (a partir do empréstimo dos documentos).

A implantação desse núcleo deve amparar as contradições normalmente existentes entre a preservação, uso e transformação das referências ambientais. Por um lado, este núcleo pode contribuir para uma pedagogia da apropriação, ou seja: chamar a atenção para o equilíbrio ecológico e a necessidade de conter a devastação da natureza.

Sem uma sede específica, sua atuação deve consolidar-se junto aos espaços abertos (praças, nichos ecológicos, rio, etc), como também nas escolas através de oficinas de reciclagem de papel, maletas pedagógicas sobre questões ambientais, adoção de áreas verdes através de campanhas, entre outras atividades.

A estratégia adotada, focalizando o Rio Paranapanema, pode ser repetida sistematicamente através da valorização de outros elementos, como o inventário de áreas verdes e a reorganização do viveiro de plantas.

O desenvolvimento desse núcleo deve visar a formação da população infanto-juvenil, a contribuir para a

implantação de programas turísticos não predatórios e colaborar para a elaboração do Código Ambiental do Município de Piraju.

2.3. NÚCLEO MUSEOLÓGICO C:

"TRADIÇÃO E PROGRESSO: O CAFÉ E A EVOLUÇÃO DA CIDADE"

O café é uma referência básica para a organização e desenvolvimento de Piraju como cidade, como também de sua projeção no cenário estadual e nacional. Representa, no que diz respeito ao universo patrimonial, a linha divisória entre a tradição (preservação das referências ligadas ao período áureo) e progresso (opção por novos caminhos econômicos).

O café será utilizado como símbolo para que este núcleo possa musealizar a força do trabalho que tem consolidado as estruturas sócio-culturais de Piraju.

A partir da memória construída em função do café, o desenvolvimento deste núcleo abordará outras questões, tais como: pecuária, comércio, indústria, etc.

Este núcleo deve atuar por meio de cinco bases: sede central com mostras de longa duração e reserva técnica do acervo; inventário dos signos urbanos (casas, monumentos, ruas) ligados ao desenvolvimento da cidade; organização de circuitos para visita; exposições itinerantes com temas ligados à história sócio-econômica de Piraju, para serem montadas em escolas, empresas, indústrias, clubes e projetos pedagógicos apoiados na Educação Patrimonial.

2.3.1. SEDE

A Estação Ferroviária deve servir como sede básica depois que passar pelas devidas reformas, que compreendem a restauração do edifício e a adequação da arquitetura interna para poder receber a instalação de uma instituição que abrigará acervo (de tipologia diferenciada) e estará aberta à visitação.

Este edifício dividido em dois pavimentos deve reservar o andar superior para as atividades burocráticas e técnicas, como também para palestras e projeção de vídeos. No andar térreo, a divisão deve ser a seguinte:

Sala 1:

Exposição de Longa Duração

- a) O Povoamento da Região
- b) São Sebastião do Tijucu Preto: as terras dão o contorno à cidade
- c) Piraju: o desenvolvimento da cidade
- d) O Café: cultivo e tecnologia
- e) Piraju: perfil econômico

Sala 2:

Exposição Temporária

"As Ruas e Praças da Cidade"

Espaço destinado à apresentação de mostras biográficas sobre personalidades que deram nomes às ruas e praças, a partir do desenvolvimento dos estudos vinculados ao Banco de Dados e do empréstimo dos objetos junto às famílias.

Sala 3:

Exposição Temporária

Espaço destinado a mostras temporárias que, em seguida, devem se transformar em itinerantes, enfocando a pecuária, a indústria e o comércio.

Sala 4:

Reserva Técnica: deve ser preparado um espaço para abrigar coleções, mesmo que temporariamente, e proceder o devido tratamento museológico.

A implantação do núcleo Tradição e Progresso deve ser acompanhada de uma estratégia pedagógica apoiada nos princípios da Educação Patrimonial, ou seja: priorizar a referência do patrimônio como evidência material de um processo cultural que deve ser vivenciado pelo público, em especial o infanto-juvenil em sua formação educacional. Significa que a história da cidade deve ser conhecida pela população a partir da convivência com os signos urbanos, da familiaridade com os objetos musealizados e da participação em reconstituições de fatos relevantes da história local.

2.3.2. PROCESSO DE TRABALHO

- a) - restauração e adaptação da sede, a partir da elaboração de projeto específico para esse fim, que deve ser encaminhado para empresas locais, com o objetivo de obter o financiamento das obras. Este projeto deve dar início a um longo processo de parceria entre o Museu da Cidade e os representantes dos principais setores econômicos

de Piraju, uma vez que a atuação deste núcleo está voltada para a musealização desta realidade.

- b) - detalhamento do projeto museográfico para a montagem das mostras acima mencionadas;
- preparação dos circuitos de visita aos principais pontos históricos da cidade e a respectiva inserção em programas turísticos.
- c) - após a instalação da estrutura básica na sede central, este núcleo deve desencadear um processo de sensibilização da população em relação à sua área de atuação. Para tanto, deve estabelecer uma "gincana cultural" sobre a memória do café, com o objetivo de inventariar os bens patrimoniais. Com o apoio da imprensa (jornal e rádio) esta gincana deve contar com a participação de professores que possam colaborar na catalogação dos objetos recuperados pelos participantes, como também gravar informações sobre os respectivos donos. O material coletado deve fazer parte de mostra temporária, como estímulo à preservação patrimonial.
- d) - todo esse processo deve estar permeado por projetos educativos, vocacionados para a observação, fruição e, questionamento das evidências patrimoniais ligadas à história local.

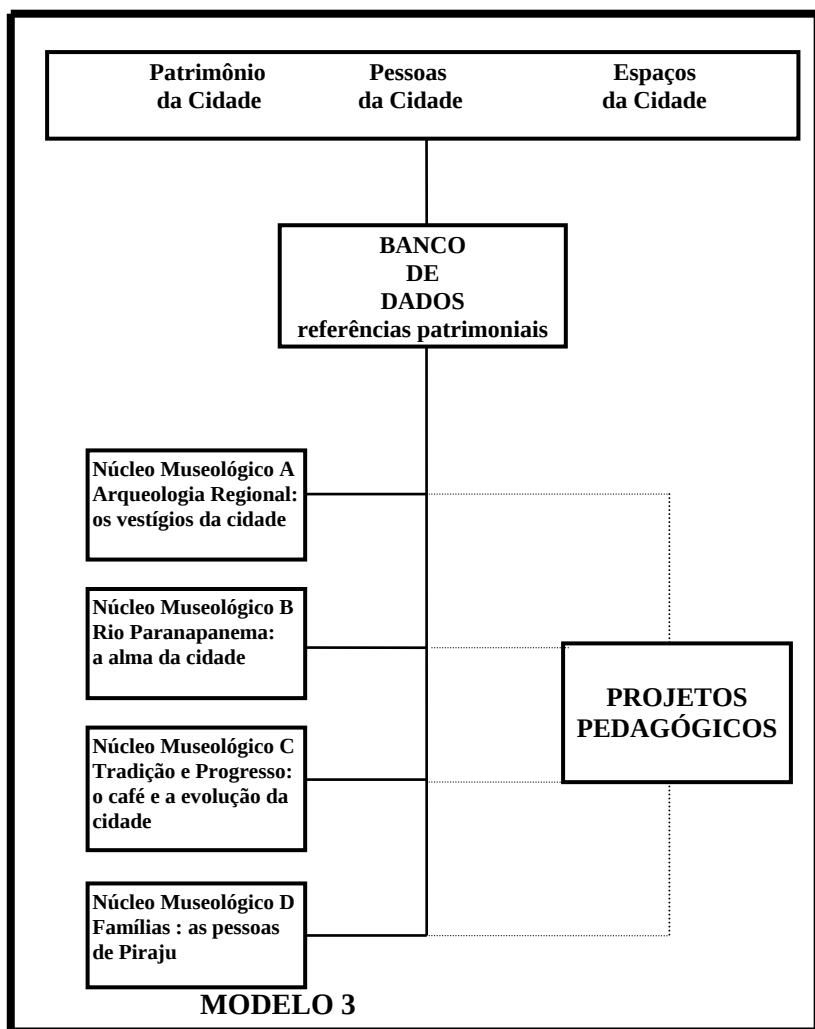
A mesma estratégia ligada à musealização da "Memória do Café - vinculada à força do trabalho" pode ser utilizada para o tratamento de outros elementos sobre a cidade de Piraju,

sempre relacionados à abordagem dos limites e reciprocidades entre tradição e progresso.

2.4. NÚCLEO MUSEOLÓGICO D: "FAMÍLIAS: AS PESSOAS DE PIRAJU"

Procurando conhecer o cotidiano das diferentes famílias, a partir da consideração de que a família é uma célula fundamental na dinâmica de uma cidade, este núcleo pretende levantar junto à população, a história das famílias, os usos e costumes, as opções quanto ao lazer e devoção, entre outros aspectos.

A implantação deste núcleo, em um primeiro momento, deve contar com o apoio dos professores para a aplicação de questionários junto aos alunos. Utilizado como instrumento de investigação, devidamente preparado (perguntas estimulantes acompanhadas por imagens) e analisado, o questionário passa a desempenhar um papel chave para o levantamento do perfil da população. Em um segundo momento, este perfil deve apontar aspectos a serem musealizados, a partir do tratamento de temas de relevância para a população. Através de exposições, esses temas podem ser abordados periodicamente e devidamente desdobrados em atividades pedagógicas.



(Quadro geral sobre o modelo)

“Museus de Interior”

- o resgate dos vestígios abandonados -

“Os museus não valem como depósitos de cultura ou experiência acumulada, mas como instrumentos geradores de novas experiências e renovação da cultura”

Carlos Drumond de Andrade (1975)

**Desenvolvimento da Proposta
(quadro referencial)**

Introdução: justificativas para o modelo.

1ª Parte: Conceito Museológico: a recuperação do passado

1.) Um aspecto do perfil da Museologia Paulista

2ª Parte: Metodologia de Trabalho: as parcerias do Projeto
Paranapanema

Obs.: a descrição do modelo é apresentada a seguir

INTRODUÇÃO: JUSTIFICATIVAS PARA O MODELO

A história dos museus reservou para este século a multiplicidade de formas museológicas que partiu, em geral, do desdobramento dos grandes museus, da especialização do conhecimento e da necessidade de aproximação com a sociedade.

Assim, não só as grandes instituições abriram as suas portas para a atuação extra-muros, diversificando os seus projetos com exposições itinerantes e atividades nas escolas, mas o patrimônio local, comunitário e ainda não musealizado, passaram a gerar novos processos museológicos, como já foi visto anteriormente.

Este lento caminhar, que tem na presença de Georges Henri Rivière, um símbolo e uma grande inspiração, conta com muitos adeptos e uma centena - ou mais - de estimulantes experiências pelo mundo.

A Museologia tem proporcionado um repensar nas estratégias de tratamento e apropriação dos bens patrimoniais locais, sugerindo metodologias alternativas.

Entretanto, alguns processos ficaram no meio do caminho, ou percorreram atalhos que lhes garantiram a sobrevivência e a caracterização de um perfil muito particular. É o caso, por exemplo, da rede de museus estaduais que se espalha pelo interior do Estado.

É importante mencionar que os museus da rede, e mesmo outros que foram criados a sua semelhança, contam com objetos arqueológicos. Em geral, esses testemunhos da presença pré-colonial estão nestas instituições despossuídos de análise arqueológica e descontextualizados. Alguns nem pertencem à região, outros foram coletados por amadores, ou ainda achados por meio do trabalho

agrícola. Entretanto, uma vez apresentados nestes museus locais, passam a compor o cenário dos indicadores da memória pré-histórica.

Neste sentido, este modelo propõe uma **estratégia de resgate cultural** para os vestígios abandonados nos museus do interior, vinculados à área do Paranapanema. Para tanto, conta com a fundamental parceria de outro projeto que já está em desenvolvimento. Trata-se do trabalho de Selma Ires Chiari, voltado para o “Perfil Museo-Arqueológico do Projeto Paranapanema”⁴³.

Desta forma, este modelo associa-se às intenções de Chiari, propondo estratégias de musealização para o perfil arqueológico que está sendo delineado, em suas pesquisas concernentes aos objetos pré-coloniais, existentes nos museus da referida área.

Assim, esse modelo pretende contribuir para mais um aspecto da consolidação do perfil preservacionista dos problemas inerentes à implementação do Projeto Paranapanema.

1ª PARTE: CONCEITO MUSEOLÓGICO: A RECUPERAÇÃO DO PASSADO

1. O PERFIL DA MUSEOLOGIA PAULISTA

A implantação de museus em São Paulo tem acompanhado, ao longo deste século, as idéias de progresso e desenvolvimento que nortearam esta parcela do Brasil e conduziram-na para uma posição de destaque nacional.

Assim, os museus da capital foram para o interior seguindo o caminho do café, das estradas de ferro e das indústrias. É

(43) Chiari vem desenvolvendo levantamentos sistemáticos nos museus da região, analisando os artefatos e mapeando as ocorrências museo-arqueológicas de interesse para o Projeto Paranapanema.

bem verdade que abandonaram o litoral e foram fortalecidos pelos ciclos econômicos que tiraram a riqueza das entranhas dos processos de migração e imigração, que povoaram as regiões norte, sul e oeste de São Paulo.

Entretanto, a mesma idéia de progresso que impulsionou a criação do Museu Paulista (1895), tem sido responsável pela destruição de incontáveis fragmentos da nossa memória. Neste cenário que, exatamente no momento da redação deste trabalho, é desolador, constata-se, também, uma flagrante falta de atenção ao passado pré-colonial.

A história dos museus em São Paulo, após a deflagração do processo museológico capitaneado pelo museu acima referido, conviveu desde o início com a pluralidade de instituições científicas e culturais. Desde as primeiras décadas deste século, a produção científica foi partilhada com institutos de pesquisa e com a Universidade de São Paulo, o conceito de preservação da memória recebeu os ecos da atuação dos Institutos Históricos e Geográficos, e a dinâmica da sociedade foi sistematicamente alterada pelas influências que os imigrantes trouxeram do interior, ou pelos estímulos culturais propostos pelos migrantes das outras regiões do país.

Neste território do “futuro” tem sido difícil alicerçar bases museológicas preservacionistas. Por um lado, não deve ser negligenciado que o nosso “mito de origem” está consolidado na sacralização da imagem do bandeirante: aquele que desbravou terras e aprisionou povos para trazer a riqueza. Por outro lado, a perspectiva desenvolvimentista, daqueles que vivem neste Estado, não coincide com nenhuma esfera conceitual sobre preservação.

Assim, alguns momentos desta trajetória museológica serão delineados, com o objetivo de apresentar um cenário capaz de

contextualizar o abandono dos vestígios arqueológicos nos museus do interior.

É importante registrar que as três primeiras décadas deste século, não só significaram muito para a auto-estima econômica deste Estado, como para sua inserção no mundo das artes e ciências.

Nos salões da capital e do interior conviveram artistas, cientistas, políticos e intelectuais, que discutiram sobre os rumos do país, planejaram movimentos culturais e organizaram partidos políticos. Como já foi apresentado neste trabalho, o melhor exemplo deste momento deve ser atribuído à experiência da implantação do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, pois sua equipe foi capaz de enxergar além dos vitrais dos palacetes da avenida Paulista (São Paulo) ou mesmo reconhecer as imagens estantâneas do cotidiano, que surgiram e se confrontaram nos caminhos percorridos pelo interior do Estado.

Entretanto, a partir do final da década dos anos trinta teve início um período de grande isolamento de São Paulo, no que diz respeito à política nacional de cultura, ou dos sucessivos processos federais que têm sido implantados até os dias de hoje. Enquanto vários Estados estavam sendo alvo de atenção do governo central e, desta forma recebendo apoio para a estruturação de museus nacionais, este Estado, criou instituições museológicas a partir de suas próprias forças. Foi um momento importante para os museus de arte com o surgimento de diversas estruturas institucionais. Também os centros de ciências proliferaram e criaram seus próprios museus. (RÚSSIO, 1980).

Cabe destacar que estes impulsos museológicos que se concentraram entre os anos quarenta e cinquenta, privilegiaram a capital.

No âmbito do modelo ora apresentado, merece destaque um outro movimento que foi no sentido contrário e deflagrou

a criação de museus no interior. Portanto, muito mais responsável pelo perfil existente ainda hoje.

Deste movimento devem ser destacados os seguintes aspectos:

- 1) os processos e campanhas deflagrados pelo médico Eurico Branco Ribeiro, à frente do Rotary Club do Brasil, a favor do museus, a partir de 1945.
- 2) o empenho de Vinícius Stein Campos na implantação dos Museus Histórico e Pedagógicos, a partir da Secretaria de Estado dos Negócios de Educação, nas décadas de cinquenta e sessenta.

Quanto à campanha do Rotary Club do Brasil, Waldisa Rússio (1980)⁴⁴, explica que ... “o museu seria o resultado de uma clara consciência de sua necessidade, do desejo comunitário de possuí-lo e a consequente obrigação de mantê-lo. Neste caso, o museu não seria um corpo estranho, enquistado na cidade sem qualquer vinculação existencial com a população ou à sua história”.

Essa campanha, que foi reiteradas vezes impulsionada pelo médico acima referido, deixou muitos frutos, sobretudo com a criação dos museus das cidades de Atibaia, Bauru, Guarapuava e Livramento, instaurados por rotarianos.

Já o processo deflagrado por Vinícius Stein Campos assegurou as bases das estruturas museológicas instauradas pelo interior do Estado e aponta para idéias e mentalidades presentes ainda hoje nestas instituições.

Assim, pelo decreto nº 26.218 de 3.8.1956, durante o governo estadual de Jânio Quadros, foram instituídos os quatro primeiros museus, denominados de históricos e pedagógicos,

(44) Trecho extraído de artigo publicado do Suplemento Cultural do jornal “O Estado de São Paulo” nº 167 - ANO IV - janeiro de 1980.

vinculados a patronos de representatividade nacional como Prudente de Moraes, Campos Sales, Rodrigues Alves e Washington Luís.

A princípio, foram concebidos como museus escolares, expandiram-se por outras cidades e tiveram sua organização apoiada nas idéias do regimento interno do Museu Imperial de Petrópolis. Os patronos passaram a ser escolhidos entre personagens das letras e artes, além dos políticos. No ato de 30.4.1957 que regulamentou estas instituições, alguns aspectos chamam atenção, a saber:

- instituições que foram criadas com caráter cívico e educacional e se destinavam a manter vivo o passado da nação;
- estes museus deveriam contar com o apoio do Museu Paulista e vincular-se à trajetória política do patrono e desdobrar-se em relação ao período correspondente;
- vinculação da instituição museológica e desenvolvimento de pesquisa sobre a cidade e região;
- configuração do perfil institucional com as responsabilidades museológicas que cobrem da coleta de objetos à montagem de exposições, passando por todas as outras etapas curatoriais.

Stein Campos, destaca que ... “No segundo semestre de 1958, à luz da experiência adquirida com os museus já instalados e postos a funcionar, e, atendendo, principalmente ao trabalho de investigação e divulgação histórica que urge realizar, aliado ao da preservação do patrimônio histórico nacional em terras paulistas, procedeu-se a cuidadoso planejamento de uma estruturação dos serviços dos museus históricos e pedagógicos de São Paulo em bases

mais amplas, de sorte a serem atendidos os objetivos visados pela sua instituição” (1960, p. 10).

Os vinte e oito museus organizados nos primeiros anos desta empreitada foram agrupados em três categorias, a saber:

- Museus do Período Colonial
- Museus do Período Monárquico
- Museus do Período Republicano.

Assim, desta experiência que norteia o perfil dos museus do Interior até os dias de hoje, destacam-se dois aspectos significativos:

- 1º) a reiterada postura paulista de procurar o Brasil nas suas entranhas
- 2º) o abandono completo da preservação da memória pré-colonial.

Ao longo das décadas dos anos sessenta e setenta, esses tipos de museus cresceram dentro da rede estadual, ou mesmo, a partir da iniciativa de vários municípios. Entretanto, é possível afirmar que se distanciaram muito das propostas originais, em alguns períodos ficaram abandonados à própria sorte e, alguns, só sobreviveram em virtude do apoio de algumas pessoas, em especial, professores da rede pública.

Cabe destacar que os caminhos que interiorizaram os processos de musealização no Estado de São Paulo seguiram uma rota oposta ao que acontecia em outros países.

A descentralização museológica e a democratização dos procedimentos em relação à preservação patrimonial, que têm acompanhado a conduta dos profissionais de museu desde o início deste século, procuraram ir ao encontro das manifestações sócio-culturais dos segmentos menos favorecidos e, portanto, exilados dos processos elitistas de musealização. Aqui, ocorreu o contrário. A elite

foi procurada no interior, para impor ao país a importância deste Estado na construção da nação brasileira. Na verdade, o perfil dos museus históricos nacionais serviu de modelo para a implementação do referido processo.

Outro aspecto que deve ser destacado, prende-se ao isolamento destes museus em relação à implantação e desenvolvimento das instituições na capital do Estado. É possível afirmar que nos últimos trinta anos São Paulo gerou dois processos distintos. O primeiro protagonizado pelos museus sediados na metrópole paulista, a partir das diferentes estruturas institucionais, e o segundo segmento corresponde à referida rede de Museus Históricos e Pedagógicos.

Além do já citado Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas Mário Neme, da recente reformulação do Museu de Iguape (SCATAMACCHIA, 1990), e das coleções arqueológicas do Museu Universitário da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, restam algumas coleções ou mesmo objetos esparsos pelas instituições do interior.

Além dos documentos produzidos por Vinícius Stein Campos, da legislação que envolveu esse processo e dos textos elaborados por Eurico Branco Ribeiro, pouco se sabe sobre o início da atuação desses museus que foram criados a partir de uma forte concepção cívica. Entretanto, o então olhar sociológico de Waldisa Rússio elaborou uma profunda análise sobre estas instituições que foi transformada na dissertação de mestrado “Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento”.

Este trabalho revelador e pioneiro indicou que ... “As instituições museológicas do Interior do Estado, salvo raras exceções, o de que mais padecem é exatamente da falta de informação de caráter museológico, refletida na pobreza de técnica de suas vitrinas, a

revelar, também, um espírito imobilista que tende a fazer do museu a negação da vida. Museu-arquivo, museu-apêndice, museu indefinido, museu não especializado; exposição não expositiva; não valorização das exposições temáticas **especiais**; museus sem centro de interesse definido, **não-especializados** no que diz respeito à área museológica e não-especializados no que diz respeito às suas outras funções técnicas (pesquisa, serviços educativos, comunicação cultural, etc). Pode-se dizer - de uma maneira lacônica e melancólica - que as organizações museológicas paulistas, no **Interior**, não têm qualquer diferenciação ou especialização museológica (embora sua denominação, quase sempre, pressuponha a biografia), nem especialização quanto às atividades de apoio (sejam elas técnicas ou administrativas “stricto sensu”)” (RÚSSIO, 1977, p. 113 e 114).

A partir desta data, várias iniciativas administrativas possibilitaram revisões na orientação desses museus, alguns foram extintos e outros municipalizados. Desde a organização do Dema - Departamento de Museus e Arquivos do Estado - é visível a profissionalização desta área e a recuperação de muitas destas instituições.

Entretanto, a inserção da Arqueologia neste contexto ainda está para acontecer.

2ª PARTE: METODOLOGIA DE TRABALHO: AS PARCERIAS DO PROJETO PARANAPANEMA

Este modelo, proposto para recuperar os vestígios abandonados nos museus deve ser compreendido como um **plano de intenções**, cujos princípios museológicos já foram apresentados, não só na formulação dos dois modelos anteriores, mas estão implícitos na

elucidação referente aos processos de musealização, por isso não serão repetidos.

Assim, a partir da explícita parceria com o já citado projeto de Selma Ires Chiari, esta proposta tem os seguintes objetivos:

- a) identificar, mapear e analisar, os vestígios pré-coloniais nos municípios concernentes ao Projeto Paranapanema.
- b) apresentar propostas museológicas de tratamento e comunicação dos vestígios identificados.
- c) estimular a atuação dessas instituições, a partir de propostas de mostras itinerantes e de educação patrimonial.
- d) possibilitar à população, que vive na área coberta pelo Projeto Paranapanema, uma outra forma de apropriação dos bens pré-coloniais.

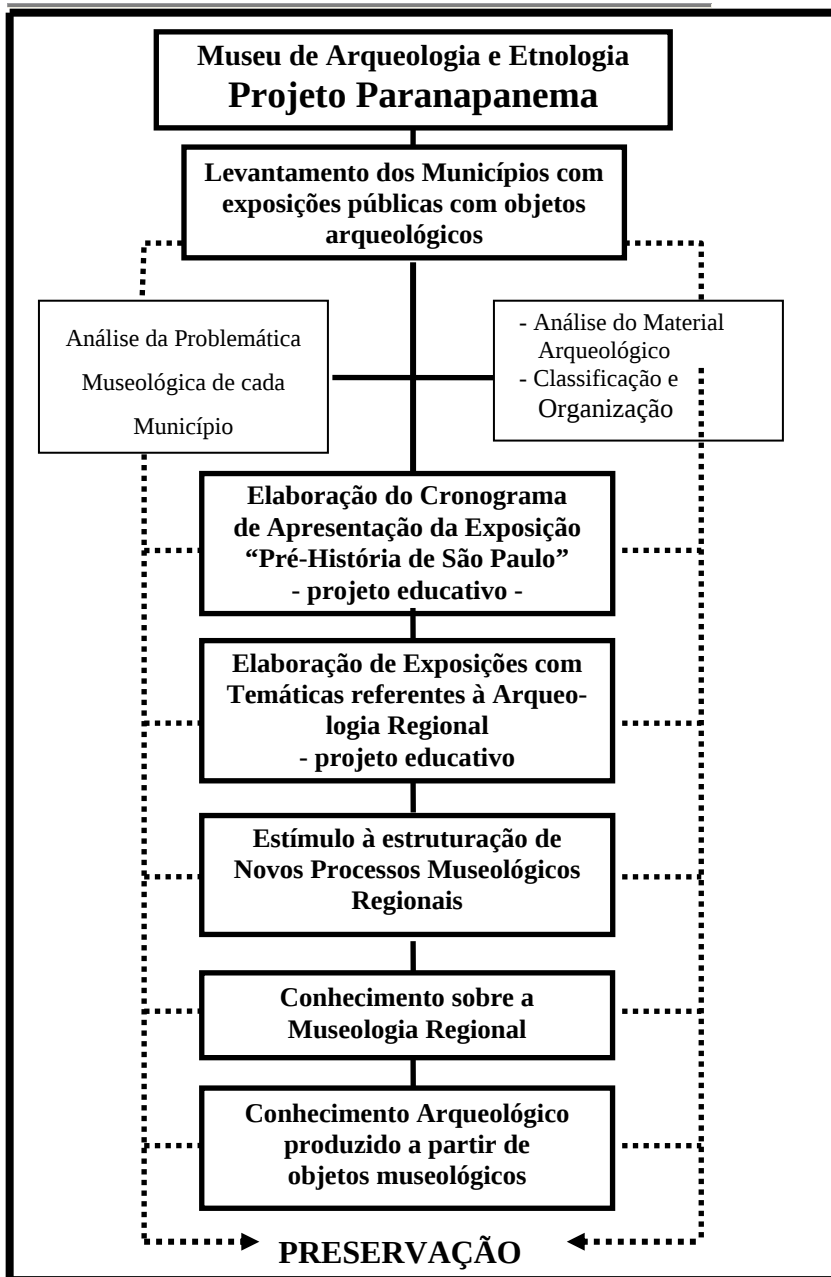
A partir da experiência piloto⁴⁵, realizada por Chiari, o levantamento realizado em uma meso-região da área do Paranapanema, comprovou a existência desses vestígios perdidos e a necessidade de recuperá-los.

A estratégia que está sendo pensada pretende que a exposição itinerante, já citada, “Pré-História de São Paulo” - desdobrada em mais uma parte referente às pesquisas do Paranapanema, acompanhe sistematicamente os trabalhos de levantamento em cada meso-região do projeto. Ao término do levantamento em cada meso-região, será operacionalizada uma avaliação sobre o perfil dos vestígios abandonados e, ao mesmo tempo, em relação à potencialidade museológica da área estudada.

(45) Informações inseridas no Relatório “Levantamento dos Vestígios Arqueológicos Pré-Coloniais e Colonial Presentes em Instituições e Acervo Particular da Meso-Região de Capivara” (1995).

Enquanto as propostas de Chiari prendem-se mais na análise dos vestígios, esta, procurará cobrir as questões museológicas e educacionais vinculadas à extroversão da Arqueologia. A atuação conjunta, todavia, será fundamental. Desta forma, outros temas serão alvo de musealização para a elaboração de exposições itinerantes e mesmo implantação de novas estruturas museológicas.

Este modelo pretende, também, embasar processos museológicos semelhantes ao apresentado no modelo 2 - do ponto de vista metodológico - em outras cidades e, neste sentido, a recuperação do material arqueológico pode representar o primeiro passo para este trabalho.



(Quadro geral sobre o modelo)

A apresentação dos três **modelos de musealização da Arqueologia** permite avaliar as distintas necessidades comunicacionais e preservacionistas do Projeto Paranapanema.

Neste sentido, devem ser compreendidos, preliminarmente, a partir de suas características particulares. Em um segundo momento, devem ser identificadas e estimuladas as perspectivas de interação e retroalimentação entre os três processos.

Cabe salientar que a distinção entre os três modelos é responsável, também, pelos graus de complexidade inerentes às questões históricas, conceituais e metodológicas de cada um deles.

Assim, podem ser entendidos por meio da seguinte identificação:

- **modelo instituição:** “Programa de Comunicação Museológica do MAE/USP”
- **modelo conceito:** “Museu da Cidade de Piraju”
- **modelo estratégia:** “Museus do Interior”

A formulação do **modelo instituição** levou em conta os aspectos constitutivos (estruturais e conjunturais) do novo Museu de Arqueologia e Etnologia, por ser a sede principal do Projeto Paranapanema. Da mesma forma, as questões históricas do fenômeno museu atingem mais diretamente esta proposta, pois o MAE/USP é uma instituição com todas as características dos museus tradicionais.

Já o **modelo conceito** partiu de uma idéia. Assim, a idéia de cidade foi pensada como elemento estruturador do processo

museológico e viável para possibilitar a integração entre as referências patrimoniais. Este modelo é apresentado, ainda, como um conjunto de postulados, cuja implementação, que já vem ocorrendo, depende de questões conjunturais, que interagem com o processo em tempos diferentes.

O **modelo estratégia** surgiu coligado a outro projeto já existente e corresponde à necessidade de atender a um aspecto peculiar da trajetória museológica paulista, ou seja: recuperar os vestígios abandonados nos próprios museus. Neste sentido, ele é o menor e mais conciso modelo apresentado. Trata-se da reunião de propostas para atuação recuperadora de um processo que já está implementado, em alguns níveis estagnado e, sobretudo, com diretrizes que extrapolam o Projeto Paranapanema.

Os três modelos estão relacionados, como já foi salientado, a partir da noção, proposta pela coordenação do referido projeto arqueológico, referente ao “**gerenciamento da informação/preservação patrimonial**” e têm uma forte vocação educacional.

CONCLUSÃO

EXISTE UM FUTURO PARA O NOSSO PASSADO?

A intervenção da pesquisa arqueológica, que dá fidedignidade aos vestígios pré-coloniais soterrados por séculos de ocupações humanas superpostas, é responsável, também, pela constituição de uma nova e particular dimensão patrimonial. A evidenciação deste patrimônio arqueológico, em um primeiro momento, depende daqueles que produzem o conhecimento, a partir das investidas em campo e laboratório. Em um segundo momento, as estruturas institucionais museológicas e toda a sua potencialidade e obrigatoriedade de preservação e comunicação, passam a representar o principal suporte para que a sociedade conheça estes vestígios e possa identificá-los como referências patrimoniais.

Entretanto, o patrimônio arqueológico deste país, não aparece, com nitidez, no quadro interpretativo da cultura brasileira. As conquistas e as características das sociedades pré-coloniais não têm sido incorporadas na nossa herança patrimonial e, neste sentido, não têm servido como indicadores na construção da memória cultural brasileira.

Este estudo de modelos de musealização teve a intenção de salientar esse problema e, a partir de um estudo de caso, apontar propostas museológicas para a superação do quadro acima referido.

Assim, nesta conclusão, alguns aspectos devem ser reiterados.

Em um contexto geral, salienta-se a estreita vinculação entre museus de Arqueologia e estruturas universitárias, ou mesmo a opção, por parte de algumas universidades, de institucionalizar a pesquisa arqueológica, abstraindo o apelo

museológico inerente aos vestígios que são coletados e estudados. Esta vinculação garante a docência e a produção de conhecimento, mas prejudica a extroversão museológica. Como já foi indicado, as universidades brasileiras ainda não estabeleceram um plano de atuação para seus museus. Esta afirmação não significa, em hipótese alguma, a defesa da idéia, infelizmente recorrente, de que os museus devam ser retirados das universidades. Ao contrário, revela a urgência das universidades repensarem sua lógica estrutural e incorporarem, de fato, as instituições museológicas.

Outro aspecto de ordem geral prende-se às questões ligadas à legislação nacional referente à pesquisa arqueológica. Apesar dos reconhecidos esforços dos órgãos preservacionistas federal e estaduais, a atuação é extremamente tímida no que diz respeito à comunicação dos resultados das inúmeras intervenções arqueológicas. Portanto, esta legislação precisa ser desdobrada para as instâncias correspondentes à divulgação museológica dos acervos arqueológicos que já existem nas instituições e daqueles que estão sendo constituídos em todo o país. Cabe ressaltar que o mesmo rigor que existe para autorizar o acesso à pesquisa, restrito aos profissionais de Arqueologia devidamente credenciados e capacitados, deveria ser repetido para os projetos de exposição e educação. É importante registrar que, até o momento, não existe o menor respeito às necessárias especificidades profissionais no que tange à preparação, execução e avaliação dos processos de musealização da Arqueologia.

No âmbito das instituições que têm a responsabilidade científica em relação ao patrimônio arqueológico, deve ser reiterada a importância do planejamento institucional processual, da implantação de critérios para o gerenciamento da informação e da implementação de um programa de comunicação museológica.

O planejamento institucional pode garantir o estabelecimento de metas e prioridades e o cumprimento das responsabilidades integrais, inerentes aos museus. Por um lado, esta estratégia para a gestão institucional permite o despertar, o respeito e o equilíbrio de todas as áreas que devem constituir um processo museológico. Por outro lado, a avaliação sistemática, que é própria a processos desta natureza, permite um constante repensar sobre os procedimentos internos, sobre a abrangência dos projetos institucionais e, sobretudo, em relação à esperada eficácia dos museus.

O gerenciamento da informação arqueológica, por sua vez, apresenta particularidades no que tange à organização institucional. Na atualidade, é fundamental para os museus considerarem todas as possibilidades de informação ou seja: dos diários e fichas de campo a todos os vestígios fragmentados ou artefatos constituídos. Entretanto, esta perspectiva em relação à Arqueologia pré-colonial implica na reunião de milhares de unidades materiais. Neste sentido, deve ser considerada a implementação de Depósitos de Pesquisa para o armazenamento dos mencionados vestígios. Estes depósitos, à semelhança do que ocorre em outros países, devem guardar de forma organizada o material arqueológico, para que novos e futuros olhares científicos tracem outras interpretações. Assim, os processos museológicos articulariam, apenas, as “coleções-tipo”, ou seja: amostras significativas e representativas do universo cultural resgatado nas pesquisas.

Este quadro, referente às responsabilidades institucionais deve ser completado, evidentemente, com os programas de comunicação museológica. De acordo com o que foi apresentado neste trabalho, estes programas correspondem à implantação de processos sistemáticos de musealização do conhecimento

arqueológico, que possam mediar a extroversão e a preservação dos indicadores da memória sobre as sociedades pré-coloniais.

As propostas apresentadas para o Projeto Paranapanema sinalizam para algumas questões básicas, no que diz respeito aos conceitos e métodos inerentes à comunicação arqueológica.

Repensar a comunicação museológica da Arqueologia no Brasil significa desnudar as trincheiras, que muitas vezes têm sido estabelecidas entre as instituições ou mesmo criadas dentro delas. Da mesma forma, é fundamental estimular a articulação do patrimônio arqueológico com outros segmentos patrimoniais. Considera-se, ainda, indispensável o estabelecimento de estratégias para a recuperação dos vestígios pré-coloniais que estão abandonados nos museus e despossuídos de qualquer aproximação em relação à interpretação arqueológica.

Os três modelos de musealização que foram sugeridos, embora pensados a partir da realidade patrimonial do mencionado Projeto Paranapanema, possuem elementos estruturais que permitem uma aplicação em outros universos congêneres.

Cabe ressaltar, nesta conclusão, que os discursos expositivos voltados para a pesquisa arqueológica têm sido consideravelmente alterados neste século, possibilitando mudanças de forma e conteúdo. A partir da distinção básica entre as apresentações “arqueológico-artísticas” e “arqueológico-tecnológicas”, que vêm traçando uma linha divisória entre os sentidos e significados dos vestígios arqueológicos, outros elementos devem ser reiterados. É impossível não reconhecer o quanto foi importante para a Museologia as buscas para interpretação expositiva dos objetos arqueológicos. Os caminhos que muitos profissionais têm percorrido no sentido de abrigar nas exposições a contextualização dos artefatos, a introdução

de moldes e réplicas e mesmo a preparação de mostras ao ar livre, têm contribuído para uma abertura dos horizontes museológicos.

O patrimônio arqueológico representa para o fenômeno museal dificuldades muito concretas, inerentes aos processos comunicacionais sobre o outro e para o outro, distantes, muitas vezes, no tempo e no espaço.

Finalmente e não menos importante, é fundamental reiterar que os processos de musealização impõem tempos longos para sua aplicação, que não combinam com os tempos acadêmicos e de gestão administrativa e, muitas vezes, ultrapassam gerações de profissionais. Da mesma forma, estes processos estão baseados em estruturas mentais que vêm sendo consolidadas há séculos e, no caso da Arqueologia brasileira, com fortes indícios de um flagrante isolamento da realidade cultural brasileira.

Portanto, cabe salientar que o conhecimento sobre a historicidade dos processos institucionais é um passo decisivo para a implementação dos novos projetos. Apesar desta constatação, nem sempre os museus preservam sua própria memória e, com certeza, essa é uma característica que imprime fragilidade aos processos museais.

No caso específico do Projeto Paranapanema e como síntese das abordagens que foram apresentadas, considera-se que a foto apresentada a seguir simboliza a raiz das estruturas mentais dos processos de musealização que foram propostos.



da esquerda para direita: Leroi-Gourhan, Paul Rivet e Paulo Duarte - Musée de l'Homme, final da década de trinta - Paris

Os documentos existentes no Centro de Documentação do Musée de l'Homme (Paris) e algumas publicações já citadas comprovam a importância da liderança intelectual e política do etnólogo americanista Paul Rivet em relação aos jovens pesquisadores que, ao seu redor, pensaram um novo caminho para os museus antropológicos. Sabe-se que, além dos dois pesquisadores que aparecem na foto, outros tantos nomes significativos deste século circularam pelos corredores daquela instituição, durante as décadas dos anos vinte, trinta e quarenta. Destaca-se, sem dúvida, o nome de

Georges Henri Rivière, que legou para a Museologia os traços decisivos que são responsáveis por sua face contemporânea.

Da mesma forma, uma razoável bibliografia escrita por Paulo Duarte indica, com muita clareza, a importância das idéias desse grupo na suas concepções sobre museu e pesquisa pré-histórica. Sabe-se também que, ao implantar o Instituto de Pré-História em São Paulo, este profissional teve a preocupação de enviar estudantes à França para o necessário aperfeiçoamento profissional. Entre estes estudantes destaca-se, sem dúvida, o nome de Luciana Pallestrini que, como já foi visto, foi a grande seguidora no Brasil da metodologia arqueológica proposta por Leroi-Gourhan. Entretanto, questões de diferentes ordens afastaram Pallestrini de Duarte, e impulsionaram essa arqueóloga a implantar o Projeto Paranapanema em outra instituição.

As mesmas dissonâncias cognitivas e os mesmos interlúdios políticos que foram responsáveis pelos afastamentos em São Paulo, também o foram em Paris. É curioso constatar que, neste final de século, o Musée de l'Homme está revendo as suas propostas e rearticulando as suas intenções museológicas, enquanto a implementação do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP possibilita, também, a junção dos segmentos patrimoniais que tinham sido separados.

Neste sentido, esta foto e este breve histórico referente a alguns profissionais simbolizam a base das preocupações deste trabalho. Os processos de musealização devem intermediar os caminhos entre a comunicação e a preservação patrimoniais, recuperando as idéias e mentalidades daqueles que construíram o passado. Tanto o passado construído pelas sociedades pré-coloniais, quanto o passado das instituições museológicas voltadas para a Arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, R.M.R.M. - **Sangue, Nobreza e Política no Templo dos Imortais**. dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro (1990)
- ALENCAR, V.M.A. - **Museu-Educação: se faz caminho ao Andar**. dissertação de mestrado. PUC-RIO. Rio de Janeiro (1987)
- ALEXANDER, E.P. - **Museums in Motion - An Introduction to the History and Functions of Museums**. American Association for State and Local History. Nashville (1979)
- ALMEIDA, A.M. - **A Relação do Público com o Museu do Instituto Butantã: análise da exposição “Da natureza não existem vilões”**. dissertação de mestrado. ECA/USP. São Paulo (1995)
- ALVES, M.C. - Sala para Experimentações. **IN: Boletim** nº 2, ano 1. MASJ. Joinville (1990)
- _____, M.C. - A Exposição na Escola. **IN: Boletim** nº 3, ano 1. MASJ. Joinville (1991)
- ANAIS - **1º Encontro Internacional de Ecomuseus**. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte. Rio de Janeiro (1992)
- ANDRADE, R.M.F. - **Rodrigo e o SPHAN - coletânea de textos sobre patrimônio cultural**. MINC - SPHAN / Fundação Nacional pró-Memória. Rio de Janeiro (1987)
- ARANTES, A.A. - **Produzindo o Passado - Estratégias de Construção do Patrimônio Cultural**. Brasiliense. São Paulo (1984)
- AZEVEDO, F. - **A Cultura Brasileira**. Melhoramentos/EDUSP. São Paulo (1971)
- BARBUY, H. - **A Exposição Universal de 1889: visão e representação na sociedade industrial**. dissertação de mestrado. FFLCH/USP. São Paulo (1995)

- BARRETO, M.L.P.H. - Educação Patrimonial. **IN: Boletim** nº 5. MINC-SPHAN/Fundação Nacional pró-Memória. Programa Nacional de Museus. Rio de Janeiro (1985)
- BARROSO, G. - **Introdução à Técnica de Museus**. Gráfica Olímpica. Rio de Janeiro (1946)
- BAZIN, G. - **Le Temps des Musées**. Desoer. Bruxelles (1967)
- BENOIST, L. - **Musées et Muséologie**. Press Universitaire de France. Paris (1971)
- BOGUS, R.N. - **Projeto para o Museu das Ferrovias de São Paulo**. dissertação de mestrado. Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo (1985)
- BORNHEIM, G. - Introdução à Leitura de Winckelmann. **IN: Reflexões sobre Arte Antiga**. Co-Edições URGs e Editora Movimento. Porto Alegre (1975)
- BOSI, A. - **Dialética da Colonização**. Companhia das Letras. São Paulo (1992)
- BRANCO RIBEIRO, E. - **Museus Municipais**. Folheto - XVI Conferência Distrital dos Rotary Clubs de São Paulo. Belo Horizonte (1945)
- _____, E - **Museus Municipais**. dissertação de rotariano na Conferência do Distrito 121, São Paulo (1957)
- _____, E - Um Museu adequado para São Paulo. **IN: Caderno de Economia Industrial**. II Série, nº 28. São Paulo (1962)
- BRUNO, M.C.O. - Projeto do Museu do Instituto de Pré-História. **IN: Revista de Pré-História** nº 4. IPH/USP. São Paulo (1983)
- _____, M.C.O. - A Museologia a Serviço da Preservação do Patrimônio Arqueológico. **IN: Revista de Pré-História** nº 6 IPH/USP. São Paulo (1984a)

- _____, M.C.O. - **O museu do Instituto de Pré-História: um museu a serviço da Pesquisa Científica.** dissertação de Mestrado. FFLCH/USP. São Paulo (1984b)
- _____, M.C.O. - **Função Educativa dos Museus Universitários.** Informe Final do Curso Taller Museo y Education. UNESCO. Rio de Janeiro (1985)
- _____, M.C.O. - A Comunidade e o Museu Universitário. **IN: Caderno 2.** Simpósio sobre Memória e Patrimônio Cultural. Mogi das Cruzes (1986a)
- _____, M.C.O. - O Despertar do Espírito Científico através dos Museus. **IN: Novos Enfoques Educativos para a Atividade do Museu: participação, criatividade, comunicação.** OREALC/UNESCO. Rio de Janeiro (1986b)
- _____, M.C.O. -O Instituto de Pré-História e a Socialização do Conhecimento através de Projetos Museológicos. **IN: II Encontro de Museus de Países e Comunidades de Língua Portuguesa.** Lisboa (1989)
- _____, M.C.O. - **Programa Técnico-Científico de Museologia** - Museu de Arqueologia e Etnologia/USP. São Paulo (1992)
- _____, M.C.O. - Musealização da Arqueologia: um estudo de modelos para o Projeto Paranapanema. Tese de doutoramento. FFLCH/USP, São Paulo (1995)
- BRUNO, M.C.O. & NEVES, W. - Ossos para Ofício: proposta, execução e avaliação de uma exposição temporária. **IN: Ciência em Museus** nº 1. CNPq. Belém (1989)
- _____, M.C.O. & VASCONCELOS, C.M. - A proposta educativa do Museu de Pré-História Paulo Duarte. **IN: Revista de Pré-História** nº 7. IPH/USP. São Paulo (1988)

- _____, M.C.O. & GUEDES, S.P.L.C. & AFONSO, M.C. & ALVES, M.C. - Um olhar museológico para a arqueologia: a exposição “Pré-História Regional de Joinville”. **IN: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia nº 1.** MAE/USP. São Paulo (1991)
- BUSH, L. - **Organização de Museus Escolares.** Empresa Editora Brasileira. São Paulo (1937)
- CADERNOS DE MUSEOLOGIA** - Centro de Estudos de Sócio-Museologia/Edição Especial para o Ciclo de Conferências: Nova Museologia - MAE/Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa (1993)
- CALDARELLI, S.B. & BRUNO, M.C.O. - Arqueologia e Museologia: experiências de um trabalho integrado. Pesquisas e exposições do Instituto de Pré-História/USP. **IN: Revista de Pré-História**, nº 3. IPH/USP. São Paulo (1982)
- CAMPOS, V.S. - **Elementos de Museologia - História dos Museus.** São Paulo (1965)
- CÂNDIDO, A. - Prefácio. **IN: Mario de Andrade Por ele mesmo.** Ed. Edart. São Paulo (1977)
- _____, A. - Patrimônio Interior. **IN: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** SPHAN/Fundação Nacional pró-Memória. Rio de Janeiro (1987)
- CARRIER, C. - Propos sur l'exposition. **IN: BRISES**, nº 10. Editions du CDSH. Paris (1987)
- CASTRO, M.W. de - **Mário de Andrade. Exílio no Rio.** Rocco. Rio de Janeiro (1989)
- CHAGAS, M. de S. - **Cadernos de Museologia/Novos Rumos da Museologia.** Centro de Estudos de Sócio-Museologia. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias. Lisboa (1994)

- CHANG, K. - **Rethinking Archeology**. Random House. New York (1967)
- CHAUÍ, M. - **O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira**. Brasiliense. São Paulo (1983)
- CHAUÍ, M. - **Conformismo e Resistência: Aspectos da Cultura Popular no Brasil**. Brasiliense. São Paulo (1986)
- CHIVA, I. - Un Prototypé. un Constat: les musées d'éthnologie. **IN: Constituer Aujourd la Mémoire de Demain**. Actes du Colloque de Rennes. Rennes (1984)
- CINTRA, M.C.R. - **Leitura de fragmentos: relato de uma experiência completa a partir de um acervo incompleto**. dissertação de mestrado. ECA/USP. São Paulo (1990)
- COHN, G. - **A Concepção da Política Cultural nos Anos 70**. IDESP - trabalho apresentado no Encontro de Cultura e Estado. São Paulo (1982)
- COLEMAN, L.V. - **Directory of Museums in South America**. The American Association of Museums. Washington D.C. (1929)
- COLLET, I. - Le Monde Rural aux Expositions Universelles de 1900-1939. **IN: Museologie et Etnologie**. Editions de la Réunion des Musées Nationaux. Paris (1987)
- COUTINHO, C.N. - **Cultura e Sociedade no Brasil - ensaio sobre idéias e formas**. Oficina de Livros. Belo Horizonte (1990)
- DAGOGNET, F - **Le Musée sans Fin**. Collection Milieux. Edition du Champ Vallon (1984)
- DELOCHE, B. - **Museologica-contradictions et logique du Musée**. Collection Museologica. Édition W. Museologie Nouvelle et Experimentation Social. Paris (1989)
- DESCARTES, R. - **Discurso do Método. As Paixões da Alma**. Sá da Costa. Lisboa (1984)

- DUARTE, P. - **Contra o Vandalismo e o Extermínio**. Coleção do Departamento de Cultura. vol. XIX. São Paulo (1938)
- _____, P. - **Paul Rivet por ele mesmo**. Anhambi. São Paulo (1960)
- _____, P. - **Fontes Brasileiras de Pesquisa Pré-Histórica**. Instituto de Pré-História. São Paulo (1970)
- _____, P. - **Mário de Andrade por ele mesmo**. Hucitec. São Paulo (1977)
- ECOMUSÉE EN FRANCE** - Première Rencontre Nationale des Ecomusées. Paris (1987)
- ELIAS, M.J. - **IN: Museu Paulista da Universidade de São Paulo**. Banco Safra. São Paulo (1984)
- _____, M.J. - Revendo o nascimento dos museus no Brasil. **IN: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. MAE/USP. São Paulo (1992)
- FIGUERÔA, S.F. de M. (coord.) **Um Século de Pesquisas em Geociências**. Instituto de Geociências. São Paulo (1992)
- FREIRE, P. - **Pedagogia da Esperança - Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra. Rio de Janeiro (1992)
- FROTA, L.C. - Mário de Andrade: uma vocação de Escritor Público. **IN: Mário de Andrade: cartas de trabalho**. MEC SPHAN. pró-Memória. Rio de Janeiro (1981)
- FUNARI, P.P.A. - **Arqueologia**. Ática. Série Princípios. São Paulo (1988)
- _____, P.P.A. - Arqueologia Brasileira - visão geral e reavaliação. **IN: Revista de História da Arte e Arqueologia**. nº 1. IFCH - UNICAMP. Campinas (1994)
- _____, P.P.A. - Paulo Duarte e o Instituto de Pré-História: Documentos Inéditos. **IN: Idéias**. UNICAMP ano 1, vol. 1. jan/junho. Campinas (1994)

- _____, P.P.A. - A Hermenêutica das Ciências Humanas: A História e a Teoria e Praxis Arqueológicas. **IN: Revista da SBPH.** nº 1. Curitiba (1995)
- GASPAR, A. - **Museus e Centros de Ciências: conceituação e proposta de um referencial teórico.** dissertação de mestrado. Faculdade de Educação/USP. São Paulo (1993)
- GIRAUDY, D. & BOUILHET, H. - **Le Musée et la vie.** La Documentation Française. Paris (1977)
- GOURARIER, Z. - L'échange symbolique entre le musée et la société. **IN: Constituer aujourd'hui la mémoire de demain - Actes du Colloque de Rennes.** Rennes (1988)
- GRINSPUM, D. - **Discussão para uma proposta de política educacional da divisão de Ação Educativo-Cultural do Museu Lasar Segall.** dissertação de mestrado. ECA/USP. São Paulo (1991)
- GROSSMAN, M. - **Interação entre Arte Contemporânea e Arte-Educação: subsídios para a reflexão e atualização das metodologias aplicadas.** dissertação de mestrado. ECA/USP. São Paulo (1988)
- GUARNIERI, W.R.C. - Museu, Museologia, Museólogos e Formação. **IN: Revista de Museologia.** ano 1, nº 1. Instituto de Museologia de São Paulo / FESP. São Paulo (1989)
- _____, W.R.C. - Conceito de Cultura e sua Inter-relação com o Patrimônio Cultural e Preservação. **IN: Cadernos Museológicos.** IBPC, nº 3. Rio de Janeiro (1990)
- GUEDES, S.P.L. de C. - O Projeto Espinheiros e seus Objetivos. **IN: Boletim** nº 3, ano 1. MASJ. Joinville (1991)
- Guia da Exposição Antropológica Brasileira.** Museu Nacional do Rio de Janeiro (1882)

- GULLAR, F. - **Cultura Posta em Questão**. Livraria Brasileira. Rio de Janeiro (1965)
- HERREMAN, Y. - De Gabinetes a Museos. **IN: Quipu**. vol. 2. (3). México. set/dez (1985)
- HINSLEY, C.M. - From Shell - Heap to Stelae: Early Anthropology at the Peabody Museum. **IN: Objects and Others: Essays on Museums and Material Culture**. George W. Stocking Jr. (ed.). History of Anthropology vol. 3. The University of Wisconsin Press. Wisconsin (1985)
- HIRATA, E. & DEMARTINI, C.M.C. & PEIXOTO, D.C.P. & ELAZARI, J. - Arqueologia, educação e museu: o objeto enquanto instrumentalização do conhecimento. **IN: DÉDALO** nº 27. MAE/USP. São Paulo (1989)
- HOLANDA, G. - **Recursos Educativos dos Museus Brasileiros**. Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Organização Nacional do ICOM. Rio de Janeiro (1958)
- HOLANDA, S.B. de - **Raízes do Brasil**. José Olímpio. Rio de Janeiro (1977)
- HORTA, M.L.P. - O Processo de Comunicação em Museus. **IN: Cadernos Museológicos**, nº 1. SPHAN Fundação Nacional pró-Memória. Rio de Janeiro (1989)
- HUDSON, K - **A Social History of Museums**. Macmillan. London (1975)
- IANNI, O. - O Estado e a Organização da Cultura. **IN: Encontro com a Civilização Brasileira**, nº 1. (1978)
- _____, O. - **Estado e Planejamento no Brasil**. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro (1979)
- _____, O - **A Idéia do Brasil Moderno**. Brasiliense. São Paulo (1992)

- JACKNIS, I. - Franz Boas and Exhibits - on the limitations of Museum Method of Anthropology - **IN: Objects and Others - Essays on Museums and Material Culture**. George W. Stocking Jr. (ed.). History of Anthropology. vol 3. The University of Wisconsin Press. Wisconsin (1985)
- JAMIN, J. - Le Musée d'ethnographie en 1930: l'ethnologie comme science et comme politique. **IN: La Muséologie selon Georges Henri Riviére**. Dunod. Bordas (1989)
- KUNIYOSHI, C. - **Projeto de uma Exposição: Arquitetura do Imigrante Japonês em São Paulo**. dissertação de mestrado. Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo (1985)
- LA MUSEOLOGIE-SELON GEORGES-HENRI RIVIÈRE**. DUNOD. Bordas (1989)
- LEÓN, A. - **El Museo: teoria praxis e utopia**. Ediciones Cátedra. S.A. Madrid (1984)
- LEROI-GOURHAN, A. - **Les Hommes de la Préhistoire - les Chasseurs**. Editions Bourrelrier. Paris (1955)
- LIMA, T.A. & BRUNO, M.C.O. & FONSECA, M.P.R. - Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, séc XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ (Exploração Arqueológica e Museológica). **IN: Anais do Museu Paulista - História e Cultura Material**. nova série, nº 1. USP. São Paulo (1993)
- LOPES, M.M. - **Museu: uma perspectiva de educação em geologia**. dissertação de mestrado. Faculdade de Educação da UNICAMP. Campinas (1988)
- _____, M.M. - **As Ciências Naturais e os Museus no Brasil no Século XIX**, tese de doutoramento. FFLCH/USP. São Paulo (1993)

- LUCENA, C. - **Linguagens da Memória**. Apoio 6. Fundação para o desenvolvimento da Educação. São Paulo (1991)
- MACDONALD, G.F. & ALSFORD, S. - **Un Musée pour le Village Global**. Musée Canadien des Civilisations. Québec (1989)
- MAGALHÃES, A. - **E Triunfo? A Questão dos Bens Culturais no Brasil**. Nova Fronteira/Fundação Nacional pró-Memória. Rio de Janeiro (1985)
- MARTINS, W. - **História da Inteligência no Brasil**. Cultrix. São Paulo (1978)
- MAURE, M.A. - Identité. Ecologie. Participation: nouveaux musées. nouvelle muséologie. **IN: VAGUES - une anthologie de la nouvelle muséologie**, vol. 2. Éditions W - M.N.E.S. Savigny - le - temple (1994)
- MENDONÇA, E.S. de - **A Extensão Cultural nos Museus**. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro (1946)
- MENESES, U.B. - Identidade Cultural e Arqueologia. **IN: Cultura Brasileira - Temas e Situações**. Ática. Série Fundamentos. São Paulo (1987)
- MENESES, U.B. - A História. Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. **IN: Revista do IEB/SP**, nº 34. São Paulo (1991)
- MENSCH, P.V. - Museus em Movimento - uma estimulante visão dinâmica sobre interrelação museologia - Museus. **IN: Cadernos Museológicos**, nº 1. SPHAN/Fundação Nacional pró Memória. Rio de Janeiro (1989)
- MENSCH, P.V. - **O Objeto de Estudo da Museologia**. Pretextos Museológicos. Universidade Gama Filho. Rio de Janeiro (1994)
- MICELI, S. - **Estado e Cultura no Brasil**. Difel. São Paulo (1986)
- MICELI, S. & GOUVEIA, M.A. - **Política Cultural Comparada**. FUNARTE - Finep-IDESP. Rio de Janeiro (1985)

- MIELI, M.S. - **Aspectos das atividades de marketing praticadas pelos museus voltados às artes e à história: um estudo na cidade de São Paulo.** dissertação de mestrado. Faculdade de Economia e Administração/USP. São Paulo (1983)
- MOBERG, C.A. - **Introdução à Arqueologia.** Editora 70. Lisboa (1981)
- MORAIS, J.L. - A Utilização dos Afloramentos Litológicos pelo Homem Pré-Histórico Brasileiro: análise do tratamento da matéria-prima. **IN: Coleção Museu Paulista - Arqueologia.** Vol. 7. São Paulo (1983)
- _____, J.L. - **Arqueologia de Salvamento no Estado de São Paulo. Dédalo.** nº 28. MAE/USP São Paulo (1990)
- _____, J.L. - **Secretaria Municipal de Cultura & Meio Ambiente - Planos de Reforma e Gestão.** Piraju (1992)
- MOREIRA, I.M.M. - **Museus e Monumentos em Portugal - 1772 - 1974.** Coleção Temas de Cultura Portuguesa, nº 14. Universidade Aberta. Lisboa (1989)
- MOTA, C.G. - **Ideologia da Cultura Brasileira. 1933-1974.** Ática. São Paulo (1977)
- MOUTINHO, M. - **Museus e Sociedade.** Caderno de Patrimônio, nº 5. Monte Redondo (1989)
- MUSÉES ET SOCIÉTÉS – ACTES DU COLLOQUE NATIONAL MUSÉES ET SOCIÉTÉ MULHOUSE –UNGERSHEIN - juin 1991. org. por Eliane Barroso e Emília Vaillant. Direction des Musées de France. Paris (1993)
- NÉGRI, V. - Les aléas juridiques des dépôts de fouilles. **IN: Musées e Collections Publiques en France** nº 195. Association Générale des Conservateurs de Collections Publique de France. Paris (1992)

- NEVES, W. - Arqueologia Brasileira: algumas considerações. **IN: Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Série Antropologia, vol. 4 (2). MPEG. Belém (1988)
- NICOLAS, A. - **Nouvelles Museologies**. Marselles Association Museologie Nouvelle et Experimentation Sociale. Paris (1985)
- NUNES, M.D. - A Utilização Cultural das Coleções Arqueológicas no Museu de Arqueologia e Artes Populares de Paranaguá. **IN: Arquivos do Museu Paranaense**. Nova série, nº 3. Secretaria de Educação e Cultura. Curitiba (1966)
- OLIVEIRA, F. - **Morte da Memória Nacional**. Topbook. Rio de Janeiro (1991)
- OLIVEIRA, J. - **Contribuição para à História de Saúde Pública Paulista: o projeto de revitalização do Museu de Saúde Pública Emílio Ribas**. dissertação de mestrado. PUC/SP. São Paulo (1986)
- ORTIZ, R. - **Cultura Brasileira & Identidade Nacional**. Brasiliense. São Paulo (1985)
- _____, R. - **A Moderna Tradição Brasileira: cultura brasileira e identidade cultural**. Brasiliense. São Paulo (1988)
- PALLESTRINI, L. - O Espaço Habitacional em Pré-História Brasileira. **IN: Revista do Museu Paulista**, N.S. XXV. São Paulo (1978)
- PENNDORF, J. - **De la Cámara del Tesoro al Museo**. Editorial Gente Nueva. Habana (1987)
- PERINETTI, F. - **Introducción a la Arqueologia**. Nueva Colección. Barcelona (1975)
- PIEILLER, E - Il y a cinquante ans un musée des droits de l'homme?. **Quinzaine Littéraire**. 491: 13-14. Paris (1987)
- POMIAN, K. - Coleção. **Enciclopédia Einaudi/Memória-História 1**. Imp. Nac. Casa da Moeda. Porto (1984)

- _____, K. - Musée Archéologique: art, nature, histoire. **IN: Le Débat**, Éditions Gallimard. nº 49. Paris (1988)
- POSTMAN, N. - **Museus: geradores de cultura** - palestra proferida durante a 15ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus - ICOM. Haia (1989)
- PROUS, A. - L'Archéologie Brésilienne Aujourd'hui - problèmes et tendances. **IN: Estudos d'Anthropologie Brésilienne**. R. Léveque *alii* Editor. Dijon (1994)
- RAHTZ, P. - **Convite à Arqueologia**. Imago Editora. Série Diversos. Rio de Janeiro (1989)
- REAL, R. - **Binômio: Museu e Educação**. MEC-MNBA. Rio de Janeiro (1946)
- RIBEIRO, D. - **O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Companhia das Letras. São Paulo (1995)
- RIVARD, R. - **Que le Musée s'ouvre... ou Vers une nouvelle museologie: les écomusées et les musées ouverts**. Quebec (1984)
- RÚSSIO, W. - **Museu? Um Aspecto das Organizações Culturais num País em Desenvolvimento**. dissertação de mestrado. Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo (1977)
- _____, W. - Museologia e Museu. **OESP**, Supl. Cultural nº 139: 6-8. São Paulo (1979)
- _____, W. - Existe um passado museológico brasileiro?. **OESP**. Supl. Cultural nº 143: 6-8. São Paulo (1979)
- _____, W. - **O museu e a criança brasileira**. **OESP**. Supl. Cultural, nº 127: 11-13 São Paulo (1980)
- _____, W. - **Um Museu de Indústria para a Cidade de São Paulo**. tese de doutoramento. Fundação Escola Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo (1980)

- _____, W. - L'Interdisciplinarité en Museologie. **IN: *Museological Working Papers***. nº 2. ICOFOM. Estocolmo (1981)
- SANTOS, M.C. - **Museu - Escola: uma experiência de integração**. dissertação de mestrado. UFBA. Salvador (1981)
- _____, M.C. - A preservação da Memória enquanto Instrumentos de Cidadania. **IN: *Repensando a Ação Cultural e Educativa dos Museus***. Universidade Federal da Bahia. Salvador (1993)
- SANTOS, M.S. - **História, Tempo e Memória: um estudo sobre museus**. dissertação de mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas. Rio de Janeiro (1989)
- SCATAMACCHIA, M.C.; HIRATA, E.V.; BRAVO, L.; CERÁVOLO, S. - A Divulgação da Pesquisa Arqueológica junto à Comunidade: o papel do Museu Regional. **IN: *Dédalo***. nº 26. MAE/USP. São Paulo (1988)
- _____, M.C. & CERÁVOLO, S. & BRAVO, L. & HIRATA, E.V. - A Recuperação do Passado: uma exposição sobre vestígios da ocupação humana no baixo vale do Ribeira. **IN: *DÉDALO***, nº 28. MAE/USP. São Paulo (1990)
- _____, M.C. & CERÁVOLO, S. & DEMARTINI, C.M.C. - A Caverna do Ódio: um exemplo de utilização social do sítio. **IN: *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia***. nº 2. MAE/USP. São Paulo (1992)
- SCHAER, R. - **L'Invention des Musées**. Gallimard/Reunion de Musées Nationaux. Evreux (1993)
- SCHEINER, T.C.M. - Museus e Museologia - uma relação científica?. **IN: *Ciências em Museus***. vol. 1. nº 1. CNPq Belém (1989)
- SCHNAPP, A. - **L'archéologie Aujourd'hui** - Hachette. Paris (1980)
- SCHREINNER, K. - **Fundamental of Museology**. livro 6. GDR (1985)

- SCHWARCZ, L. - O Nascimento dos Museus Brasileiros 1870-1910.
IN: História das Ciências Sociais no Brasil. vol. 1. Edições
 Vértice - Editora Revista dos Tribunais Ltda.. São Paulo (1989)
- SCHWARTZMAN, S. & BOMENY, H.M.B. & COSTA, V.M.R. -
Tempo de Capanema. EDUSP. São Paulo (1984)
- SHANKS, M. & TILLEY, C. - Presenting the past: towards a
 redemptive aesthetic for the museum. **IN: Reconstructing
 Archaeology: theory and practice.** Cambridge University Press.
 Cambridge (1987)
- SILVA, C.M.de S. e - **Pesquisa de Público em Museus e
 Instituições Abertas à Visitação - Fundamentos e Metodologia.**
 dissertação de mestrado. UFRJ. Rio de Janeiro (1989)
- SILVA, D.A. da - Uma Experiência Educativa com Adultos. **IN:**
Boletim nº 3, ano 1. MASJ. Joinville (1991)
- SODRÉ, N.W. - **Síntese de História da Cultura Brasileira.**
 Civilização Brasileira. Rio de Janeiro (1989)
- SOLA, T. - Contribuição para uma Possível Definição de Museologia.
IN: Cadernos Museológicos. nº 3. SPHAN/Fundação Nacional
 pró-Memória. Rio de Janeiro (1990)
- SONNEVILLE-BORDES, D. - **A Pré-História.** Presença. Lisboa
 (1981)
- SOUZA, A.M. - História de Arqueologia Brasileira. **IN: PESQUISAS**
 - Antropologia. nº 46. São Leopoldo (1991)
- STURTEVART, W. - Museums as Anthropological data banks. **IN:**
**Objects and Others: Essays on Museums and Material
 Culture.** George W. - Stocking Jr. (ed.). vol. 3. The University of
 Wisconsin Press. Wisconsin (1985)
- TABLES RONDES DU 1º SALON DE LA MUSEOLOGIE.**
 Museologie Nouvelle et Experimentation Social. Paris (1986)

- TAMANINI, E. - Significado Marginal do Sambaqui: educação e patrimônio. **IN: Boletim** nº 3, ano 1. MASJ. Joinville (1991)
- _____, E. - **Museu Arqueológico de Sambaqui: um olhar necessário.** Dissertação de Mestrado. UNICAMP, Campinas (1994)
- TEIXEIRA, F.M.P. - **História Concisa do Brasil.** Global. São Paulo (1993)
- TRÉPANIER, P. & NOPPEN, L. - L'objet de Musée: de l'objet témoin à l'objet dialogue. **IN: FORCES.** Québec (1992)
- TRIGUEIROS, F.S. - **Museus, sua Importância na Educação do Povo.** Irmãos Pongetti. Rio de Janeiro (1956)
- TRIGUEIROS, F.S. - **Museu e Educação.** Irmãos Pongetti . Rio de Janeiro (1958)
- VAGUES - **une anthologie de la nouvelle muséologie.** Collection Museologia nº 1. Édition W-M.N.E.S. Savigny-le-Temple. (1992)
- _____, - **une anthologie de la nouvelle muséologie.** Collection Museologia nº 2. Édition W-M.N.E.S. Savigny-le-Temple. (1994)
- VAILLANT, E. - Les Musée de Societé: chronologie et définition. **IN: Musée et Societé. Actes du Colloque National Musées et Sociétés Mulhouse-Ungersheim.** Paris (1993)
- VALADARES, J. - **Museus para o Povo: Um Estudo sobre Museus Americanos.** Publ. Museu do Estado da Bahia. Salvador (1946)
- VARINE BOHAN, H. - **La Culture des autres.** Edition Seuil. Paris (s/d)
- _____, H. - **O tempo Social.** Editora Eça. Rio de Janeiro (1987)
- VELHO, G - **Arte e Informação - Diagnóstico e Perspectivas** (Seminário promovido pelo Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC). Rio de Janeiro (1991)
- VENÂNCIO FILHO, F. **Fundação Educativa dos Museus.** Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro (1938)

VERNASCHI, E. - **Arte - Educação: uma nova perspectiva para os museus.** Tese de doutoramento. ECA/USP. São Paulo (1989)

WESCHER, P. - **I Furti d'Arte - Napoleone e la Nascita del Louvre.** Giulio Einaudi Editore. Torino (1988)

WITTGENSTEIN, L. - (1973) - **IN: Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** Santos. B.S. Graal. Rio de Janeiro (1989)